

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E  
GESTÃO EDUCACIONAL  
MESTRADO PROFISSIONAL

Adauton Ezequiel Müller

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL:  
DA IMPLEMENTAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AÇÕES NA  
UFSM**

Santa Maria, RS  
2022



Adauton Ezequiel Müller

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL:  
DA IMPLEMENTAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AÇÕES NA UFSM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Dra. Andréa Forgiarini Cecchin  
Coorientadora: Dra. Vanessa dos Santos Nogueira

Santa Maria, RS  
2022

Müller, Adauton Ezequiel  
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: DA  
IMPLEMENTAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AÇÕES NA UFSM /  
Adauton Ezequiel Müller.- 2022.  
225 p.; 30 cm

Orientadora: Andréa Forgiarini Cecchin  
Coorientadora: Vanessa dos Santos Nogueira  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa  
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em  
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2022

1. Assistência Estudantil 2. Ensino Superior 3.  
Inclusão Digital I. Cecchin, Andréa Forgiarini II.  
Nogueira, Vanessa dos Santos III. Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

Declaro, ADAUTON EZEQUIEL MÜLLER, para os devidos fins e sob as penas da lei, que a pesquisa constante neste trabalho de conclusão de curso (Dissertação) foi por mim elaborada e que as informações necessárias objeto de consulta em literatura e outras fontes estão devidamente referenciadas. Declaro, ainda, que este trabalho ou parte dele não foi apresentado anteriormente para obtenção de qualquer outro grau acadêmico, estando ciente de que a inveracidade da presente declaração poderá resultar na anulação da titulação pela Universidade, entre outras consequências legais.

**Adauton Ezequiel Müller**

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL:  
DA IMPLEMENTAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AÇÕES NA UFSM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovado em 12 de dezembro de 2022.

---

**Andréa Forgiarini Cecchin, Dra. (UFSM)**  
**(Presidente/Orientadora)**

---

**Vanessa dos Santos Nogueira, Dra. (SOBRESP)**  
**(Coorientadora)**

---

**Valmôr Scott Junior, Dr. (UFPEL)**

---

**Clayton Hillig, Dr. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2022



## AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esse processo de escrita, após dois anos de estudo e imersão nas questões da inclusão digital e da Assistência Estudantil, um sentimento de gratidão me mobiliza a lembrar daqueles que foram importantes durante esse percurso e estiveram comigo nesta construção.

Antes disso, quero lembrar que foi um período importante da vida, repleto de aprendizados e emocionante pelas conquistas que foram acontecendo com o passar do tempo, mesmo apesar das dificuldades que são inerentes ao processo de crescimento que a academia nos proporciona e que, certamente, foram potencializadas devido ao cenário global vivenciado em decorrência da pandemia da COVID-19, que nos colocou a viver no modo on-line.

Então, começo agradecendo às dificuldades, que foram superadas para chegar até aqui, pois elas me tornaram resiliente, motivado a querer buscar ainda mais e me constituíram o profissional e pesquisador que hoje sou. Além disso, destaco que se torna importante agradecer:

- Ao criador, que me possibilita a força e a coragem para seguir construindo a minha história. Obrigado a Ti meu Bom Deus!

- Aos meus pais, Lélío e Nelsi, que me deram a vida e me ensinaram o seu valor, a dar valor aos estudos e por me incentivarem na busca pelo conhecimento e pelo crescimento pessoal e profissional.

- Aos meus filhos, Vitor e Henrique, que pela aprendizagem para a paternidade me tornaram uma pessoa melhor e se tornaram a razão e a motivação para a minha busca constante por crescimento.

- Ao meu companheiro Giva, por estar ao meu lado, nesta e noutras jornadas, e por acreditar em mim e me fazer acreditar também. Você é o maior incentivador das minhas conquistas e o meu apoio para seguir em frente em busca de nossos objetivos comuns.

- Aos meus irmãos, Carlos e Guilherme, familiares e amigos que compartilham da alegria pelo meu sucesso.

- Aos integrantes do INTERFACES/CNPq, pelo aprendizado conjunto, pela generosidade na escuta e no auxílio diante das novidades da academia e pela alegria contagiante em tantos momentos descontraídos, que aliviaram a tensão do texto a ser escrito. Em especial aos colegas André Giovanni Klinkoski e Bruno Moro

Simonetti, parceiros da turma do MP 2020/2 e que se tornaram parceiros na superação dos desafios do Mestrado.

- De um modo muito especial, agradeço à minha Orientadora Profa. Dra. Andréa Forgiarini Cecchin, que me acolheu nesse processo de orientação acadêmica e se tornou uma amiga. Foram tantas trocas, aprendizados e planejamento para a nossa escrita, sempre marcados pelo afeto, pela alegria e o bom humor, a disponibilidade e a cordialidade, tão característicos da professora, que não consigo dimensionar a gratidão que sinto. Obrigado pela parceria e que tenhamos oportunidades de produzir muitos textos mais!

- À minha coorientadora, Profa. Dra. Vanessa dos Santos Nogueira, pelas valorosas contribuições para a organização da pesquisa, em especial pelas escolhas metodológicas e pelo aprendizado na disciplina de Tecnologias Educacionais e Ensino Remoto.

- À professora Marilene Gabriel Dalla Corte, que acompanhou a trajetória de estudos nas disciplinas de pesquisa do PPPG, auxiliando nas definições para as melhores escolhas metodológicas e pelas valorosas contribuições na banca de Qualificação.

- Aos professores do Programa de Políticas Públicas e Gestão Educacional, pelo aprendizado. Orgulhem-se, pois vocês fazem desse Programa de Mestrado Profissional uma excelente oportunidade de crescimento para tantos profissionais da Educação.

- Ao Prof. Dr. Valmôr Scott Junior, pelas contribuições nas bancas examinadoras de Defesa e Qualificação, pelo incentivo e apoio com materiais e tantas dicas sobre como o Mestrado acontece na vida das pessoas e como torná-lo melhor, mas principalmente pela amizade que se fortaleceu durante este processo de escrita.

- Ao Prof. Dr. Clayton Hillig, pelas suas contribuições para a pesquisa e pela participação na Banca de Defesa, mas de um modo especial pelas suas contribuições com a Assistência Estudantil durante a gestão na PRAE/UFSM e pela oportunidade de parceria com a minha atuação como Chefe do Núcleo de Atenção ao Estudante, em grande parte deste período de seu trabalho realizado junto à PRAE/UFSM.

- À Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis e à Chefia do Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE) pela colaboração em todos os aspectos relacionados à pesquisa.



Na pessoa da Profa. Dra. Gisele Martins Guimaraes, Pró-Reitora de Assuntos Estudantis e de Priscila Marques Julio, Chefe do NAE, agradeço aos demais colegas da PRAE, em especial os integrantes do NAE, que apoiaram e contribuíram para o desenvolvimento do estudo.

- De um modo especial, agradeço aos integrantes da Seção de Bolsas PRAE, setor que tem a responsabilidade de viabilizar os auxílios inclusão digital que foram pesquisados, pela valorosa contribuição para o estudo.

- Aos colegas da PRAE/UFSM e das demais unidades da UFSM, que desenvolvem suas atividades em articulação com a política de Assistência Estudantil, que me antecederam no universo da pesquisa no campo da Assistência Estudantil. Gratidão pelo conhecimento que vocês colocaram à disposição de quem vem depois.

- Às colegas Angélica Medianeira Iensen, Clarita Souza Baroni Silveira e Ketlin Elís Perske, vocês foram fundamentais na minha decisão de retomar os estudos, pois com o incentivo de vocês consegui acreditar que seria possível. Gratidão pela parceria no trabalho e nas escritas que fizemos e ainda iremos fazer.

- À Jane Dalla Corte, pelo incentivo para a minha retomada dos estudos e pela parceria que desenvolvemos no trabalho enquanto foi Pró-reitora Substituta da PRAE/UFSM. Você foi incrível no período em que convivemos no trabalho e um bom exemplo para todos nós!

- Aos colegas do PPPG da turma 2020/2, que compartilharam comigo dos mesmos desafios. Vocês foram demais!

- Aos estudantes, TAES e gestores da PRAE, que se dispuseram a participar da pesquisa trazendo as suas percepções sobre os Auxílios Inclusão Digital da UFSM. Por sua participação e importância para o estudo, a minha eterna gratidão e a satisfação pelo sucesso do que foi construído conjuntamente e será compartilhado para o conhecimento científico.

Por fim, agradeço aos governos do PT que foram os responsáveis pela ampliação do acesso dos estudantes à Educação Superior Pública Federal e pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem previsão para as ações de inclusão digital que são debatidas neste trabalho e que possibilita a permanência de muitos estudantes na universidade. Isso porque minha existência enquanto trabalhador da educação e pesquisador acontece graças a essas duas importantes iniciativas que, certamente, apesar dos muitos desafios a serem

superados, precisando ser mais estudadas e ampliadas, são fundamentais para a garantia do direito à Educação de nossos estudantes.

## RESUMO

### ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: DA IMPLEMENTAÇÃO À INSTITUCIONALIZAÇÃO DE AÇÕES NA UFSM

AUTOR: Adauton Ezequiel Müller  
ORIENTADORA: Andréa Forgiarini Cecchin  
COORIENTADORA: Vanessa dos Santos Nogueira

Este estudo, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Mestrado Profissional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), debate a assistência estudantil, especificamente a inclusão digital, considerando-se o contexto da Educação Superior. Objetiva analisar as ações de inclusão digital relacionadas à Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição. Como referencial teórico apresenta os marcos legais da construção da política de assistência estudantil e elementos importantes para o debate sobre a inclusão digital. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Caracteriza-se como pesquisa implicada, pois envolve o contexto de atuação profissional do pesquisador. Realizou-se na UFSM, envolvendo os estudantes de graduação presencial atendidos pela política de assistência estudantil, os gestores desta política e os Servidores Técnico-Administrativos em Educação que operacionalizam o auxílio inclusão digital, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionário e entrevista semiestruturada. Os dados foram analisados utilizando-se a Análise Textual Discursiva proposta por Moraes e Galiazzi (2007). Do universo de dados produzidos no estudo, emergiram as seguintes categorias: As ações de inclusão digital: sua importância para a permanência dos estudantes e sua contribuição para os objetivos do PNAES; O planejamento dos auxílios: definições, limites e complexidade da proposta; O contexto de implementação das ações de inclusão digital; Percepções sobre a AE e as ações de inclusão digital em relação com a Agenda 2030 e os seus ODS e Regulamentação das ações de inclusão digital: a institucionalização. Em síntese, afirma-se que as ações de inclusão digital influenciam na permanência dos estudantes, na medida em que propiciam acesso digital às aulas, conteúdos, ao REDE, e, com isso, a melhoria das condições de aprendizagem. Elas são de fundamental importância e se somam aos demais recursos da AE, oportunizando as condições para a permanência dos estudantes, sobretudo, os ingressantes pelas cotas. Assim, pela sua contribuição com o papel social da UFSM e com a inclusão social, precisam ser mantidas, ou seja, institucionalizadas. Para tanto, como produto final educacional, propõe-se uma Minuta de Resolução que institucionaliza estes auxílios no âmbito da instituição para os estudantes da graduação que têm acesso ao benefício socioeconômico.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil. Ensino Superior. Inclusão Digital.



## ABSTRACT

### STUDENT ASSISTANCE AND DIGITAL INCLUSION: FROM IMPLEMENTATION TO INSTITUTIONALIZATION OF ACTIONS IN UFSM

AUTHOR: Aداuton Ezequiel Müller  
ADVISOR: Andréa Forgiarini Cecchin  
CO-ADVISOR: Vanessa dos Santos Nogueira

This study, linked to the Graduate Program in Public Policy and Educational Management - Professional Master's Degree of the Federal University of Santa Maria (UFSM), discusses student assistance, specifically digital inclusion, considering the context of Higher Education. It aims to analyze the actions of digital inclusion related to the Student Assistance of UFSM, seeking to understand its importance and its influence for the permanence of students in the institution. As a theoretical framework presents the legal frameworks of the construction of student assistance policy and important elements for the debate on digital inclusion. This is a qualitative research, case study type. It is characterized as implicated research, because it involves the context of professional activity of the researcher. It was held at UFSM, involving undergraduate students attended by the student assistance policy, the managers of this policy and the Technical-Administrative Servers in Education that operationalize the aid digital inclusion, techniques, documentary research, questionnaire and semi-structured interview. The data were analyzed using the Discursive Textual Analysis proposed by Moraes and Galiazzi (2007). From the universe of data produced in the study, the following categories emerged: Digital inclusion actions: their importance for the permanence of students and their contribution to the objectives of the PNAES; Aid planning: definitions, limits and complexity of the proposal; The context of implementation of digital inclusion actions; Perceptions about EA and digital inclusion actions in relation to the 2030 Agenda and its SDGs and Regulation of digital inclusion actions: institutionalization. In summary, it is stated that the actions of digital inclusion influence the permanence of students, to the extent that they provide digital access to classes, content, to the REDE, and thus the improvement of learning conditions. They are of fundamental importance and add to the other resources of the AE, providing the conditions for the permanence of students, especially those entering by quotas. Thus, for their contribution to the social role of UFSM and social inclusion, they need to be maintained, that is, institutionalized. Therefore, as a final educational product, it is proposed a Draft Resolution that institutionalizes these aids within the institution for undergraduate students who have access to socioeconomic benefit.

**Keywords:** Student Assistance. Higher Education. Digital Inclusion.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização da Sede e dos campi da UFSM .....	38
Figura 2 - Organograma da PRAE/UFSM .....	40
Figura 3 - Editais de referência para a pesquisa .....	58
Figura 4 - Ciclo da Análise Textual Discursiva .....	62
Figura 5 - Perfil básico dos (as) graduandos (as) região sul do Brasil – 2018 .....	80
Figura 6 - Ações de AE de acordo com o PNAES.....	82
Figura 7 - Unitarização .....	101
Figura 8 - Categorização .....	101
Figura 9 - Categorias finais ATD .....	106
Figura 10 - ODS e exemplo de ações .....	158





## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gênero que os estudantes se identificam.....	46
Gráfico 2 - Histórico de ingresso - por sexo .....	48
Gráfico 3 - Faixa etária dos estudantes.....	49
Gráfico 4 - Declaração quanto à raça e etnia .....	50
Gráfico 5 - Distribuição de estudantes por curso.....	51
Gráfico 6 - Distribuição de cursos por áreas do conhecimento CNPq.....	52
Gráfico 7 - BDTD - Assistência Estudantil .....	66
Gráfico 8 - BDTD - Assistência Estudantil e Ensino Superior.....	67
Gráfico 9 - Portal de Periódicos da CAPES - Assistência Estudantil.....	72
Gráfico 10 - Portal de Periódicos da CAPES - Assistência Estudantil e Ensino Superior.....	73
Gráfico 11 - Ações de inclusão digital e sua influência para a permanência.....	114
Gráfico 12 - Dificuldades para adquirir plano de internet ou dados móveis .....	116
Gráfico 13 - Ficar na CEU como estratégia para permanecer no curso durante o REDE .....	118
Gráfico 14 - Ações de inclusão digital e o atendimento às necessidades dos estudantes.....	122
Gráfico 15 - Evolução anual, pagamento em educação: ensino profissional e superior (valor em bilhões de reais) .....	129
Gráfico 16 - Percepção dos estudantes sobre a implementação dos auxílios inclusão digital.....	146
Gráfico 17 - Sobre a institucionalização dos auxílios .....	169



## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Design da pesquisa.....	37
Quadro 2 - Síntese dos documentos analisados.....	56
Quadro 3 - Síntese dos achados da pesquisa na BDTD.....	69
Quadro 4 - Produção relevante para a pesquisa - Portal de Periódicos CAPES.....	74
Quadro 5 - Categorias finais resultantes da ATD.....	102
Quadro 6 - Demonstrativo Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Planos de Internet .....	111
Quadro 7 - Demonstrativo Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Equipamentos...	112
Quadro 8 - Evolução do atendimento aos estudantes com o Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Equipamentos.....	150



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino
AE	Assistência Estudantil
ATD	Análise Textual Discursiva
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BSE	Benefício Socioeconômico
CAED	Coordenadoria de Ações Educacionais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAPS	Centro de Atenção Psicossocial
CCSH	Centro de Ciências Sociais e Humanas
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos
CEU	Casa do Estudante Universitário
CFST	Curso de Formação de Sargento Temporário
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONSU	Conselho Universitário
COPLAD	Coordenadoria de Planejamento Administrativo
CPD	Centro de Processamento de Dados
CT	Centro de Tecnologia
CTISM	Colégio Técnico Industrial de Santa Maria
DCE	Diretório Central de Estudantes
EaD	Ensino a Distância
EB	Exército Brasileiro
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FONAPRACE	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INTERFACES	Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LABINFO	Laboratórios de Informática
MEC	Ministério da Educação
NAE	Núcleo de Atenção ao Estudante
NAP	Núcleo de Apoio Pedagógico
PAD	Programa de Apoio ao Discente
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEN	Processo Eletrônico Nacional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNAES	Plano Nacional de Assistência Estudantil
PPPG	Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional
PRAE	Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
PRPGP	Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
REDE	Regime de Exercícios Domiciliares Especiais
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RS	Rio Grande do Sul
RU	Restaurante Universitário
SARS-CoV-2	Coronavírus
SBSE	Setor de Benefício Socioeconômico
SDSN	<i>Sustainable Development Solutions Network</i>
SIE	Sistema de Informações para o Ensino
SISU	Sistema de Seleção Unificada
TAE	Técnico-Administrativo em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDICs	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
THE	<i>Times Higher Education</i>
UDESSM	Unidade Descentralizada de Educação Superior em Silveira Martins
UFG	Universidade Federal de Goiás
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNOPAR	Universidade Norte do Paraná

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	23
1.1	DA INFÂNCIA AO COTIDIANO NA UNIVERSIDADE: A TRAJETÓRIA DE UM PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO .....	23
1.2	DO COTIDIANO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL.....	26
<b>2</b>	<b>PERCURSO METODOLÓGICO</b> .....	33
2.1	A ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	34
2.2	DESIGN DA PESQUISA .....	37
2.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DA PESQUISA .....	38
2.4	SISTEMATIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO.....	41
<b>2.4.1</b>	<b>Elaboração do problema de pesquisa</b> .....	41
<b>2.4.2</b>	<b>Delimitação do caso</b> .....	42
2.4.2.1	<i>Caracterização dos sujeitos da pesquisa</i> .....	45
2.4.2.1.1	Breve análise do perfil dos estudantes.....	45
2.4.2.1.2	Sobre a caracterização dos TAES e gestores.....	53
<b>2.4.3</b>	<b>Levantamento bibliográfico</b> .....	54
<b>2.4.4</b>	<b>Definição das técnicas para a construção dos dados</b> .....	55
<b>2.4.5</b>	<b>Escolha do procedimento de análise dos dados construídos</b> .....	60
<b>2.4.6</b>	<b>Elaboração do protocolo de pesquisa</b> .....	62
<b>3</b>	<b>ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, INCLUSÃO DIGITAL E O CONTEXTO DA UFSM</b> .....	65
3.1	A REALIZAÇÃO DE BUSCAS SOBRE A TEMÁTICA: O QUE OUTROS PESQUISADORES PRODUZIRAM SOBRE O TEMA.....	65
3.2	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO .....	75
3.3	A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UFSM .....	84
3.4	INCLUSÃO DIGITAL: UM DISPOSITIVO NECESSÁRIO PARA A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR .....	90
<b>4</b>	<b>PERCEPÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO CORPUS DE PESQUISA</b> .....	99
4.1	AS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL: SUA IMPORTÂNCIA PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DO PNAES .....	106

4.2	O PLANEJAMENTO DOS AUXÍLIOS: DEFINIÇÕES, LIMITES E COMPLEXIDADE DA PROPOSTA .....	126
4.3	O CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL.....	140
4.4	PERCEPÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL EM RELAÇÃO COM A AGENDA 2030 E OS SEUS ODS .....	153
4.5	REGULAMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO .....	163
5	<b>O PRODUTO EDUCACIONAL.....</b>	<b>172</b>
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>176</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>182</b>
	<b>APÊNDICE A - PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO .....</b>	<b>192</b>
	<b>APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES.....</b>	<b>198</b>
	<b>APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....</b>	<b>206</b>
	<b>APÊNDICE D - PROPOSTA DE MINUTA DE RESOLUÇÃO .....</b>	<b>208</b>
	<b>ANEXO A - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL .....</b>	<b>212</b>
	<b>ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ....</b> <b>.....</b>	<b>214</b>
	<b>ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ....</b> <b>.....</b>	<b>218</b>
	<b>ANEXO D - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE .....</b>	<b>222</b>
	<b>ANEXO E - PARECER COMITÊ DE ÉTICA.....</b>	<b>224</b>



## 1 INTRODUÇÃO

Início o percurso de apresentação desta pesquisa elencando alguns eventos de trajetória pessoal e profissional que colaboraram para a minha constituição enquanto profissional e pesquisador da Educação.

### 1.1 DA INFÂNCIA AO COTIDIANO NA UNIVERSIDADE: A TRAJETÓRIA DE UM PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO

Nasci em 1976, na pequena cidade de Cerro Largo, RS, situada na Região das Missões, Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, onde os meus pais residiam. Nessa cidade acolhedora e enraizada na cultura alemã e onde até hoje residem alguns familiares, frequentei por alguns meses o jardim de infância.

No ano de 1981, em busca de melhores condições de trabalho e conseqüentemente renda, os meus pais migraram para a cidade de Itaqui-RS, na Região da Fronteira Oeste, onde eu cresci e cursei os ensinos fundamental e médio.

Foi lá “no Itaqui”, como as pessoas daquela cidade comumente se referem, que, acredito, a primeira semente para eu me tornar um profissional da educação foi plantada. Irei contar-lhes como isso aconteceu...

Em 1992, ano em que concluí o ensino fundamental na Escola Estadual Dr. Roque Degrazia, o Polivalente, com o objetivo de escapar da “maldição” das aulas de Educação Física (uso esse termo pesado porque é como eu via aquelas aulas e a disciplina naquela época), busquei me inserir em outras atividades, no período em que teria que permanecer na escola.

Então, passei a frequentar a biblioteca da escola e me tornei uma espécie de monitor, auxiliando a professora responsável na distribuição dos livros, na organização das instalações e no cuidado pela manutenção do silêncio. Quando não estava na biblioteca, passava parte do tempo acompanhando as turmas da pré-escola em auxílio à professora responsável pela turma da Pré-escola B. Lá, eu auxiliava a professora com as crianças, na realização das tarefas e na condução das atividades com a turma. Guardo belas lembranças deste período e das falas da professora, que era a responsável pela turma do Pré-B. Ela dizia que eu deveria cursar o magistério e retornar para a escola no futuro, como professor, pois era um talento que não poderia ser desperdiçado. Entretanto, não foi bem assim que as coisas aconteceram naquele momento.

Incentivado pelo meu pai em cursar o Técnico em Contabilidade para trabalhar com ele em sua pequena empresa e desencorajado diante da realidade do Colégio Medianeira, instituição da cidade de Itaqui, onde existia o curso de magistério, onde só estudavam meninas, acabei optando por cursar o Técnico em Contabilidade.

Em 1995, ingressei no Exército Brasileiro (EB) para o serviço militar obrigatório. Eu considero que tive a sorte de ser designado para o Serviço de Saúde, como atendente e padioleiro, QM 08/33, que é como a qualificação militar denominava o cargo. Essa inserção na saúde e o trabalho realizado na Enfermaria do Quartel me cativaram tanto, que eu confesso, não queria nem prestar o serviço militar e acabei motivado a permanecer na Instituição. Então, nesse período, realizei os cursos de Auxiliar de Enfermagem e Técnico de Enfermagem e tive a oportunidade de realizar o Curso de Formação de Sargento Temporário de Saúde (CFST), que possibilitou a minha transferência para o município de Santiago-RS, após promoção para o cargo de Sargento Temporário de Saúde, e, com isso, a permanência no EB por 7 (sete) anos.

Tendo saído do Exército em 2002, passei a desenvolver atividades como Técnico de Enfermagem em um hospital do município de Santiago e fui aprovado em concurso público como Técnico de Enfermagem na Prefeitura Municipal da mesma cidade, tendo exercido dupla jornada de trabalho até aproximadamente o ano de 2011.

Essa atuação como Técnico de Enfermagem, principalmente na Prefeitura de Santiago, desenvolvendo atividades em um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), foi fundamental para minha nova escolha profissional. O cotidiano na instituição e a necessidade daquele serviço pela atuação do Assistente Social me instigaram a buscar o curso de Serviço Social.

Por ser egresso da primeira turma do curso de Bacharelado em Serviço Social, da Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), desenvolvi meus estudos no Polo de Santiago-RS e concluí o curso em agosto de 2010.

Ao concluir o curso de Serviço Social, dediquei esforços em ingressar como Assistente Social no serviço público. Então, no começo de 2011 tomei posse na Prefeitura Municipal de Santiago-RS como Assistente Social no CAPS I - Nossa Casa e atuando na área da saúde mental.

No ano de 2012, após exoneração da Prefeitura de Santiago, assumi o cargo de Assistente Social na Unidade Descentralizada de Educação Superior em Silveira Martins (UDESSM) - campus da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) em Silveira Martins.

Desde 2011, paralelamente às atividades no serviço público, passei a atuar como tutor de sala da Graduação em Serviço Social – Bacharelado, da UNOPAR, mesma instituição onde me formei. Nessa atividade acompanho turmas que vão desde o primeiro ao oitavo semestre, participando do processo de ensino-aprendizagem, atuando como facilitador, mediando a comunicação dos estudantes com os professores do curso, realizando a supervisão acadêmica de estágios e acompanhando as demais atividades que são propostas pelo curso e desenvolvidas em encontros semanais presenciais.

Em 2013, fui redistribuído do campus de Silveira Martins para a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), no campus Sede da UFSM. Desde então, desenvolvo minhas atividades como Assistente Social, lotado no Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE), no Setor de Benefício Socioeconômico (SBSE), que é o setor responsável pela avaliação socioeconômica dos estudantes para ingresso e permanência no Programa de BSE.

Nesse setor, realizo atividades de avaliação socioeconômica dos estudantes (entrevista, análise documental e visitas domiciliares). Para o melhor entendimento, o BSE se constitui em vários auxílios proporcionados pela UFSM, dentre eles, alimentação, transporte e moradia estudantil gratuita para estudantes. Ele se configura como parte central e importante da Política de Assistência Estudantil da Universidade e está organizado segundo o que preconiza o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

Ambas as atuações no contexto da Educação Superior, me constituem como um profissional da educação e mobilizaram minha busca por ampliar conhecimentos na área. Então, no ano de 2017, concluí o curso de Especialização em Gestão Social: Políticas Públicas, Redes e Defesas de Direitos, e, no ano de 2019, a Especialização em Docência do Ensino Superior, ambas pela Universidade Pitágoras Unopar.

Por ocasião do primeiro curso de especialização, tive a oportunidade de pesquisar sobre o “Ensino Superior no Brasil: inquietações acerca do acesso e da permanência”. Neste artigo de revisão bibliográfica, problematizei a relação cotas e

assistência estudantil, explorando os temas Educação, Ensino Superior, Cotas e Assistência Estudantil.

Em 2020, mediante aprovação na seleção para o Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Mestrado Profissional (PPPG/UFSM), acontece o meu ingresso no programa, e, com isso, a satisfação de me tornar um pesquisador social nas áreas da Educação e da Assistência Estudantil. Nessa inserção no curso, vivencio a possibilidade de continuar investigando o contexto da Educação Superior<sup>1</sup> e a Assistência Estudantil, contudo agora olhando para o tema da inclusão digital, que demonstra irá apresentar forte impacto na permanência dos estudantes, situação que ficou evidenciada durante o período pandêmico recentemente vivenciado.

## 1.2 DO COTIDIANO NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL PARA A BUSCA DE NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A INCLUSÃO DIGITAL

O debate sobre a Assistência Estudantil e a inclusão digital tem se tornado cada vez mais importante, principalmente pensando-se a partir do recente contexto vivenciado em virtude da pandemia do Coronavírus (SARS-CoV-2), popularmente denominada de COVID-19 e da adoção pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), de medidas para a manutenção e continuidade do ano letivo, por meio de sistemas remotos de ensino, devido à necessidade do isolamento/distanciamento social para a prevenção da doença.

A adoção do ensino remoto como medida de emergência para a continuidade das aulas evidenciou a necessidade urgente de garantia de políticas públicas para a inclusão digital. O contexto de atuação do pesquisador, sendo a realidade da UFSM não diferente de outras instituições, mobilizou esforços para adesão e permanência dos estudantes ao Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) e tornou urgente a implementação de novas alternativas para a inclusão digital.

É essa nova conjuntura que desvela e amplia as desigualdades sociais, políticas, culturais, econômicas e inclusive digitais, que nos impõe reflexão crítica

---

1 Adota-se a utilização do termo Educação Superior, em observância à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/96 - LDBEN (BRASIL, 1996) e em referência às instituições que a ofertam, a utilização da denominação Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), em observância ao previsto no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e também nos demais documentos produzidos pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

sobre a realidade em busca de soluções para os problemas do cotidiano institucional.

Tal como noutros períodos de transição, difíceis de entender e percorrer, é necessário voltar as coisas simples, a capacidade de formular perguntas simples, perguntas que como Einstein costumava dizer, só uma criança pode fazer mas que, depois de feitas, são capazes de trazer uma luz nova à nossa perplexidade [...] (SANTOS, 1987, p. 6).

Concorda-se com a afirmação do autor, no sentido de que ao pensar sobre a atualidade, vivemos um período extremamente difícil e de transição para novos paradigmas, sobretudo no que diz respeito às imposições do novo contexto devido à pandemia da COVID-19 (SANTOS, 1987).

A atuação do pesquisador no cenário da UFSM e a sua percepção sobre o modo como as demandas do ensino se organizaram diante do isolamento/distanciamento social, de modo a oportunizar a continuidade das atividades acadêmicas, mesmo durante a sua suspensão administrativa e acadêmica, foram o pontapé inicial para as reflexões que originaram essa pesquisa no que tange às ações relacionadas à política institucional de assistência estudantil e a inclusão digital.

O novo ritmo de vida e as atividades de aprendizagem e ensino adotadas, utilizando sistemas remotos de ensino, demandaram uma maior intensidade no uso das tecnologias e da internet e o seu uso para possibilitar o protagonismo dos<sup>2</sup> estudantes em seu processo de aprendizagem. Isso nos levou a crer que iniciativas/ações de inclusão digital se tornaram importantes e fundamentais para o desempenho acadêmico e permanência dos estudantes em seus cursos.

Ao abordar essa questão Marcon (2015, p. 14) sinaliza que:

Reconhecemos o potencial da inclusão digital para a emancipação humana e acreditamos que os processos educativos contemporâneos encontram-se comprometidos pela presença maciça das tecnologias em todos os setores sociais. Direcionamos nosso olhar principalmente a uma nova dinâmica que surge com a inerência das tecnologias digitais de rede na sociedade e nos espaços escolares, propiciando uma situação de conectividade intensa e provocando novas demandas, como a necessidade de acesso e de

---

2 O texto se organiza a partir da utilização da norma padrão da língua portuguesa. Deste modo, em termos gramaticais utiliza a forma conhecida como masculina, que segundo Câmara Jr. (1973 apud PESSOTO, 2019), é, na verdade, não marcada para gênero, podendo, a depender do contexto, expressar tanto o gênero neutro, quanto o masculino. Desta maneira, apesar de considerar importante enquanto “[...] fenômeno social, político e linguístico vinculado às lutas identitárias de grupos LGBTQ+”. (MOREIRA, 2021) optou-se pela não utilização de linguagem neutra ou não binária.

apropriação dessas tecnologias na vida social. Estamos diante de uma convergência midiática, para a qual pressupõe uma cultura de participação.

Reconhecem-se as perspectivas indicadas pela autora para a inclusão digital e mediada por elas para uma cultura de participação como potentes para a promoção da emancipação dos sujeitos no cenário da educação e adotou-se a referida perspectiva para a proposição da pesquisa (MARCON, 2015).

Ademais, sabe-se que pesquisas anteriores, também vinculadas ao PPPG/UFSM e realizadas sobre o contexto da AE já sinalizaram a importância da política institucional da UFSM para a permanência dos estudantes e para a necessidade de aprofundamento dos estudos sobre a temática. Dentre elas:

A dissertação de Pozobon (2019), intitulada “Políticas de Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior”, buscou reconhecer as estratégias de permanência do estudante na educação superior atendidos pelas ações de assistência estudantil da UFSM. A autora, em suas considerações finais, sinaliza que, assim como nas demais IFES, na UFSM, que foi foco do seu estudo, as ações proporcionadas pela AE tornam-se fundamentais para se efetivar a permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Em seu estudo ela comprova isso ao responder ao seu segundo objetivo de pesquisa: “investigar se as ações da AE da UFSM influenciam na permanência do estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica” (POZOBON, 2019, p. 29).

Já a dissertação de Perske (2020) cujo título é “A política de Assistência Estudantil na Universidade Federal de Santa Maria: uma análise do auxílio a aquisição de material pedagógico”, objetivou definir critérios e procedimentos que contribuam para qualificar as ações da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis na oferta de auxílio à aquisição de material pedagógico a estudantes de graduação da UFSM.

Em suas considerações finais, a autora sinaliza para o fato de que ainda existem poucas pesquisas sobre quais fatores influenciam na permanência do estudante. Para ela, os estudos existentes são mais focados na moradia e na alimentação. Desse modo, ela sugere que novos estudos poderiam verificar as relações dos discentes com outras ações desenvolvidas para permanência dos discentes, como exemplo, auxílio transporte, bolsas de formação estudantil, apoio psicossocial entre outros. (PERSKE, 2020).

Assim, diante da observação sobre o que já foi pesquisado sobre a AE e considerando-se a nova realidade que se apresenta no cenário da UFSM, a partir da adoção do ensino remoto pretende-se refletir e responder ao seguinte problema de pesquisa: - ***De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política de Assistência Estudantil influenciam na permanência dos estudantes da UFSM?***

Finalmente, a partir deste movimento de reflexão, considerando-se o contexto de atuação do pesquisador e as suas inquietações, que são oriundas da relação com os estudantes atendidos no programa de BSE, da imersão no cotidiano da AE e a partir do problema de pesquisa, desdobram-se as seguintes questões de pesquisa: De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas? Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM? De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de AE da UFSM se vinculam aos ODS da Agenda 2030? Como institucionalizar a Inclusão Digital enquanto ação relacionada à política institucional da Assistência Estudantil no âmbito da UFSM?

Ao explorar-se esta problemática de modo aprofundado, busca-se atingir o objetivo geral da pesquisa que é ***analisar as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição.*** Do mesmo modo, investigam-se os seus desdobramentos por meio dos objetivos específicos: compreender como se deu o processo de implementação das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil na UFSM; avaliar a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil, no que concerne à permanência dos estudantes na UFSM; analisar a vinculação das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da AE na UFSM com os ODS da Agenda 2030; propor Minuta de Resolução para a Inclusão Digital como ação desenvolvida no âmbito do Benefício Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Maria.

A pesquisa se justifica, na medida em que os seus resultados irão oportunizar uma perspectiva de modificações nas atividades desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), no que diz respeito à oferta de ações no campo da inclusão digital, modificando/melhorando o contexto de atuação do pesquisador e de

sua equipe, mas principalmente a situação dos estudantes da universidade, atendidos pelo Programa de Benefício Socioeconômico, que é o responsável por materializar as ações da Assistência Estudantil e ampliar as condições de acesso e permanência dos estudantes na UFSM.

No que concerne ao seu caráter científico, acredita-se que o debate acadêmico sobre a Assistência Estudantil e a Inclusão Digital, poderá contribuir para as discussões sobre a temática em âmbito nacional e, com isso, agregar importantes conhecimentos sobre esse campo, considerando-se os cenários da universidade pública e da Educação Superior, uma vez que se pretende a publicação de seus resultados em eventos acadêmico-científicos nacionais e internacionais e em periódicos/revistas de divulgação científica ligados à temática.

Em razão disso e também se considerando a natureza do Mestrado Profissional, tem-se a responsabilidade enquanto resultado da pesquisa, de contribuir com a apresentação de um produto educacional. Nesse sentido, intenciona-se a proposição de uma Minuta de Resolução para a institucionalização do Auxílio Inclusão Digital.

Destaca-se que a proposta de pesquisa, por se tratar de estudo que pretende direcionar a instituição para a institucionalização de um auxílio inclusão digital, em contribuição aos demais auxílios já proporcionados pela UFSM, busca coadjuvar no sentido de fortalecer o papel social da Instituição, coadunando com as previsões do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2016-2026) da UFSM, no que diz respeito à uma política de assistência estudantil que promova inserção das classes historicamente menos favorecidas e a viabilização aos estudantes da conclusão de seus cursos, e, com isso, promover a inclusão social. Essa iniciativa, acredita-se, potencializa as ações de AE já prestadas pela UFSM, contribuindo na concretização de seu papel de inclusão social.

Salienta-se ainda, que tal proposta de pesquisa, articula-se ao projeto guarda-chuva “A Educação brasileira frente às diretrizes políticas globais para o desenvolvimento sustentável” e aos demais estudos realizados pelo Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade (INTERFACES/CNPq), que é liderado pela professora Andréa Forgiarini Cecchin e busca contribuir com a trajetória do grupo no sentido de construir novos conhecimentos.

Nessa perspectiva, a pesquisa busca alinhar-se aos estudos do grupo e ao importante conteúdo do documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030



para o Desenvolvimento Sustentável” (UNITED NATIONS, 2015). Tal agenda, organizada e amplamente defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), constitui-se em um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal. Vislumbra-se, neste documento, como apresenta SDSN Austrália/Pacífico (2017), um dos acordos globais mais ambiciosos e transcendentais da história recente, onde os seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que são eixos centrais, se constituem em um Guia para abordar os desafios mundiais mais prementes: acabar com a pobreza e aumentar prosperidade econômica, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental, a paz e o bom governo para todos os povos até 2030.

Sabe-se que pela sua natureza e responsabilidade com a produção do conhecimento, de acordo com SDSN Austrália/Pacífico (2017), as universidades podem ser consideradas centros de inovação, invenção e descobrimento e podem ajudar no desenvolvimento de inovações e soluções sociais e tecnológicas para os desafios que os ODS apontam. Elas têm contribuído para o desenvolvimento sustentável da maioria das principais tecnologias do século XX.

Desse modo, acredita-se que a proposta de pesquisa e com ela o debate sobre a Assistência Estudantil e a inclusão digital se articulam às previsões dos ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades) (UNITED NATIONS, 2015). Estes ODS se alinham à proposta de pesquisa e as ações institucionais da AE da UFSM, no que diz respeito às ações que as universidades podem fazer: - Proporcionar estruturas de apoio para estudantes que vivem na pobreza, como bolsas e pacotes de assistência (ODS 1); - Apoiar as pessoas vulneráveis e desfavorecidas para garantir seu acesso e participação plena na universidade, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as pessoas com dificuldade econômica (ODS 4); - Estabelecer bolsas adequadamente distribuídas e apoiadas, e programas de apoio financeiro para estudantes necessitados (ODS 8); - Estabelecer uma agenda de equidade e um plano que se comprometa com a igualdade de oportunidades e com a redução das desigualdades em todos os processos e atividades, especialmente no salário e proporcionar um ambiente de trabalho e aprendizagem solidário, inclusivo e seguro para pessoas com desvantagem econômica e social, de origem rural ou regional, pessoas com deficiência, mulheres no lugar de trabalho, pessoas de diversos gêneros e sexos e

peças de comunidades com diferentes culturas e crenças religiosas (ODS 10) (SDSN AUSTRÁLIA/PACÍFICO, 2017).

Por fim, buscando responder ao conjunto dos objetivos da pesquisa, detalha-se como estão estruturadas as seções do projeto: uma introdução contendo alguns elementos da trajetória do pesquisador e a sua inserção no cotidiano da UFSM e no PPPG, onde se apresentam as principais motivações e os elementos que justificam a pesquisa; a apresentação dos objetivos geral e específicos; o percurso metodológico onde consta a apresentação das estratégias metodológicas adotadas para o alcance do produto educacional final; o referencial teórico que se organiza a partir da revisão de literatura relacionada ao objeto da pesquisa. A partir daí se apresentam os seguintes tópicos: A Política de Assistência Estudantil: uma política em construção, onde será apresentado e discutido o PNAES; A Assistência Estudantil no contexto da UFSM, onde será explorado o contexto da Assistência Estudantil da UFSM e finalmente a Inclusão Digital: um dispositivo necessário para a permanência no Ensino Superior, onde será discutida a inclusão digital como uma das ações necessárias para a permanência dos estudantes na educação superior pública. A seguir, apresentam-se as percepções que emergem do *corpus* da pesquisa, onde são discutidas as categorias emergentes na análise dos dados e após as referências, os apêndices e os anexos.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO

Quando se busca conhecer determinado fenômeno da realidade, é preciso percorrer um caminho. Nesse processo, a pesquisa se constitui na melhor alternativa para o alcance dos objetivos almejados. Então, segundo Minayo (2016, p. 16):

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. [...] Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, *nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática*. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção na vida real, nela encontrando suas razões e seus objetivos.

Conforme argumenta a autora, a pesquisa se constitui em ação para responder indagações, e, com isso, construir a realidade. As questões que foram estudadas nesta pesquisa se relacionam com o cotidiano e com interesses de determinados grupos cujas circunstâncias são socialmente condicionadas (MINAYO, 2016).

Nesse sentido, as questões da assistência estudantil da UFSM, que estão relacionadas à inclusão digital e que foram pesquisadas, são um problema do cotidiano e da vida de inúmeros estudantes, que necessitam e se apoiam em políticas públicas para garantir a sua permanência na universidade.

Além disso, é importante considerar que a pesquisa aconteceu em um momento social, político e econômico extremamente difícil, inclusive em um contexto mundial, considerando-se a pandemia da COVID-19, período em que foram vivenciados o isolamento/distanciamento social para evitar-se o contágio dessa nova doença grave. A partir disso, surgiram inúmeras transformações, tanto no campo social, quanto político e econômico, principalmente ao se observar que essa situação movimenta para mudanças inclusive paradigmáticas. Assim, a pesquisa adotou uma perspectiva que buscou se aproximar do paradigma emergente, dialogando com as ideias de Boaventura de Souza Santos (1987, p. 37), no sentido de que:

[...] a natureza da revolução científica que atravessamos é estruturalmente diferente da que ocorreu numa sociedade ela própria revolucionada pela ciência, o paradigma a emergir dela não pode ser apenas um paradigma

científico (o paradigma de um conhecimento prudente), tem que ser também um paradigma social (o paradigma de uma vida decente) [...].

Como afirma o autor, esse novo paradigma não pode ser apenas científico, mas deve transformar-se em um paradigma social, que impulse para transformações mais amplas em uma perspectiva, principalmente, de mudanças nas realidades políticas, sociais e institucionais (SANTOS, 1987). Sendo assim, a pesquisa no campo da inclusão digital no âmbito da Assistência Estudantil da UFSM coaduna com o pensamento desse autor.

## 2.1 A ABORDAGEM METODOLÓGICA

Inserida no contexto da Educação Superior e da Assistência Estudantil, esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Santa Maria, na L1 – POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR. Nesta linha de pesquisa, conforme está disposto no Projeto Pedagógico do Curso:

[...] desenvolvem-se pesquisas aplicadas e projetos de intervenção no contexto social, econômico, das políticas públicas educacionais mais amplo, no qual as Redes de Ensino, os Sistemas Educacionais e contextos educacionais governamentais e não governamentais estão inseridos (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, 2015a, p. 22).

Então, considerando-se a natureza do programa e do contexto de realidade institucional que foi pesquisado, o estudo foi desenvolvido mediante abordagem de cunho qualitativo.

A opção pela abordagem qualitativa vem da compreensão dela ser a mais apropriada para o caso em estudo, considerando para isto o que traz Flick (2009, p. 25):

A pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa. Os pontos de vista subjetivos constituem um primeiro ponto de partida. Uma segunda corrente de pesquisa estuda a elaboração e o curso das interações, enquanto uma terceira busca reconstruir as estruturas do campo social e o significado latente das práticas.

A mobilidade em relação à forma de conduzir a pesquisa justificou a sua escolha para o contexto da assistência estudantil, pois permitiu ao pesquisador um olhar mais amplo e maior reflexividade. Nessa perspectiva, há o entendimento de que “[...] A subjetividade do pesquisador, bem como daqueles que estão sendo estudados, tornam-se parte do processo de pesquisa [...]” (FLICK, 2009, p. 25).

Outro aspecto relevante que induziu a escolha pela pesquisa qualitativa foi a complexidade do tema a ser elucidado. De acordo com Flick (2009), a adoção de métodos abertos à complexidade de um tema é um modo qualitativo de resolver temas incomuns de pesquisa. Nesse contexto, o determinante é o objeto de estudo e não o método. Eles não são simples variáveis a serem consideradas, mas devem ser representados em sua totalidade e dentro de seus contextos e nas suas interações cotidianas. Em conformidade com o autor, acredita-se que por meio da pesquisa qualitativa situações mais complexas, de cunho subjetivo e inseridas em um contexto de realidades também complexas, como o contexto da Assistência Estudantil, podem ser qualitativamente exploradas (FLICK, 2009).

Nesse viés, Yin (2016) explica que frequentemente a pesquisa qualitativa captura o mesmo detalhe empírico, contudo emaranhado de conceitos abstratos e não obstante de teorias. Por isso, se torna comum utilizá-la pela sua capacidade de estudar os eventos dentro do contexto da vida real, incluindo a cultura relevante das pessoas, da organização, ou dos grupos que estão sendo estudados.

Ademais, colaborou para a opção pela pesquisa qualitativa, o entendimento de que ela possibilitou aos envolvidos a expressão de suas visões de mundo e a liberdade de expressão sobre o cotidiano e as suas relações enquanto sujeitos. Nesse sentido, segundo Yin (2016, p. 7):

[...] a pesquisa qualitativa difere por sua capacidade de representar as visões e perspectivas dos participantes de um estudo. Capturar suas perspectivas pode ser um propósito importante de um estudo qualitativo. Assim, os eventos e ideias oriundos da pesquisa qualitativa podem representar os significados dados a fatos da vida real pelas pessoas que os vivenciam, não os valores, pressuposições, ou significados mantidos por pesquisadores.

Concorda-se com o autor que a abordagem qualitativa permite aos participantes da pesquisa expressar suas percepções sobre acontecimentos, significados e fatos da vida real, sobre questões do cotidiano (YIN, 2016). Dessa forma, julgou-se a abordagem qualitativa como sendo a mais adequada para a

pesquisa. Em relação ao tipo de pesquisa, em função da sua natureza, a mesma configurou-se como um Estudo de Caso.

Vários autores discutem o estudo de caso, dentre eles Yin (2015), que argumenta que ele permite aos investigadores que foquem um “caso” e retenham uma perspectiva holística e do mundo real - sendo aplicados desde para pesquisas sobre os ciclos individuais da vida, o comportamento dos pequenos grupos até aos complexos processos organizacionais e administrativos. Também Flick (2009) que afirma que o termo “caso” deve ser entendido de uma forma bastante ampla, podendo ser utilizado em pesquisas que tenham como análise de caso, as pessoas, as comunidades sociais e/ou ainda as organizações e instituições.

A percepção dos dois autores sobre o estudo de caso fundamentou a escolha por essa metodologia e favoreceu a sua opção para a investigação no contexto da Assistência Estudantil e do ensino remoto, realizado na Universidade Federal de Santa Maria durante a pandemia da COVID-19.

No tópico a seguir, apresenta-se, de forma um pouco mais visual, uma ideia de como a pesquisa foi estruturada. A seguir, discorre-se sobre o cenário da pesquisa. Logo, traçar-se-ão as etapas do estudo de caso.

## 2.2 DESIGN DA PESQUISA

Quadro 1 - *Design* da pesquisa

	Tema/Problema	Objetivo Geral	Objetivos Específicos	Etapas Teórico-metodológicas	Instrumentos de pesquisa	Produtos
Tema	Assistência Estudantil e Inclusão Digital: um estudo sobre as ações na UFSM.	Analisar as ações de inclusão digital relacionadas à Política Institucional de Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição.	<p>Compreender como se deu o processo de implementação das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil na UFSM.</p> <p>Avaliar a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil, no que concerne à permanência dos estudantes na UFSM.</p> <p>Analisar a vinculação das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da AE na UFSM com os ODS da Agenda 2030.</p>	<p>Revisão de literatura.</p> <p>Sistematização do estudo de caso.</p> <p>Pesquisa documental.</p> <p>Aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas.</p> <p>Análise Textual Discursiva.</p>	<p>Legislação, livros, artigos, e documentos institucionais.</p> <p>Questionários.</p> <p>Entrevistas semiestruturadas</p>	<p>Dissertação</p> <p>Artigos publicados em revistas e eventos.</p> <p>Proposta de minuta de Resolução para a Inclusão Digital na UFSM.</p>
Problema	De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política de Assistência Estudantil influenciam na permanência dos estudantes da UFSM?		<p>Propor minuta de Resolução para a Inclusão Digital como ação desenvolvida no âmbito do Benefício Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Maria.</p>	<p>Pesquisa qualitativa do tipo Estudo de Caso, implicada no contexto de atuação profissional do pesquisador.</p>		

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

## 2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DA PESQUISA

A Assistência Estudantil é um tema rico e importante a ser explorado. Suas ações são fruto de intensa movimentação política dos estudantes e trabalhadores desse campo de atuação e estão presentes na totalidade das IFES, que estão espalhadas em todo o território nacional.

Neste estudo, o cenário explorado foi a Assistência Estudantil da UFSM, considerando-se a integralidade de sua estrutura, ou seja, o campus Sede, localizado em Camobi, no município de Santa Maria-RS e os demais campi: Frederico Westphalen, Palmeira das Missões e Cachoeira do Sul, localizados nos respectivos municípios que lhes emprestam a devida denominação e destacados na Figura 1.

Figura 1 - Localização da Sede e dos campi da UFSM



Fonte: UFSM (2018).

Acadêmica e administrativamente, a Universidade Federal de Santa Maria centraliza a organização da maioria de suas ações no campus Sede. Esse campus encontra-se localizado no centro geográfico do estado do Rio Grande do Sul e por esse motivo a “Instituição desempenha um forte papel regional, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista do ensino, pesquisa e extensão” (UFSM, 2018).



A UFSM é uma Instituição Federal de Ensino (IFE), que está organizada como Autarquia Especial e vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e “atua em todas as áreas de conhecimento, oferecendo cursos presenciais e a distância nas modalidades de educação básica, técnica e tecnológica, graduação e pós-graduação” (UFSM, 2021d, p. 16).

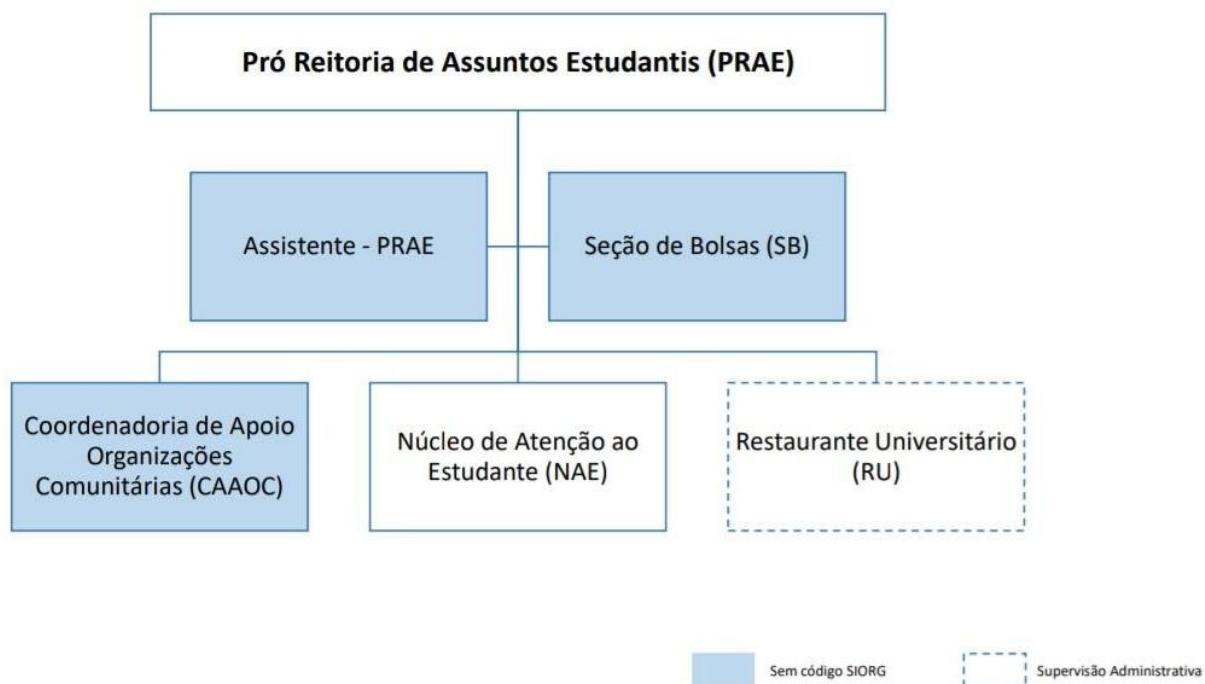
Na UFSM a materialização das ações da Assistência Estudantil acontece por intermédio da PRAE, que é o órgão administrativo responsável por garantir acesso e permanência dos estudantes, mediante ações que abrangem o campo cultural, social e assistencial da Política de Assistência Estudantil. O trabalho realizado pela PRAE articula suas ações com as desenvolvidas pela instituição, no que diz respeito à pesquisa e extensão e é realizado consoante ao que consta no Plano de Desenvolvimento Institucional - UFSM (2016-2026) “[...] numa perspectiva de inclusão social, de formação ampliada, de produção de conhecimento, de melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida da comunidade estudantil” (UFSM, 2016, p. 42).

A Instituição, atendendo ao PDI e à sua vocação, se faz forte na perspectiva da inclusão social. Desse modo, busca constantemente garantir a assistência estudantil, proporcionando moradia, alimentação, transporte e apoio pedagógico, a mais de 5 mil estudantes que são atendidos pelo benefício socioeconômico (UFSM, 2021d). Cabe destacar que a inclusão social se encontra representada no desafio institucional 3 do PDI (2016-2016), sendo um tema em que a UFSM se destaca na América Latina (UFSM, 2021d).

A PRAE está localizada no campus Sede, especificamente no prédio 48 D e conta com a seguinte estrutura: Secretaria de Apoio Administrativo, Assistente da PRAE, NAE, Seção de Bolsas e Coordenadoria de Apoio Organizações Comunitárias. Além desses setores, ela realiza a supervisão administrativa do Restaurante Universitário (RU) (Figura 2).

Dessa estrutura, para este estudo de caso, destaca-se a Seção de Bolsas/PRAE UFSM que é o setor que se tornou responsável pela implementação, gerenciamento e execução e pagamento dos Auxílios Inclusão Digital oportunizados pela instituição.

Figura 2 - Organograma da PRAE/UFSM



Fonte: UFSM (2021c).

Este setor tem a responsabilidade de realizar o pagamento e/ou a análise de diversos auxílios e bolsas de assistência estudantil organizados pela PRAE. Dentre eles, cita-se: Bolsa de Assistência ao Estudante PRAE e HUSM, Auxílio Formação Estudantil, Auxílio-transporte, Auxílio-pedagógico e Bolsa da Orquestra Sinfônica (UFSM, 2022g).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2026) da UFSM (2016, p. 32):

[...] compete à PRAE organizar, dirigir, supervisionar e orientar as atividades estudantis de nível técnico, de graduação e pós-graduação, no campo cultural e social, atuando como facilitadora da permanência do estudante na Universidade por meio de seus programas de assistência estudantil, bem como, promover a integração dos acadêmicos junto à UFSM de maneira acolhedora. À PRAE também compete a supervisão do Restaurante Universitário, da Moradia Estudantil e demais programas de assistência estudantil, como os programas de concessão de bolsas.

É nesse contexto de atuação da PRAE, onde se dá a implantação de ações e estratégias de Assistência Estudantil, que impactam aos estudantes de todos os cursos e de todos os campi da universidade, já mencionados, que a pesquisa foi desenvolvida.

Em relação às unidades da UFSM designadas fora de Sede, que foram implantadas devido ao processo de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ou seja, campus Palmeira das Missões, campus Frederico Westphalen e campus Cachoeira do Sul as ações de Assistência Estudantil são oportunizadas pelo apoio de órgãos setoriais ligados às Direções dos campi.

Segundo Ló Nunes (2016), essas estruturas foram se organizando, elaborando e desenvolvendo as suas ações em observância às suas especificidades, porém tentando manter a padronização da metodologia de trabalho sugerida pela PRAE. Assim, nesses locais também existe a execução das ações (programas, projetos e serviços) de AE, executados por assistentes sociais e psicólogos, entre outros profissionais que podem ser considerados de apoio pedagógico, cujas equipes não são lotadas na PRAE.

Para facilitar a visualização e o entendimento sobre a metodologia empregada para o Estudo de Caso, no tópico a seguir, apresenta-se a sua sistematização.

## 2.4 SISTEMATIZAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

De modo a auxiliar no entendimento sobre a organização da proposta da pesquisa, a seguir serão apresentados os elementos que compõem a sistematização do Estudo de Caso.

### 2.4.1 Elaboração do problema de pesquisa

A pesquisa vincula-se ao PPPG/UFSM em sua Linha de Pesquisa – LP1 – Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior e se trata de pesquisa implicada no contexto de atuação profissional do pesquisador, pois problematiza as questões da inclusão digital relacionadas à Assistência Estudantil da UFSM. Parte-se de algumas questões que inquietam e mobilizam o pesquisador em seu cotidiano. Assim, ao conhecer melhor a relação dos estudantes com a Assistência Estudantil, e, especificamente com as demandas da inclusão digital vivenciadas pela UFSM, pretende-se responder ao seguinte problema de pesquisa: ***De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política de Assistência Estudantil influenciam na permanência dos estudantes da UFSM?***

Desse problema, se desdobram as seguintes questões de pesquisa: - De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas? - Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM? - De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de AE da UFSM se vinculam aos ODS da Agenda 2030? - Como institucionalizar a Inclusão Digital enquanto ação relacionada à política institucional da Assistência Estudantil no âmbito da UFSM?

#### **2.4.2 Delimitação do caso**

Segundo indicadores institucionais da universidade, disponíveis no “UFSM em números, em agosto de 2021, ela possuía um total de 26.933 alunos, 267 cursos, 2039 docentes e 2.657 Técnicos Administrativos em Educação”. (UFSM, 2021e).

Desse universo, de mais de 26.000 alunos, conforme dados do Sistema de Informações para o Ensino da UFSM (SIE), verificados na data de 15 de agosto de 2021, um total de 4.468 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito) foi efetivamente atendido pela Política de Assistência Estudantil, por meio do Programa de Benefício Socioeconômico (BSE). O Programa de BSE é o responsável pela materialização das ações de assistência estudantil, que por sua vez, devem viabilizar a permanência dos estudantes na universidade.

Nesse grupo, há uma parcela de estudantes, que para acompanhar as demandas do curso, necessitou contar com o auxílio da universidade, mediante a adoção de iniciativas de inclusão digital durante a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas presenciais em decorrência da pandemia da COVID-19 e que foram considerados sujeitos da pesquisa. Compondo a unidade de análise, estão o total de 1090 estudantes que foram contemplados nos quatro editais para o “Auxílio Inclusão Digital – Aquisição de Equipamento”, publicados no 2º semestre de 2020, 1º semestre de 2021 e 2º semestre de 2021 e pelas homologações de resultados do edital “Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de pacotes de dados”, que foram publicados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, nos meses de junho de 2021, julho de 2021, agosto de 2021, setembro de 2021 e outubro de 2021.

Conforme a Cartilha/Resumo REDE/2020, elaborada pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) da UFSM, o ensino remoto, que apesar de transitório e

emergencial, se configurou como uma oportunidade de continuidade das ações de ensino e aprendizagem na UFSM, no que diz respeito às aulas, práticas, eventos, encontros, bancas, entre outras, foi regulamentado pela Resolução nº 24, de 11 de agosto de 2020 da Universidade Federal de Santa Maria. (UFSM, 2020a).

O ensino remoto, considerado uma medida de transposição desse período, se tornou uma alternativa para a continuidade das atividades:

Essa expressão "ensino remoto" vem sendo usada como alternativa à Educação a Distância, pois a EaD já tem existência regulamentada coexistindo com a educação presencial como uma modalidade distinta oferecida regularmente. Então, o "ensino remoto" é posto como um substituto do ensino presencial excepcionalmente nesse período da pandemia em que a educação presencial se encontra interdita (SAVIANI, 2020, p. 6).

Com a implantação dessa nova forma de desenvolver o ensino, ocorreram abruptamente modificações na maneira de dar aulas e no modo de trabalhar também, pois as atividades passaram a ser realizadas quase que totalmente on-line. As reuniões passaram a ser realizadas via ferramentas de vídeo e os processos administrativos precisaram ser rapidamente informatizados. Entretanto, o que se verificou nessa transposição da vida para o mundo virtual foi a acentuada desigualdade social, educacional e tecnológica evidenciada na incapacidade daqueles que não reuniam os recursos necessários para o acesso ao cotidiano da universidade nesse seu novo modo de existir.

Além dos estudantes abrangidos pelo REDE e beneficiados pela Assistência Estudantil, mediante participação nos editais já mencionados, os servidores da PRAE, Técnico-Administrativos em Educação (TAES), que foram responsáveis pela operacionalização do auxílio inclusão digital, os TAES lotados nos campi fora da sede da UFSM, que atuaram junto a concessão do referido auxílio e os Gestores da PRAE no contexto de sua implantação, também foram considerados sujeitos da pesquisa.

Estes últimos se tornaram sujeitos da pesquisa à medida que tiveram contribuição importante com as atividades de planejamento/sistematização e/ou execução das iniciativas ofertadas pela Universidade Federal de Santa Maria para inclusão digital dos beneficiários da política pública de assistência estudantil.

De acordo com Flick (2009, p. 120):

A representatividade de uma amostra não é garantida nem pela amostragem aleatória, nem pela estratificação. Ao contrário disso, selecionam-se indivíduos, grupos, etc., de acordo com seu nível (esperado) de novos insights para a teoria em desenvolvimento em relação à situação da elaboração da teoria até então.

Na perspectiva do autor, adotou-se a seleção de sujeitos que pudessem ser considerados potentes para a discussão e, com isso, produzir novas compreensões sobre o tema em estudo (FLICK, 2009).

Sobre a amostragem teórica, convém destacar que, conforme Flick (2009), as decisões sobre a seleção e coleta de material empírico (casos, grupos e instituições, etc.) foram realizadas durante o processo de pesquisa, durante a coleta e a interpretação dos dados.

Além disso, sobre a seleção da amostra, Yin (2016, p. 79) esclarece que:

Em pesquisa qualitativa, as amostras tendem a ser escolhidas de maneira deliberada, conhecida como amostragem intencional. O objetivo ou propósito de selecionar as unidades de estudo específicas é dispor daquelas que gerem os dados mais relevantes e fartos, considerando seu tema de estudo.

Assim, os sujeitos escolhidos, ou seja, os estudantes, os TAES e gestores da PRAE, já mencionados anteriormente, pela sua relação com o contexto e o auxílio que foi pesquisado apresentaram potencial de contribuir com importantes conhecimentos para a discussão.

Com relação ao quantitativo de unidades de coletas de dados a serem considerados, Yin (2016, p. 80) afirma que:

Não há fórmula para definir o número desejado de instâncias para cada unidade mais ampla ou mais estreita de coleta de dados em um estudo qualitativo. Em geral, números grandes podem ser melhores do que números pequenos, porque um número maior pode criar mais confiança nos resultados de um estudo [...].

Nesse íterim, no que diz respeito ao rigor científico, buscou-se atingir o maior número possível de sujeitos, de maneira a atender ao critério apontado pelo autor. A seguir, a partir de uma perspectiva de análise dos dados, apresenta-se uma breve descrição dos sujeitos da pesquisa.

### 2.4.2.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Neste tópico, apresentam-se algumas informações organizadas a partir da análise dos dados sobre a caracterização dos sujeitos da pesquisa. Inicialmente são trazidos alguns elementos que buscam compor um breve perfil dos estudantes que colaboraram com a investigação. Em um segundo momento, são apresentadas informações sobre o grupo que é compreendido por TAES e gestores da assistência estudantil. Ao adotar-se a ATD para a análise dos dados produzidos, julgou-se importante realizar esta inserção, pois este perfil se tornou fundamental para a definição de quem eram os protagonistas do estudo e possibilitou auxiliar na produção das categorias finais apresentadas.

#### 2.4.2.1.1 Breve análise do perfil dos estudantes

Em relação aos estudantes sujeitos da pesquisa, analisaram-se, inicialmente, os dados obtidos com o preenchimento dos questionários on-line, pelos 91 alunos e alunas que aceitaram colaborar com o estudo, sendo possível realizar uma breve descrição destes participantes, buscando conhecer alguns elementos do perfil destes beneficiários das ações de inclusão digital na UFSM.

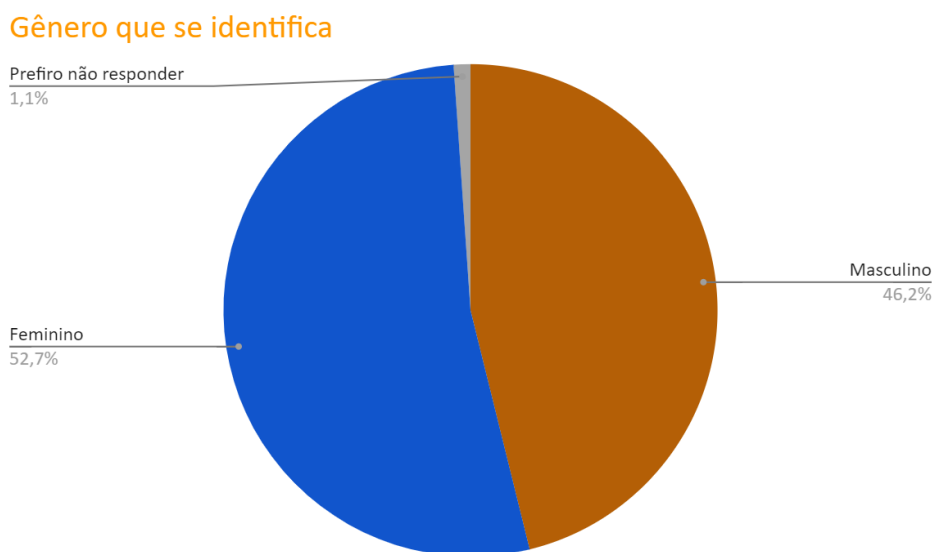
A partir dessa apresentação sobre os sujeitos são realizadas algumas reflexões sobre os itens observados e uma breve análise sobre estas informações. Compõem esse conjunto de informações sobre os sujeitos de pesquisa a sua identificação quanto ao gênero, à faixa etária, qual raça ou etnia se declaram e o curso que realizam, que serão discutidos a seguir:

##### a) Quanto à identificação de gênero

No que tange à identificação de gênero aos estudantes foi perguntado: - Assinale entre as opções abaixo, com qual gênero você se identifica? Dentre as opções de resposta estavam masculino, feminino, transgênero, gênero neutro, não-binário, agênero, pangênero, genderqueer, two-spirit, terceiro gênero.

No Gráfico 1, observam-se as respostas obtidas quanto ao gênero que os estudantes se identificaram.

Gráfico 1 - Gênero que os estudantes se identificam



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Pela informação prestada pelos estudantes, constata-se que em sua maioria os participantes são do sexo feminino, sendo que esse grupo corresponde a 52,7% de estudantes. Os outros grupos identificados são 46,2% de estudantes que se declaram do sexo masculino e 1,1% que preferiu não responder ao questionamento. As demais opções quanto à identificação de gênero disponibilizadas no questionário (transgênero, gênero neutro, etc.) não foram sinalizadas. Entretanto, pensa-se que o percentual de 1,1% que preferiu não responder pode integrar uma dessas outras opções, uma vez que ainda existem resistências na sociedade e dificuldades em relação à identificação quanto ao gênero de pessoas que não se identificam em masculino e feminino.

Além disso, observa-se ainda alguma confusão em relação à identificação de gênero e orientação sexual, de modo que pessoas com orientação sexual, que não seja heterossexual, ainda apresentam dificuldades em relação à sua identificação em pesquisas em assumir a sua orientação sexual. Levantamento recente realizado pela *startup* TODXS Brasil, “[...] mostra que quase metade desta população ainda tem alguma dificuldade para se assumir em todo o ciclo social” (CORRÁ, 2020). Também pode explicar o silêncio em relação à identificação de gênero o fato de o estudo estar relacionado à obtenção de um auxílio, tendo como cenário ampliado um governo federal que aborda com resistência o debate relacionado a essa identificação.



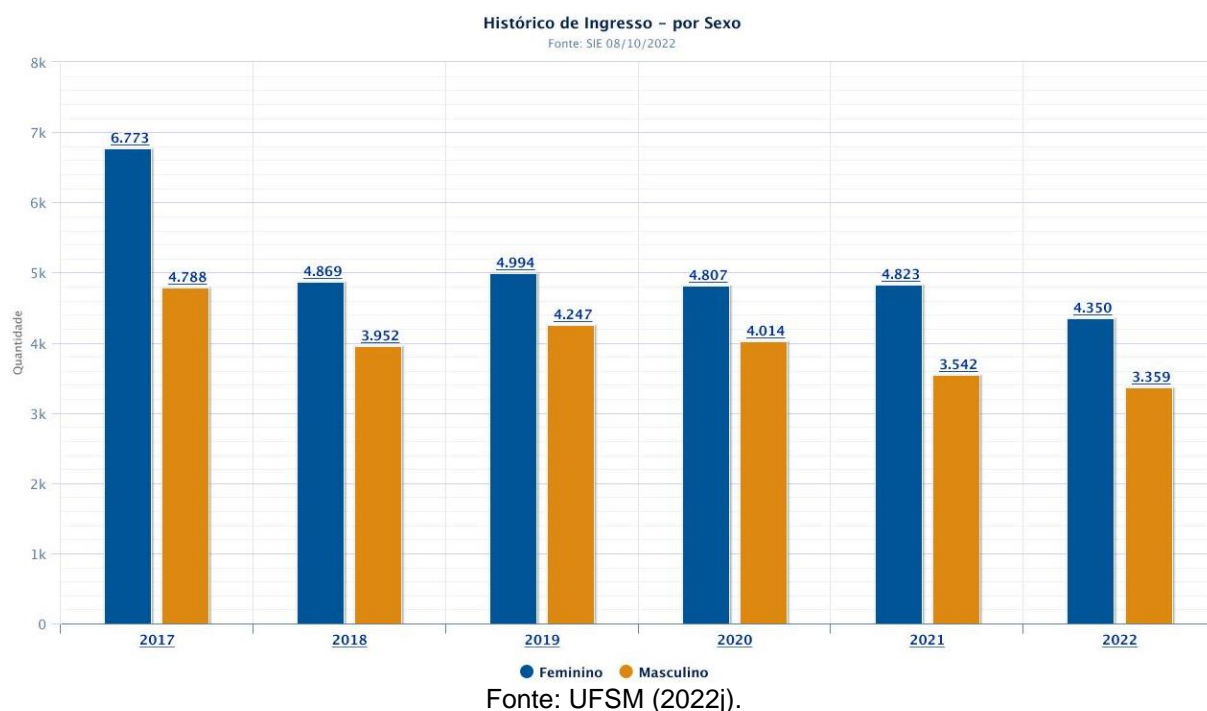
Esse dado corrobora os dados referentes a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) 2019, na qual o número de mulheres no Brasil é superior ao de homens. Sendo que “A população brasileira é composta por 48,2% de homens e 51,8% de mulheres” (IBGE, 2022b). Percebe-se que este dado também se alinha às informações obtidas na V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES - 2018, realizada pela UFU no ano de 2018, que aponta como perfil básico para a região Sul do Brasil, no que compreende o total de suas 11 IFES com o quantitativo de 209.887 discentes, a participação de uma totalidade de 55,2% de mulheres e 44,4% de homens (ANDIFES, 20198).

Do mesmo modo, verifica-se uma aproximação com a pesquisa realizada no ano de 2019, intitulada “Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria-RS: estratégias de permanência do estudante na educação superior”, de Pozobon (2019), no que diz respeito ao sexo dos sujeitos participantes. Nesse estudo, Pozobon (2019) sinaliza a existência em maioria de mulheres participantes, sendo 62% do sexo feminino, 37% do sexo masculino e 1% que preferiu não responder em um total de 480 questionários completamente respondidos.

Outro elemento a ser destacado e que explica a maioria de estudantes que se reconhecem do sexo feminino é o fato de que se verifica na instituição, pelo menos desde o ano de 2017, o seu ingresso em maior número. Nesse sentido, apresenta-se o Gráfico 2, que demonstra a trajetória do ingresso de estudantes da graduação na instituição.

Assim, pode-se inferir que, no que concerne à identificação de gênero, o acesso aos auxílios inclusão digital da UFSM não difere do perfil que vem sendo apresentado em outras pesquisas recentes sobre o acesso aos recursos da Assistência Estudantil e decorre do fato de que existe também um ingresso maior de estudantes do sexo feminino na instituição.

Gráfico 2 - Histórico de ingresso - por sexo



#### b) Quanto à faixa etária

No que diz respeito à faixa etária dos estudantes foi questionado: - Qual a sua faixa etária? Dentre as opções de resposta estavam 15 a 19 anos; 20 a 24 anos; 25 a 29 anos; 30 a 34 anos; 35 a 39 anos; 40 a 44 anos; 45 a 49 anos; acima de 50 anos.

Esse agrupamento, quanto às faixas etárias, foi escolhido ao observarem-se os índices adotados para a Pirâmide Etária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística<sup>3</sup> (IBGE, 2022a) e as referências utilizadas pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduandos (as) das IFES (ANDIFES, 2019).

No Gráfico 3, apresentam-se os dados quanto à faixa etária dos estudantes respondentes.

<sup>3</sup> Utiliza-se a pirâmide etária brasileira para obtenção de informações importantes sobre natalidade, idade média da população, longevidade, entre outros temas, sendo o IBGE o principal provedor de dados e informações do País, atendendo às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal (IBGE, 2022a).

Gráfico 3 - Faixa etária dos estudantes



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A análise do Gráfico 3 possibilitou verificar que a maioria dos estudantes participantes da pesquisa, ou seja, 51,6% estão na faixa dos 20 a 24 anos, seguidos pelos 22% que estão na faixa dos 25 a 29 anos.

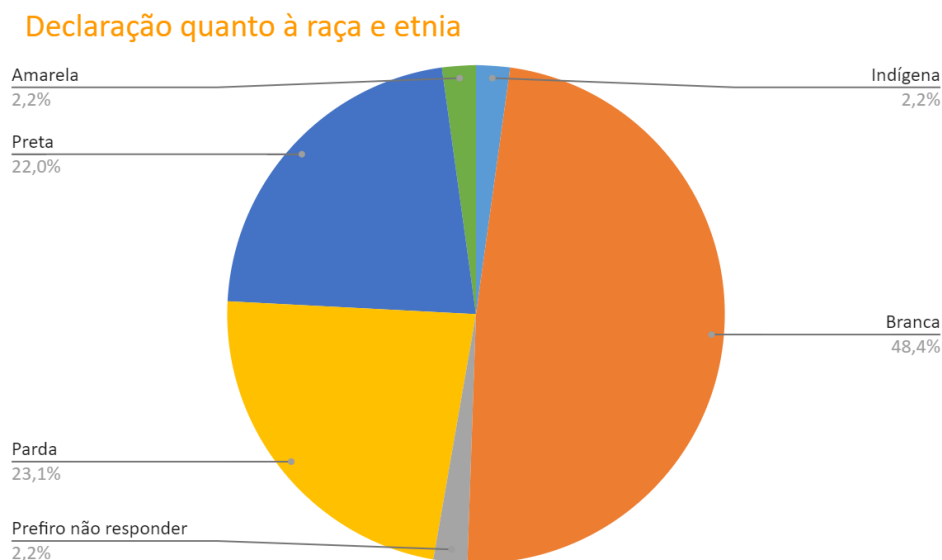
Para a Organização das Nações Unidas a juventude é definida como a faixa de indivíduos com 15 a 24 anos de idade. Essa definição tem sido adotada por inúmeros autores brasileiros e pelas mais diversas instâncias governamentais nos mais diversos níveis. (UNFPA, 2010). Dessa maneira, ao considerar-se a finalidade do PNAES que é “[...] ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (BRASIL, 2010) entende-se que o Programa e os auxílios de inclusão digital oportunizados pela instituição estão alcançando à população a que se destinam.

Além disso, evidencia-se também que os dados corroboram com os índices apresentados pela ANDIFES (2019), onde 49,3% de estudantes encontravam-se na faixa etária de 20 a 24 anos e 17,3% na faixa dos 25 aos 29 anos.

#### c) Sobre a sua declaração quanto à raça ou etnia

O questionário também ofereceu a opção de os estudantes declararem sua cor, raça ou etnia. Para esta questão ofereceu-se as seguintes possibilidades de resposta: branca, preta, parda, amarela, indígena e prefiro não responder. Essas opções derivam da observação dos conceitos adotados pelo IBGE em suas pesquisas. No Gráfico 4, apresenta-se o retorno sobre essa questão.

Gráfico 4 - Declaração quanto à raça e etnia



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os dados no Gráfico 4 indicam que a maioria dos estudantes que responderam à pesquisa se declararam da cor, raça ou etnia branca, ou seja 48,4% do(a)s total de respondentes. Observa-se, ainda, o grupo constituído das pessoas que se declararam pardas, totalizando 23,1%, e as que se declararam pretas, que totalizaram 22%. Somente 2,2% dos estudantes indicaram cor, raça ou etnia amarela e o mesmo quantitativo (2,2%) preferiu não responder à questão.

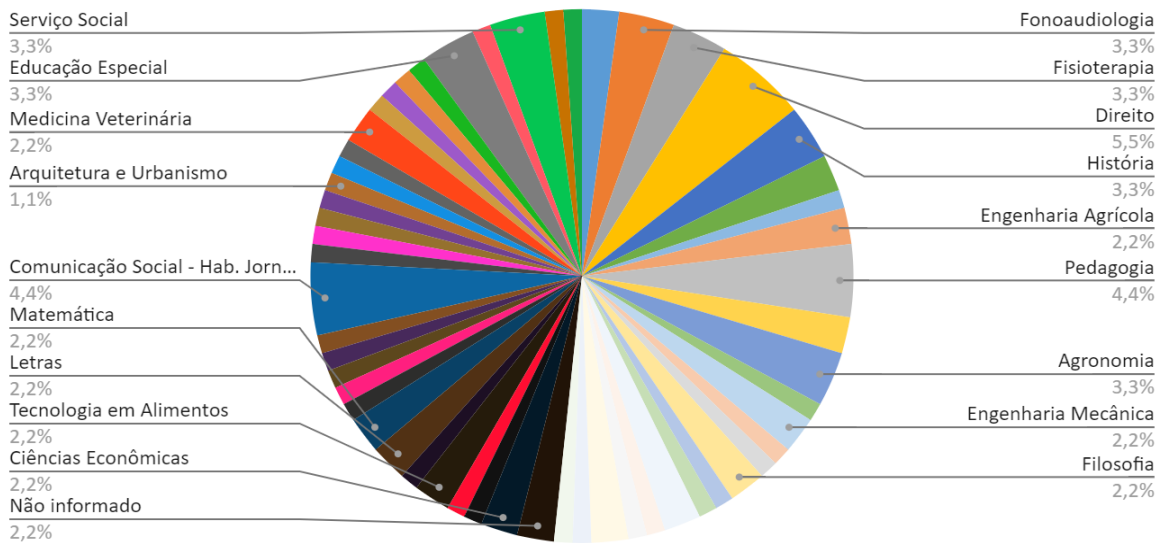
Ao somarem-se os quantitativos das pessoas que se declararam pretas e pardas, adotando-se uma perspectiva que considera a intensificação das políticas afirmativas de cotas (Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012) têm-se o total de 45,10% de respondentes. Nesse viés, ao assumir-se essa linha de raciocínio, conseguiu-se observar certo equilíbrio entre os grupos compreendidos por estudantes com perfil para acesso pela cota e os que não atendem este quesito.

#### d) Quanto ao curso informado

Apresenta-se, no Gráfico 5, a distribuição de estudantes de acordo com a informação prestada sobre o seu curso.

Gráfico 5 - Distribuição de estudantes por curso

## Estudantes por curso



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

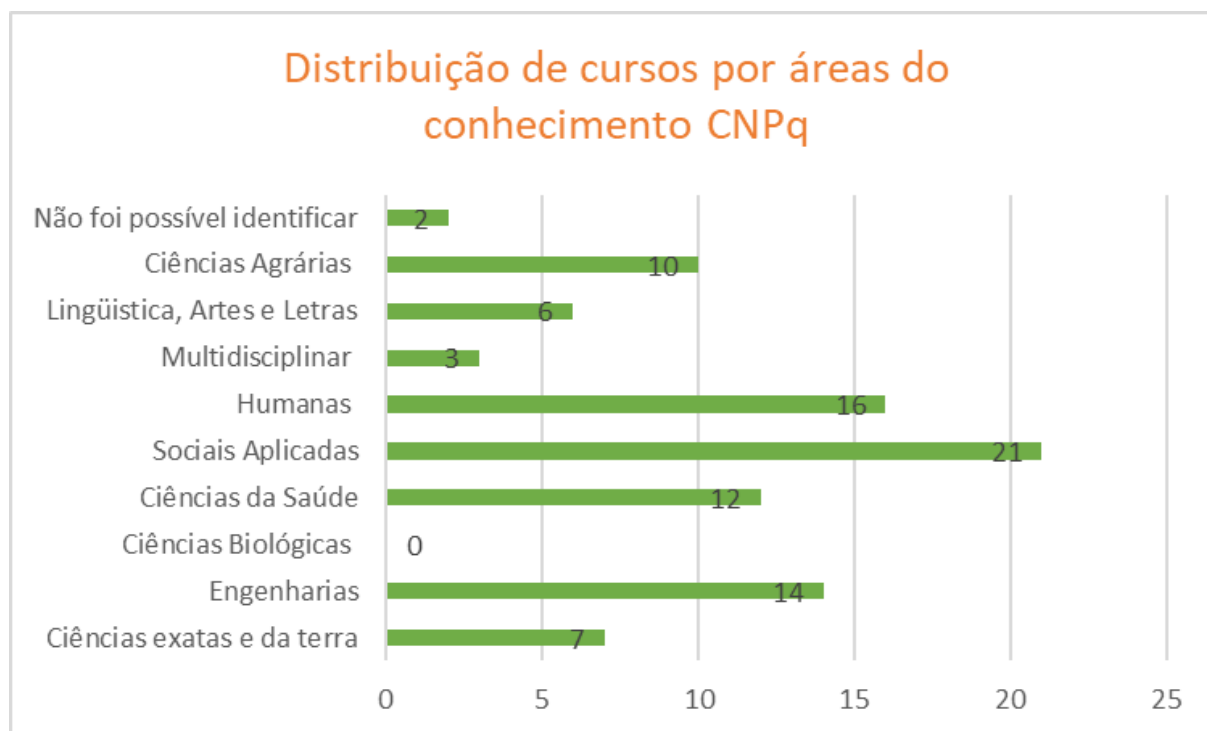
Verificou-se que a distribuição dos estudantes entre os cursos acontece de modo equilibrado. Sendo o curso de Direito o mais indicado pelos estudantes e apresentando o índice de 5,5%, depois dele, verifica-se o curso de Comunicação Social - Hab. Jornalismo com 4,4% e na sequência os cursos de Fisioterapia, Fonoaudiologia, Educação Especial e Serviço Social que obtiveram o total de 3,3% de estudantes.

Um dos estudantes do curso de Engenharia Ambiental e Sanitária indicou a realização paralela de um curso Técnico em Segurança do Trabalho e somente dois dos respondentes não informaram o seu curso. Além disso, alguns estudantes prestaram a informação incompleta no que se refere ao curso (licenciatura ou bacharelado, noturno ou diurno), de modo que na análise dos dados e para a sistematização do gráfico optou-se pelo agrupamento dos cursos sem considerar detalhes.

Em um segundo momento, os dados referentes ao curso informado foram agrupados de acordo com as áreas de conhecimento propostas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), de modo a proporcionar uma avaliação a partir desse escopo.

A partir dessa organização, observou-se uma maior concentração de estudantes nos cursos relacionados às Ciências Sociais Aplicadas. O Gráfico 6 apresenta os dados que foram obtidos.

Gráfico 6 - Distribuição de cursos por áreas do conhecimento CNPq



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

No Gráfico 6, observa-se a concentração de um número maior de estudantes nos cursos relacionados às Ciências Sociais Aplicadas (21), seguidos de (16) de estudantes nos cursos da área de Humanas e (14) que informaram cursar algum curso da área das Engenharias.

O maior volume de estudantes concentrado na área de Ciências Sociais Aplicadas coincide com a apuração nacional realizada pela ANDIFES (2019). Nesta pesquisa, de um total “[...] de 1.200.300 (um milhão, duzentos mil e trezentos) discentes, distribuídos por 65 IFES e por 395 campi, ingressantes no período entre 2000-2018” (ANDIFES, 2019, p. 10), também a maior concentração (19,8%) de estudantes está localizada em cursos da área das Ciências Sociais Aplicadas (ANDIFES, 2019).

Ademais é possível identificar a partir do estudo “Proposta de modelo de avaliação das ações vinculadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil: um estudo envolvendo a percepção dos beneficiários da Universidade Federal de Santa

Maria” realizado por Pereira (2022) que o Centro de Ciências Sociais e Humanas (CCSH) no qual estão vinculados os cursos das Ciências Sociais Aplicadas e da área de Humanas e o Centro de Tecnologia (CT) onde se vinculam os cursos relacionados às Engenharias são os Centros de Ensino com a maior concentração de estudantes. Nessa investigação, os participantes da pesquisa, em sua maioria (18/8%), indicaram vinculação com o CCSH, seguidos de 11,9% que estavam vinculados ao CT (PEREIRA, 2022, p. 99).

Na UFSM, o CCSH é o Centro de Ensino com a maior oferta de cursos. Nesse Centro de Ensino concentram-se 45 cursos de graduação (UFSM, 2022i). Dessa maneira, entende-se que essa relação oferta de cursos/concentração de estudantes explica o maior volume nas áreas das Ciências Sociais e Aplicadas e nas Humanas na UFSM.

Os dados observados também coincidem com a V Pesquisa, anteriormente mencionada, no sentido de colocação das outras áreas mais indicadas. Naquela pesquisa, em segundo lugar estão os cursos das Engenharias com (19,2%) de estudantes, seguidos de Humanas com (15,2%) (ANDIFES, 2019). Entretanto, em relação à pesquisa nacional, percebe-se uma inversão entre Humanas e Engenharias.

Outro aspecto a ser destacado é o fato de que nenhum estudante indicou fazer parte de cursos da área das Ciências Biológicas, sendo que existe a oferta de cursos pela instituição nesta área do conhecimento.

#### 2.4.2.1.2 Sobre a caracterização dos TAES e gestores

Com relação aos seis Técnico-Administrativos em Educação e os dois gestores da instituição que participaram da pesquisa, por se tratar de um grupo pequeno e de modo a evitar a sua identificação, optou-se por não delimitar a caracterização dos integrantes desse grupo. Entretanto, é possível afirmar que ele é composto de servidores públicos federais com atuação direta junto à política de Assistência Estudantil, que tiveram alguma contribuição direta ou indireta na constituição dos auxílios que foram oportunizados pela UFSM. Este grupo em sua maioria constitui-se de servidores que ocupam cargos de nível superior, com formação nas diversas áreas do conhecimento e com mais de três anos de atuação na UFSM.

Definida a unidade de análise e apresentada a caracterização dos sujeitos da pesquisa, passa-se à apresentação das informações sobre como foi organizado o levantamento bibliográfico.

### 2.4.3 Levantamento bibliográfico

Com objetivo de buscar conhecer elementos iniciais e selecionar, no âmbito da produção acadêmica e científica, materiais que pudessem contribuir de maneira importante para embasar a discussão, foi realizado um breve levantamento bibliográfico.

Conforme argumenta Yin (2016, p. 55):

O principal propósito da revisão seletiva é aguçar suas considerações preliminares sobre o tema de estudo, método e fonte de dados. Em vez de assumir uma perspectiva mais ampla e relatar o que sabe sobre um tema (o que seria objeto de uma revisão mais abrangente), seu objetivo é revisar e relatar em maior detalhe um leque específico de estudos anteriores, diretamente dirigidos a seu provável tema de estudo, método e fonte de dados.

Acredita-se que a revisão contribuiu para a produção de uma primeira impressão sobre a temática estudada e orientou na busca pela direção mais adequada ao estudo.

Ainda em relação ao levantamento bibliográfico preliminar, Gil (2019, p. 43) esclarece que “pode ser entendido como um estudo exploratório, posto que tem a finalidade de proporcionar a familiaridade do pesquisador com a área de estudo na qual está interessado, bem como sua delimitação”.

Ademais, considerou-se como essencial esse contato inicial com o tema de estudo e o que já foi produzido, pois possibilitou direcionar a pesquisa para o melhor percurso, facilitando a compreensão sobre os conhecimentos que seriam necessários aprofundar.

Além disso, como sugere Flick (2009, p. 62), “Na pesquisa qualitativa, o pesquisador utiliza os *insights* e as informações provenientes da literatura enquanto conhecimento sobre o contexto, utilizando dele para verificar afirmações e observações a respeito de seu tema de pesquisa naqueles contextos”.

Com essa finalidade, foram utilizados para o levantamento: livros (considerados no todo e apenas capítulos), artigos científicos disponíveis na



plataforma Scielo, Teses e Dissertações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) (IBICT, 2021) e publicações disponíveis no Portal de Periódicos da CAPES/MEC (CAPES, 2021).

Concluída a exposição sobre como foi realizado o levantamento bibliográfico, no tópico a seguir passa-se à apresentação dos instrumentos que foram escolhidos para a produção dos dados da pesquisa.

#### **2.4.4 Definição das técnicas para a construção dos dados**

Para a concretização do referido estudo, realizou-se pesquisa documental, explorando-se o conjunto de normativas e documentos produzidos sobre a Política de Assistência Estudantil e o Auxílio Inclusão Digital no âmbito da UFSM.

Segundo Gil (2019, p. 29): “A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia”. Além disso, o autor complementa que esse tipo de pesquisa “[...] vale-se de toda a sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como assentamento, autorização, comunicação, etc.” (GIL, 2019, p. 29).

Ainda sobre a utilização de documentos como dados, Flick (2009, p. 231) afirma que “Da mesma forma como ocorre com outras abordagens de pesquisa qualitativa, pode-se utilizar os documentos e a análise de documentos como uma estratégia complementar para outros métodos como a entrevista ou a etnografia”. Em conformidade com o pensamento dos autores foram visitados os editais publicados pela UFSM sobre o benefício socioeconômico e sobre os auxílios à inclusão digital tanto para aquisição de pacotes de dados móveis quanto para aquisição de equipamentos eletrônicos.

Apresenta-se o Quadro 2 que designa uma síntese dos documentos que foram analisados:

Quadro 2 - Síntese dos documentos analisados

TIPO	TÍTULO	ASSUNTO	PUBLICAÇÃO	ACESSO EM:
Resolução	Resolução nº 007/08	Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução nº 005/06.	19 de maio de 2008	<a href="https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2018/03/2.pdf">https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2018/03/2.pdf</a>
Decreto	Decreto nº 7.234	Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.	19 de julho de 2010	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm</a>
Resolução	Resolução nº 35/2015	Regulamenta o Programa de Benefício Socioeconômico no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, e revoga a Resolução nº 005/08.	30 de dezembro de 2015	<a href="https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2018/03/1.pdf">https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2018/03/1.pdf</a>
Edital	EDITAL PARA O AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL PRAE Nº 027/2020 – 1º SEMESTRE DE 2020	Regula o processo seletivo de acesso aos recursos financeiros para aquisição de plano de internet ou de dados móveis indicado para as atividades acadêmico-científicas em Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE).	16 de junho de 2020	<a href="https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2020/06/2020.06.16__Edital-027-2020-prae_-Aux%C3%ADlio-Inclus%C3%A3o-Digital-1.pdf">https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2020/06/2020.06.16__Edital-027-2020-prae_-Aux%C3%ADlio-Inclus%C3%A3o-Digital-1.pdf</a>
Edital	EDITAL PARA O AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL – AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO PRAE Nº 041/2020 – 2º SEMESTRE DE 2020	Regula o processo seletivo de acesso a equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais).	17 de setembro de 2020	<a href="https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2020/09/pub_Edital-041-2020-Auxilio-Inclusao-Digital-Aquisicao-de-Equipamentos.pdf">https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2020/09/pub_Edital-041-2020-Auxilio-Inclusao-Digital-Aquisicao-de-Equipamentos.pdf</a>
Edital	EDITAL DE AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL PRAE/UFSM Nº 028/2021 Aquisição de Equipamentos - 1º Semestre de 2021	Regula o processo seletivo de acesso a equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais).	15 de julho de 2021	<a href="https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&amp;download=false&amp;id=13624120">https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&amp;download=false&amp;id=13624120</a>
Edital	EDITAL DE AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL PRAE/UFSM Nº 035/2021 Aquisição de Equipamentos - 2º Semestre de 2021	Regula o processo seletivo de acesso a equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais).	28 de setembro de 2021.	<a href="https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&amp;download=false&amp;id=13757100">https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&amp;download=false&amp;id=13757100</a>
Edital	EDITAL EXTRAORDINÁRIO DE AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL PRAE/UFSM Nº 041/2021 Aquisição de Equipamentos - 2º Semestre de 2021	Regula o processo seletivo de acesso a equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais).	08 de novembro de 2021	<a href="https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&amp;download=false&amp;id=13834418">https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&amp;download=false&amp;id=13834418</a>

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Além da análise documental, foi utilizada a aplicação de questionários *on-line* aos estudantes assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil, que obtiveram acesso ao auxílio inclusão digital e realizadas entrevistas semiestruturadas com os servidores TAEs e os gestores da PRAE, que operacionalizam o referido auxílio no âmbito da UFSM.

Segundo Gil (2019, p. 94), “Por questionário entende-se um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado”. Esta se constitui uma ferramenta de obtenção de dados que pode ser considerada de simples aplicação e bastante efetiva no sentido de garantir o anonimato e eficiência em relação à obtenção de dados, conforme indica Gil (2019, p. 95), “[...] constitui o meio mais rápido e barato de obtenção de informações, além de não exigir treinamento de pessoal e garantir o anonimato”.

Para a disponibilização do questionário on-line da pesquisa utilizou-se o Sistema de Questionários UFSM, viabilizado pelo Centro de Processamento de Dados (CPD) e vinculado ao Portal do Aluno. Ele foi organizado de maneira a abordar, a partir de questões objetivas e dissertativas, os objetivos da pesquisa.

Cabe destacar que o número total da amostra foi definido ao longo do processo de pesquisa. Essa amostragem foi estipulada a partir dos resultados homologados pelos 05 (cinco) últimos “Editais de Auxílio Inclusão Digital” destinados à aquisição de plano de internet ou dados, referente aos meses de junho de 2021 a outubro de 2021 e dos 04 (quatro) editais de “Auxílio Inclusão Digital – Aquisição de equipamentos” publicados entre o 2º semestre de 2020 e o 2º semestre de 2021. Esses editais representam o conjunto da população atendida pelos auxílios inclusão digital.

Em relação à aquisição de plano de internet ou dados, se trata de um edital permanente com homologações mensais, desse modo, os estudantes contemplados são praticamente os mesmos e se repetem sistematicamente no decorrer dos meses. No que diz respeito à aquisição de equipamentos, adotou-se a totalidade dos editais publicados no período, em virtude de que atendem grupos diferentes de estudantes.

Dessa maneira, foram encaminhados aos estudantes no período de 04/04/2022 a 06/06/2022, por meio do Sistema de Questionários UFSM, recurso on-line vinculado ao Portal do Aluno e disponibilizado pelo Centro de Processamento de Dados da UFSM, um total de 1090 questionários on-line (Apêndice A).

Esses questionários foram direcionados aos estudantes contemplados pelos editais Auxílios Inclusão Digital (aquisição de plano de internet ou dados móveis e aquisição de equipamento), relacionados aos processos seletivos referentes aos editais conforme Figura 3.



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Após sessenta dias, obteve-se o retorno de 91 questionários devidamente preenchidos pelos estudantes.

Conforme sinalizado anteriormente, também foi aplicada a técnica da entrevista semiestruturada, com um grupo 06 (seis) servidores que operacionalizam os auxílios inclusão digital e com os Pró-Reitores que foram os gestores da PRAE no contexto de sua implantação.

Por entrevista semiestruturada, entende-se aquela que, conforme Minayo (2016, p. 59), “[...] combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema sem se prender à indagação formulada”. Como sugere a autora, essa característica da entrevista possibilitou liberdade para os entrevistados pronunciarem-se sobre a sua relação com os fatos estudados, sem se prender no que foi diretamente perguntado (MINAYO, 2016). Logo, puderam ser evidenciadas outras questões bem importantes e que não foram atingidas pelo questionamento do entrevistador.

Além disso, a opção pela entrevista semiestruturada também encontra fundamento nas percepções de Flick (2009, p. 143), ao afirmar que elas:

[...] em particular têm atraído interesse e passaram a ser amplamente utilizadas. Este interesse está associado à expectativa de que é mais provável pontos de vista dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário.

É esse entendimento do autor sobre a possibilidade de expressão dos pontos de vista dos sujeitos que colabora e justifica a escolha desta modalidade de entrevista no contexto deste estudo (FLICK, 2009).

De modo a atender os preceitos éticos de pesquisa e a confidencialidade necessária das informações dos sujeitos da pesquisa, garantiu-se aos participantes o anonimato ao responder o questionário e a entrevista semiestruturada. Estes foram convidados à participação e tiveram oportunidade de preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com as informações/orientações necessárias para a sua participação e a disponibilização dos meios de comunicação com os responsáveis pela pesquisa para o suporte e esclarecimento de possíveis dúvidas sobre a sua participação.

Com relação às entrevistas semiestruturadas, os dados construídos foram armazenados no *Google Drive* vinculado ao e-mail institucional do pesquisador e compartilhados com o e-mail da professora orientadora e permanecerão arquivados por um prazo de cinco anos.

Convém ressaltar que tanto os questionários *on-line* quanto às entrevistas semiestruturadas, que foram os instrumentos utilizados para a construção de dados, foram previamente testados pelo pesquisador para verificação e validação de sua exequibilidade e eficiência no retorno para a pesquisa.

De acordo com Gil (2019, p. 98):

O pré-teste não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. Não pode trazer nenhum resultado referente a esses objetivos. Ele está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir.

Nesse contexto, de modo a garantir que os instrumentos estivessem adequados para a pesquisa, o questionário on-line foi aplicado em um grupo de 10 (dez) estudantes, que integravam o grupo de estudos INTERFACES e faziam parte

do Programa BSE, ou que, apesar de não integrarem o BSE, conheciam o seu alcance e os critérios da política de AE. A entrevista semiestruturada foi aplicada em TAES que inseridos no contexto da pesquisa e que conheciam a Política de Assistência Estudantil da UFSM na sua efetividade.

Ainda sobre o pré-teste, Gil (2019) argumenta que como é sabido, no caso do questionário, o pré-teste deve assegurar que ele esteja bem elaborado, sobretudo no que diz respeito aos seguintes aspectos: clareza e precisão dos termos, formato, desmembramento e ordem das questões. Além disso, é importante observar as informações constantes na introdução do questionário.

Para garantir atenção aos preceitos éticos de pesquisa, após a qualificação da proposta junto à Banca, a pesquisa foi submetida à avaliação e aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP).

Segundo a UFSM (2021a), o CEP tem caráter consultivo, deliberativo e educativo, sendo um colegiado integrado por representantes das unidades universitárias da UFSM, que é o responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos das pesquisas, que de uma forma ou de outra envolvem seres humanos.

Salienta-se que, cumprindo os preceitos éticos que regulamentam as pesquisas científicas, este estudo obteve na data de 03 de março de 2022, por meio do Parecer Consubstanciado nº 5.271.612 a aprovação pelo CEP.

Definidos os instrumentos para a construção dos dados, no tópico a seguir apresenta-se o procedimento de análise dos dados da pesquisa.

#### **2.4.5 Escolha do procedimento de análise dos dados construídos**

Para a análise dos dados construídos optou-se pela metodologia da Análise Textual Discursiva (ATD), pois segundo Moraes e Galiazzi (2016, p. 13): “A análise textual discursiva corresponde a uma metodologia de análise de informações de natureza qualitativa com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos”.

O ciclo da ATD foi realizado a partir dos seguintes elementos principais:

1 - Desmontagem dos textos: também denominado de processo de unitarização, implica examinar os textos em seus detalhes, fragmentando-os no sentido de produzir unidades constituintes, enunciados referentes aos

fenômenos estudados. 2 - Estabelecimento de relações: este processo denominado de categorização envolve construir relações entre as unidades de base, combinando-as e classificando-as, reunindo esses elementos unitários na formação de conjuntos que congregam elementos próximos, resultando daí sistemas de categorias. 3 - Captação do novo emergente: a intensa impregnação nos materiais da análise desencadeada nos dois focos anteriores possibilita a emergência de uma compreensão renovada do todo. O investimento na comunicação dessa compreensão, assim como de sua crítica e validação, constituem o último elemento do ciclo de análise proposto. O metatexto resultante desse processo representa um esforço de explicitar a compreensão que se apresenta como produto de uma combinação dos elementos construídos ao longo dos passos anteriores (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 33).

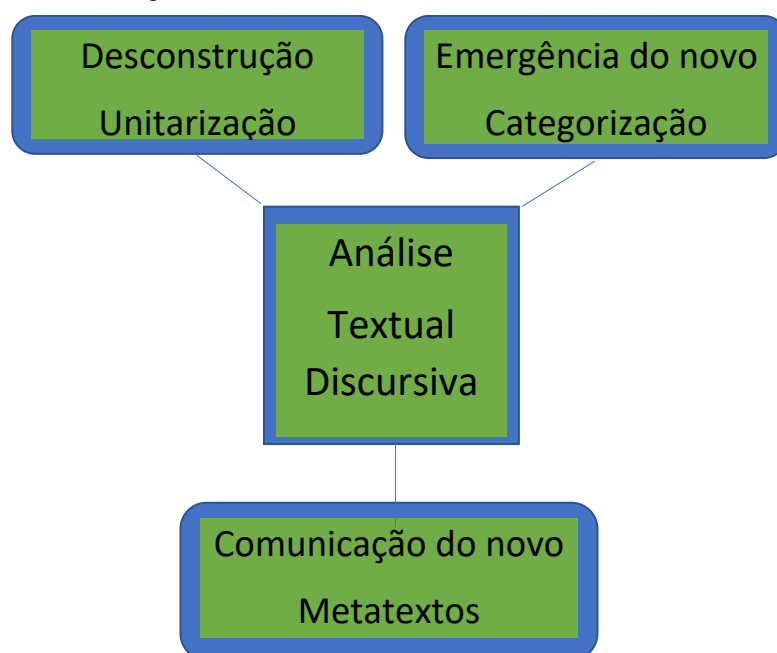
Em um processo que é auto-organizado, ao se olhar para os textos produzidos, exercita-se a construção de novos sentidos, visto que, conforme Moraes (2016), o ciclo da ATD se torna um exercício de produzir e expressar sentidos, onde os textos são assumidos como significantes em relação aos quais se podem exprimir sentidos simbólicos. Assim, analisando um conjunto de textos e expressando a partir da análise os sentidos e significados possíveis, buscou-se construir novas compreensões. De acordo com Moraes e Galiazzi (2016, p. 134):

A Análise Textual Discursiva pode ser entendida como o processo de desconstrução, seguido de reconstrução, de um conjunto de materiais linguísticos e discursivos, produzindo-se a partir disso novos entendimentos sobre os fenômenos e discursos investigados. Envolve identificar e isolar enunciados dos materiais submetidos à análise, categorizar esses enunciados e produzir textos, integrando nestes descrição e interpretação, utilizando como base de sua construção o sistema de categorias construído.

O processo sugerido pelos autores, realizado sobre os textos produzidos no contexto da pesquisa, que foram desconstruídos e reconstruídos de modo a produzir uma estrutura de categorias e argumentos que correspondem a um novo texto, foi considerado o mais adequado ao contexto pesquisado (MORAES; GALIAZZI, 2016). Em concordância com Moraes e Galiazzi (2016), considerou-se que a análise potente na capacidade de sintetizar os principais elementos, dimensões ou categorias que puderam ser lidos e interpretados nos textos que foram analisados.

Apresenta-se na Figura 4 a seguir, uma síntese do Ciclo da Análise Textual Discursiva.

Figura 4 - Ciclo da Análise Textual Discursiva



Fonte: Adaptado de Moraes e Galiazzi (2016).

Entende-se essa metodologia como a mais adequada para esta pesquisa, uma vez que se tem a pretensão de compreender qual o fenômeno que se mostrava a partir do discurso da população pesquisada.

A seguir são apresentados os argumentos que constituíram a elaboração do protocolo de pesquisa.

#### 2.4.6 Elaboração do protocolo de pesquisa

Como instrumento facilitador da organização do processo, foi elaborado o protocolo de pesquisa.

Em termos cotidianos, pesquisa não é ato isolado, intermitente, especial, mas atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem. Faz parte de toda prática, para não ser ativista e fanática. Faz parte do processo de informação, como instrumento essencial para a emancipação. Não só para ter, sobretudo para ser, é mister saber (DEMO, 2006, p. 16).

Conforme sugere Demo (2006), enquanto atitude processual de investigação e instrumento essencial para emancipação dos sujeitos, a pesquisa requer organização e planejamento.

Vários autores discutem a importância do protocolo do estudo de caso. Dentre eles Yin (2016, p. 91), que argumenta que “O termo protocolo é usado para indicar



um conjunto mais amplo de procedimentos e perguntas do que o clássico *instrumento*". Já para Gil (2019, p. 108), protocolo é:

[...] o documento que trata de todas as decisões importantes que foram e ainda deverão ser tomadas ao longo do processo de pesquisa. Não apenas esclarece acerca dos procedimentos a serem adotados na coleta de dados, mas subsidia as tomadas de decisão [...].

Além de facilitar no processo de desenvolvimento da pesquisa, segundo Yin (2015, p. 88), "O protocolo é uma maneira importante de aumentar a confiabilidade da pesquisa de estudo de caso e se destina a orientar o pesquisador na coleta de dados de um caso único".

Sobre a sua organização, Yin (2016) sugere que ele contenha questões suficientes e fundamentais para o tema. De modo que orientem, uma ou mais linhas de investigação. São estas linhas de investigação que trabalham para revelar as questões para todo o estudo.

O protocolo do estudo de caso encontra-se afixado no Apêndice A desta Dissertação e foi organizado observando-se a estruturação sugerida por Yin (2015, p. 89):

Inicialmente apresenta-se uma visão geral do estudo de caso e a finalidade do protocolo. Neste tópico sinalizam-se algumas considerações importantes sobre a pesquisa, a hipótese e proposições sobre o estudo de caso, algumas considerações chave sobre a estrutura teórica do trabalho e o papel do protocolo na orientação do pesquisador.

Em um segundo momento, organizam-se os procedimentos para coleta de dados. Neste tópico, está previsto o Plano de coleta de dados e posicionados alguns compromissos a serem realizados anteriormente à sua realização (YIN, 2015).

Posteriormente, apresentam-se as questões elaboradas especificamente para o alcance dos objetivos de pesquisa relacionados ao estudo de caso. Por fim define-se o guia para a elaboração do relatório de estudo de caso (YIN, 2015).

Dessa forma, como apontam ambos os autores, o protocolo se tornou fundamental para a condução da pesquisa de maneira organizada, delineando os percursos corretos e essenciais e auxiliando nas necessárias tomadas de decisão (GIL, 2019; YIN, 2015).

Em relação ao processo da pesquisa, conforme argumenta Gil (2019, p. 112), "Os dados são muito numerosos e obtidos de formas diferentes, tornando-se

necessária sua seleção e organização não apenas para fins de análise, mas também de apresentação”.

Em consonância com o pensamento do autor, no sentido de estabelecer uma organização para apresentação da produção com os achados da pesquisa e pensando-se em dar visibilidade aos seus resultados, de modo a contribuir com a produção de conhecimento sobre a temática, esta Dissertação de Mestrado configura-se no principal resultado do trabalho realizado.

Sobre a importância da redação na pesquisa qualitativa Flick (2009) aponta que ela é relevante sobre três aspectos: em primeiro lugar, serve para apresentar descobertas oriundas de um projeto, em consequência disso, como ponto de partida para a avaliação dos procedimentos que foram utilizados na condução do projeto, levaram às descobertas e assim aos resultados obtidos, e, por último, como ponto de partida para considerações reflexivas sobre a situação geral da pesquisa como um todo.

Adotando esta dinâmica, essa produção textual se constitui no documento que sinaliza o término do trabalho de pesquisa, e se configura na Dissertação de Mestrado para obtenção do título de Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional.

No sentido de socialização dos resultados da pesquisa, ao longo do processo de escrita da dissertação, foram apresentados em eventos e publicados em periódicos nacionais e internacionais, alguns artigos científicos produzidos, a partir de revisão bibliográfica sobre a temática do estudo e da análise realizada sobre o conjunto de dados produzidos.

### **3 ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL, INCLUSÃO DIGITAL E O CONTEXTO DA UFSM**

A partir da interlocução com vários autores e da observação dos principais marcos legais sobre a temática, neste capítulo, busca-se fundamentar teoricamente o estudo. Dessa maneira, inicialmente, destaca-se o que foi encontrado a partir de outros pesquisadores sobre o tema, posteriormente, discute-se alguns elementos que destacam a Assistência Estudantil como uma política pública ainda em construção, a seguir apresenta-se a Assistência Estudantil no contexto da UFSM e finaliza-se apresentando a inclusão digital como um dispositivo necessário para a permanência dos estudantes.

#### **3.1 A REALIZAÇÃO DE BUSCAS SOBRE A TEMÁTICA: O QUE OUTROS PESQUISADORES PRODUZIRAM SOBRE O TEMA**

Com o objetivo de fazer um reconhecimento do universo já estudado sobre os temas da Assistência Estudantil (AE) e do Ensino Superior, principalmente no que concerne à Inclusão Digital, que são os temas a serem debatidos nesta proposta de pesquisa e de maneira a acrescer possíveis contribuições para a discussão, realizou-se a revisão de literatura, tendo por base as buscas na BDTD e no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Optou-se pela BDTD (2021), pois congrega os sistemas de informação de teses e dissertações existentes em mais de 126 instituições, incluindo neste momento, em meio eletrônico, o registro e a publicação de mais de 687.191 documentos e pelo Portal de Periódicos da CAPES (2021), dado que se trata de uma “biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional”.

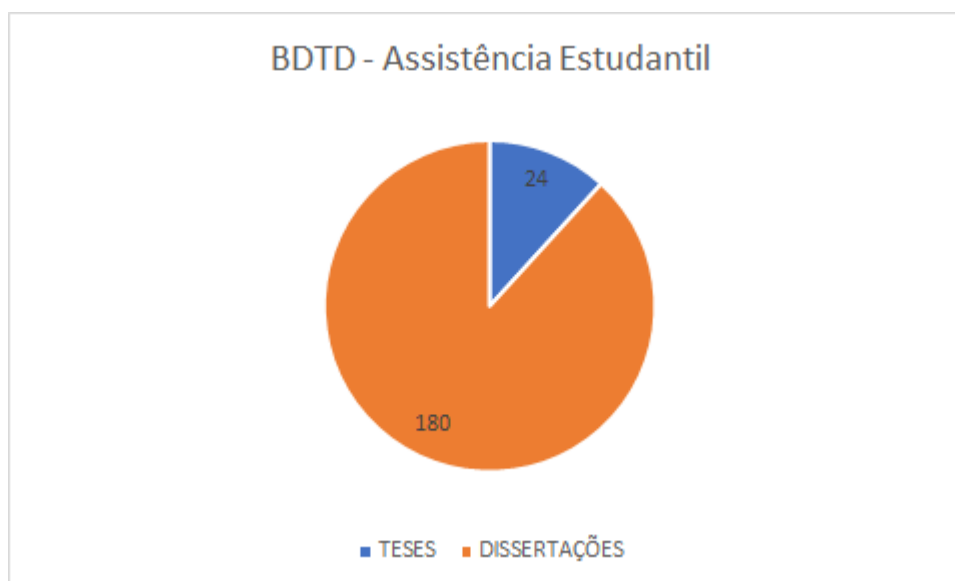
A BDTD (2021) é organizada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e objetiva dar maior visibilidade à produção científica nacional, enquanto o Portal de Periódicos da CAPES (2021), tem como missão promover o fortalecimento dos Programas de Pós-Graduação no Brasil por meio da democratização do acesso on-line à informação científica internacional de alto nível.

Ao realizar-se a revisão, adotou-se como critério para todas as consultas, sistematicamente, os termos buscados em todos os campos (Título, Autor e Assunto), para publicações referentes aos últimos 05 (cinco) anos, ou seja,

de 2016 a 2021, em qualquer idioma e os descritores “assistência estudantil”, “ensino superior” e “inclusão digital”.

Em uma pesquisa inicial, na BDTD, utilizando-se somente o termo “assistência estudantil” a plataforma retornou um total 204 (duzentos e quatro) produções. Visualiza-se a síntese dessa busca no Gráfico 7.

Gráfico 7 - BDTD - Assistência Estudantil



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Desse conjunto de publicações, verifica-se que a maioria, 180 (cento e oitenta), dizem respeito a produções de Dissertações de Mestrado, e 24 (vinte e quatro) são Teses de Doutorado, dos mais variados Programas de Pós-Graduação e de diversas instituições públicas e privadas de Ensino Superior, que em geral pesquisaram a realidade de suas instituições, apresentando análises, avaliações e percepções sobre a Assistência Estudantil enquanto política pública para garantir o acesso e a permanência dos estudantes no Ensino Superior.

Em um segundo momento, pesquisaram-se, de modo isolado, os descritores “ensino superior”, que retornou 4816 (quatro mil oitocentos e dezesseis) trabalhos e “inclusão digital”, que retornou 165 (cento e sessenta e cinco) produções. Ambas as buscas foram consideradas volumosas, muito amplas e cujos resultados são trabalhos das mais diversas naturezas, que não convergem para a intenção de pesquisa.

Com o objetivo de aproximar-se mais do escopo da pesquisa e obter resultados mais apropriados, optou-se por realizar associação dos

termos “assistência estudantil” ao termo “ensino superior”. Então, nessa nova busca, encontrou-se um menor volume de retorno, como se verifica no Gráfico 8.

Gráfico 8 - BDTD - Assistência Estudantil e Ensino Superior



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Tendo sido adotados os mesmos critérios já mencionados, obteve-se como pode ser verificado no Gráfico 8, um total de 104 (cento e quatro) trabalhos, que da mesma forma, são em sua maioria Dissertações de Mestrado, totalizando 95 (noventa e cinco) e 09 (nove) Teses de Doutorado.

Observa-se, com essa nova busca, que a plataforma da biblioteca, de igual maneira, retorna uma grande maioria de produções cuja natureza são análises da PNAES relacionadas ao contexto das universidades, outras são avaliações dos programas de AE e ainda algumas produções acerca das ações específicas da política (moradia, alimentação, esporte, saúde, entre outras) em um contexto de avaliação da realidade institucional. Além disso, verificam-se alguns trabalhos sobre a atuação e as contribuições do Serviço Social no contexto da AE e outros sobre a Relação Cotas (Lei nº 12.711/2012) e Assistência Estudantil.

Com a intenção de diminuir o volume de retorno de trabalhos, para possibilitar uma análise mais aproximada do conteúdo que será pesquisado, buscou-se uma nova consulta a partir da associação dos descritores “assistência estudantil”, “ensino superior” e “inclusão digital”. Entretanto, essa associação de descritores retornou à informação de que NENHUM registro foi encontrado.

Assim, apresenta-se o Quadro 3 contendo a síntese das pesquisas realizadas na BDTD e os resultados encontrados mediante associação dos descritores já mencionados.

Quadro 3 - Síntese dos achados da pesquisa na BDTD

BASE	TIPO	DESCRITORES	CRITÉRIOS	RETORNO	PRINCIPAIS CATEGORIAS ENCONTRADAS MEDIANTE ASSOCIAÇÃO DOS DESCRITORES ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E ENSINO SUPERIOR
BDTD	TESES E DISSERTAÇÕES	“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”	2016-2021 TODOS OS CAMPOS (TÍTULO, AUTOR E ASSUNTO)	204	<p>Análises do PNAES nas IFES.</p> <p>Avaliações dos Programas de AE das IFES.</p> <p>Avaliação de ações específicas da AE (moradia, alimentação, esporte, saúde, etc.)</p> <p>Contribuições do Serviço Social no Contexto da AE.</p> <p>Relação Cotas (Lei 12.711/2012) e AE.</p>
		“ENSINO SUPERIOR”	2016-2021 TODOS OS CAMPOS (TÍTULO, AUTOR E ASSUNTO)	4816	
		“INCLUSÃO DIGITAL”	2016-2021 TODOS OS CAMPOS (TÍTULO, AUTOR E ASSUNTO)	165	
		“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL” e “ENSINO SUPERIOR”	2016-2021 TODOS OS CAMPOS (TÍTULO, AUTOR E ASSUNTO)	104	
		“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL” e “INCLUSÃO DIGITAL”	2016-2021 TODOS OS CAMPOS (TÍTULO, AUTOR E ASSUNTO)	NENHUM	
		“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL”, “ENSINO SUPERIOR” e “INCLUSÃO DIGITAL”	2016-2021 TODOS OS CAMPOS (TÍTULO, AUTOR E ASSUNTO)	NENHUM	

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com relação aos achados da revisão, realizou-se uma breve categorização, com o retorno da pesquisa na associação dos descritores “assistência estudantil e ensino superior”, cabendo evidenciar que pela possível contribuição para o debate a ser empreendido nesta proposta de pesquisa, buscou-se analisar com maior proximidade os textos que dizem respeito às análises da Política de Assistência Estudantil no contexto das IFES. Dentre os 104 trabalhos foram encontrados, aproximadamente 09 (nove) que denotam esta perspectiva. Entretanto, deste grupo, somente 04 (quatro) serão considerados contribuições que parecem ter relevância a este estudo.

Sistematizou-se o que foi levantado, encontrando-se em síntese as seguintes análises sobre o PNAES nas IFES, descritos a seguir.

A dissertação de Brito (2018), intitulada “Programa de Assistência Estudantil na UFRPE: percepção dos discentes beneficiários”, desenvolvida na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), no Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco, busca compreender a percepção do(a) discente sobre a Assistência Estudantil na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), especialmente o Programa de Apoio ao Discente (PAD) nas suas vidas acadêmicas, a fim de trazer a discussão e reflexão acerca das ações e estratégias. Ou seja, analisar os possíveis desdobramentos que os programas socioestudantis provocam para a permanência dos(as) discentes de baixa renda nos cursos de graduação. A autora considera o PNAES reflexo de um processo de lutas dos movimentos sociais e estudantis, tornando-se um direito aos discentes socialmente vulneráveis e salienta a importância e a necessidade de promoção de ações nas diversas áreas de atuação, garantindo-se a ampliação da equidade do sistema de educação superior e reafirmando que as oportunidades de acesso, permanência e conclusão devem ser iguais para os mais distintos grupos socioeconômicos.

Já a dissertação desenvolvida por Souza (2016), para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), denominada “Acesso e permanência na UFPR: uma análise da política de Assistência Estudantil (2010-2014)”, busca analisar a política de assistência estudantil para permanência do estudante na UFPR no período de 2010 a 2014, por meio da implementação da Resolução nº 31/09 do Conselho de Planejamento e Administração da instituição. A



autora se apoia no entendimento de que a educação superior é um importante espaço de efetivação da política educacional na medida em que se implementam políticas sociais de acesso e de permanência como forma de garantir a igualdade de oportunidades como princípio de justiça social. Sua análise foi conclusiva no sentido de afirmar que a UFPR possibilita a oferta de melhores condições para que o aluno com fragilidade socioeconômica permaneça na instituição. Entretanto ela pontua que a evasão na educação superior é uma problemática que possui várias facetas e determinantes, a efetivação da política de permanência necessita estar articulada a outras ações para potencializar a permanência do aluno.

A dissertação de Silva (2020), cujo título é “Política de permanência no Ensino Superior no Brasil e formação de qualidade” desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e objetiva identificar se a Política de Assistência Estudantil da UFJF contribui para a permanência e se a partir dessa contribuição possibilita a formação de qualidade aos estudantes de graduação. Nesse sentido, a autora constata a importância da política, bem como mostra que ela contribui para a formação de qualidade, na medida em que possibilita aos estudantes de graduação, principalmente os de baixa renda, se dediquem a vida acadêmica por meio dos recursos que recebem da assistência estudantil.

Já a pesquisa realizada por Rodrigues (2019), culminou com a dissertação intitulada “A política de assistência estudantil na Universidade Federal de Goiás - UFG” e objetiva analisar a política de assistência estudantil no âmbito da Universidade Federal de Goiás (UFG), a partir do PNAES. O referido trabalho conclui que o PNAES demonstrou ser uma ferramenta importante na construção de possibilidades que tentam superar as desigualdades de permanência na educação superior. Entretanto, mesmo com as inflexões que o programa tem produzido no cotidiano das IFES, ele não irá resolver todos os problemas de permanência, pois estes estão geralmente associados às demais políticas educacionais e são relativos à sua função no capitalismo.

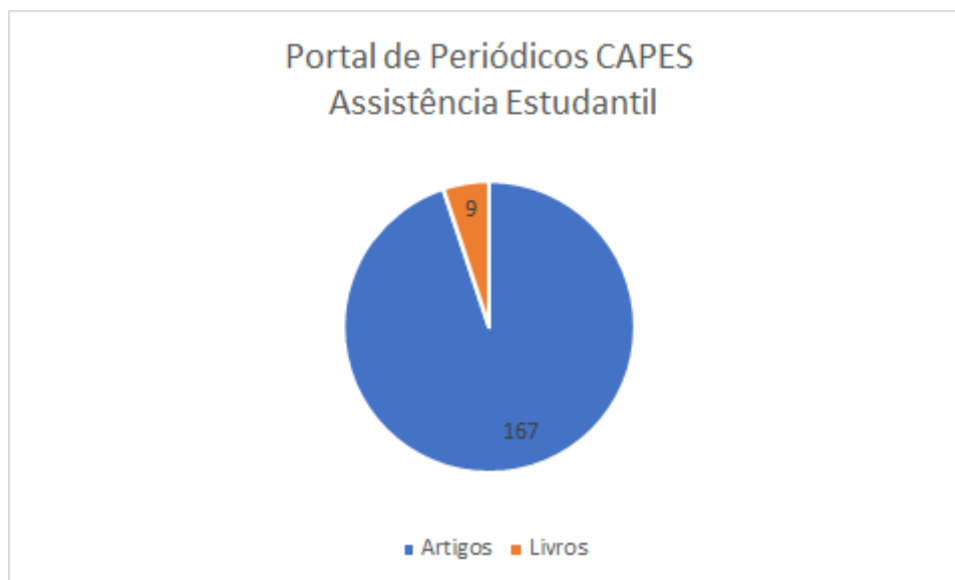
Ponto comum entre os quatro trabalhos que foram analisados é a percepção de que o Plano Nacional de Assistência Estudantil, que é fruto de luta dos movimentos sociais e estudantis, se consolida na perspectiva de um direito aos estudantes em vulnerabilidade social. Esses trabalhos evidenciam que o PNAES tem possibilitado melhores condições para a permanência dos estudantes na

educação superior pública e potencializado modificações em relação à desigualdade de oportunidades no acesso, permanência e conclusão dos cursos. Entretanto, sinalizam que dentre os desafios da permanência estão a complexidade da AE e a necessidade de promoção das ações nas diversas áreas de atuação do Plano e a articulação.

Conforme o que foi anteriormente sinalizado, em complementação à consulta realizada na BDTD, utilizou-se o Portal de Periódicos da CAPES.

Em uma pesquisa inicial, no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando-se somente o descritor “assistência estudantil”, a plataforma retornou um total 176 (cento e setenta e seis) produções, sendo 167 (cento e sessenta e sete) artigos e 09 (nove) livros, que discutem a temática em ótica semelhante ao que foi encontrado também na BDTD, ou seja, pesquisas sobre a realidade da política nas IFES, apresentando análises, avaliações e percepções sobre a Assistência Estudantil como uma política pública ainda em construção, mas que está pensada para garantir o acesso e a permanência dos estudantes no Ensino Superior. Verifica-se no Gráfico 9 a síntese da pesquisa no Portal de Periódicos da CAPES.

Gráfico 9 - Portal de Periódicos da CAPES - Assistência Estudantil

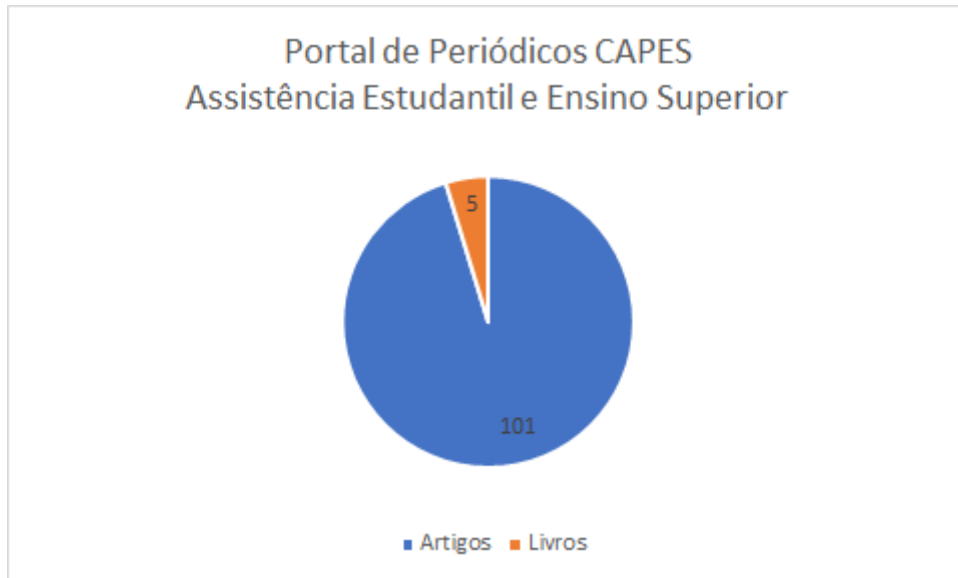


Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Com a intenção de diminuir o volume de retorno, realizou-se nova busca associando-se o termo “assistência estudantil” ao termo “ensino superior”. Então, nessa nova busca, foi encontrado um total de 106 (cento e seis) produções, que, da

mesma forma, são em sua maioria artigos, totalizando 101 (cento e um) e 05 (cinco) livros. Uma síntese do resultado desta pesquisa pode ser observada no Gráfico 10.

Gráfico 10 - Portal de Periódicos da CAPES - Assistência Estudantil e Ensino Superior



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Ao se analisar este retorno, verifica-se que também se trata de produções sobre o contexto do Ensino Superior e das IFES, cuja natureza são análises da PNAES como política, avaliações dos programas institucionais de AE e ainda algumas produções acerca das ações específicas da política (moradia, alimentação, esporte, saúde, entre outras). Outro fato observado é a existência de algumas produções sobre a Expansão das IFES com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e a Relação Cotas (Lei nº 12.711/2012) e Assistência Estudantil.

Ao se pesquisar a associação dos descritores “assistência estudantil”, e “inclusão digital”, com o intuito de aproximar-se mais do interesse de pesquisa, o retorno apresentado pelo Portal é de que existem 11 (onze) produções, que são em sua totalidade artigos.

Dois dos artigos encontrados podem ser considerados relevantes para a pesquisa, conforme ilustra o Quadro 4.

Quadro 4 - Produção relevante para a pesquisa - Portal de Periódicos CAPES

AUTOR	TÍTULO	OBJETIVO	PERIÓDICO	TIPO	ANO DE PUBLICAÇÃO
LIMA, Jackeline Soares	A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia da COVID-19	Realizar um exame reflexivo das ações desenvolvidas para a promoção da assistência estudantil apontando os acertos, ganhos, dificuldades e demais resultados alcançados.	Cadernos Cajuína: revista interdisciplinar	Artigo	2021
PIRES, André	A Covid-19 e a Educação Superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais	Discutir efeitos da pandemia da Covid-19 no ensino superior brasileiro em 2020.	Revista Educación: Pontificia Universidade Católica do Peru	Artigo	2021

Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

O primeiro artigo, de autoria de Lima (2021), realiza um exame reflexivo sobre as ações da Assistência Estudantil, contextualizando a apresentação do processo de implementação de um edital inédito para a inclusão digital no cenário da Universidade de Brasília (UNB), e o segundo, de autoria de Pires (2021), discute os efeitos da pandemia da COVID-19 no Ensino Superior Brasileiro e tece considerações sobre os usos de tecnologias e sobre como esses processos contribuíram para o fortalecimento das desigualdades educacionais já existentes.

Ambas discussões realizadas pelos autores podem contribuir para o debate que se organiza com esta proposta de pesquisa, o primeiro pela sua similaridade em relação ao processo sobre a inclusão digital na UFSM e o segundo pela possibilidade de pensar sobre a importância que ela assume, principalmente na atualidade, considerando-se o conjunto de desigualdades que os estudantes experienciam no contexto da Educação Superior Pública e que os movimentam em busca de auxílio para a sua permanência no Ensino Superior.

Na próxima seção, serão apresentados os elementos que fundamentam teoricamente esta proposta de pesquisa.

### 3.2 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA POLÍTICA EM CONSTRUÇÃO

No âmbito da Educação Superior a permanência dos estudantes de graduação deve ser garantida pelas IFES, mediante a implementação de ações em diversas áreas (moradia, alimentação, transporte, etc.), de modo a oportunizar a igualdade de condições entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, viabilizando a conclusão dos cursos de graduação e minimizando a evasão. Na atualidade, essas ações estão garantidas pelo Decreto nº 7.234/2010, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2010).

Esse Programa é resultado de histórica e intensa movimentação e discussão nacional realizada pelos movimentos sociais, tendo a União Nacional dos Estudantes (UNE) como um dos principais representantes do segmento estudantil e o protagonismo do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis Comunitários e Estudantis (FONAPRACE). Tal mobilização culminou, em 2001, com a criação e implantação do Plano Nacional de Assistência Estudantil, que

foi atualizado e apresentado ao MEC, permitindo publicação da Portaria Normativa n.º 39, datada de 12 de dezembro de 2007, que posteriormente foi regulamentada pelo decreto já mencionado.

De acordo com a ANDIFES (2019), a instituição do PNAES significou uma conquista para todos os segmentos da sociedade brasileira que estiveram envolvidos na luta pela democratização do acesso e da permanência no ensino superior público. Essa conquista possibilitou a garantia de uma AE concebida na perspectiva da garantia de direitos e não mais concebida como caridade ou favor.

Assim, a criação do PNAES se constitui em um marco histórico, que é resultado de pressões e mobilizações de organizações populares, democráticas e comprometidas com a educação superior, ocorridas na década de 2000, quando, em um governo de esquerda, em uma perspectiva de inclusão, a assistência estudantil é consagrada em uma lógica de direito incondicionado, com a devida regulamentação nacional, que garante recursos e amplia benefícios (SILVA, 2016).

Desde então, entende-se o PNAES como uma conquista, uma política pública, que está organizada para garantir o apoio a permanência de estudantes de baixa renda, matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), atuando de modo a atingir os seguintes objetivos, que estão previstos em seu Art. 2º:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Ao olhar-se para os objetivos dessa política, se torna oportuno destacar também o seu potencial em relação ao cumprimento do compromisso social das Universidades. Essas instituições, historicamente centradas na produção e construção do conhecimento, têm sofrido algumas transformações em um movimento em busca de superação da crise institucional que enfrentam, conforme aponta Santos (2005) em sua obra “A Universidade no Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade”.

Nessa obra, o autor apresenta uma “[...] análise das transformações recentes no sistema de ensino superior e o impacto destas na universidade pública”

(SANTOS, 2005, p. 6). Ele procede a identificação e a justificativa de: “[...] princípios básicos de uma reforma democrática e emancipatória da universidade pública, ou seja, de uma reforma que permita à universidade pública responder criativa e eficazmente aos desafios com que se defronta no limiar do século XXI” (SANTOS, 2005, p. 6).

Além disso, o autor afirma a existência de um cenário de transnacionalização alternativa e solidária, a partir da observação de processos globais de transnacionalização da educação superior, assentados por novas TDICs, nos quais a constituição de redes nacionais e globais, por onde circulam novas pedagogias, novos processos de construção e difusão do conhecimento científico, apontam para novos compromissos sociais, locais e regionais a serem assumidos pelas universidades.

Diante dessa conjuntura, Santos (2005) ressalta o papel da universidade pública na resolução coletiva dos problemas sociais, que sendo locais ou regionais, deixam de ser resolúveis sem considerar-se o seu contexto global. Segundo o autor, “[...] o novo contrato universitário parte assim da premissa que a universidade tem um papel crucial na construção do lugar do país num mundo polarizado entre globalizações contraditórias” (SANTOS, 2005, p. 40).

Nesse sentido, para o cumprimento do papel social assumido pela universidade, ressalta-se a importância da AE e para que ela desempenhe com resolutividade as suas funções sociais, são salutares os investimentos em medidas para a permanência de estudantes na universidade, principalmente os segmentos mais vulnerabilizados, que se constituem no público-alvo dessa política.

Sobre o PNAES também cabe mencionar, que apesar de se tratar de um instrumento para democratizar as condições de permanência, desde a sua criação ele tem um enfoque seletivo na sua execução, uma vez que se utiliza de um recorte de segmento social ao usar como critério para acesso a condição de renda per capita de até 1,5 salários mínimos. Essa medida acarreta em um distanciamento de um contexto de universalidade e equidade no acesso dos estudantes à referida política.

Segundo Mocelin (2019, p. 250), a sua organização focalizada e residual se dá desde a criação, quando é elaborada e se centraliza na possibilidade de ações direcionadas aos estudantes da classe trabalhadora. Para essa autora, a política de assistência estudantil:

[...] já nasce focalizada e residual, destinada aos estudantes pertencentes à classe trabalhadora e, por essa condição, enfrentando, nas suas condições subjetivas de vida, dificuldades para a permanência no ensino superior - características herdadas do processo de institucionalização da assistência social como um direito na sociedade brasileira (MOCELIN, 2019, p. 250).

Essa autora sugere uma herança de características históricas relacionadas à política de assistência social e de seu processo de institucionalização no país, que são incorporadas nesse processo de focalização da AE (MOCELIN, 2019).

A focalização da AE, no sentido de que afeta os sujeitos pelo corte de renda e pelo fato de que são cidadãos que sentem com mais facilidade o impacto da retração dos orçamentos da política, também é sinalizada por Lima (2021, p. 233):

[...] O PNAES marcou o início dos avanços no campo do financiamento do governo federal no que tange a assistência estudantil, mas não resolveu todos os problemas e possui muitos limites. O fato de ser focalizado é problemático, pois seu público está dentro de um corte de renda e está sujeito às políticas de retração do orçamento.

Como aponta a autora, acredita-se que, dentro dos principais desafios do programa, está a superação das dificuldades em relação à sua focalização e à garantia de financiamento para o conjunto de ações que são necessárias para a efetividade do programa. Principalmente, ao considerar-se um cenário de significativa modificação na Educação Superior devido ao processo de expansão da oferta das vagas nas IFES, proporcionado pelo programa REUNI, e, com ele, posteriormente, a adoção do ENEM/SISU para o ingresso nas instituições.

A adoção ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e ao Sistema de Seleção Unificada (SISU) para o sistema de ingresso à universidade, vem conferir uma maior mobilidade de estudantes no território nacional e modificar consideravelmente o perfil desses estudantes atendidos pela política, conforme sinaliza ANDIFES (2019, p. 2):

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cursos e vagas, da interiorização dos campi das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência), modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ.



Para além da modificação do perfil discente, a mobilidade que se observa pela adoção do ENEM/SISU, e, com isso, a realocação de estudantes dentro do território nacional, tem contribuído, de certo modo, para alterações na realidade institucional e no cotidiano das IFES. No que se refere à realidade, sinaliza-se aqui o aumento das demandas ao Governo Federal por investimentos e financiamento das ações da AE para o atendimento dos estudantes em suas necessidades de moradia, alimentação, transporte, atenção à saúde, creche, inclusão digital entre outros, de modo a oportunizar as condições para a permanência desses estudantes na universidade.

Cabe destacar que o aumento de demanda por ações e a necessidade de maior financiamento, em um contexto adotado pelo Governo Federal, de cortes de recursos para o campo da Educação, se torna uma dinâmica complexa e um desafio institucional para quem tem a responsabilidade de gestão dos recursos no cotidiano das IFES.

No que diz respeito ao perfil dos estudantes que acessam a política, dados da ANDIFE (2019), idealizada pelo Observatório do FONAPRACE, com apoio da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e realizada pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), apontam para a região sul do Brasil, o seguinte perfil básico.

O estudo envolve um total de 11 IFES, com 209.887 discentes participantes. Desse total, a maioria dos estudantes é do sexo feminino (55,2%) e compõe o grupo de alunos do sexo masculino um total de (44,4%). Esse total de estudantes está distribuído em (74%) branco(a)s, (21,6%) negro(a)s, (1,7%) amarelo(a)s e (0,4% indígenas). Quanto à renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos observa-se que (59,9%), que ingressaram pela ampla concorrência e (40,1%) pela cota. Coursou integralmente o Ensino Médio em Escola Pública um total de (62,3%) (ANDIFES, 2019).

Visualiza-se, na Figura 5, o perfil dos graduandos.

Figura 5 - Perfil básico dos (as) graduandos (as) região sul do Brasil – 2018



Fonte: Adaptado de ANDIFES (2019).

Em síntese, é possível perceber a partir da análise da Figura 5 que na região sul do país, a maioria de estudantes se identifica como sendo do sexo feminino, da cor branca, com renda per capita familiar de até 1,5 salários mínimos, tendo ingressado pela ampla concorrência e cursado o ensino médio integralmente em escola pública. Desse modo, desde pesquisas anteriores realizadas pela ANDIFES observa-se uma sinalização de que ocorrem modificações no perfil dos estudantes produzindo um movimento que demonstra um novo perfil socioeconômico e cultural dos (as) graduandos (as) e “Evidenciou um cenário particular, com inúmeros indicadores comprobatórios de que o ensino superior federal havia se tornado mais acessível, popular e inclusivo” (ANDIFES, 2019, p. 7).

Para atender seu público-alvo e, em especial, esse novo perfil de estudantes que ascendem à educação superior pública, o PNAES oportuniza ações concretas

para a garantia da permanência dos estudantes. Dentre as ações previstas na sua execução estão:

Art. 3º. O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º—As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V- inclusão digital;

VI - cultura;

VII -esporte;

VIII- creche;

IX - apoio pedagógico;

e X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

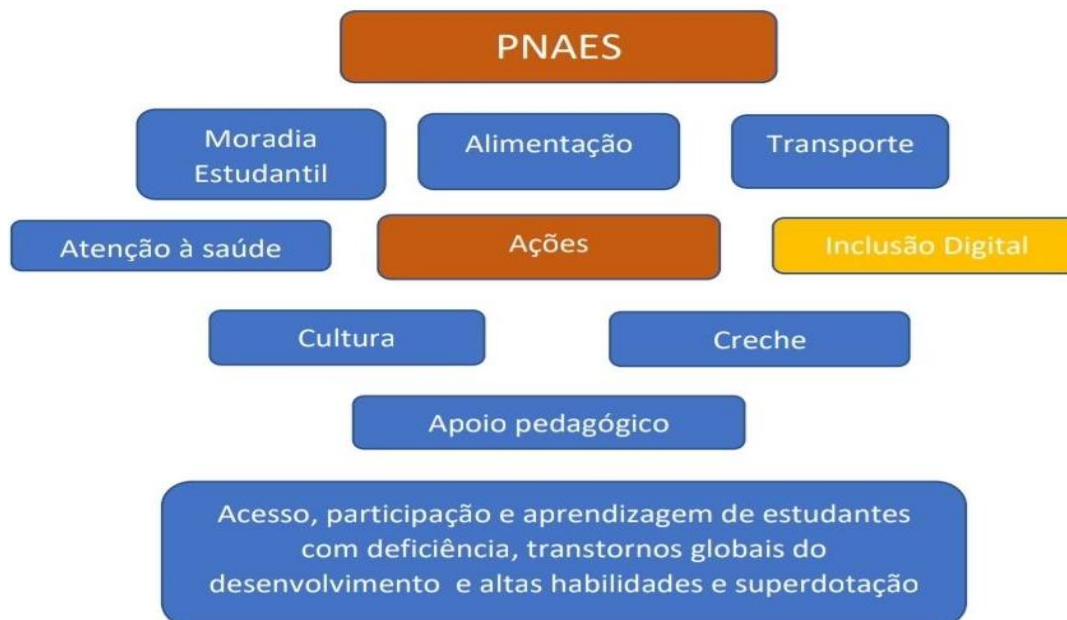
A *priori* são estas as áreas de atuação da política. Sendo assim, cada IFES possui regulamentações próprias em resoluções institucionais, as quais viabilizam, seus compromissos, diretrizes, principais objetivos para com a execução do PNAES. Nesse sentido, “Mesmo o PNAES sendo um programa de âmbito nacional, cada IFES tem autonomia para utilizar seus recursos disponibilizados, conforme suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais” (POZOBON, 2019, p. 73).

A partir da revisão de literatura, observou-se que devido às limitações impostas para o financiamento público da AE, principalmente em função do volume de recursos disponibilizados, em geral as instituições têm priorizado o investimento em moradia, alimentação e transporte em detrimento das demais previsões do PNAES, estratégicas para a permanência dos estudantes. Dados da ANDIFES (2019, p. 131) dão o “Destaque para as ações de inclusão digital, que atendiam 22,5% dos estudantes em 2014 e praticamente desapareceram em 2018, com apenas 0,4% de graduandos (as) atendidos”. Isso se reflete também no conhecimento produzido sobre a AE, onde, por exemplo, concentram-se as pesquisas nas previsões sobre moradia e alimentação, e, não se têm pesquisas sobre as demais ações oportunizadas pelo PNAES.

Entretanto observa-se que para a efetividade da garantia da permanência, principalmente para os estudantes mais vulnerabilizados, se torna extremamente

importante que sejam implementadas ações em todos os campos previstos pelo Programa e seja garantido o seu financiamento. Na Figura 6, apresentam-se as ações de acordo com o que está disposto no PNAES.

Figura 6 - Ações de AE de acordo com o PNAES



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Acredita-se que essas ações sejam potencialmente importantes para a inclusão social e democratização do acesso à educação superior. Elas buscam minimizar a desigualdade social e têm contribuído para a modificação desse quadro junto à sociedade.

[...] a política de Assistência Estudantil, fortalecida pelas condições apontadas pela Lei de Cotas, tem como pressuposto a contribuição para a reversão de um quadro social caracterizado culturalmente pelo favorecimento a grupos sociais determinados. Portanto, o seu fortalecimento, colabora para viabilizar, no espaço da educação superior, a igualdade material da população estigmatizada pela pobreza. Assim, promovendo a superação da subordinação desses grupos socialmente marginalizados, de modo que os obstáculos decorrentes de padrões sociais e culturalmente valorizados, que têm historicamente limitados a participação plena de alguns na interação social, sejam efetivamente removidos (BRITO, 2018, p. 31).

Nessa conjuntura, a autora sinaliza que a AE, sobretudo, precisa oportunizar as condições materiais para a permanência na universidade e pode ser viabilizadora da participação plena dos estudantes no conjunto das interações sociais.

Entretanto, como sugere Rodrigues (2019) ao considerar-se que os estudantes usuários da política de assistência estudantil nas IFES, são em sua maioria advindos de escola pública, oriundos dos mais diversos estados do país e municípios da região e apresentam situação de vulnerabilidade socioeconômica. Tal característica demarca o público-alvo, para ingresso nos programas de permanência das IFES, sendo que tais estudantes, oriundos dos segmentos menos favorecidos da sociedade, são majoritariamente provenientes de famílias com pouca escolaridade, dos quais muitos sequer concluíram a educação básica. Sabe-se que essa população vislumbra no ensino superior a oportunidade de modificar suas vidas. Desse modo, todas as iniciativas oportunizadas pelas IFES para assegurar a permanência dos estudantes demonstram grande importância e necessidade. Acredita-se que, no contexto desta pesquisa, potencializam-se as possibilidades ao contar-se com as ações no campo da inclusão digital.

A inclusão digital cujas ações serão exploradas no decurso desta pesquisa, apesar de previstas no PNAES, dentre as atenções que devem ser oportunizadas pela AE, tendo em vista os poucos recursos dispensados à sua integralidade, em detrimento de outras ações consideradas prioritárias (moradia, alimentação e transporte), não têm sido totalmente contemplados.

Nesse ínterim, entende-se a política como uma proposta ainda em construção, importante para modificar a realidade de segmentos da sociedade mais vulnerabilizados, permitindo acesso e permanência à educação superior.

Outro aspecto que possibilita pensá-la como uma política ainda em construção é o fato de que existem em tramitação no Congresso Nacional doze Projetos de Lei que repercutem em seu texto o tratamento direto ou indireto sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil (CROSARA; SILVA, 2020) e o fato de que a sua regulamentação atual é embasada em um Decreto, situação que pode ser considerada frágil, visto que é possível de ser revogado a qualquer momento, por meio de uma nova decisão governamental.

Na próxima seção serão descritas as ações da Assistência Estudantil no âmbito da UFSM.

### 3.3 A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO CONTEXTO DA UFSM

A UFSM e o seu Programa de Assistência Estudantil, destacam-se pelo pioneirismo das suas ações em um cenário de interiorização das Instituições Federais de Ensino, considerando-se um período histórico no qual ter uma universidade era garantia de pertencimento aos grandes centros regionais urbanos ou capitais dos estados (KOWALSKI, 2012).

Por ser a primeira universidade do país a localizar-se territorialmente fora de uma capital, essa instituição apresenta uma contribuição inquestionável para o processo de interiorização da educação superior no país. Ao ser fundada em 14 de dezembro de 1960, tornou o Rio Grande do Sul o primeiro estado com duas universidades públicas federais (PERSKE, 2020).

Nesse cenário, a instituição desenvolve historicamente a sua Política de Assistência Estudantil, atuando em uma perspectiva de “[...] inclusão social, promoção da igualdade, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida, agindo preventivamente nas situações de retenção e evasão” (UFSM, 2016, p. 170). Para isso, na busca de assegurar condições plenas e igualitárias de permanência aos estudantes, investe desde a sua fundação, em ações de assistência estudantil (políticas e projetos), que de acordo com o seu Portfólio Institucional, corroboram para a sua consolidação, na atualidade, como uma das universidades federais com a melhor estrutura de assistência estudantil do país (UFSM, 2019b).

Ao longo de sua construção e consolidação, manteve-se baseada nos seguintes princípios:

- I) educação pública, gratuita, de qualidade e socialmente referenciada;
- II) equidade de condições de acesso, permanência e conclusão de curso;
- III) formação ampliada que propicie o desenvolvimento integral dos estudantes;
- IV) qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- V) democracia e exercício pleno da cidadania;
- VI) defesa da justiça social, da inclusão e da eliminação de todas as formas de preconceito e discriminação;
- VII) pluralismo de ideias e reconhecimento da liberdade como valor ético central;
- VIII) transparência na distribuição dos recursos;
- IX) indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão (UFSM, 2016, p. 186).

Constituída por uma comunidade de mais de 30 mil pessoas, entre estudantes, docentes e TAEs, a instituição oferece cursos gratuitos nas mais diversas áreas do conhecimento. Com uma projeção nacional e internacional, é reconhecida pela excelência no ensino e na pesquisa, pelo constante diálogo e interação com diversos atores sociais e pela sua contribuição ativa para o desenvolvimento local e regional. Além disso, pela sua importância no contexto da Educação Superior, também lhe confere destaque a sua estrutura de Assistência Estudantil (UFSM, 2019b).

A Universidade Federal de Santa Maria obteve projeção no campo da AE o reconhecimento nacional e, até mesmo internacional, considerando-se o contexto da América Latina, devido aos elevados investimentos em recursos para a viabilização da moradia estudantil, desde a sua criação (PERSKE, 2020). Este se tornou um dos maiores compromissos com a permanência estudantil, oportunizado pela oferta de vagas nas Casas do Estudante, na contramão das demais IFES, que, nesse campo de ação, propiciam subsídios/auxílios financeiros na sua concretização. A estrutura de moradia estudantil destacada pela autora e que dá projeção à instituição, atualmente compreende:

[...] 2.200 vagas, distribuídas na Casa do Estudante Universitário I, localizada no centro de Santa Maria/RS, Casa do Estudante Universitário II, no Campus Sede, Bairro Camobi, Santa Maria/RS, Casa do Estudante Indígena, também no Campus Sede; e Casas de Estudante nos Campi de Palmeira das Missões e Frederico Westphalen, além de a Moradia Estudantil do Campus de Cachoeira do Sul/RS estar em construção, com previsão de inauguração para o final do ano de 2020 (PERSKE, 2020, p. 100).

Além do destaque obtido pela moradia, assumem relevância às demais “[...] políticas de inclusão social que adota, preocupando-se não apenas com o ingresso dos estudantes, mas também com a sua permanência e diplomação dentro de um prazo adequado e com uma formação de qualidade” (UFSM, 2021d).

Na Universidade Federal de Santa Maria as ações relacionadas ao PNAES se consolidam por meio do Benefício Socioeconômico (BSE), que é:

Art. 1o O programa de Benefício Socioeconômico (BSE) consiste em um conjunto de ações de assistência estudantil desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), voltado a alunos em situação de vulnerabilidade social. Parágrafo único. O Programa de BSE de que trata esta resolução é integrado pelas seguintes ações de assistência estudantil que serão regidas por resoluções

específicas: I – Alimentação; II – Transporte; III – Moradia Estudantil; IV – Educação Infantil; e V – Aquisição de Material Pedagógico (UFSM, 2015b, n.p.).

O BSE se estrutura na UFSM para atender o que está previsto no PNAES no sentido de ampliar as condições de permanência dos estudantes na educação superior pública federal, viabilizando alimentação, moradia estudantil, transporte, auxílios para aquisição de material pedagógico, acesso a ações no âmbito do esporte e cultura, entre outras.

Na UFSM, de acordo com as proposições do PNAES, além do que está previsto pelo BSE, são desenvolvidas outras ações, sendo, inclusive, algumas delas gerenciadas por outros setores da instituição, contando com o financiamento a partir de recursos da AE. Dentre elas, podem-se citar as ações relacionadas ao acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, que na instituição são desenvolvidas pela Coordenadoria de Ações Educacionais<sup>4</sup> (CAED).

O Programa de BSE, cujas ações foram descritas acima, busca oportunizar a ampliação e melhoria das condições de permanência aos estudantes que ingressam na Universidade. Ele tem atendido ao longo dos anos, um número expressivo e cada vez maior de estudantes.

Segundo Pozobon (2019, p. 65):

[...] houve um aumento de 64% no número de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica na instituição. Tal fato pode ser creditado às políticas de acesso e à democratização da educação superior, especialmente à adesão da UFSM ao SISU em 2015.

Conforme aponta a autora, tais políticas de acesso e democratização da educação superior têm contribuído para uma importante modificação no cenário da instituição, que é a inclusão dos estudantes com situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Nesse entendimento, observam-se os resultados obtidos com a V Pesquisa de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES, de 2018,

---

4 A CAED é uma subunidade administrativa vinculada à Pró-Reitoria de Graduação, que desenvolve ações de apoio para o acesso, a permanência, a promoção da aprendizagem, a acessibilidade e as ações afirmativas junto ao público da UFSM. Estrutura-se a partir do Observatório de Ações de Inclusão e de três subdivisões: Acessibilidade, Apoio à Aprendizagem e Ações Afirmativas Sociais, Étnico Raciais e Indígenas (UFSM, 2022b).



onde, além da confirmação sobre as tendências da pesquisa anterior, confirmam-se evidências de que as políticas públicas adotadas para a democratização do acesso, impactam diretamente na mudança do perfil dos estudantes matriculados nas IFES, de tal modo, que estas passaram a espelhar a heterogeneidade presente na sociedade brasileira, atestando o êxito das políticas afirmativas adotadas (ANDIFES, 2019). A exemplo das demais IFES, observa-se a mesma conjuntura na UFSM.

É nesse contexto de modificações, buscando atender ao conjunto de dificuldades vivenciadas pelos estudantes, que a Assistência Estudantil oferecida pela UFSM foi sendo constituída. Com o objetivo de oportunizar condições de permanência na Universidade, o Programa de Benefício Socioeconômico se torna um importante apoio proporcionado pela instituição aos estudantes, estabelecido por meio de ações concretas (alimentação, moradia estudantil, transporte, auxílio aquisição de material pedagógico, etc.) e que se constitui em uma política efetiva que busca garantir a permanência dos estudantes na UFSM.

Para acessar o programa, podem participar do Processo Seletivo que acontece semestralmente, os estudantes com matrícula e vínculo regular, nos cursos de graduação presencial, cursos de nível médio ou curso técnico e estudantes da pós-graduação oferecidos pela instituição. Existe a publicação pela PRAE, de um Edital que normatiza a seleção e os critérios gerais de participação que estão também estabelecidos na Resolução nº 35/2015:

Art. 2º Para ingresso no Programa de BSE os alunos da UFSM deverão respeitar os seguintes critérios:

I – ser estudante brasileiro (nato ou naturalizado) ou estrangeiro, com matrícula e vínculo regular na modalidade presencial, em curso de graduação, curso de nível médio ou curso técnico da Instituição;

II – possuir situação socioeconômica do grupo familiar compatível com os parâmetros estabelecidos por Edital publicado pela PRAE, no início de cada semestre letivo;

e III – não possuir diploma de curso de mesmo nível de ensino ao qual está solicitando benefício.

§ 1º Os estudantes de pós-graduação são regidos por resolução específica (007/2008) (UFSM, 2015b).

Como está previsto na Resolução mencionada, também podem participar do Programa de Benefício Socioeconômico os estudantes de pós-graduação, sendo que os seus critérios de participação estão regulamentados na Resolução nº 007/2008:

Art. 5º Para a concessão de benefícios aos alunos da pós-graduação da UFSM, serão observados os seguintes critérios: I – ser estudante brasileiro, ou naturalizado, com matrícula e frequência regular em curso de pós-graduação da Instituição; e II – possuir cadastro socioeconômico completo e aprovado na Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Parágrafo único. Os alunos poderão utilizar o programa para realização de um curso de especialização, um de mestrado e um de doutorado, sendo vedado ao aluno retroceder do mestrado para especialização ou do doutorado para o mestrado. (UFSM, 2008).

Diferentemente de outras IFES, como se verifica na Resolução apresentada, os estudantes de pós-graduação são atendidos na UFSM com as ações de Assistência Estudantil. Isto acontece porque, a instituição aloca, além dos recursos previstos no PNAES, recursos próprios do seu orçamento para iniciativas do campo da Assistência Estudantil.

Entretanto, aos estudantes de pós-graduação é permitido acesso, de acordo com a Resolução nº 007/2008: “Art. 10. Somente os alunos considerados aptos a participarem do programa poderão concorrer aos seguintes benefícios: I – Bolsa Alimentação; II – Moradia Estudantil; e III – Bolsa Transporte” (UFSM, 2008).

Sendo uma política ainda em construção, recentemente as ações proporcionadas pela UFSM para garantir a permanência dos estudantes, tiveram que ser rapidamente repensadas e reorganizadas para adequação às necessidades do contexto pandêmico vivenciado. Assim, em articulação às demais previsões do Programa de Benefício Socioeconômico, iniciativas em termos de inclusão digital foram urgentemente implementadas.

Diversos editais com proposições acerca de promover a inclusão digital dos estudantes, e, com isso, sua permanência no curso e na universidade foram publicados. Dentre eles, cita-se o Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE nº 027/2020:

1.1 O Auxílio Inclusão Digital objetiva possibilitar aos(às) estudantes com Benefício Socioeconômico ativo e não provisório acesso aos recursos financeiros para aquisição de plano de internet ou de dados móveis indicado para as atividades acadêmico-científicas em Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE), previstas nas disciplinas curriculares, de modo a proporcionar o alcance do desempenho acadêmico e a permanência do(a) discente, durante o tempo de vigência das atividades em REDE (UFSM, 2020b).

Medidas previstas nesses editais, como se pode ver no excerto acima, que apresenta a caracterização do referido auxílio prestado pela UFSM, oportunizaram

aos estudantes o recurso financeiro para aquisição de plano de internet ou de dados móveis a serem utilizados na continuidade de seus estudos acadêmicos e científicos, durante a vigência da suspensão de atividades acadêmicas e administrativas devido à COVID-19.

Além do Auxílio Inclusão digital direcionado à obtenção de planos de internet e dados móveis, foram implementados editais específicos para viabilizar a aquisição de equipamentos eletrônicos por parte dos estudantes, de modo a contribuir com a sua permanência nas atividades acadêmicas durante a vigência das atividades em REDE.

Dentre eles, convém destacar o Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE nº 035/2021 - Aquisição de Equipamentos - 2º Semestre de 2021, onde o referido auxílio está caracterizado como:

1.1 O Auxílio Inclusão Digital – Aquisição de Equipamento se destina aos estudantes com Benefício Socioeconômico ativo e não provisório, proporcionando aos/às estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estratégias de acesso a equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais), previstas nas disciplinas curriculares, de modo a proporcionar o alcance do desempenho acadêmico e a permanência do/a discente, durante o tempo de vigência das atividades em REDE (UFSM, 2021b).

Essa estratégia de acesso a equipamentos para inclusão digital foi direcionada a viabilizar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, à permanência nas atividades remotas adotadas pela UFSM, durante a pandemia da COVID-19 e a consequente suspensão das atividades presenciais como medida para evitar o contágio da doença.

Com o recurso financeiro disponibilizado no edital mencionado, permitiu-se ao estudante a aquisição de dois tipos de equipamentos. Sendo eles:

Tipo I – Computador desktop, Notebook, Netbook e Tablet.  
Tipo II – modem, roteador, fones de ouvido, microfones, memória RAM, monitor, webcam, mouse, teclado, placa-mãe e outros semelhantes (peça, acessórios, periféricos...) indispensáveis para o acompanhamento das disciplinas do REDE (UFSM, 2021b).

Como se pode ver, tais equipamentos que foram listados, têm como condição para aquisição, a sua necessidade para o acompanhamento das atividades e disciplinas do REDE. Sendo que, permitiram-se aquisições de somente um item

relacionado ao Tipo I, poderiam ser adquiridos um ou mais itens relacionados ao tipo II e poderia ser adquirido concomitantemente um dos itens do Tipo I e um ou mais itens do Tipo II, mediante justificativa (UFSM, 2021b).

Na sequência, será debatida a inclusão digital, acreditando-se que poderá ser uma importante iniciativa para garantir a permanência dos estudantes na universidade e o seu protagonismo no processo de aprendizagem.

### 3.4 INCLUSÃO DIGITAL: UM DISPOSITIVO NECESSÁRIO PARA A PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

No mundo contemporâneo, cada vez mais fundamentado no compartilhamento de saberes, as tecnologias digitais contribuem para inserir os sujeitos em novos contextos culturais e sociais. Desse modo, nesses novos cenários, os sujeitos se transformam e são transformados, têm os seus modos de agir, produzir, trabalhar, comunicar e acessar informações e conhecimentos também modificados. (PISCHETOLA, 2016). Assim, as Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) imprimem, a partir de sua utilização pelos sujeitos, novos sentidos ao modo de viver o cotidiano e modificar nele os seus contextos e realidades.

Com o advento desse cenário de transformações, o acesso à informação pela sociedade civil se torna imprescindível e tem sido apontado como um dos meios para o desenvolvimento do potencial, tanto individual quanto criativo, dos sujeitos (NEVES, 2019). Nessa perspectiva, os processos de inclusão precisam acontecer, possibilitando o desenvolvimento dos potenciais das pessoas e sua interação/participação com o que acontece em seu entorno e com a vida na atualidade, considerando-se todos os aspectos (social, político, econômico, cultural).

Em seu processo de desenvolvimento, para se constituírem parte da sociedade, os sujeitos necessitam ter a possibilidade de se expressar, ou seja, não apenas ler o mundo, mas, sobretudo, escrevê-lo a seu modo. Para isso, a contemporaneidade oferece novos modos de expressão e autoria. (PISCHETOLA, 2016). Desse modo, o poder de se expressar se torna oportunidade de participar. Então, por meio do acesso e do uso das TDICs, na modernidade, os sujeitos participam da vida social, cultural, econômica e política e a partir disso, realiza-se o exercício da cidadania.

Na perspectiva desta investigação, a inclusão digital é tida como uma oportunidade para a emancipação dos sujeitos, como um importante dispositivo<sup>5</sup> para a sua transformação e para o seu empoderamento em relação à garantia de direitos.

Nesse sentido, no contexto das políticas públicas, agrega-se o pensamento sobre o direito como um catalisador de bem-estar social, em um conceito amplo e aberto:

Direito não como um fim em si mesmo, mas como uma plataforma para a felicidade, agregando aspectos materiais, segurança, lazer, fortalecimento das relações sociais, meio ambiente sustentável, trabalho, moradia entre vários outros. Portanto tudo aquilo que viabilize uma melhor qualidade de vida aos cidadãos insere-se no conceito de direito (SILVA, 2022, p. 12).

Desse modo a inclusão digital enquanto direito tem como prerrogativa um conjunto de transformações, nas quais o acesso, a inserção ou emancipação dos sujeitos, se tornam um novo paradigma implementado por conta das inovações relacionadas às tecnologias. Tais transformações impactam significativamente os ambientes culturais e sociais, movimentando, de modo dialético, a estrutura da sociedade e sendo estruturado por ela (NEVES, 2019).

Para Neves (2019), a tecnologia propicia transformações nos sujeitos e nas suas condições de existência e, conseqüentemente, na sua participação na vida social e política. Entretanto, para que essa participação aconteça, se torna necessário adotar perspectivas que modificam o foco das políticas e nas quais as ações precisam ser mais emancipatórias.

A interação oportunizada pelo uso de dispositivos digitais é uma ação livre e que estimula a curiosidade. Por meio da tecnologia digital, os sujeitos escolhem as vias de acesso e as informações que preferem acessar. Repetidamente os conteúdos podem ser visitados e revisitados em busca de novas e significativas aprendizagens. Desse modo, a transversalidade, a interdisciplinaridade e a hipertextualidade dos conteúdos *on-line* parecem atender à exigência do público

---

5 O termo dispositivo é empregado aqui como (substantivo masculino) mecanismo, peça, instrumento capaz de acionar uma ação, bem como está descrito no Dicionário Online da Língua Portuguesa (DICIO 2021) e não como na perspectiva filosófica assumida por Michel Foucault, na qual dispositivo é a ligação que se efetiva entre instituições, discursos, [...], onde “[...] o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1979, p. 244 apud OLIVEIRA; HEUSER, 2017, p. 92).

jovem e, de forma autônoma, permite a integração e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos (PISCHETOLA, 2016).

Nessa perspectiva, têm-se o *ciberespaço*, que, conforme define Lévy (2010, p. 94), é:

[...] o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização.

A partir de Lévy muitos outros autores conceituam o *ciberespaço*. Dentre eles, Bonilla e Oliveira (2011) argumentam que é através das TICs, que vários espaços e recursos informacionais e comunicacionais se consolidam em uma base digital, cujo espaço de comunicação é dinâmico e está em constante expansão. Nessa base fluem inúmeros processos sociais, econômicos, políticos, culturais e subjetivos do cidadão. Considerando que na contemporaneidade o direito à informação e a comunicação se tornaram direitos humanos fundamentais e que a cidadania se efetiva através da convivência coletiva no espaço digital, as TDICs passam a compor o rol de direitos na atualidade.

Já para Silveira e Carvalho (2013, p. 43):

O ciberespaço é compreendido como lugar potencializador, onde cada link é um convite, cujo indivíduo tanto influencia como é influenciado. Pelo uso de espaços como blogs, facebook, twitter entre outros, percebe-se as relações estabelecidas onde emergem ações que desfazem distância, pois há intensas trocas e compartilhamento de informações. Tais ações provocam novas leituras, bem como formas de comunicação e interação que, por conseguinte, geram novos conteúdos.

A comunicação que se estabelece no ciberespaço pode ser pensada como algo que vai além de apenas um recurso, mas se reverte em possibilidades de utilizar e explorar processos de virtualização que avançam na reprodução e na aplicação de conhecimentos. A versatilidade e o fascínio que costuma produzir nos sujeitos que o utilizam, deixam marcadas na educação experiências tecnológicas inovadoras, mas que precisam ser pedagogicamente pensadas, de modo a não serem insuficientes. Dessa maneira, é importante saber reconhecer as

possibilidades que ele oferece para (re)significar o conhecimento e não simplesmente nele saber viajar (SILVEIRA; CARVALHO, 2013).

Assim, pelas oportunidades de acesso aos recursos oportunizados pelas TDIC, pela sua capacidade de interação e produção de novos conteúdos, mediante a apropriação do *ciberespaço*, os sujeitos passam a contribuir para as transformações da sociedade e do mundo. Entretanto, movimentos para transformar e incluir requerem, nessa perspectiva, debater a inclusão digital.

De acordo com Bonilla e Oliveira (2011, p. 23), “numa análise em nível global, o termo inclusão digital entra em cena na dinâmica social e política da implantação dos chamados Programas Sociedade da Informação, nos diversos países, em especial naqueles que compõem a União Européia” e no Brasil, essa pauta e as discussões acerca da inclusão digital começam a partir da difusão do Livro Verde - Sociedade da Informação no Brasil e se evidenciam no ano de 2000 (NEVES, 2019).

No que diz respeito às pesquisas relacionadas ao campo da Educação, no país, os pesquisadores mantêm uma agenda determinada pelas políticas públicas. Os estudiosos que pesquisam sobre a inclusão digital estão voltados às preocupações com as formas de acesso, treinamento e formação, dos sujeitos envolvidos com as políticas públicas, os programas e os projetos de inclusão digital (NEVES, 2019).

No contexto brasileiro, as questões da inclusão digital são pensadas a partir da mesma lógica das relações sociais e das noções de exclusão e inclusão social. No país, vários autores debatem sobre a inclusão digital, dentre eles Pischetola (2016) afirma que a inclusão digital consiste na inclusão social e política dos cidadãos. Dessa perspectiva, o acesso à tecnologia se reflete em oportunidade e, em contraposição, o conceito de exclusão social engloba o conjunto de desigualdades – de recursos econômicos, financeiros, materiais, [culturais e intelectuais], contemplando em última instância o acesso ao desenvolvimento e conseqüentemente ao conhecimento.

Na mesma perspectiva, Marcon (2015) reconhece a inclusão digital como potencial para a emancipação humana e direciona a inclusão digital como necessária para a transformação dos sujeitos pela participação.

Reconhecemos o potencial da inclusão digital para a emancipação humana e acreditamos que os processos educativos contemporâneos encontram-se comprometidos pela presença maciça das tecnologias em todos os setores sociais. Direcionamos nosso olhar principalmente a uma nova dinâmica que surge com a inerência das tecnologias digitais de rede na sociedade e nos espaços escolares, propiciando uma situação de conectividade intensa e provocando novas demandas, como a necessidade de acesso e de apropriação dessas tecnologias na vida social. Estamos diante de uma convergência midiática, para a qual pressupõe uma cultura de participação (MARCON, 2015, p. 14).

Assim, acredita-se que se tornam fundamentais para a inclusão digital, a garantia de significativo acesso à informação, o livre exercício das capacidades críticas para escolha dos recursos tecnológicos a serem utilizados e o acesso à rede social como possibilidade de intercâmbio de opiniões, que podem levar os sujeitos à participação na vida política e social, mas também permitir aprofundamento de temas de interesse e conhecimento para interpretar eventos (PISCHETOLA, 2016). Na perspectiva deste trabalho, acrescenta-se ao rol oportunizado pela autora, as capacidades necessárias para a inserção e a participação social e a potencialidade para alcance e concretização da garantia de direitos do cidadão.

Quando se procura estabelecer associações entre educação, as tecnologias digitais e a inclusão digital, observa-se que todos os aparatos que representam as TDICs no cenário da educação e da informação, assumem interesse pelas transformações que estas proporcionam aos seres humanos. Além disso, interessa-se pelas significativas alterações que imprimem nos ambientes das práticas educacionais e informacionais, extrapolando-os e causando diálogos (políticas), conflitos, equilibrações e desequilíbrios, mediações e hipermediações, contradições e experiências que mobilizam novas formas de dirigir as coisas. Em suma, a propensão ao uso das tecnologias pela sociedade reflete, tensiona e impulsiona o seu uso também no campo da educação (NEVES, 2019).

Dessa maneira, para o contexto da Educação Superior e no campo da Assistência Estudantil, ações ou políticas relacionadas à inclusão digital se tornam necessárias e ganham centralidade e importância, em um movimento a ser realizado pelas IFES, para possibilitar a permanência dos estudantes na universidade.

Considerando a natureza das atividades desenvolvidas na Educação Superior e situações como a pandemia de coronavírus (SARs-Cov 2), que globalmente obrigou a adoção de medidas sanitárias de distanciamento social e isolamento e a modificação dos sistemas de ensino, a partir de uma transposição transitória e



emergencial para sistemas remotos, para garantir a continuidade do processo educacional, observa-se a necessidade e a importância de medidas de inclusão digital que atendam aos estudantes.

Entretanto sinaliza-se que, para além da gravidade do que se vivenciou com a pandemia, destaca-se que políticas públicas para a inclusão digital dos estudantes se tornam relevantes, sobretudo ao pensar-se a Educação Superior, como um lugar onde a comunicação, o acesso à pesquisa e à informação e a sua busca pelo conhecimento são fundamentais e fazem parte do cotidiano dos estudantes.

Assim, as ações direcionadas à inclusão digital no campo da Assistência Estudantil se tornaram importantes e, apesar de previstas no PNAES desde que foi instituído em 2010 (BRASIL, 2010), é possível inferir que, diante dessas dificuldades mais relacionadas às vivências do contexto pandêmico, alcançaram uma maior visibilidade. Pode-se observar que muitos estudantes não possuíam as condições ideais, principalmente no campo material (equipamento e conexão) para o acesso ao que estava sendo proposto.

“A pandemia da Covid-19, não criou as desigualdades educacionais no ensino superior brasileiro, mas contribuiu para seu fortalecimento” (PIRES, 2021, p. 85). No sentido de minimizar os efeitos dessa desigualdade, as IFES precisaram mobilizar esforços para proporcionar medidas que pudessem permitir a inclusão digital de seus estudantes e sua consequente permanência em atividades que foram reorganizadas para o ensino remoto. De acordo com este autor, o contexto da Educação Superior, precisou reorganizar as suas atividades e o seu cotidiano, instituindo no âmbito das universidades um conjunto de novas dinâmicas.

Nessa perspectiva, em concordância com Marcon e Mallagi (2021), a dinâmica educacional adota uma maior inerência às tecnologias digitais de rede na sociedade e na escola, suscitando conectividade intensa e provocando maior necessidade de acesso e apropriação das tecnologias na vida social dos estudantes.

As atividades remotas alteraram profundamente as relações no contexto da universidade, impondo um novo ritmo, muito mais intenso, acelerado e extenuante como explica Pires (2021), principalmente no que diz respeito às atividades de aulas, bancas, reuniões, atendimento aos alunos, entre outras.

A questão que emerge nesse novo contexto, e que será oportunamente explorada de maneira mais aprofundada, é como possibilitar aos estudantes, assincronamente, se manter em conexão com o que é proporcionado em termos de

ensino e de condições de permanência pelas IFES e como se dará efetivamente a sua participação, no que diz respeito aos contextos de aprendizagem e a concretização de seu processo de formação.

É este novo cenário que sinaliza a inclusão digital como sendo um dos dispositivos necessários para a viabilização dos processos de educação. Nessa perspectiva, segundo Marcon (2015, p. 23):

[...] a inclusão digital pressupõe o empoderamento das pessoas por meio das tecnologias, da garantia da equidade social e da valorização da diversidade, suprimindo necessidades individuais e coletivas, visando à transformação das próprias condições de existência e o exercício da cidadania na rede.

A autora menciona o entendimento da inclusão digital como sendo algo que vai além do acesso aos recursos tecnológicos e se configura na efetiva utilização da tecnologia para a transformação das pessoas e o seu empoderamento.

Do mesmo modo, Flain (2017) esclarece que a inclusão digital, na sociedade contemporânea exige uma abordagem ampla e complexa, no sentido de apropriação e promoção do desenvolvimento humano, emancipação e autonomia pessoal, o que envolve a promoção, o respeito e a efetivação dos direitos fundamentais.

Já para Pischetola (2016), a inclusão digital se constitui como inclusão social e política dos cidadãos, sendo que o acesso à tecnologia se torna uma oportunidade. Enquanto oportunidade, pode-se dizer que ela passa também pelas práticas de produção de conteúdo orientadas a uma cultura em que os jovens são auxiliados na construção de suas identidades sociais e na conexão do livro de texto com as suas experiências concretas no mundo.

Nesse sentido, os processos de inclusão digital propiciam movimentos coletivos, como bem explica Marcon (2015, p. 51):

[...] Processos de inclusão digital pressupõem movimentos coletivos e descentralizados, nos quais cada sujeito é potencialmente um nó que pode inferir, transformar e dar novas perspectivas para o fluxo da rede. Nesse cenário, a interatividade, a inteligência coletiva, a diversidade e a necessidade de assumir-se como sujeito protagonista e produtor de conteúdos potencializa o exercício da cidadania na rede e invalida o modelo de reprodução e consumo.

O cenário apontado pela autora, no contexto da educação superior propicia aos estudantes a interação necessária com colegas, professores e com a instituição

de ensino e a participação no processo de aprendizagem, mas para além dele permite o seu empoderamento, o protagonismo e a sua participação nas relações sociais.

Nesse ínterim, a participação social e a participação digital, conforme aponta Pischetola (2016), estão cada vez mais sobrepostas, tornando, assim, a inclusão digital também importante no contexto da educação. Muito embora sejam necessárias mudanças paradigmáticas nos processos de ensino-aprendizagem, que permitam modificar de uma visão apenas utilitarista sobre as novas tecnologias, para uma visão em prol da valorização do sujeito que aprende. Isto é, entender que o estudante desenvolve além de habilidades técnicas de uso da tecnologia digital, mas também ter práticas sociais, relações com seu contexto sociocultural e formas de pensamento críticas e pessoais.

Diante dessas afirmativas, a inclusão digital se apresenta como um dispositivo extremamente necessário e importante, que em conjunto com as demais ações de Assistência Estudantil se propõe a auxiliar na permanência dos estudantes no cotidiano da educação superior pública. Então, ampliando-se a visão sobre a inclusão digital e considerando-se o que foi apresentado até aqui, conclui-se que ela, na contemporaneidade, se torna um elemento central para permitir a construção de processos educacionais mais qualitativos, equitativos, inclusivos e que possibilitem a emancipação dos sujeitos e, com isso, transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais em diferentes realidades.



#### 4 PERCEPÇÕES SOBRE A ANÁLISE DO CORPUS DE PESQUISA

Neste capítulo, organiza-se a apresentação das percepções que emergiram a partir da análise do *corpus* da pesquisa. Para a sua elaboração debruça-se sobre a análise dos dados construídos no seu decorrer, mediante a realização de revisão bibliográfica, pesquisa documental, aplicação de questionários on-line e realização de entrevistas semiestruturadas, buscando desvelar as percepções dos sujeitos sob a ótica de três pontos de vista que são diversos, ou seja, da perspectiva dos estudantes beneficiários da política, dos TAES que a operacionalizam e da gestão que foi responsável pela sua implementação.

Retoma-se que, de acordo com os objetivos que nortearam a pesquisa, foram buscadas evidências que permitissem: “*Analisar as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição*”. Além disso, perseguiu-se “*Compreender como se deu o processo de implementação das ações de inclusão digital relacionadas à política de Assistência Estudantil na UFSM*”, “*Avaliar a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil, no que concerne à permanência dos estudantes na UFSM*”. Paralelamente, buscou-se “*Analisar a vinculação das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da AE na UFSM com os ODS da Agenda 2030*” e “*Propor Minuta de Resolução para a Inclusão Digital como ação desenvolvida no âmbito do Benefício Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Maria*”.

Definiu-se pela aplicação da ATD em uma das questões referentes ao questionário on-line que possibilitou aos estudantes a justificativa sobre a sua percepção das ações de inclusão digital e no conteúdo integral de duas das seis entrevistas semiestruturadas que foram realizadas.

Após uma análise prévia do conteúdo de todos os textos produzidos, definiu-se pela utilização das duas entrevistas que foram consideradas mais significativas em função dos sentidos produzidos em relação aos objetivos da pesquisa, sendo um deles realizado com um dos colaboradores do segmento TAES e outro do segmento de gestores da PRAE. Cabe destacar que se optou por apenas duas das entrevistas ao se deparar com o grande volume textual obtido a partir das transcrições das

entrevistas e da verificação no desenvolver da ATD que o conjunto delas direcionava para o mesmo grupo de categorias finais.

Com relação ao questionário on-line e a questão onde foi aplicada a ATD, dos 91 questionários analisados, emergiram um total de 145 unidades de sentido. Dentre os inúmeros significados produzidos, essas unidades expressam questões que vão desde a percepção dos estudantes sobre o tamanho da universidade em relação às demandas da assistência estudantil, passam pela observação sobre o valor destinado aos auxílios, considerado pela maioria como insuficiente, passam pela observação em relação quanto aos valores praticados para aquisição de pacotes de dados e equipamentos eletrônicos pelo mercado, demonstrando a importância de ampliação dos orçamentos destinados à AE e se direcionam para afirmativas em relação à sua importância para a garantia da permanência dos estudantes na instituição.

As falas desses sujeitos serão identificadas nos Metatextos a partir da inserção da designação Estudante, mais o número de referência ao questionário respondido. Como exemplo apresenta-se: Estudante 41, Estudante 80, Estudante 10.

Sobre o conteúdo das entrevistas, elas seguiram um roteiro semiestruturado (Apêndice C), como estava previsto. Desse modo, em síntese, de seu conteúdo emergem informações que apresentam como os auxílios foram estruturados pela UFSM, o contexto de implantação desses auxílios e demonstram uma avaliação geral do processo de seu planejamento, entre outras questões que serão exploradas pelos metatextos a serem apresentados mais à frente.

Os discursos dos colaboradores que participaram das entrevistas serão identificados nos Metatextos a partir da inserção TAE, acrescida da indicação numérica de realização da entrevista. Como exemplo: TAE 3, TAE 2 e Gestor 1, Gestor 2.

Dessa forma, tais discursos obtidos nesses textos compõem o *corpus* de análise da Análise Textual Discursiva. Conforme Moraes e Galiazzi (2016) no processo de ATD, inicialmente produz-se a desordem a partir do conjunto ordenado de textos. Dessa desorganização, à custa da desordem, tende a surgir, nesse espaço, uma nova ordem, e, com isso, novas compreensões relacionadas aos fenômenos que estão sendo investigados. Esse processo é denominado pelos autores *unitarização*.

Nesse processo de unitarização, realizou-se uma “leitura cuidadosa, aprofundada e pormenorizada dos materiais do *corpus*, garantindo-se no mesmo movimento a separação e isolamento de cada fração significativa” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 43). De modo que, do texto lido, desconstruído e analisado emergiram as unidades de análise, que na ATD são também denominadas de unidades de sentido e ou significado.

Sobre todos os textos analisados, os significados produzidos a partir do texto lido foram sendo dispostos em quadros organizados conforme o exemplo na Figura 7.

Figura 7 - Unitarização

CÓDIGO	UNIDADE DE SENTIDO	REESCRITA	TÍTULOS
Q1US1			
Q2US2			
E1US3			

Na coluna CÓDIGO estão indicados os códigos que indicam o contexto de onde as unidades de significado foram trazidas. Neste exemplo, Q1 indica Questionário 1 e US indica Unidade de Sentido 1 e E1 indica Entrevista 1 e US 3 indica Unidade de Sentido 3.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Na continuidade do processo de ATD realizou-se o processo de estabelecimento de relações entre as unidades de significado ao que Moraes e Galiazzi (2016) denominam de *categorização*. Na Figura 8, apresenta-se o exemplo de como estes foram organizados no processo de categorização.

Figura 8 - Categorização

TÍTULOS	CATEGORIAS INICIAIS	CATEGORIAS INTERMEDIÁRIAS	CATEGORIAS FINAIS

Os títulos são retirados do processo anterior de UNITARIZAÇÃO e as categorias definidas a partir do componente teórico no caso das categorias “a priori” ou com base nos conhecimentos tácitos do pesquisador, em consonância com os objetivos da pesquisa, no caso das emergentes.

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

“A categorização é um processo de comparação constante entre as unidades de análise definidas no momento inicial da análise, levando a agrupamentos de

elementos semelhantes” (MORAES; GALIAZZI, 2016, p. 44). A partir das categorias serão produzidas descrições e interpretações que irão expressar novas compreensões sobre o exercício que foi possibilitado pela ATD (MORAES; GALIAZZI, 2016).

Do processo de categorização realizado sobre os elementos do *corpus* já mencionados emergiu um grupo extenso de categorias. No Quadro 5, apresenta-se o conjunto de categorias finais resultantes da ATD.

Quadro 5 - Categorias finais resultantes da ATD

(continua)

<b>INSTRUMENTO</b>	<b>CATEGORIA FINAL</b>	<b>RELAÇÃO COM AS QUESTÕES DE PESQUISA</b>	<b>METATEXTO A SER DESENVOLVIDO</b>
Questionário on-line	As ações de inclusão digital: sua importância para a permanência dos estudantes na graduação e sua contribuição para os objetivos e finalidade do PNAES	- Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?	As ações de inclusão digital: sua importância para a permanência dos estudantes e sua contribuição para os objetivos do PNAES
Questionário on-line	Uma “ajuda” que possibilita acesso à inclusão digital: percepções sobre um caráter assistencial da política	- Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?	
Questionário on-line	O potencial da inclusão digital para o empoderamento dos sujeitos	- Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?	
Questionário on-line	Limites da inclusão digital no ensino remoto	- Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?	
Entrevista (TAE1)	Evidências da importância e necessidade das ações de inclusão digital e o papel do movimento estudantil	- Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?	
Entrevista (G2)	Para além do acesso à equipamentos: o alcance de competências digitais que efetivem a inclusão digital	- Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?	



(continuação)

INSTRUMENTO	CATEGORIA FINAL	RELAÇÃO COM AS QUESTÕES DE PESQUISA	METATEXTO A SER DESENVOLVIDO
Entrevista (TAE 1)	O planejamento dos auxílios e a multiplicidade de definições que envolvem a proposição de ações no campo da inclusão digital	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	O planejamento dos auxílios: definições, limites e complexidade da proposta
Entrevista (G2)	O planejamento dos auxílios: limites e complexidade da proposta	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Entrevista (TAE 1)	A organização dos fluxos relacionados ao processo de trabalho com as “novas” demandas da inclusão digital e algumas dificuldades	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Entrevista (G2)	A organização dos fluxos relacionados ao processo de trabalho com as “novas” demandas da inclusão digital e algumas dificuldades	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Entrevista (TAE 1)	Percepções sobre as ações de inclusão digital: avaliação do processo	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Entrevista (G2)	Avaliação do processo de implementação dos auxílios e do programa alunos conectados	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Questionário on-line	Contextos socioeconômico, econômico, volume de recursos e infraestrutura: a importância da ampliação do orçamento da AE para a garantia das ações de inclusão digital	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	O contexto de implementação das ações de inclusão digital
Entrevista (TAE 1)	O contexto de implementação das ações de inclusão digital: cortes orçamentários, pandemia e os desafios do ensino remoto	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	

(continuação)

INSTRUMENTO	CATEGORIA FINAL	RELAÇÃO COM AS QUESTÕES DE PESQUISA	METATEXTO A SER DESENVOLVIDO
Entrevista (G2)	O contexto de implementação das ações de inclusão digital: cortes orçamentários, pandemia, os desafios do ensino remoto e algumas possibilidades observadas na instituição	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	O contexto de implementação das ações de inclusão digital
Questionário on-line	Inclusão digital: resultado de uma luta do movimento estudantil	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Entrevista (G2)	Participação da FONAPRACE na discussão nacional sobre a inclusão digital	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Entrevista (TAE1)	Outras ações apontadas como iniciativas de inclusão digital e sua avaliação	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Entrevista (G2)	Outras iniciativas de inclusão digital que foram mencionadas	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas?	
Entrevista (TAE1)	Percepções sobre a relação da AE com a Agenda 2030	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de AE da UFSM se vinculam aos ODS da Agenda 2030?	Percepções sobre a Assistência Estudantil e as ações de inclusão digital em relação com a Agenda 2030 e os seus ODS
Entrevista (G2)	Percepções sobre a AE e as ações de inclusão digital em relação com a Agenda 2030 e os seus ODS	- De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de AE da UFSM se vinculam aos ODS da Agenda 2030?	
Entrevista (G2)	A regulamentação das ações de inclusão digital por meio de uma Resolução e a sua garantia a partir do Orçamento da AE: a Institucionalização	- Como institucionalizar a Inclusão Digital enquanto ação relacionada à política institucional da Assistência Estudantil no âmbito da UFSM?	Regulamentação das ações de inclusão digital: a institucionalização
Questionário on-line	Ações de inclusão digital e os reflexos da dimensão da AE na sua efetividade	- Como institucionalizar a Inclusão Digital enquanto ação relacionada à política institucional da Assistência Estudantil no âmbito da UFSM?	

(conclusão)

INSTRUMENTO	CATEGORIA FINAL	RELAÇÃO COM AS QUESTÕES DE PESQUISA	METATEXTO A SER DESENVOLVIDO
Questionário on-line	Auxílios inclusão digital: aspectos do processo seletivo que precisam ser melhorados	- Como institucionalizar a Inclusão Digital enquanto ação relacionada à política institucional da Assistência Estudantil no âmbito da UFSM?	Regulamentação das ações de inclusão digital: a institucionalização

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

De modo a direcionar para a atenção aos objetivos de pesquisa elegeu-se dentre todas as categorias obtidas as seguintes categorias finais: As ações de inclusão digital: sua importância para a permanência dos estudantes e sua contribuição para os objetivos do PNAES; O planejamento dos auxílios definições, limites e complexidade da proposta; O contexto de implementação das ações de inclusão digital; Percepções sobre a AE e as ações de inclusão digital em relação com a Agenda 2030 e os seus ODS; e Regulamentação das ações de inclusão digital por meio de uma Resolução: a Institucionalização. Na medida do possível, foram sendo inseridos na discussão destas categorias finais, alguns elementos das outras categorias, considerados oportunos e relevantes para a construção do debate.

Na Figura 9, apresentam-se as categorias finais que foram definidas para a elaboração dos metatextos. Da observação sobre estas categorias finais que emergiram das unidades de significado analisadas, foram constituídos os elementos da organização dos seguintes *metatextos*.

Figura 9 - Categorias finais ATD



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

#### 4.1 AS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL: SUA IMPORTÂNCIA PARA A PERMANÊNCIA DOS ESTUDANTES E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA OS OBJETIVOS DO PNAES

As tecnologias digitais impuseram-se no contexto da sociedade em rede como um elemento cada vez mais importante nos modos de pensar, viver e comunicar. Desse modo, sem nenhuma surpresa, a expressão “inclusão digital” passa a integrar o vocabulário das políticas públicas (PISCHETOLA, 2016).

Nas situações onde a necessidade do isolamento/distanciamento social como prerrogativa para a contenção de uma nova doença grave, como a vivenciada pela pandemia da Covid-19, as TDIC demonstraram-se extremamente importantes e assumiram elevada influência na concretização da vida cotidiana e nos processos de comunicação tão necessários para o seu desenvolver.

Em todos os campos o cenário mencionado suscitou modificações importantes. Neste texto, detém-se às modificações que foram implementadas no campo da educação, principalmente da educação superior pública federal.

A educação se constitui em um direito fundamental de natureza social e assume função significativa na construção de um Estado Democrático. De acordo

com as previsões estabelecidas na Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, cabe ao Estado em conjunto com a sociedade fornecê-la, centrando-se na sua garantia a partir da promoção da igualdade entre os diversos grupos sociais (BRASIL, 1988), e, possibilitando-a a partir da criação de políticas de acesso e permanência que permitam a todas as pessoas a concretização deste direito, dando especial atenção aos grupos mais vulneráveis (CROSARA; SILVA, 2020).

Na educação superior a permanência dos estudantes, principalmente os mais vulneráveis, se dá pela promoção de ações concretas que englobam o acesso à moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital entre outras (BRASIL, 2010). Tais ações são viabilizadas pelas IFES e financiadas pelo PNAES.

Segundo Silva (2020, p. 54), “Não há dúvidas de que o estudante de graduação precisa apoiar-se, no mínimo, em algumas condições materiais para permanecer na instituição. Se este ou a sua família não possui meios de custear a sua permanência no curso, cabe ao Estado fazê-lo”.

O Decreto PNAES, instituído em 2010, centraliza-se na concretização dos seguintes objetivos:

- I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão;
- e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

A assistência estudantil apresenta-se como um fator de inclusão das classes menos favorecidas nas IFES. Por meio do acesso e da garantia da permanência nos cursos de graduação presenciais, acredita-se em seu potencial como um dos mecanismos da democratização da educação pública/gratuita, e que deve ser materializado na realidade das instituições, não somente pela implementação de projetos sociais, mas enquanto um espaço que viabiliza a construção da cidadania (RODRIGUES, 2019).

Dessa forma, se torna imprescindível que as IFES ampliem a extensão dos benefícios dessas políticas a todos os estudantes em situação de vulnerabilidade, de modo que não sejam somente atendidas as suas necessidades mais básicas, como alimentação, moradia e saúde, mas também contemplados aspectos como cultura, lazer, apoio pedagógico, [inclusão digital] entre outros (PERSKE, 2020).

Na UFSM, as ações relacionadas ao PNAES são materializadas pelo Programa de BSE. Esse programa, instituído pela Resolução nº 35/2015 (UFSM, 2015b), oportuniza aos estudantes ações que viabilizam as condições materiais necessárias para a permanência na universidade. Dentre elas citam-se a moradia estudantil, a alimentação e o transporte, entre outras. Cabe destacar que ações específicas, voltadas ao campo da inclusão digital não vinham sendo oportunizadas pela instituição e passaram a serem demandas do contexto já explicitado, visibilizadas pela situação enfrentada em relação à pandemia.

As ações de inclusão digital, apesar de previstas no rol de ações a serem propiciadas pelo PNAES, de modo concreto, e, mais recentemente, na UFSM, como já sinalizado, deixaram de ser executadas em 2019. Constatou-se, a partir dos relatos nas entrevistas, que, anteriormente ao período da pandemia, em termos de ações voltadas à inclusão digital existiam Laboratórios de Informática (LABINFO). Este projeto em parceria com o Centro de Processamento de Dados (CPD) oferecia “[...] à comunidade acadêmica a oportunidade de acesso gratuito à dois laboratórios de informática, objetivando a oferta de cursos de qualificação aos acadêmicos da UFSM e lhes auxiliando nas atividades didáticas” (UFSM, 2022d).

Observou-se que estes laboratórios estavam estruturados como uma política de inclusão digital, que pela sua localização atendia principalmente aos moradores da CEU e foram desmobilizados, de acordo com o relato de um dos entrevistados (TAE 1), no ano de 2019, em decorrência da pouca procura por parte dos estudantes e devido ao alto custo para a sua manutenção.

Nas falas de TAE 1 e TAE 4, a seguir, evidencia-se a existência de antigas iniciativas de inclusão digital, que foram desmobilizadas anteriormente ao período da Covid-19.

“[...] os LABINFO que existiam, tanto no Centro, na Casa do Estudante, quanto no campus na União e na Casa do Estudante em si, que eram uma política de inclusão digital, do acesso a equipamentos e acesso à internet em salas/laboratórios de informática”. (TAE 1)

“Bom, na verdade a gente já tinha em termos de inclusão digital esse eixo. Ele faz parte. É uma das ações do PNAES, e, nós tínhamos, digamos assim, esse eixo de uma forma que existia, mas não era algo, que ficava tão evidente, porque eu acho que na PRAE tinha, não sei se era bem um laboratório, mas, enfim, tinha um espaço, onde os estudantes poderiam ocupar os equipamentos e ter acesso à internet e nós a nível de campi também, nós tínhamos dois computadores onde os estudantes podiam ter acesso, se precisassem fazer digamos alguma inscrição, a própria solicitação do BSE, se eles não tinham equipamento era nesse espaço, que fica aqui no hall que eles poderiam então ter o acesso ou a gente disponibilizava também nos laboratórios de informática, faziam um agendamento”. (TAE 4).

Ao falar sobre o alto custo e a pouca utilização dos laboratórios da PRAE, TAE 1 sinaliza o fim dos LABINFO mantidos pela unidade:

“[...] eram muito pouco utilizados, muito pouco mesmo. Não tinha como manter um bolsista, manter toda uma estrutura para um ou dois estudantes que utilizavam por pouco espaço de tempo [...]”. (TAE 1).

O surgimento de ações concretas e mais específicas no campo da inclusão digital, que aparecem no contexto da pesquisa, está associado ao advento da pandemia da COVID-19.

De modo inicial avalia-se que os colaboradores da pesquisa conseguiram identificar dentre as ações oportunizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da UFSM as que podem ser consideradas relacionadas ao eixo inclusão digital. Foram bastante apontados nos questionários on-line e nas entrevistas o Auxílio Inclusão Digital – Aquisição de equipamentos para inclusão digital, o Auxílio Inclusão Digital para Aquisição de plano de internet ou dados móveis e a disponibilidade da infraestrutura de internet da Casa do Estudante Universitário (CEU).

O Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de equipamentos para inclusão digital foi caracterizado como um auxílio destinado aos estudantes que possuíam o Benefício Socioeconômico ativo e não provisório, com o objetivo de proporcionar aos/às estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estratégias de acesso a equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais) (UFSM, 2021b). Ele possibilitou aquisição de dois tipos de equipamentos:

Tipo I – Computador desktop, Notebook, Netbook e Tablet.

Tipo II – modem, roteador, fones de ouvido, microfones, memória RAM, monitor, webcam, mouse, teclado, placa-mãe e outros semelhantes (peça, acessórios, periféricos...) indispensáveis para o acompanhamento das disciplinas do REDE (UFSM, 2021b).

Constatou-se a partir da análise dos editais publicados, que foram disponibilizados aos estudantes recursos financeiros que possibilitaram o auxílio no valor de R\$1.000,00 destinados à aquisição de equipamentos eletrônicos.

O Auxílio Inclusão Digital para Aquisição de plano de internet foi caracterizado pela PRAE, como sendo um auxílio organizado com o objetivo de possibilitar aos(às) estudantes com Benefício Socioeconômico ativo e não provisório acesso aos recursos financeiros para aquisição de plano de internet ou de dados móveis indicado para as atividades acadêmico-científicas em Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE), previstas nas disciplinas curriculares, de modo a proporcionar o alcance do desempenho acadêmico e a permanência do(a) discente, durante o tempo de vigência das atividades em REDE (UFSM, 2020b). Este auxílio foi oportunizado exclusivamente aos estudantes não moradores da CEU. No que se refere a valores, esse auxílio envolve o pagamento de R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais ao estudante para a aquisição de Plano de Internet.

Quanto à disponibilidade de infraestrutura de internet da CEU, convém explicar, que a CEU compreende uma das ações do Programa de Assistência Estudantil da UFSM, que objetiva apoiar por meio da disponibilização de moradia estudantil gratuita, a permanência de estudantes de baixa renda, regularmente matriculados nos cursos presenciais da instituição. Com essa finalidade, existem seis casas, sendo quatro unidades na cidade de Santa Maria, duas delas destinadas para estudantes de graduação, médio-técnico (CEU I e II – onde um bloco é destinado para estudantes menores de 18 anos), uma para estudantes de pós-graduação (CEU III) e uma para estudantes indígenas (CEU indígena). Já nos campi fora de sede, são duas unidades, uma em Frederico Westphalen e uma em Palmeira das Missões (UFSM, 2022a).

No Quadro 6, apresenta-se uma síntese demonstrativa do quantitativo de recursos aplicados pela UFSM com o pagamento do Auxílio Inclusão Digital PRAE/UFSM - Aquisição de Plano de Internet nos anos de 2020 e 2021.



Quadro 6 - Demonstrativo Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Planos de Internet

Auxílio Inclusão Digital - PRAE/UFSM Aquisição de Plano de Internet	2020		2021	
	Recurso aplicado	Total de auxílios pagos	Recurso aplicado	Total de auxílios pagos
Valor do auxílio: R\$ 60,00				
FONTE DO RECURSO				
PNAES	R\$ 144.960,00	2416	R\$ 277.860,00	4631
COLÉGIO POLITÉCNICO	R\$ 5.460,00	91	R\$ 8.580,00	143
COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL	R\$ 420,00	7	R\$ 2.460,00	41
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	R\$ 4.380,00	73	R\$ 4.320,00	72
<b>TOTAL ANUAL DE RECURSOS APLICADOS</b>	<b>R\$ 155.220,00</b>	<b>2587</b>	<b>R\$ 293.220,00</b>	<b>4887</b>
	Estudantes atendidos	370	Estudantes atendidos	407

Fonte: Elaborado a partir de dados disponibilizados pelo Setor de Bolsas PRAE/UFSM (2022).

Conforme dados do Setor de Bolsas PRAE/UFSM, para o pagamento dos auxílios inclusão digital na UFSM, houve alocação de recursos de outras fontes (oriundos do Colégio Politécnico, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) e da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PRPGP) para atender também estudantes do ensino médio e da pós-graduação. Essa medida demonstra responsabilidade da instituição com a garantia da permanência, não somente dos estudantes da graduação, mas também dos estudantes do ensino médio e da pós-graduação.

Observa-se, a partir da análise do Quadro 6, que, no de 2020, entre os meses de junho a dezembro de 2020, foram pagos pela UFSM o montante de R\$ 155.220,00 distribuídos em 2.587 auxílios. Esse volume de auxílios disponibilizados repercute no total de, em média, 370 estudantes atendidos. Já durante o ano de 2021, considerando-se os meses de Janeiro a Dezembro, a instituição fez o aporte do montante de R\$ 293.220,00 distribuídos em um total de 4.887 auxílios, que repercutem em média no total de 407 estudantes atendidos pelo programa. A diferença em relação ao número de estudantes atendidos e o de auxílios disponibilizados se deve ao fato de que o auxílio é disponibilizado mês a mês, de modo que alguns estudantes se repetem no decorrer dos meses e outros não. Assim, para obter o número aproximado de estudantes atendidos, realiza-se a média entre os auxílios disponibilizados e o total de meses.

Na sequência, no Quadro 7, demonstra-se a síntese sobre o pagamento do Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Equipamentos.

Quadro 7 - Demonstrativo Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Equipamentos

<b>Auxílio Inclusão Digital - PRAE/UFSM Aquisição de equipamentos</b>				
Valor do auxílio: R\$ 1.000,00	<b>2020</b>	<b>Total de</b>	<b>2021</b>	<b>Total de</b>
<b>FONTE DO RECURSO</b>	<b>Recurso aplicado</b>	<b>Estudantes</b>	<b>Recurso aplicado</b>	<b>Estudantes</b>
PNAES	R\$ 641.000,00	641	R\$ 340.000,00	340
COLÉGIO POLITÉCNICO	R\$ 16.000,00	16	R\$ 5.000,00	5
COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL	R\$ 4.000,00	4	R\$ 2.000,00	2
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA	R\$ 7.000,00	7	R\$ 13.000,00	13
<b>TOTAL ANUAL DE RECURSOS APLICADOS</b>	<b>R\$ 668.000,00</b>	<b>668</b>	<b>R\$ 360.000,00</b>	<b>360</b>

Fonte: Elaborado a partir de dados disponibilizados pelo Setor de Bolsas PRAE/UFSM (2022).

Observou-se uma diminuição do volume de recursos de 2020 para o ano de 2021, que se deve a modificações em relação à sistemática de inscrições (migração do processo para o Processo Eletrônico Nacional (PEN)) e quanto aos critérios definidos em editais, relacionados aos tipos de equipamentos que poderiam ser adquiridos pelos estudantes.

Para esse auxílio, em 2020 foram destinados pela UFSM o montante de R\$ 668.000,00 que permitiram atender o total de 668 estudantes. No ano de 2021, a instituição realizou o pagamento de R\$ 360.000,00, que permitiram atender o total de 360 estudantes.

Assim, percebe-se que com o montante de recursos dispensados pela UFSM para o conjunto dos auxílios apresentados, foi possível atingir um número significativo de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que conseguiram alçar novas estratégias de acesso a equipamentos para inclusão digital, estas destinadas às atividades acadêmico-científicas. Tais estratégias se reverteram na melhoria do desempenho acadêmico e na permanência dos/as discentes, durante o tempo de vigência das atividades realizadas em REDE conforme as proposições da sua Resolução.

Apesar do término do sistema REDE, nesse momento, a UFSM vive um período de transição em que muitos cursos flexibilizaram os currículos dos seus cursos em 40%, conforme permite a legislação, para oferta de carga horária a distância. Uma Resolução interna<sup>6</sup> permite que essa flexibilização ocorra apenas temporariamente, em caráter excepcional, sem uma reforma do projeto pedagógico, até o final do segundo semestre de 2022. Assim, diversas disciplinas estão sendo

<sup>6</sup> Resolução nº 079, de 17 de fevereiro de 2022. Revoga o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE), estabelece diretrizes sobre o Calendário Suplementar e o retorno presencial das atividades acadêmicas na UFSM (UFSM, 2022f).

ofertadas total ou parcialmente nessa modalidade. Essa situação tem permitido a continuidade dos auxílios até a atualidade.

A maioria dos TAES e gestores entrevistados destacaram que acreditam na importância da manutenção dos auxílios, após retorno total à presencialidade, uma vez que no campo da educação os recursos tecnológicos são importantes para a pesquisa e para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Sobre a inclusão digital demonstraram considerar que:

“[...] ela é fundamental. Porque do jeito que a gente vive atualmente em função de internet, pesquisa, comunicação global, essa globalização toda que a gente vive. É fundamental os estudantes terem acesso à internet, à equipamentos eletrônicos, principalmente em termos de pesquisa. Então, para a pesquisa científica é fundamental ter uma internet boa, com uma capacidade boa, um acesso bom e equipamentos que permitam um estudante a desenvolver pesquisas”. (Gestor 1).

Além disso, observou-se, na sua fala, a compreensão sobre o potencial dos auxílios para a inclusão social e a transformação da realidade dos estudantes e a oportunidade que trazem para a participação no processo de ensino-aprendizagem:

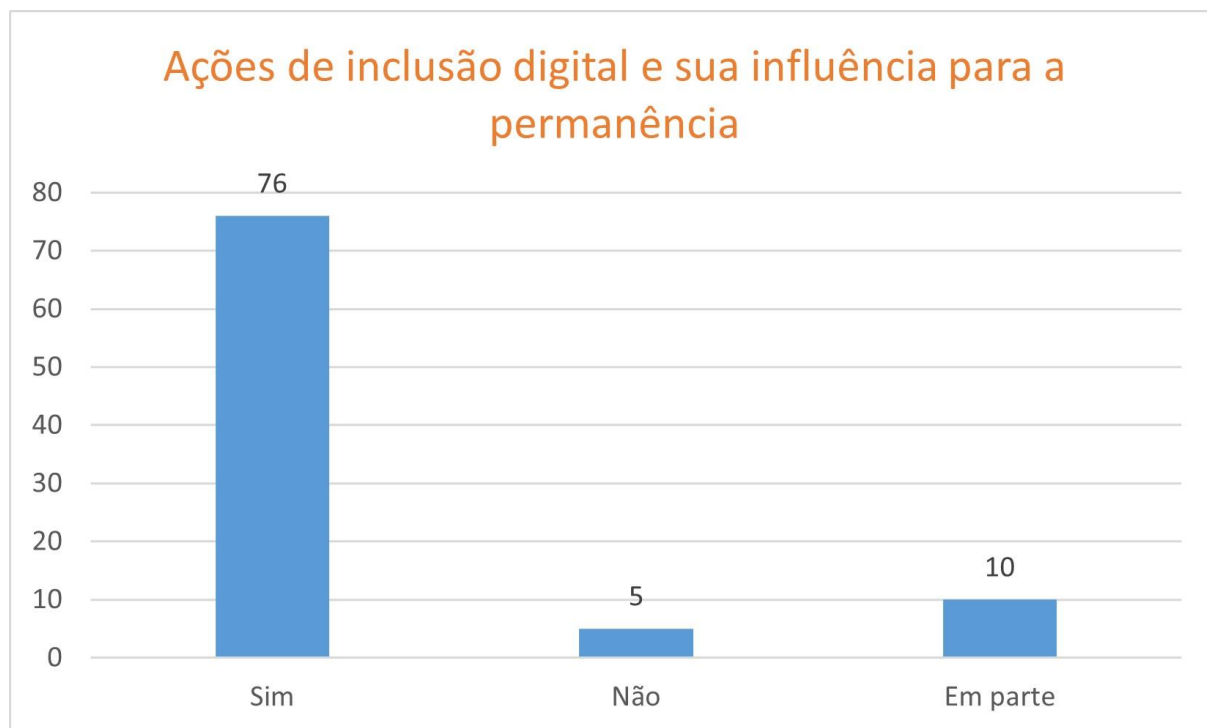
“Eu acho que essas ações, elas vêm com esse sentido de permitir mais acessibilidade para esse aluno, e, sequencialmente, essa inclusão quanto a transformação da realidade desse aluno, porque, bom, se ele não tiver determinado equipamento, por exemplo, durante o REDE, de repente ele não conseguisse acompanhar ou até mesmo cumprir, as atividades didático-pedagógicas lá, que ele precisava participar e que participou, enfim, e que deveria participar pela própria fluência ali do curso [...]”. (TAE 5).

Entretanto, o que se pode apurar é que não existe previsão de manutenção das ações que foram oportunizadas, quando houver o retorno completo à presencialidade das atividades acadêmicas. O contingenciamento cada vez maior do custeio das instituições públicas federais é um indicativo de que esse quadro pode se agravar.

“[...] o que a gente tem hoje, com as orientações da gestão é de permanecer até que as atividades didático-pedagógicas permaneçam em algum por cento a distância, enquanto isso acontecer os auxílios também permanecem”. (TAE 5).

Os estudantes foram diretamente questionados(as) sobre os auxílios inclusão digital e a sua influência para a permanência na UFSM. Essa era a questão 1.6 do questionário on-line e perguntava: - Você acredita que os auxílios direcionados à inclusão digital oportunizados pela PRAE/UFSM influenciam ou influenciaram na sua permanência na UFSM? Assim, poderiam responder: Em parte, sim ou não. No Gráfico 11, apresenta-se o retorno sobre essa questão.

Gráfico 11 - Ações de inclusão digital e sua influência para a permanência



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os dados do Gráfico 11 revelam que a maioria dos estudantes, ou seja, 76, acredita que as ações oportunizadas pela PRAE para a inclusão digital dos estudantes influenciam/influenciaram na sua permanência na UFSM. Além deles, do grupo que respondeu a pesquisa, 10 deles acreditam que as ações influenciam/influenciaram em parte na sua permanência. Somente 5 estudantes julgaram que as ações não influenciam/influenciaram na sua permanência na instituição.

Dessa maneira, somando-se o percentual de estudantes que julgaram influenciar com os que perceberam a sua importância em parte, têm-se o total de 86 estudantes para os quais os auxílios que foram oportunizados para aquisição de plano de internet ou dados móveis e aquisição de equipamentos, bem como a utilização da infraestrutura de internet da CEU repercutem direta e positivamente na sua permanência na UFSM. Visualiza-se assim, que tais ações oportunizam o acesso às condições materiais que contribuem para viabilizar a permanência do(a)s estudantes nos seus cursos e na instituição.

Sobre a importância dos auxílios para os estudantes, os dados convergem para as várias falas dos sujeitos que colaboraram com a pesquisa respondendo o questionário on-line e as entrevistas semiestruturadas.

Os estudantes sinalizam que os auxílios inclusão digital são de fundamental importância porque possibilitam a oportunidade, principalmente aos estudantes de baixa renda, para o acesso aos equipamentos e auxiliam na aquisição de pacote de dados de internet o que permite o acompanhamento das aulas quando realizadas de modo remoto e a realização de suas atividades de pesquisa nesse mesmo contexto. Esta afirmativa pode ser percebida nas falas dos estudantes destacadas a seguir:

“Elas são de fundamental importância para garantir a permanência dos estudantes na universidade”. (Estudante 63).

“Pois o auxílio digital oportunizou que alunos de baixa renda pudessem comprar materiais necessários para o acompanhamento das aulas”. (Estudante 30).

“Acredito que o auxílio promove a chance de alunos que não possuem recursos, adquirir equipamentos, dados móveis, dentre outros, possibilitando uma melhoria em seu ensino”. (Estudante 86).

“Eu não possuía nenhum outro recurso além do celular para assistir as aulas e realizar as tarefas, isso acaba desmotivando a continuar estudando, tendo em vista que não atendia minhas necessidades. Com o auxílio consegui comprar um tablet para assim melhorar um pouco a qualidade de meus estudos e permanecer estudando”. (Estudante 2).

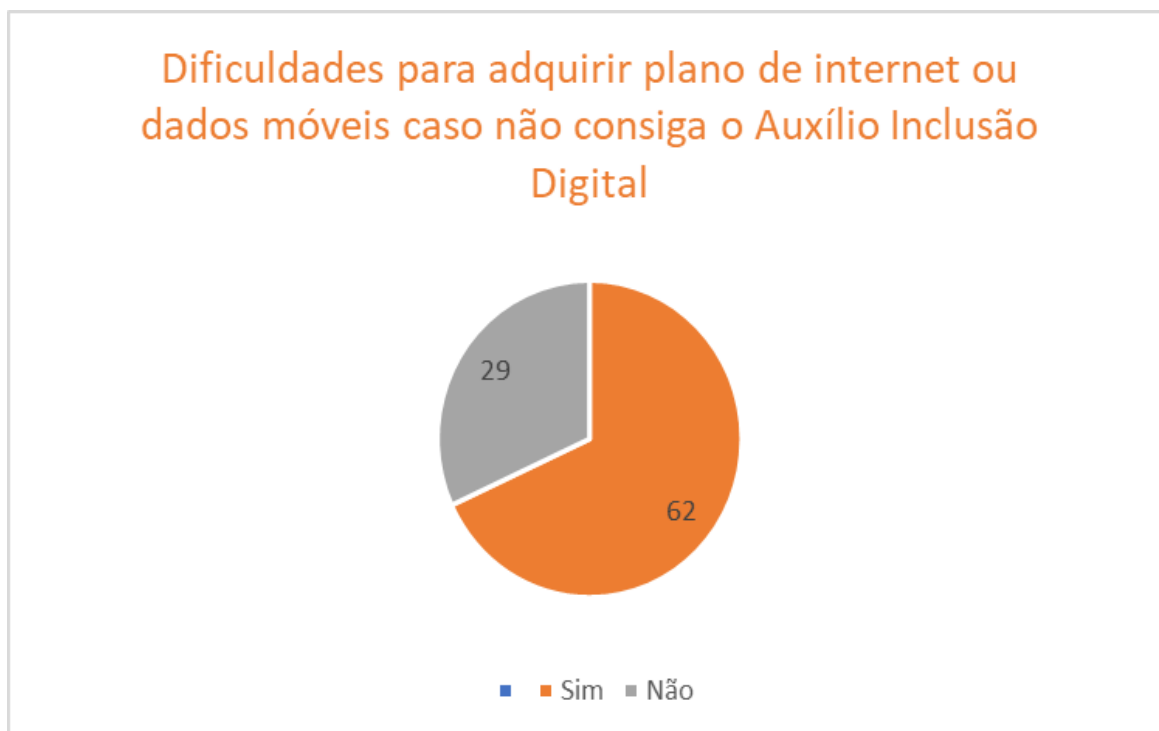
“É necessário possuir equipamentos para complementar as pesquisas e desenvolvimentos de trabalhos durante o período sem acesso aos equipamentos da universidade ou nos períodos em casa”. (Estudante 58).

“As ações auxiliam os alunos a dar prosseguimento nos estudos”. (Estudante 79).

Outra pergunta apresentada aos estudantes no questionário on-line buscou identificar se eles teriam dificuldades de adquirir planos de dados ou pacotes de internet caso não conseguissem acessar os auxílios inclusão digital oportunizados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis. Nela perguntou-se aos estudantes: Quanto à aquisição de pacotes de dados móveis. Caso não consiga dispor dos auxílios proporcionados pela PRAE, você possui dificuldade para garantir aquisição de pacote de dados e acompanhar as atividades do seu curso? Esta era uma pergunta obrigatória e as opções de resposta eram apenas sim ou não.

Apresenta-se o Gráfico 12 com o retorno obtido com a questão.

Gráfico 12 - Dificuldades para adquirir plano de internet ou dados móveis



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Na análise do Gráfico 12, observa-se que um grupo considerável de estudantes afirma ter dificuldades para acompanhar as atividades do curso, diante da impossibilidade de acesso ao Auxílio Inclusão Digital. Para a maioria (62) dos estudantes, a falta de condições para aquisição de plano de internet ou pacotes de dados, sem o acesso ao recurso oportunizado pelos auxílios inclusão digital, se reflete em um desafio a mais para a sua permanência na graduação. Um grupo menor (29) de estudantes demonstra não ter dificuldades em relação à aquisição de acesso à internet, diante da negativa em relação ao acesso dos auxílios.

Destacam-se, a seguir, alguns excertos de falas dos estudantes que afirmam as suas dificuldades. Dentre elas, estão: o fato de realmente não ter recursos, o alto custo praticado pelo mercado para os planos de internet, a relação custo elevado X qualidade em relação ao tipo de plataformas necessárias para a permanência no curso e o fato de ter que se manter somente com, por exemplo, o valor obtido com outros auxílios (bolsa) oportunizados pela PRAE.

“Muitas vezes não conseguia adotar um pacote de internet por não ter recurso financeiro o suficiente.” (Estudante 2).

“Os valores de um plano de internet ainda são muito caros. Por isso a necessidade da inclusão digital.” (Estudante 5).

“Sim, me mantenho na CEU com minha bolsa de 400 reais, é difícil comprar pacotes.” (Estudante 13).

“O valor para adquirir internet de qualidade que dê condições de utilizar plataformas de ensino, são caros, sem esse recurso da PRAE não poderei ter acesso, a não ser que utilize a rede *wi-fi* do campus”. (Estudante 16).

“Diante dos altos custos de dados móveis em relação a qualidade dos mesmos fica inviável para mim arcar com todo o custo deste serviço”. (Estudante 27).

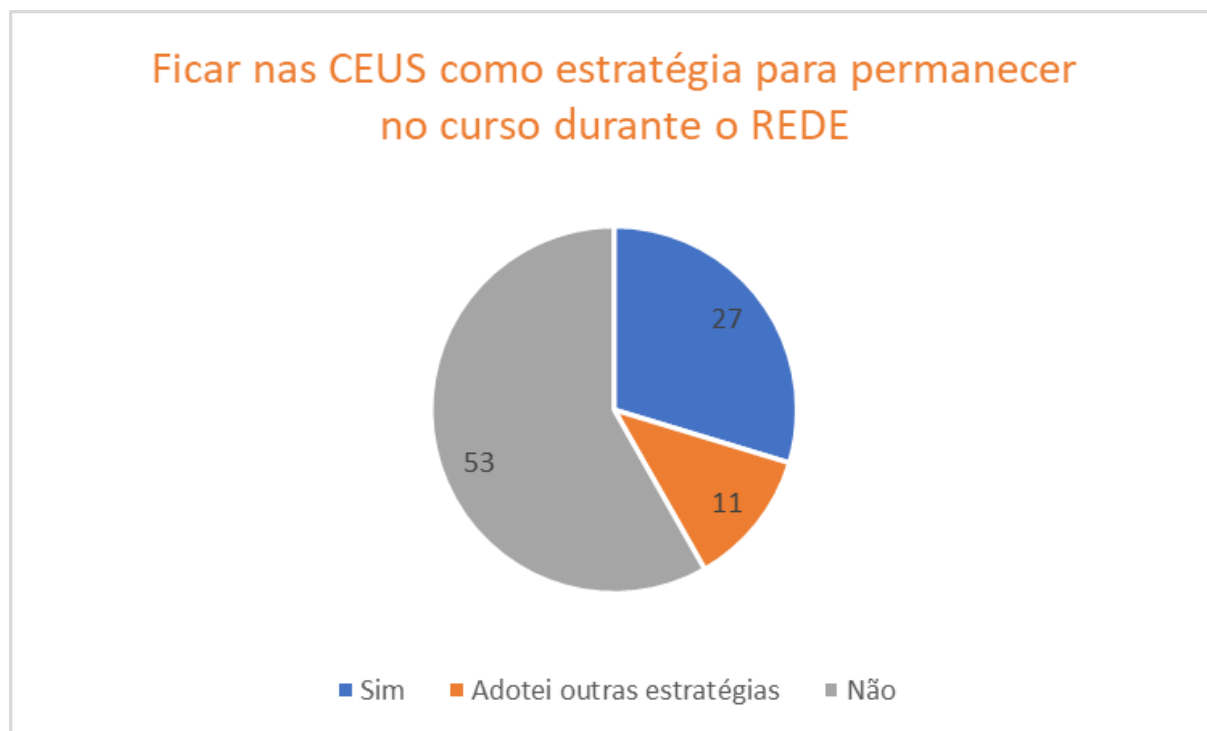
Outro aspecto a ser considerado e que demonstra a importância de medidas de inclusão digital foi a utilização da internet das moradias estudantis (CEUs) como uma estratégia para permanecer no curso. Alguns estudantes adotaram esta estratégia, durante a suspensão das atividades acadêmicas e administrativas, em um período em que foi recomendado pela PRAE/UFSM por meio de Instrução Normativa<sup>7</sup>, o máximo esvaziamento da lotação das residências. Os moradores foram orientados a retornar às suas casas, como uma medida de segurança diante do agravamento em relação ao contágio da Covid-19.

Questionou-se aos estudantes: Para permanecer no curso e garantir sua participação nas atividades acadêmicas, durante o REDE, você necessitou adotar como estratégia permanecer na CEU, em virtude da utilização da Internet (Wi-Fi)? Esta também era uma pergunta obrigatória e, como resposta, os estudantes poderiam afirmar: sim, não ou adotei outras estratégias. Apresentam-se, no Gráfico 13, os dados obtidos a partir dessa questão.

---

<sup>7</sup> Instrução Normativa nº 003/2020/PRAE, de 22 de junho de 2020. Orienta acerca das medidas a serem adotadas com vistas à diminuição do risco de transmissão do SARS-COVID-2 no âmbito da moradia estudantil da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2020c).

Gráfico 13 - Ficar na CEU como estratégia para permanecer no curso durante o REDE



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao analisar esses dados, é possível perceber que 27 estudantes adotaram ficar nas moradias estudantis da UFSM, mesmo enquanto lhes era solicitado retornar às suas casas como uma estratégia para permanecer no curso durante a suspensão imposta pelas autoridades sanitárias e contrariando as normativas da UFSM. Para esse grupo, permanecer na instituição assumindo os riscos diante da iminência do agravamento da pandemia foi a opção realizada para garantir o acesso à internet necessário para a continuidade dos estudos no sistema remoto (REDE) adotado pela instituição.

Outros estudantes (11) mencionaram adotar outras estratégias, dentre elas pode-se citar os que afirmam terem ficado na casa de amigos, ou em outros locais, onde existia *wi-fi*. Neste grupo, observam-se relatos como:

“Permaneci em casa onde tinha acesso wifi de vizinhos”. (Estudante 61).

“Fiquei na casa de amigos que tinham acesso à Internet e depois retornei para a casa da minha família”. (Estudante 66).

A partir desses dados, detecta-se que os recursos materiais (equipamentos e planos de internet ou pacotes de dados) em um contexto de crescimento da vulnerabilidade socioeconômica diante do enfrentamento às crises pandêmica e



econômica, que contribuem para o crescente aumento do desemprego, da fome, da precarização e fragilização das relações e oportunidades de trabalho se tornam relevantes para a permanência dos estudantes.

No entanto, sabe-se que, para além dos recursos materiais que dão condições de acesso aos conteúdos e à participação nas atividades do curso, as ações de inclusão digital devem possibilitar aos estudantes as capacidades necessárias e a conectividade para a construção de novas relações de um modo mais ampliado, alcançando a possibilidade de sua participação nas interações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Nesse sentido, retomam-se as contribuições de Pischetola (2016) sobre a inclusão digital no campo da educação. Para a autora, ambas as participações social e digital, na atualidade, se encontram cada vez mais sobrepostas. Assim, ela pressupõe uma mudança paradigmática no processo de ensino-aprendizagem, alertando sobre a necessidade de uma visão para além do utilitarismo sobre as novas tecnologias, mas de um olhar em prol dos sujeitos que aprendem (PISCHETOLA, 2016). Com isso, nesse contexto, os estudantes que desenvolvem habilidades técnicas de uso da tecnologia digital também mantêm práticas sociais, relações com o contexto sociocultural e manifestam formas de pensamento críticas e pessoais.

Na fala de alguns dos estudantes, constatam-se algumas evidências sobre a importância das ações de inclusão digital também nessa perspectiva. Observou-se isso, a partir da análise de outra questão onde se pergunta aos estudantes sobre a utilização da internet durante a sua permanência no campus da UFSM.

Dentre os usos mais relevantes que foram abordados, percebe-se: a possibilidade de conexão às novas tecnologias, a utilização das mais diversas plataformas digitais de comunicação, o consumo de conteúdos (vídeos, cursos, pesquisas), a utilização para tentativas de inserção no mercado de trabalho, o atendimento às múltiplas demandas dos projetos de extensão, ensino e pesquisa em que os estudantes estavam inseridos e até a mesmo o alcance a outras ações do campo da assistência estudantil (atendimento psicológico).

“Porque as ações de inclusão digital proporcionam [sic] que o aluno esteja conectado às novas tecnologias”. (Estudante 17).

“Uso Whatsapp que é meio de comunicação entre colegas e professores nos grupos”. (Estudante 26).

“Consumo conteúdos, faço cursos on-line, pesquisas variadas, uso para traduzir, para ler artigos, para fazer chamada de vídeo quando necessário com a psicóloga da UFSM, salvo arquivos...”. (Estudante 37).

“Demandas dos projetos de extensão, pesquisa e ensino”. (Estudante 56).

“Vagas de emprego”. (Estudante 57).

“Diversas plataformas e aplicativos, além de outros meios de comunicação que estão disponíveis na internet. Principalmente acervos digitais e aplicativos de comunicação”. (Estudante 88).

Ao se analisar essas assertivas sobre a utilização dada pelos estudantes à internet proporcionada pelos auxílios inclusão digital oportunizados pela UFSM, reitera-se sua importância em relação ao potencial para a inclusão social. Sustenta-se esta percepção nas previsões relacionadas aos objetivos do PNAES, especificamente a que diz respeito ao objetivo IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010) e nos Desafios Institucionais assumidos pelo PDI 2016-2026 (UFSM, 2016). Nele, “O Desafio 3 está diretamente relacionado ao objetivo de fortalecer políticas de acesso à universidade e reforçando a assistência estudantil com foco na permanência dos estudantes, conclusão dos estudos e bom uso dos recursos” (UFSM, 2021d, p. 50).

De acordo com o PDI da UFSM (2016-2016):

Com as cotas, pretende-se democratizar ainda mais a UFSM, minimizando os efeitos das desigualdades socioeconômicas no acesso e na formação dos estudantes e promovendo a igualdade de oportunidades. Para tanto, além de garantir o acesso à UFSM, também é preciso garantir a permanência e para isso demonstra-se essencial uma política efetiva de assistência estudantil, que promova a inserção das classes historicamente menos favorecidas, através de programas que viabilizem aos estudantes a conclusão de seus cursos, conquistando melhores condições de competir no mercado de trabalho e de promover a inclusão social (UFSM, 2016, p. 43).

Nessa perspectiva, também se pode ilustrar com a fala de um dos gestores responsáveis pelo processo de implementação dos auxílios:

“[...] a UFSM quer muito ser uma universidade de excelência. Melhorar cada vez mais, investir em pesquisa, em inovação e empreendedorismo e sem essas ações, sem uma institucionalização dessas ações de inclusão digital, não é possível fazer isso. Por mais que a gente tenha muitos estudantes com condições econômicas, aquele pessoal que tem ingressado por cotas, eles precisam ter esse acesso também para ter condições iguais”. (Gestor 1).

O Gestor 1 sinaliza as projeções e o potencial da UFSM em ser uma universidade de excelência, os investimentos em pesquisa, inovação e empreendedorismo e a importância das ações de inclusão digital, para o alcance de seus objetivos institucionais, que, como já sinalizado, perpassam a questão da inclusão social. Salienta, ainda, a relevância e a necessidade de medidas para inclusão digital, principalmente aos estudantes que ingressam na UFSM por meio das cotas.<sup>8</sup>

Desse modo, pressupõe-se que do ponto de vista de Gestor 1, as ações de inclusão digital, além de possibilitar os avanços da instituição na concretização de seus objetivos institucionais, buscam atingir a equidade em relação aos estudantes que obtêm ingresso à universidade pelo sistema de cotas.

Ao refletir sobre a fala de Gestor 1 destacam-se, além da observação dos objetivos e finalidades do PNAES (BRASIL, 2010) e dos compromissos assumidos pelo PDI 2016-2026 (UFSM, 2016), no que concerne aos desafios institucionais, dentre eles a promoção da inclusão social pela educação, o olhar da instituição e seu empenho em atender as proposições da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Para uma análise sobre este aspecto, observa-se o que está previsto no ODS 10 - Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles, mais especificamente nas seguintes metas:

10.2 Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. 10.3 Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, inclusive por meio da eliminação de leis, políticas e práticas discriminatórias e da promoção de legislação, políticas e ações adequadas a este respeito (UNITED NATIONS, 2015).

---

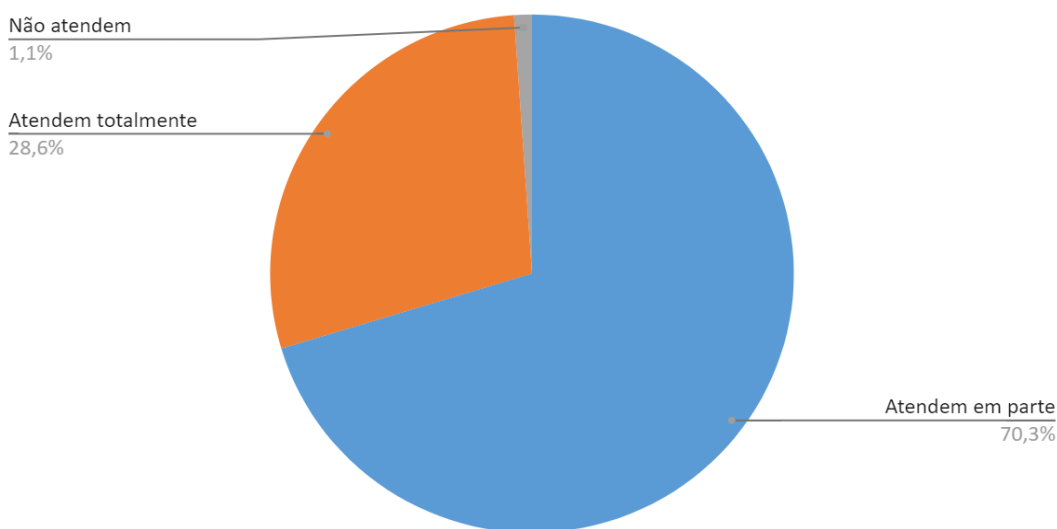
<sup>8</sup> Sobre o ingresso pelas cotas, considera-se o que está previsto na Lei 12.711, de 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), que foi alterada pela Lei. 13. 409, de 28 de dezembro de 2016, para incluir as pessoas com deficiência (BRASIL, 2016).

Dessa forma, percebe-se que as iniciativas oportunizadas pela instituição, claramente se alinham às metas destacadas e coadunam com a promoção de uma política que visa oportunizar igualdade de condições aos estudantes atendidos pela UFSM, cuja vulnerabilidade socioeconômica é reconhecida.

No que tange às ações de inclusão digital oportunizadas pela PRAE/UFSM, os estudantes foram questionados sobre a sua percepção em relação ao atendimento de suas necessidades. Essa pergunta oportunizou aos/às respondentes afirmar suas percepções sobre as ações, sendo que eles/elas poderiam dizer: As ações atendem em parte as necessidades dos estudantes; As ações atendem totalmente as necessidades dos estudantes; As ações não atendem as necessidades dos estudantes. No Gráfico 14, apresenta-se o retorno obtido com a referida questão.

Gráfico 14 - Ações de inclusão digital e o atendimento às necessidades dos estudantes

### Ações de inclusão digital e o atendimento às necessidades dos estudantes



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A maior parte dos respondentes acredita que as ações de inclusão digital oportunizadas pela PRAE/UFSM atendem em parte as necessidades dos estudantes. O grupo que percebeu a oferta de ações, desse modo, totalizou 70,3% dos estudantes. Esse grupo vem seguido por 28,6% dos colaboradores da pesquisa, que acreditam que as ações atendem totalmente às necessidades dos estudantes. Somente 1,1% pensa que as ações não atendem às necessidades dos estudantes.

Observa-se, na análise das falas dos estudantes que integram o grupo que acredita que os auxílios atendem em parte às suas necessidades, uma insatisfação que se deve, principalmente, em relação aos valores que são disponibilizados. Eles tencionam sobre a necessidade de ampliação dos valores disponibilizados, tanto para o auxílio à inclusão digital para aquisição de equipamento, quanto para o auxílio à inclusão digital para aquisição de pacotes de dados de internet. Verifica-se que existe uma indicação sobre o fato de que o valor disponibilizado não consegue alcançar os preços praticados no mercado para os equipamentos e nem para os pacotes de internet que possibilitem uma internet de qualidade. Apresenta-se a seguir algumas dessas sinalizações:

“Atendem parte, pois o valor ofertado, é muito baixo para a aquisição de um notebook com o básico, hoje em dia”. (Estudante 2).

“Atendem em parte por não estar sendo levada em consideração os preços dos produtos e serviços, uma vez que o valor disponibilizado pelas ações cobre parte dos preços desses produtos e serviços”. (Estudante 24).

“Embora o auxílio para contratar plano de internet, nem sempre é possível encontrar um plano adequado, com velocidade de conexão e/ou sinal capaz de atender as necessidades impostas por aulas via REDE”. (Estudante 48).

“Em determinadas situações o valor do auxílio não cobre integralmente o valor disponibilizado, podemos citar o edital de equipamentos, é oferecido R\$ 1.000,00 para adquirir um equipamento, se a pessoa optar em comprar um notebook para realizar os trabalhos e levar a aula ela terá de custear com recursos próprios o valor restante, sendo inviável para alguns”. (Estudante 70).

“Valores muito baixos é fora de questão conseguir algo de qualidade que realmente dê conta de todas as demandas que existem na realidade atual dos alunos que necessitam da assistência estudantil e dependem dela para permanência na instituição”. (Estudante 73).

O grupo de estudantes que acredita que os auxílios atendem totalmente às suas necessidades destaca que a partir da obtenção dos auxílios, conseguiram executar as suas atividades e que os auxílios em conjunto com as demais ações oportunizadas pela AE viabilizam o acesso ao conteúdo de modo digital, bem como é necessário para a realização do curso.

“Atendem minhas expectativas, pois me auxiliaram na execução das atividades”. (Estudante 5).

“Atendem as necessidades em relação ao acesso digital”. (Estudante 10).

"Acredito que todas as ações em conjunto venham auxiliar os estudantes". (Estudante 14).

Diante de modificações tão significativas nos contextos social, político e econômico, na atualidade, evidencia-se que ações oportunizadas para a inclusão digital dos estudantes se tornaram imprescindíveis no cenário da Educação Superior e na composição dos recursos proporcionados aos estudantes pelo PNAES para a sua permanência na universidade.

A partir de outras pesquisas sobre a Assistência Estudantil observa-se que ela se desenvolve em um contexto de

[...] mudanças significativas, e que tem se destacado enquanto política institucional; no entanto, ainda necessita de ajustes para se equiparar às propostas do PNAES, bem como à realidade dos estudantes, com vistas à sua efetivação como política educacional voltada aos interesses acadêmicos para formar cidadãos, transformando-os em profissionais competentes, éticos e humanos (RODRIGUES, 2019, p. 85).

Assim, percebe-se que as ações que foram implementadas, apesar de centradas na disponibilização de recursos financeiros, se tornaram fundamentais e influenciam na permanência dos estudantes, à medida que possibilitaram o acesso a equipamentos e o recurso necessário para a aquisição de pacotes de dados de internet. Tal fato demonstra viabilizar uma estratégia para a continuidade dos estudos durante o ensino remoto e a permanência dos mesmos nos cursos e na universidade.

Todavia, cabe destacar que não somente o acesso aos equipamentos irá oportunizar a efetiva inclusão digital dos estudantes. O Estudante 29 acende o sinal vermelho sobre a necessidade de observação de outros elementos que são essenciais para a inclusão digital.

"As ações atendem em parte, pois a garantia de possuir uma máquina de acesso à internet e/ou a rede de internet, não garante acesso integral à aula, tampouco à universidade". (Estudante 29).

No mesmo sentido, as falas dos estudantes 17 e 73 indicam a complexidade do que é alcançar a inclusão digital. Nas suas falas, observa-se que para a aprendizagem, de modo concreto, eles precisaram se adaptar ao novo formato do ensino a partir da utilização das TDICs e se apropriar do seu uso no contexto da educação.

“Algumas ferramentas demandaram mais tempo para que eu soubesse usá-las”. (Estudante 17).

“Várias dificuldades no que diz respeito a ter que se virar com a tecnologia que até então não era tão presente na minha vida no geral e nem na vida acadêmica”. (Estudante 73).

Observa-se na fala desses estudantes a inclusão digital numa perspectiva para além do simples acesso aos equipamentos e internet, pois ressalta que a oportunidade dada pela universidade de obter tão somente as condições materiais para acesso a equipamentos e internet não garantem o acesso integral à aula e tampouco à universidade. Estes depoimentos transparecem a complexidade e a importância da inclusão digital, assim como a necessidade de apropriação de outros elementos, recursos ou capacidades para a concretização do processo de ensino. Nesse viés, algumas pesquisas mais recentes sobre a temática têm confirmado:

[...] os elementos essenciais para a inclusão digital são outros: o acesso significativo à informação, o desenvolvimento de capacidades para a seleção e o uso dos recursos postos à disposição pela tecnologia, o acesso à rede digital enquanto possibilidade de intercambiar opiniões e informações, aprofundar temas de interesse, conhecer os eventos mundiais e participar da vida política (PISCHETOLA, 2016, p. 9).

Pode-se concluir que, para uma maior efetividade dessas ações, torna-se necessária à sua institucionalização, a garantia da previsão orçamentária e a implementação de outras ações numa perspectiva que amplie a inclusão digital, sobretudo para ações que possibilitem o empoderamento dos sujeitos na utilização das tecnologias e aumentem o seu potencial para o uso no processo de ensino e aprendizagem.

Em síntese, a partir da análise dessa categoria afirma-se que as ações de inclusão digital relacionadas à política de Assistência Estudantil da UFSM influenciam na permanência dos estudantes, na medida em que propiciam acesso digital às aulas, conteúdos, ao REDE, e, com isso, a melhoria das condições de aprendizagem. Segundo os colaboradores da pesquisa, elas são de fundamental importância e oportunizam as condições para a permanência dos estudantes, sobretudo, os ingressantes pelas cotas. Assim, também pela sua contribuição com o papel social da UFSM e com a inclusão social, precisam ser mantidas, ou seja, institucionalizadas.

## 4.2 O PLANEJAMENTO DOS AUXÍLIOS: DEFINIÇÕES, LIMITES E COMPLEXIDADE DA PROPOSTA

Esta categoria estrutura-se a partir da aglutinação dos resultados do processo de categorização da ATD realizada nas entrevistas com TAE 1 e Gestor 2, devido à sua semelhança. Da entrevista com TAE 1 obteve-se enquanto categoria final: “O planejamento dos auxílios e a multiplicidade de definições que envolvem a proposição de ações no campo da inclusão digital” e da entrevista com Gestor 2 obteve-se: “O planejamento dos auxílios: limites e complexidade da proposta”. Assim, discute-se o planejamento das ações de inclusão digital na UFSM, analisando-se a multiplicidade de definições que estão envolvidas na sua estruturação, os limites e a complexidade observada na proposta dos Auxílios Inclusão Digital que foram oportunizados pela instituição.

O planejamento dos auxílios inclusão digital na Universidade Federal de Santa Maria, de modo semelhante a muitas outras IFES é resultado de um processo de reflexão sobre a necessidade de medidas para a inclusão digital dos estudantes no período pandêmico, vivenciado a partir de março de 2020. Observou-se que apesar do contexto de crise vivenciado pelas instituições como um todo e a despeito do “caos” gerado pelo contexto pandêmico, o planejamento desses auxílios envolveu um processo de bastante ponderação e discussão sobre uma demanda emergente em um cenário que tinha urgência de ações concretas para o auxílio à permanência dos estudantes e ainda uma multiplicidade de definições para a sua execução. Isso pode ser percebido nas falas dos envolvidos no planejamento do processo, destacadas a seguir:

“Então, em 2020 foi tudo muito emergencial. A gente precisava cumprir pela demanda, mas tudo muito emergencial”. (TAE 05).

“[...] inclusive o primeiro semestre de 2020, ele foi caótico! Porque como a gente estava implementando o REDE, estava todo mundo naquela insegurança, aquele terror em função do vírus e como a gente não tinha também os benefícios, essas ações de forma muito organizada. Isso tudo foi uma construção demorada, assim, digamos, e muito bem pensada. Como fazer da melhor forma para atender todo mundo [...]”. (Gestor 1).

Observou-se um cuidado da equipe que planejou os auxílios em atender da melhor forma possível o maior número de estudantes. Essa preocupação se tornou um desafio inicial, uma vez que diante de uma conjuntura social e econômica do país - onde a instabilidade e o crescimento da vulnerabilidade socioeconômica



refletiram-se na realidade dos estudantes - a equipe se viu insegura em relação ao tamanho da demanda que poderia surgir para distribuição dos auxílios e diante da necessidade em atendê-la integralmente.

“[...] É, a gente não sabia muito bem o que ia acontecer, a gente não sabia muito bem como ia ser a demanda, se ia ser muito grande, enfim. E a gente sabendo que muitos estudantes, os estudantes que a gente atende tem uma vulnerabilidade socioeconômica muito grande e a pandemia agravou isso, a gente imaginou que talvez a demanda fosse ser muito grande”. (TAE 1).

“[...] eu entendo que o auxílio equipamento digital foi o que nos demandou mais, assim, mais reflexão, mais análise, porque a gente está vivendo uma situação economicamente difícil também. Então essa mudança na situação econômica do país influenciou muito nessa nossa ação, nesse benefício, uma vez que diminuiu o poder de compra dos estudantes, eles foram muito prejudicados por conta dessa crise econômica que a gente passou e está passando ainda [...]”. (Gestor 1).

Os relatos dos TAES e gestores que participaram do processo de planejamento das ações de inclusão digital revelam um cenário de crise econômica e sanitária no país e de emergência por uma política pública em auxílio aos estudantes, devido à implantação do REDE pela instituição e a constatação de que os estudantes não possuíam as condições ideais no campo material (equipamento e acesso à internet) para a participação das aulas assincronamente, a partir da utilização de plataformas digitais.

A questão da crise econômica que assola o país e que repercute nas condições socioeconômicas dos estudantes e da população como um todo e a questão dos cortes orçamentários executados pelo governo federal foi bastante citada tanto pelos estudantes no questionário on-line, como pelos TAES e pelos gestores nas entrevistas semiestruturadas.

Os indicativos sobre os cortes orçamentários e o crescente aumento da demanda por ações de assistência estudantil também foram observados na elaboração do referencial teórico da pesquisa. Nesse viés, em sua pesquisa que trata da Política da Assistência Estudantil na Universidade Federal de Goiás, Rodrigues (2019, p. 53) evidencia que:

Um dos objetivos estabelecidos com a proposta do PNAES é garantir a permanência do estudante de baixa renda que ingressou na universidade. Nos últimos anos, os recursos advindos do governo federal para este fim têm sido reduzidos, enquanto o público com demanda ao serviço social só aumenta.

Tal situação também pode ser percebida a partir da leitura atenta dos relatórios de gestão da UFSM, de textos produzidos sobre a assistência estudantil pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), nos últimos anos e dos mais recentes Relatórios Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil.

Nessa conjuntura, de acordo com o Relatório de Gestão da UFSM 2020:

[...] os exercícios de 2019 e 2020 trouxeram uma grande particularidade cada um, o que impossibilitou a manutenção do percentual médio de liquidação. Em 2019, esta foi afetada em grande parte pelo contingenciamento e liberação tardia de recursos por parte do Governo. Já em 2020, o contexto da pandemia ocasionou a suspensão parcial das atividades presenciais, com consequente redução de despesas em algumas áreas. Isso proporcionou a realocação de recursos principalmente mediante alterações orçamentárias de despesas de custeio para investimento (UFSM, 2020d, p. 118).

Ao analisar-se o Relatório de Atividades das Instituições Federais de Ensino Superior no ano letivo de 2020, observa-se que para a ANDIFES a questão do financiamento da Educação Superior e das ações de Assistência Estudantil tem se apresentado como um dos mais importantes desafios.

O desafio mais importante diz respeito ao financiamento da educação superior e, mais especificamente, ao financiamento das instituições de ensino para realizar as mudanças necessárias, inicialmente, para o ensino remoto e, atualmente, para implementação do ensino híbrido que pode ser pensado como uma transição para retomada completa do ensino presencial. O corte de 18,2% no orçamento de 2021 das universidades e institutos federais proposto pelo Ministério da Educação pode não só comprometer as atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência estudantil, mas principalmente os investimentos prioritários em biossegurança e em infraestrutura para a adoção do ensino híbrido (ANDIFES, 2021, p. 13).

Dados comparativos apresentados no V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil, demonstram que houve um decréscimo na execução financeira no Brasil, sendo que “No ensino superior a execução financeira, em 2020, foi de R\$ 34 bilhões, contra R\$ 38 bilhões em 2016, valor já considerado baixo em relação a anos anteriores” (GTAGENDA30, 2021, p. 30). Apresenta-se o Gráfico 15 com o detalhamento dessa evolução.

Gráfico 15 - Evolução anual, pagamento em educação: ensino profissional e superior (valor em bilhões de reais)



Fonte: GTAgrega30 (2021).

A discussão sobre os cortes orçamentários será retomada, posteriormente, na categoria sobre o contexto de implementação dos auxílios.

Diante do cenário apresentado e na incerteza quanto ao volume de inscrições que poderiam acontecer para os processos seletivos dos auxílios, principalmente àquele relacionado à aquisição de equipamentos, observou-se que, no início da construção do processo, a gestão dialogou com os profissionais do Serviço Social responsáveis pela avaliação socioeconômica dos estudantes para o ingresso no Programa de BSE, em busca de estratégias que possibilitassem atender a ocorrência de um volume maior de inscrições do que a oferta de auxílios. Essa discussão objetivou definir estratégias para o ranqueamento da renda dos participantes, caso houvesse a necessidade.

“[...] acabei me inserindo, por conta de um dos critérios, principalmente de um dos critérios do auxílio, que é o do auxílio equipamento, especificamente a questão da renda. Então, caso fosse necessário uma análise de renda a gente achou importante a participação de alguém da equipe do Serviço Social, e, na época, inclusive, teve uma discussão até com a equipe do Setor de Benefício à época, com relação a isso, com relação ao ranqueamento, com relação à questão da renda, os limites, porque a gente não tem esse dado da renda dos estudantes com Benefício. Então teria que ser feita uma análise a partir daquele momento, se fosse necessário para um desempate ou algo assim”. (TAE 1).

Observou-se na realização da entrevista com TAE 1 esse diálogo inicial com o Serviço Social para a sistematização de um processo de ranqueamento que demandaria uma análise socioeconômica caso houvesse a necessidade. Entretanto, conforme sinalizado por TAE 1 não houve a adesão do Serviço Social na participação ao processo, sendo a sua colaboração restrita ao auxílio na organização do formulário de inscrições.

“Na verdade, a planilha inicial foi construída junto com a equipe do BSE, que acabou não seguindo neste primeiro edital, acabou achando melhor não se envolver neste edital, por não se ver como uma especificidade do trabalho dessa equipe, mas a gente utilizou a mesma planilha, que tinha sido de inscrição. Na verdade, o formulário de inscrição foi o que a equipe mesmo tinha construído, por ter todas as informações necessárias”. (TAE 1).

Além disso, a fala desse mesmo servidor, em outro trecho da entrevista, indica que não houve necessidade da realização de ranqueamento à medida que houve uma demanda menor de solicitações do que o número de auxílios que foram disponibilizados.

A demanda por ações de inclusão digital para os estudantes foi observada pela UFSM de muitas formas. Destacam-se, a seguir, algumas falas que indicam como ela foi identificada pela equipe gestora:

“[...] a gente sempre respondeu/atendeu por e-mails, através do WhatsApp, dos telefones. Estivemos sempre em contato também com o movimento estudantil, com o DCE. Então dessa forma essas demandas chegavam para nós e a gente ia verificando a necessidade de atendimento. Do que/quais eram as demandas dos estudantes para que eles conseguissem cursar através do REDE, pelo REDE”. (Gestor 1).

“[...] além disso, a gente recebia demandas muito pontuais também, diretamente dos alunos, entende? Pelo e-mail, por exemplo. Olha só a UFRGS já tá dando um auxílio equipamento, assim, assim, assim. Olha a UFPel não sei o quê, não sei o quê... E aí a UFSM vai disponibilizar? Não vai? Então surgiu ali, dessa observação da própria gestão, da, como que eu posso te dizer, da pressão também dos órgãos estudantis frente a essa observação do que estava acontecendo nas outras IES”. (TAE 5).

“[...] essa demanda foi o seguinte: primeiro a observação de outras universidades e outras instituições de educação superior de maneira ampla”. (TAE 5)

Pode-se compreender, a partir dessas falas, que a necessidade por auxílios inclusão digital foi identificada a partir do contato mais direto com os estudantes, quer seja por e-mail, WhatsApp, telefone ou no diálogo mais próximo com as representações do movimento estudantil, pelo Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFSM. Elas demonstram que a PRAE esteve em diálogo com o segmento estudantil e que a realidade que foi observada e relatada pelos estudantes, a partir

das demais instituições foi o *start* para o planejamento das ações na UFSM. Ademais, pode se afirmar que evidenciam a importância do movimento estudantil para a conquista dos Auxílios Inclusão Digital na UFSM.

Na entrevista realizada com TAE 01 ocorreu a sinalização de que os inúmeros e-mails que foram encaminhados à PRAE no período de suspensão das atividades administrativas pela pandemia e que abordam a necessidade de auxílio por parte dos estudantes, trazem um excelente panorama sobre a realidade deles e de suas famílias.

Além disso, demonstrou contribuir para o planejamento, a observação mais ampla da realidade das demais IFES em relação à sua organização para atender aos estudantes e ainda a análise da realidade dos estudantes moradores da CEU.

Sobre a realidade de outras IFES, durante a realização da revisão de literatura para esta pesquisa, observou-se que na UNB as atividades organizadas para atender os estudantes com as medidas de inclusão digital no período pandêmico também foram inéditas e produziram mudanças importantes para a realidade daquela instituição. A respeito disso, o estudo de Lima vem corroborar o que se está dizendo:

As atividades desempenhadas no período mencionado, em sua maioria, foram singulares dentro da história do setor e não possuíam parâmetro anterior em que pudessem se basear. As mudanças abruptas trazidas pela pandemia resultaram em mudanças substanciais nos processos de trabalho, para adaptar o acesso à assistência estudantil dentro dos novos moldes de funcionamento apresentados pela universidade (LIMA, 2021, p. 229).

Do mesmo modo, cabe sinalizar que na realidade da UFSM, as atividades se demonstraram singulares e impactaram significativamente na atuação da equipe e na reorganização dos processos de trabalho. De acordo com Gestor 2, cada novo auxílio implementado projeta diretamente no volume de trabalho a ser desenvolvido e na reorganização dos processos de trabalho, principalmente no que diz respeito à avaliação. Este gestor alerta que a equipe de trabalho tem um contingente reduzido de servidores, desse modo, a implementação dos Auxílios Inclusão Digital afetou diretamente no trabalho desenvolvido pela equipe.

“Então, o grande limite é sempre a questão orçamentária e também o excesso de trabalho por parte da nossa seção de bolsas, porque a análise desses/dessas propostas com um grupo de servidores pequeno como a gente tem na PRAE, ela acaba sobrecarregando o setor de bolsas, que já tem os diversos auxílios a serem analisados e liberados e quando você cria um novo auxílio você cria uma sobrecarga de trabalho para uma equipe que já é reduzida. Então, os grandes limites que a gente encontra, com relação à política de inclusão digital, são a questão orçamentária e o pouco número de servidores que a gente tem para atender as necessidades e as demandas da assistência estudantil”. (Gestor 2).

O contato direto com os estudantes moradores da CEU, realizado pelos integrantes da equipe que estavam desenvolvendo o trabalho presencial de gestão da emergência em saúde, também contribuiu para as decisões que foram tomadas em relação à construção das propostas dos auxílios.

“Como tinha essa proximidade com o pessoal que estava na Casa do Estudante também. A gente percebeu através dessa presencialidade nossa, dos servidores que estavam ali, a gente testemunhou isso na própria Casa do Estudante, que eles não tinham aparelhos para assistir/fazer as aulas [...]”. (Gestor 1).

A partir da identificação da demanda, os esforços da equipe se direcionam para as definições sobre a organização do processo seletivo dos estudantes. Cabe destacar que essas ações de planejamento estavam mais centradas na equipe que desenvolvia o trabalho de modo presencial. Do escopo de decisões importantes que precisavam ser discutidas, foram sinalizadas nas entrevistas: a observação sobre os muitos modos de implementar ações no campo da inclusão digital, a disponibilização de recursos que fossem suficientes para aquisição de um equipamento de qualidade, o cenário observado em outras instituições, as pressões do movimento estudantil, os limites e as potencialidades de cada uma das possibilidades que foram pensadas, o contexto da implementação na UFSM, a definição de critérios, a metodologia, os aspectos legais, as questões de logística e a capacidade de organização e análise do setor de bolsas, que é o responsável pela execução dos auxílios, entre outros.

“[...] a gente discutia muito sobre isso e vinha uma pressão dos estudantes. Os estudantes pressionaram muito por isso, porque existe uma rede do movimento estudantil e eles já sabiam que em outras instituições isso já estava ocorrendo. Então, eu acho que demorou muito para se avaliar qual era a melhor estratégia, porque houve muitas formas... É possível, se a gente for parar pra pensar, tem muitas formas de se implementar, de se ampliar/implementar esse item do PNAES, que é a inclusão digital. E aí, poderia ser disponibilizado equipamento, poderiam ser emprestados equipamentos da própria instituição, poderiam ser disponibilizados uma forma de ressarcimento para comprar. Então, teriam várias formas e acho que se demorou muito pensando nessas estratégias e avaliando o que era menos demorado, o que era menos burocrático, o que poderia dar menos problemas posteriormente”. (TAE 1).

A partir da fala de TAE 1, pode-se inferir que houve uma certa demora da instituição em responder com a proposição dos auxílios. Entretanto, percebe-se que essa preocupação permeia toda a avaliação para a escolha de ações que pudessem ser mais rapidamente implementadas, que fossem menos burocráticas e que pudessem implicar em um menor volume de problemas futuros em relação aos aspectos legais, por exemplo.

Dentre todas as discussões realizadas destaca-se o relato de Gestor 2 sobre a preocupação de conduzir para a oferta de um recurso que pudesse ser suficiente para a aquisição de um equipamento de qualidade. Essa discussão, de acordo com o gestor, sempre esteve no cerne do debate sobre a inclusão digital no âmbito do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Estudantis.

“[...] e sem dúvida alguma, a discussão se dá sempre em torno da disponibilização do recurso suficiente para aquisição de um equipamento de qualidade, porque os tablets e os smartphones eles realmente apresentam muitos limites com relação a leitura de textos, ao uso de editor de textos, ao uso de um teclado para a composição de trabalhos, para postagem dos trabalhos. Então essas discussões permearam sempre o planejamento”. (Gestor 2).

Nesse sentido, conforme destaque de Gestor 2, durante a realização da entrevista, foi realizado um levantamento junto ao Centro de Processamento de Dados da UFSM, buscando sugestões sobre o que poderia ser considerado o valor adequado para aquisição de um equipamento de qualidade e para aquisição de pacote de dados de internet com boa resolubilidade para o acesso à plataformas digitais como o Moodle (para a acesso à conteúdos) e o acesso a recursos para webconferência com o objetivo de acompanhar as aulas remotas.

Quanto ao acesso a planos de internet ou pacotes de dados móveis, foi sinalizado pelo Gestor 2 que houve uma ideia inicial da PRAE de disponibilizar chips aos estudantes. Entretanto, essa possibilidade foi desconsiderada, devido à complexidade de seu gerenciamento junto às operadoras de telefonia e os limites de utilização dos smartphones em relação à edição de textos, que estão presentes no Moodle que é a plataforma digital adotada pela instituição para a disponibilização de conteúdos.

“O auxílio para planos de internet ou pacotes de dados móveis, inicialmente nós pensávamos em disponibilizar chips para acesso de dados via smartphones. Nós entendemos que essa situação era bastante complicada, porque a gestão desse processo seria muito difícil junto às operadoras e ao mesmo tempo o próprio acesso dos smartphones eles têm alguns limites, com relação inclusive a execução de alguns editores de texto que estão presentes no Moodle”. (Gestor 2).

Nesse contexto, quanto ao acesso a planos de internet ou pacotes de dados móveis, observou-se que a instituição optou por disponibilizar o recurso financeiro ao estudante a partir da observação realizada sobre a realidade de outras instituições e o levantamento realizado sobre os possíveis valores em relação à obtenção de recursos de qualidade junto ao CPD/UFSM.

“[...] fizemos uma pesquisa junto ao CPD e ele nos repassou um valor de, na época, lá em 2020, de aproximadamente R\$ 60,00 por mês que seriam suficientes para um pacote de dados a fim de acessar o Moodle, no sistema REDE e as aulas também, através das plataformas de videoconferência”. (Gestor 2).

Quanto ao acesso à equipamentos, verificou-se que foi adotado pela PRAE/UFSM um valor intermediário ao sinalizado no levantamento realizado junto ao CPD e a previsão de aquisição de smartphones ou tablets e não propriamente de notebooks devido ao seu custo mais alto. Percebe-se que essa situação se deve aos limites orçamentários e a opção institucional de atender um número maior de estudantes com algum recurso.

“O auxílio equipamentos, nós prevemos a aquisição de smartphones ou tablets, não exatamente notebooks, em virtude do valor. A restrição orçamentária em 2020 já era grande e em 2021 também. Então nós tínhamos uma expectativa de aproximadamente 1000 estudantes acessando esse auxílio equipamentos e nós fizemos uma pesquisa junto ao CPD também, que nos repassaram o valor de até R\$ 1500,00, se não me engano. Então nós disponibilizamos esse valor a um limite de um milhão e meio, porque era a disponibilidade orçamentária que nós tínhamos”. (Gestor 2).

Em relação à sistematização dos critérios para o acesso e da metodologia do Processo Seletivo para a seleção dos estudantes, observou-se que foi inicialmente organizado de modo mais rudimentar e emergencial.

Essa afirmativa pode ser comprovada a partir da observação da metodologia constante do Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE nº 027/2020, referente ao 1º semestre de 2020:

#### 5. METODOLOGIA

5.1 O(a) estudante deverá preencher o formulário de solicitação e anexar a documentação exigida.

5.2 Após a análise documental, será divulgado o Resultado, na página da PRAE – aba Editais (<https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/>); (UFSM, 2020b).

As inscrições contavam inicialmente com a utilização de e-mail institucional e o preenchimento de um formulário de inscrição que necessitava ser impresso e devolvido com a assinatura dos estudantes. Esse procedimento na avaliação dos



entrevistados, de algum modo dificultou o acesso de alguns estudantes, que não dispunham dos recursos para a realização da impressão.

“[...] então a gente sabe que muitos estudantes, nas suas casas, podem ter tido dificuldade em imprimir o formulário, tirar uma foto de qualidade ou digitalizar e aí encaminhar por e-mail. A gente sabe que muitos, principalmente os calouros, ainda estão se adaptando à própria universidade, como é que funciona. Então, ainda o próprio benefício estava num processo de transição pro remoto, pro on-line, para análise. Então muitos estudantes ainda não tinham conseguido o benefício”. (TAE 1).

“[...] os estudantes, eles preenchiam o formulário, eles tinham que preencher manualmente e assinar esse formulário. Ainda não tinha um processo eletrônico formado para isso. Não tinha nada, a própria UFSM ainda estava nesse caminho de aprimorar os processos eletrônicos via o PEN, via o Processo Eletrônico Nacional. É, então estava tudo ainda muito engatinhando, assim, as coisas sendo pensadas. Então a gente fez tudo de uma forma bem rudimentar, assim, bem manual, o que pode ter sido um empecilho, inclusive pros estudantes acessarem naquele momento, porque tinha que imprimir a folha, tinha que preencher. Muitos estudantes tiveram dificuldade com algumas informações. De modo geral, os estudantes têm certa dificuldade com esse tipo de burocracia”. (TAE 1).

“[...] tiveram dois editais em 2020 e eles eram ainda muito incipientes. A forma de inscrição ainda era por formulário, por e-mail. Esse e-mail era institucional, mas ainda a gente não usava, por exemplo, o que a gente usa hoje, que é o questionário on-line, do próprio portal de questionários da UFSM, a gente não usava o PEN. Então em 2020 foi tudo muito emergencial [...]”. (TAE 5).

Outro aspecto destacado por alguns dos entrevistados foi o fato de que houve um volume grande de inscrições, porém muitos estudantes tiveram as suas solicitações indeferidas porque não atenderam aos procedimentos indicados no edital, no que diz respeito a assinar o formulário ou preencher corretamente os seus dados. Além disso, muitos estudantes ainda aguardavam a análise de sua solicitação do BSE, o que é imprescindível para o direito aos Auxílios Inclusão Digital. Isso pode ser percebido na fala de TAE 1:

“[...] e aí a gente teve um total de mais de setecentas inscrições, se eu não me engano foi algo assim. Então foi bastante. Bom, agora não me lembro, mas eu acho que foi mais ou menos isso, só que muitos estudantes foram indeferidos, porque não assinaram ou não preencheram corretamente ou não tinham o benefício então não tinham o direito à esse auxílio”. (TAE 1).

Ademais, a necessidade de observação de cada um dos e-mails no processo de análise das informações e o conjunto de conferências sobre a situação do estudante em relação à matrícula e ao Benefício Socioeconômico tornou o processo bastante trabalhoso para a equipe de análise, uma vez que havia a necessidade de conferência de um volume muito grande de e-mails com as solicitações e as informações dos estudantes no Portal Web do Benefício Socioeconômico e no SIE.

“É, e foi muito exaustivo, porque como foi muito manual, porque era abrir e-mail, eles enviavam para um e-mail específico que foi criado. Então, era uma caixa de e-mail gigante entre nós dois. A gente ficou uma semana trabalhando naquilo, final de semana só abrindo arquivo e preenchendo tabela, tudo manualmente, conferindo no sistema se o estudante tinha o benefício e conferindo no SIE se o estudante estava matriculado. Então, foi bem exaustivo e extremamente rudimentar [...]”. (TAE 1).

Observou-se que esse fator, de certo modo, teve um impacto na organização do processo como um todo e nas definições para os próximos editais publicados sobre os Auxílios Inclusão Digital na UFSM. As dificuldades enfrentadas pelos estudantes e pela equipe no processo de análise mediaram a avaliação sobre o processo e orientaram a discussão e o planejamento para a utilização de novas iniciativas em formato digital.

“[...] e a avaliação também, para entender quais eram as falhas, porque eu acho que faz parte de um processo de implantação de um auxílio ou qualquer tipo de programa ou política. Enfim, tu entender quais são as falhas para o acesso desse público, o que pode ser melhorado, o que pode ser alterado para facilitar, porque a ideia naquele momento era facilitar, porque naquele momento tudo era muito novo, não só para nós, mas principalmente pros estudantes”. (TAE 1).

Nesse pensamento, durante a vigência da suspensão das atividades administrativas, ocorreu na UFSM a adoção do Processo Eletrônico Nacional (PEN). “O Processo Eletrônico Nacional (PEN) é uma iniciativa conjunta de órgãos e entidades de diversas esferas da administração pública para a construção de uma infraestrutura pública de processo administrativo eletrônico” (BRASIL, 2022e). Essa iniciativa está sendo implementada na UFSM por meio da plataforma Web do SIE, no seguinte endereço <<https://portal.ufsm.br/documentos>>, sendo que:

O sistema PEN-SIE possibilita que todos os documentos que compõem os processos administrativos na instituição estejam disponíveis no formato digital, dispensando a tramitação da documentação em papel, conforme determina o Decreto nº 8.539/2015 (UFSM, 2022e).

A adoção do PEN-SIE para os auxílios inclusão digital pode ser considerada uma medida de inclusão digital, uma vez que objetiva disponibilizar a tramitação dos processos no formato digital. Entretanto sua adoção parece ter uma avaliação inicial um pouco controversa pelos sujeitos que foram entrevistados, observou-se que as opiniões divergem, no sentido de que apesar de possibilitar o envio das informações e os documentos de modo integralmente digital, o que pode ser considerado um avanço, por outro lado a modificação do processo parece ter gerado uma certa confusão e alguns equívocos em relação à sua tramitação, o que pode ter incorrido

em prejuízos para um grupo de estudantes que parece não ter conseguido acessar os auxílios em um primeiro momento.

Cabe sinalizar que no cenário da elaboração de uma política pública, opiniões que divergem não são consideradas como algo negativo. Quando se trata de envolver-se na elaboração de uma política, é possível pensar que opiniões divergentes já se demonstraram relevantes para a produção de mais de um modo de resolver determinados problemas e olhar para essas possibilidades de resolução de um modo ampliado, pode convergir em um rumo melhor para as respostas que devem advir do Estado.

Caso se observe a dinâmica que envolve o processo de uma política pública, com sua abrangência e determinantes, é possível inferir que o confronto de ideias e interesses é de suma importância, uma vez que através deles serão traçados os rumos da política pública, a qual contemplará ações governamentais futuras, de competência do Estado (RODRIGUES, 2019, p. 21).

Na avaliação dos TAEs que participaram das entrevistas, o processo seletivo dos auxílios inclusão digital, migrados para o PEN durante a vigência da suspensão administrativa das atividades, se efetivam em grandes diferenças no modo de desenvolver o sistema. Com a adoção do PEN-SIE, segundo a fala de TAE 3 apresentada a seguir, o processo de trabalho passou a ser desenvolvido em um formato mais digital, onde o cadastro com as informações, a análise e a inclusão dos estudantes nos auxílios acontece em um processo, que é integralmente digital.

“Eu acho que com essa sistemática do Processo Eletrônico Nacional, é tudo pelo PEN. Hoje é tudo de forma digital. Então, a gente tem um contato com o aluno ali mais digital. Então, a gente pega o cadastro e faz toda a documentação, a inclusão ali, por meio digital”. (TAE 3).

Parece implícito, no depoimento de TAE 3, que, nesse novo formato, o processo fica facilitado porque todas as informações estão reunidas no processo digital, sendo também mais adequado, em termos de segurança, no que diz respeito a situações como a da pandemia, uma vez que o contato com o estudante se restringe ao meio digital.

Para além disso, entende-se que o processo realizado por meio digital facilita para o estudante em termos de agilidade em relação à necessidade de deslocamentos, que anteriormente eram necessários para a realização de inscrições e entrega de documentação junto à Secretaria da PRAE.

Para TAE 5, quanto ao sistema de inscrição existe claramente o antes e o depois da adoção do PEN, considerado por ela um marco na administração dos processos. Além disso, é válido observar que ao referir-se à tramitação dos processos por intermédio do PEN, o seu relato sinaliza que além de uma medida importante de segurança para com os estudantes, de modo que não precisam mais se deslocar até a PRAE, a adesão ao sistema se trata de uma demanda institucional, que precisava ser atendida pelo setor.

“[...]os dois [processos] se dividem muito em antes e depois de PEN, entende? O sistema PEN/SIE, especificamente quanto a inscrição, tem esse marco, assim, que os dois migraram para o PEN em períodos diferentes”. (TAE 5).

“[...] e migrar para o PEN, porque assim precisamos fazer. Os processos precisam ir migrando para o PEN, a gente tem essa demanda institucional. E, também, obviamente para própria segurança dos alunos, porque não dá mais pra gente pedir pros alunos fazerem fila lá no balcão pra entregar inscrição”. (TAE 5).

Já na percepção de TAE 6, a partir dos atendimentos aos estudantes que participaram do processo seletivo, identificam-se alguns limites em relação à sua tramitação por parte dos estudantes. TAE 6 reconhece que o PEN oportuniza a sistematização do registro de todo o processo em formato digital, de modo qualificado, entretanto sinaliza o conhecimento de algumas situações em que o estranhamento inicial dos estudantes evoluiu para a perda de prazos em virtude de equívocos na tramitação durante as solicitações.

“[...] agora, por exemplo, a gente tem também essa dificuldade. Para mim se coloca um pouco como uma dificuldade, que é essa solicitação pelo PEN. Ao mesmo tempo que ela possibilita o registro de todo o processo de uma forma talvez até mais qualificada. Ela também impõe alguns limites na parte da tramitação desse processo, que pros estudantes é estranha”. (TAE 6).

“[...] e essa tramitação, ela, inclusive [existem] alguns relatos de estudantes, de perda dos prazos, por que tramitaram de forma equivocada. Precisavam acessar o edital, precisavam acessar a inclusão digital, mas na tramitação do processo acabaram se equivocando, porque é um processo, o PEN ainda é um sistema novo para operacionalização e aí perderam, perderam a possibilidade de acesso”. (TAE 6).

Quanto aos critérios ou requisitos para acesso aos Auxílios Inclusão Digital, observou-se, a partir da revisão dos editais publicados, que ficou definido pela PRAE/UFSM o público-alvo a que se destinam os auxílios, sendo ele os estudantes com matrícula em curso presencial de graduação, médio/técnico ou pós-graduação, com vínculo regular, com BSE ATIVO e não provisório concedido pelo NAE, da PRAE, ou Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP), de Frederico Westphalen e Palmeira

das Missões, ou NAE, de Cachoeira do Sul, ou possuir Benefício Integral, ação afirmativa D, concedido pela PROGRAD, que estejam acompanhando as atividades didático/pedagógicas em REDE ou passaram a acompanhar as atividades no período em que receberam o auxílio. Esse auxílio não se destina aos(as) moradores(as) das Casas do Estudante que permaneceram nessa moradia durante a suspensão das atividades administrativas e acadêmicas presenciais da UFSM.

Além destes, por se tratar de auxílios pecuniários, os estudantes precisavam ser titulares de contracorrente bancária ativa, exclusivamente em nome e CPF próprios, não podendo ser conta conjunta, poupança, conta fácil ou de terceiros, não sendo aceitas contas de instituições que existam exclusivamente em meio digital e não possuir pendências de prestação de contas junto à PRAE ou qualquer estrutura da UFSM, principalmente no que se refere à bolsas/auxílios recebidos, inclusive de exercícios anteriores até a data de publicação do edital.

Observa-se que a definição de alguns critérios ou requisitos, como exemplo a questão do BSE ATIVO e não PROVISÓRIO para o acesso aos auxílios, contribui para a exclusão de parcela de estudantes que, apesar de integrarem os segmentos mais vulnerabilizados, não reúnem na totalidade as condições que estão previstas.

Na perspectiva de Brito (2018) sobre os princípios do PNAES, compreende-se a política e seus Programas de Assistência Estudantil como um direito que deveria ser atingido por todos(as) estudantes com mais baixo nível socioeconômico. Porém para essa autora a questão da limitação imposta pelo volume baixo de recursos financeiros estabelece e afirma no cotidiano das instituições a realização de processos seletivos focalizados.

À vista disso, foi sinalizada a questão de alguns critérios sobre o BSE se tornar um impeditivo para estudantes mais vulnerabilizados, que necessitam dos auxílios inclusão digital para a garantia da sua permanência. Isto pode ser observado na resposta do Estudante 35 sobre a questão que se refere aos auxílios quanto à atenção às necessidades dos estudantes:

“Em partes, porque não atende a demanda de todos estudantes. Pois, os alunos com benefício provisório não têm acesso”. (Estudante 35).

Ao considerar-se que se trata de uma política ainda em construção, acredita-se que mediante um processo de avaliação das ações implementadas, situação

pertinente nesse desenvolvimento, ainda podem acontecer as melhorias necessárias para a ampliação desse acesso dos estudantes.

Nessa categoria, compreendeu-se como aconteceu o planejamento das ações de inclusão digital na UFSM, sendo que, de um modo geral a tomada de decisões sobre a implementação de medidas de inclusão digital envolveu um conjunto de questões (identificação da demanda, modos de atuar para resolver o problema, financiamento, limites e potencialidades de cada possibilidade, observação de outras realidades, questões burocráticas em relação ao processo seletivo e estabelecimento de critérios, diálogo com outros setores, desafios pós-implementação, entre outros), que foram amplamente analisadas para a escolha do melhor modo para executar as medidas, de acordo com a realidade da instituição. Além disso, paralelamente ao planejamento dos auxílios, abordou-se sobre a transição do processo seletivo para o Processo Eletrônico Nacional. Essa medida, que foi adotada ao longo do processo, também pode ser considerada uma medida de inclusão digital, pois propicia o atendimento aos estudantes integralmente de modo digital.

A seguir apresenta-se o contexto de implementação dos Auxílios Inclusão Digital.

#### 4.3 O CONTEXTO DE IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL

Nessa esfera, exploram-se as questões que envolvem o contexto de implementação das ações de inclusão digital. Sendo assim, em um panorama geral, vivencia-se na UFSM e também numa conjuntura nacional o agravamento da situação em relação à pandemia de COVID-19, e, com ela, a implantação pelas IFES de sistemas transitórios e emergenciais de ensino remoto. Além disso, seu cotidiano institucional é marcado por um período onde os desafios mais prementes são a superação das dificuldades relacionadas ao ensino adaptado para o formato emergencial e a necessidade de implementação de políticas públicas para a inclusão digital dos estudantes, diante de um cenário onde não existia o planejamento para ações dessa natureza e ocorrem ao longo dos anos significativos cortes orçamentários, que impactam fortemente na AE e repercutem na situação dos seus beneficiários.

Desde março de 2020, em contexto mundial vivenciou-se a pandemia de Coronavírus (SARS-CoV-2), uma nova doença infecciosa com alta taxa de letalidade, que direcionou as sociedades para novos modos de viver e organizar a vida social, sendo o cotidiano literalmente transposto para o modo on-line.

Este cenário que obrigou o isolamento e o distanciamento social como medida sanitária adotada pelas autoridades, para garantir a segurança das pessoas e comunidades e evitar o contágio e a disseminação da doença, acabou por dar visibilidade às demandas da inclusão digital aos estudantes, a partir da adoção de sistemas remotos de ensino pelas IFES, para a continuidade das ações de ensino-aprendizagem devido à urgente suspensão das atividades presenciais e acadêmicas.

Tais medidas sanitárias mobilizaram as instituições de ensino em todo o país ao rápido fechamento. Essa situação evidenciou a ampliação das desigualdades sociais e seu impacto na educação brasileira.

Isso porque o fechamento provisório dos estabelecimentos educacionais implicou na necessidade de adoção de um modelo pedagógico que privilegiou o uso de Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDIC's) e recursos de mediação online (WOICOLESCO; MOROSINI, 2022, p. 17).

O isolamento social decorrente da política de distanciamento adotado pelas instituições de ensino, seus docentes e alunos, obrigou a utilização maciça de ferramentas digitais em atividades remotas que substituíram as aulas presenciais. Tais circunstâncias acabam expondo drasticamente insuficiências da educação no país, dentre elas a falta de formação específica para professores, precário acesso à equipamentos, ferramentas e recursos tecnológicos, dentre eles computadores e internet de qualidade (SILVA; PETRY; UGGIONI, 2020).

Observa-se então, um movimento na abordagem pedagógica que segundo ANDIFES (2021) não se trata de algo novo, de um lampejo oportunizado pela pandemia, mas de um movimento global que impele as instituições à priorização do valor da vida frente às contingências de um vírus altamente contagioso e letal e a verticalização das reflexões e ações sobre as formas de ensinar englobando as tecnologias.

A relação entre as tecnologias educacionais e o papel da escola diante da sua evolução vertiginosa na contemporaneidade, vem sendo discutida há bastante

tempo. Na perspectiva de uma cultura digital, têm-se que as tecnologias no campo da educação significam o aprimoramento do processo de ensino aprendizagem. No entanto, ainda se assiste um descompasso tecnológico, onde muitos docentes não julgam necessária a adaptação de suas práticas de ensino à utilização possível dos inúmeros recursos tecnológicos disponíveis, o que se deve, em alguns casos, ao pouco domínio das ferramentas e, em outros, certo comodismo. Todavia, experiências e a utilização de práticas pedagógicas com mediação das TDICs com destaque, tem demonstrado que a sua contribuição na educação proporciona dinamismo e interatividade nas práticas pedagógicas (BORSTEL; FIORENTIN; MAYER, 2020).

Na educação superior, as mudanças provocadas pela adoção do ensino remoto como medida de emergência para a continuidade das aulas, denotam a necessidade imediata de garantia de políticas públicas e a consequente mobilização das IFES à criação de novas iniciativas para a inclusão digital dos estudantes.

Conforme sinaliza Pires (2021, p. 85):

Essas profundas mudanças não ocorreram de maneira homogênea e linear, variando de maneira significativa conforme a natureza das instituições de ensino (públicas ou privadas, por exemplo), os tipos de cursos (cursos com disciplinas mais teóricas ou mais práticas) e o perfil socioeconômico dos corpos docente e discente.

Pesquisas realizadas em 2021, pela ANDIFES (2021), sobre as atividades das universidades no contexto pandêmico, apresentaram como resultados que as principais dificuldades foram as questões relativas à formação de professores para o ensino na modalidade remota, considerando-se a inexperiência das instituições nessa modalidade e a expansão de ações para a inclusão dos estudantes que não possuíam equipamentos eletrônicos, bem como os que não tinham nenhum tipo de acesso à internet ou possuíam com baixa qualidade.

A repentina e necessária migração para o modelo remoto de ensino, na qual mesmo as IFES com larga experiência em Ensino a Distância (EaD), vivenciaram muitas dificuldades para a transposição e continuidade das aulas em ambientes virtuais de aprendizagem, indicaram ser esse o maior desafio na pauta da graduação. Sabe-se que a concepção do EaD é diferente da proposta pelo modelo de ensino remoto em construção. Nesse sentido, foi necessária uma adaptação dos envolvidos e a formação docente, bem como a aquisição de equipamentos e a



implementação de apoio aos estudantes para o acesso aos conteúdos. Entretanto, isso não significa que o problema está resolvido (ANDIFES, 2021).

De acordo com Pires (2021) as situações vivenciadas no contexto pandêmico, que demandaram o uso diferenciado das tecnologias, podem ser interpretados de inúmeras e diferentes formas.

De um lado, como ponte, conectando-nos a lugares e pessoas que se tornaram disponíveis neste ambiente virtual. Nesse sentido, facilitou a interação de professores e pesquisadores com grupos de pesquisas de instituições do Brasil e do exterior, a participação em bancas, o acesso a conferências, palestras e o processo de internacionalização. Poupou também deslocamentos diários às IES para o ensino presencial e atividades de gestão, evidenciando o custo pessoal e emocional destas ações. Por outro lado, as atividades remotas alteraram de maneira profunda as relações de ensino e aprendizado, impondo um novo ritmo de trabalho, muito mais intenso, acelerado e extenuante (aulas, bancas, reuniões, atendimento aos alunos, entre outras atividades) (PIRES, 2021, p. 93).

Conforme denuncia este autor, as transformações ocorridas na universidade, nessa ocasião, alteraram significativamente a rotina das IFES e impulsionam os sujeitos ao necessário uso das tecnologias para a participação em suas atividades. Observou-se, entretanto, que essas atividades desenvolvidas, a partir do uso das TDICs, por outro lado, evidenciaram novas demandas de medidas para a inclusão digital de um significativo grupo de estudantes que, para permanecer em seus cursos, necessitam contar com o auxílio das IFES, por meio de medidas para a inclusão digital, pois não reuniam as condições materiais de equipamentos e acesso à internet.

Na fala de TAE 1 sobre a pandemia e o que ela identifica como uma ideia de falsa democratização de acesso à equipamentos (computadores), percebe-se uma manifestação sobre a necessidade de se implementar de medidas para a inclusão digital:

“Bom, eu achei que a pandemia, de modo geral, ela trouxe à tona situações que estavam acontecendo, mas que não tinham uma visibilidade e fez pensar, que tem uma questão da falsa democratização do acesso, que muitos estudantes assinalaram que utilizam equipamento emprestado ou compartilhado com colega, com colega de apartamento. Eu percebi isso na resposta ao questionário, ao formulário de inscrição. Então talvez haja uma falsa democratização. Talvez não seja bem assim, talvez alguns ou muitos estudantes não tenham acesso à equipamento de qualidade até mesmo para as atividades acadêmicas, de escrita, trabalhos, enfim”. (TAE 1).

De acordo com dados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) graduando das IFES realizada em 2018, “a maioria dos jovens de

níveis mais baixos de renda acessa a rede mundial de computadores por aparelhos celulares” (ANDIFES, 2019, p. 142). Esta pesquisa apresenta que 12,7% do total dos(as) pesquisados não têm nenhum computador em casa e que 55,7% dos (as) estudantes que não tem computador em casa, acessam mídias eletrônicas como fonte de informação, por meio de aparelhos celulares (ANDIFES, 2019).

Na UFSM, não diferente de outras instituições, conforme a Cartilha Resumo/REDE, elaborada pela PROGRAD da UFSM (2020a), se estabelece o ensino remoto, que apesar de transitório e emergencial, se configurou como uma oportunidade de continuidade das ações de ensino e aprendizagem, no que diz respeito às aulas, práticas, eventos, encontros, bancas, entre outras.

O ensino remoto, nessa instituição, foi regulamentado pela Resolução nº 24, de 11 de agosto de 2020. Essa ação institucional adotada para a manutenção das atividades no período de vigência das medidas sanitárias de restrição à presencialidade demandou mudança de rotinas e transformações no processo educacional e a integração massiva e acelerada do uso das TDICs na execução das atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFSM, 2020a).

Evidencia-se, na fala do Gestor 1, o pioneirismo da UFSM na implantação de um sistema remoto de ensino e a organização da PRAE no sentido de atender aos estudantes com medidas de inclusão digital:

“[...] em relação à inclusão digital, antes da pandemia, a gente não tinha uma ação muito organizada, digamos assim, muito explícita. Com o advento da pandemia em 2020 e como a UFSM ela nunca parou, ela foi uma universidade pioneira em termos de estudo com um programa REDE, através dessa forma, a gente então verificou a necessidade de auxiliar os estudantes de forma mais efetiva nesse campo de atuação, na área da inclusão digital”. (Gestor 1).

Paralelamente ao REDE, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis discute e apresenta os auxílios inclusão digital que são o ponto central desta pesquisa e foram adotados como forma de garantir aos estudantes as condições de permanência no curso e na universidade durante a utilização deste emergente sistema de ensino remoto.

“Olha, sim! O auxílio, ele vem de uma necessidade, que foi implementado o REDE (o sistema REDE), para todos os alunos terem aula on-line. E aí veio essa necessidade dos alunos que precisam desse auxílio, porque não tinham um plano de internet, digamos assim, muitos não tinham acesso ao computador também. Então veio dessa necessidade e pedido dos alunos também, foi se conversando e chegamos a um auxílio [...]”. (TAE 3).

Em sua fala, TAE 3, destaca a existência de estudantes que não reúnem as condições materiais necessárias para a permanência no curso durante a vigência

das atividades realizadas de modo remoto e a necessidade da execução de medidas para a inclusão digital desses estudantes.

Já para TAE 6, a UFSM se vê obrigada e somente adere às iniciativas para inclusão digital diante do contexto de emergência oportunizado pela pandemia.

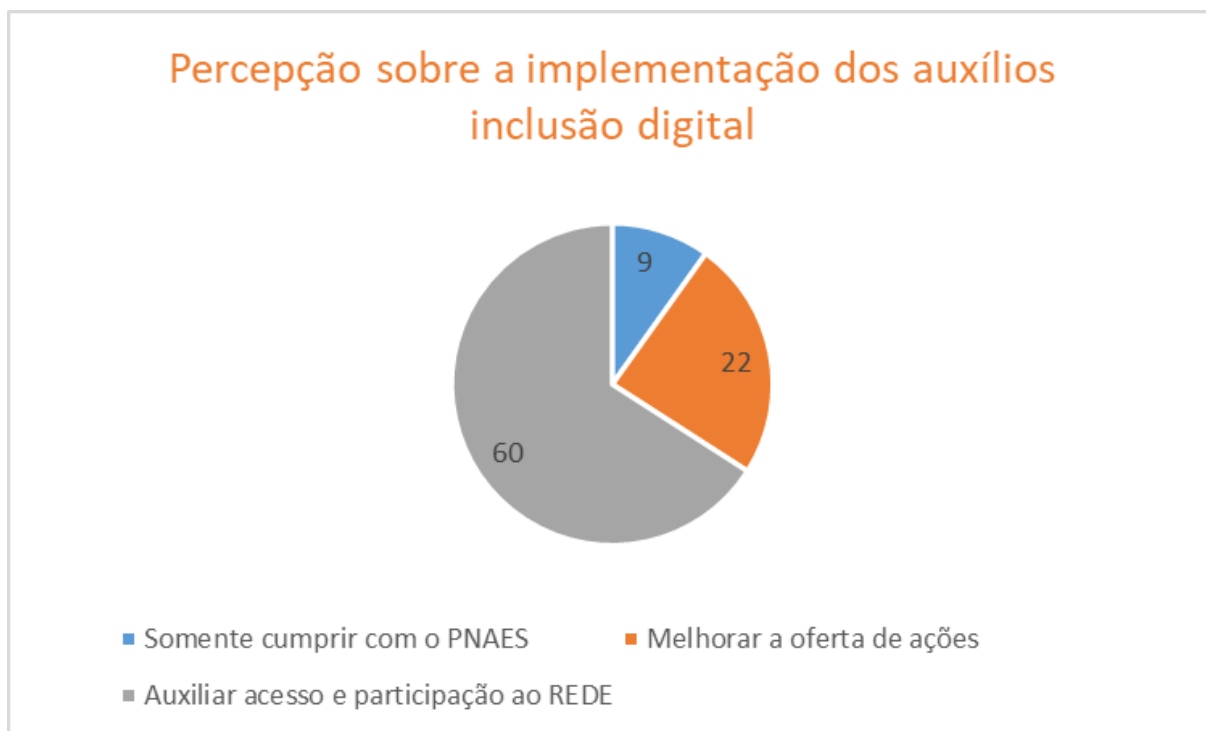
“Eu acho que sem dúvida. Apesar do PNAES ser datado lá em 2010 [e] já ter prevista essa possibilidade de acesso, a universidade acabou realmente aderindo somente numa situação extrema, que foi o fato de que as atividades estavam acontecendo numa modalidade remota. Enfim, os alunos não estavam com a realização das atividades pedagógicas presenciais, então a universidade se viu nessa quase obrigação de implementar esse auxílio”. (TAE 6).

Observa-se, no relato de TAE 6, a sua percepção de que a universidade somente adere a construção de alternativas para a inclusão digital pela urgência da pandemia, situação extrema em que é constatada a necessidade dos estudantes, diante do acontecimento das atividades de ensino de forma remota. Ela atenta para o fato de que tais medidas estão previstas no PNAES, desde a sua criação em 2010.

Na visão dos estudantes que responderam ao questionário on-line, é possível constatar-se que eles entendem o processo de implementação das ações de inclusão digital oportunizadas pela PRAE/UFSM como uma iniciativa voltada especificamente às demandas de acesso e participação ao REDE durante a suspensão das aulas presenciais.

Na questão proposta, eles poderiam indicar sua percepção sobre o que acreditam sobre a implementação das ações pela PRAE. Dentre as opções de resposta estavam: Somente cumprir com o que está previsto no PNAES, no que diz respeito à inclusão digital; Melhorar as condições de oferta de ações de inclusão digital pela PRAE/UFSM; Auxiliar os estudantes nas demandas de acesso e participação ao REDE durante a suspensão das aulas presenciais. Apresenta-se o Gráfico 16, onde está demonstrado o retorno dos estudantes sobre a questão.

Gráfico 16 - Percepção dos estudantes sobre a implementação dos auxílios inclusão digital



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Verifica-se que a maioria dos estudantes (60) acredita que as ações de inclusão digital foram organizadas para auxiliar os estudantes nas demandas de acesso e participação ao REDE durante a suspensão das aulas presenciais e 22 apontaram que foram organizadas para melhorar as condições de oferta de ações de inclusão digital pela PRAE/UFMS. Somente nove estudantes pensa que a instituição adotou as medidas com o simples objetivo de cumprir com o que está previsto no PNAES.

Em síntese, se pode afirmar que os estudantes compreendem a relação das medidas que foram implementadas pela UFMS como diretamente relacionadas com o contexto de dificuldades enfrentadas em virtude da pandemia de Covid-19, onde se verifica uma evidência da necessidade de implementação de políticas públicas para a permanência dos estudantes.

Em continuidade a análise sobre o contexto de implementação verificou-se, no relato dos TAES e gestores entrevistados neste estudo, que na ocasião do estabelecimento dos auxílios de inclusão digital pela UFMS não existia qualquer previsão ou planejamento para ações neste sentido. Isso posto, o maior desafio a ser superado pela gestão foi a questão do financiamento dessas novas medidas, em um cenário em que o corte e o contingenciamento de gastos é adotado como política

governamental. Percebe-se essa dimensão na fala de um dos gestores durante o período de implementação dos auxílios:

“[...] agora, o limite é o recurso orçamentário e a demanda, porque são 4880 estudantes com o BSE, habilitados a concorrer a esses equipamentos e o limite orçamentário muito baixo. Desde 2015, 2016 o recurso do PNAES ao invés de aumentar diminui e a demanda cada vez aumenta mais. Então, o grande limite é sempre a questão orçamentária e também o excesso de trabalho por parte da nossa seção de bolsas [...]”. (Gestor 2).

No que concerne ao financiamento das ações, observou-se que no ano de 2020 os recursos precisaram ser realocados de outros auxílios oportunizados pela Assistência Estudantil, que foram descontinuados temporariamente devido à suspensão das atividades acadêmicas em função da pandemia. Verificou-se que para o ano de 2021 houve planejamento e reorganização do orçamento destinado à AE de modo a garantir a viabilidade dos auxílios inclusão digital durante a vigência do REDE.

Entretanto, em contraposição às dificuldades relacionadas ao financiamento, observou-se que a questão da implantação do REDE viabilizou a discussão sobre a necessidade e a importância de ações neste campo e o entendimento sobre a urgência de implantação de medidas para a inclusão digital dos estudantes.

“[...] é, esse processo foi bastante facilitado em virtude do REDE, do Regime de Exercícios Domiciliares Especiais, uma vez que durante a pandemia a gente teve facilidade em nível da alta administração da universidade de encaminhar esses auxílios”. (Gestor 2).

Apesar das dificuldades vivenciadas, este foi um período de importantes inovações para diversos órgãos da administração pública. Evidencia-se que nas universidades:

Ocorreram também inovações em órgãos da administração; alguns deles, ao buscarem conhecer melhor e mais de perto os seus estudantes, ganharam mais visibilidade, voz e protagonismo no organograma das instituições. No decorrer desses dois anos, instituições de ensino superior do mundo todo estabeleceram novas regras de funcionamento online, lançaram portarias, editais, desenharam e implementaram diversos programas para enfrentar situações inéditas causadas pela pandemia da Covid-19 (SAMPAIO; PIOLI; WOICOLESCO, 2022, p. 10).

Nessa mesma lógica, percebeu-se que a instituição se movimentou no sentido de reorganizar seus processos e suas formas de atender aos seus objetivos institucionais, a partir do uso das TDICs.

Essas transformações no modo de realizar os processos também permeiam o contexto de implementação dos auxílios. Então, no cenário da UFSM, como exemplos de mudanças, cita-se a utilização de ferramentas tecnológicas para a realização de reuniões virtuais, no campo das questões administrativas e de gestão da instituição e dos processos ou ainda na realização dos grupos de pesquisa. Além disso, os eventos, congressos, formaturas e bancas – no formato híbrido ou virtual, que até então, eram restritos ao público presencial, tem agora as atividades ampliadas, sendo essa uma característica que poderá ser levada adiante. Outro exemplo é o processo de matrícula de estudantes calouros, que na atualidade tem suas chamadas (SISU) realizadas de forma on-line (UFSM, 2022k). Mais diretamente relacionados à Assistência Estudantil, destaca-se a migração da entrega dos documentos comprobatórios de renda para o Processo Seletivo BSE para a plataforma Web do Benefício Socioeconômico e a migração dos Processos Seletivos vinculados ao Setor de Bolsas PRAE para o sistema PEN/SIE.

Com relação ao Processo Seletivo para o BSE, desde o segundo semestre de 2014 a sua solicitação encontra-se hospedada no Portal de Benefício Socioeconômico e acessível aos estudantes por meio do Portal do Aluno. Entretanto, devido à pandemia de Covid-19 e com as medidas adotadas para a contenção do Coronavírus, a entrega de documentos realizada em formato físico ficou indefinidamente suspensa. Assim, o setor reformulou o processo, e com o apoio do CPD o portal foi redesenhado, tornando acessível aos estudantes também a entrega da documentação em formato digital (arquivos com extensão jpeg, jpg e pdf) pelo Portal do Benefício Socioeconômico (MÜLLER; SILVEIRA; PERSKE, 2022).

A partir dessas modificações observou-se que:

Com essas medidas, que podem ser consideradas de inclusão digital, o processo de avaliação socioeconômica não se prejudica pela impossibilidade de acesso dos estudantes à estrutura física da PRAE para entregar documentos e os sujeitos que demandam o BSE conseguem acessar o seu direito. A entrega de documentos para o processo seletivo BSE de modo digital, por meio do Portal do Aluno, permite que os estudantes participem do processo seletivo sem precisar deslocar-se até a PRAE para entregar documentos, e com isso, viabiliza as medidas sanitárias para garantir a segurança da comunidade acadêmica e produz agilidade na realização do acesso ao Programa de BSE, que se configura em um direito aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, para a garantia da sua permanência na universidade (MÜLLER; SILVEIRA; PERSKE, 2022, p. 9).

O que afirmam os autores sobre as medidas adotadas pela PRAE pode ser observado também no discurso de TAE 1, que sinaliza a questão da transição do processo BSE e alerta sobre a preocupação com os estudantes calouros que ainda estavam em adaptação às novas rotinas da universidade e não possuíam o BSE. Então, apesar dessa medida ter sido adotada pelo setor de BSE para a inclusão dos estudantes, devido aos critérios que foram estabelecidos pelo Edital dos Auxílios Inclusão Digital, os calouros não conseguiram obter o seu acesso.

“[...] a gente sabe que muitos, principalmente os calouros, ainda tão se adaptando a própria universidade, como é que funciona. Então, ainda o próprio benefício estava num processo de transição pro remoto, pro on-line, para análise. Então muitos estudantes ainda não tinham conseguido o benefício”. (TAE 1).

Em termos de modificações dos processos seletivos para o formato digital, nessa mesma lógica, ressaltam-se as medidas que foram adotadas em relação aos processos seletivos gerenciados pela Seção de Bolsas/PRAE.

Entretanto, se torna importante mencionar, que diferentemente das iniciativas relatadas sobre a entrega de documentos do Processo Seletivo BSE, migrado para o Portal Web do BSE, centrado nas demandas do contexto da pandemia, as modificações implantadas pelo Setor de Bolsas/PRAE, vem aliar as demandas da pandemia às adequações impostas pela gestão pública, com relação às normativas previstas no Decreto nº 8. 539, de 8 de outubro de 2015, que “Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal, direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2015).

Assim, a implementação do PEN/SIE na UFSM, se torna o modo de operar adotado para cumprir com as determinações em relação ao referido Decreto. Então, por meio da plataforma Web do Sistema de Informações para o Ensino (SIE), o sistema PEN-SIE vem possibilitar que todos os documentos que tramitem na instituição estejam disponíveis no formato digital, dispensando a tramitação da documentação em papel e, conseqüentemente, proporcionando economia e visão sustentável à instituição.

Com a implantação dos Processos Seletivos gerenciados pelo Setor de Bolsas/PRAE integralmente no formato digital, observou-se que no período em que as atividades acadêmicas e administrativas estavam suspensas de modo presencial, não houve interrupção no atendimento aos estudantes contemplados pelos auxílios

inclusão digital. Os dados obtidos junto àquele setor demonstram que entre os meses de setembro de 2020 e maio de 2022 um total de 1206 discentes foi beneficiado com o pagamento de seus auxílios.

Apresenta-se, no Quadro 8, uma evolução do atendimento aos estudantes beneficiados com o Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Equipamentos, realizado, inicialmente, em parte com a utilização de e-mail institucional, e, posteriormente, integralmente pelo PEN/SIE.

Quadro 8 - Evolução do atendimento aos estudantes com o Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Equipamentos

Ano	Nível de Ensino	Graduação	Pós-Graduação	Médio/Técnico	Totais
2020	Estudantes atendidos	641	7	20	668
	Proveniência do Recurso	PNAES	PRPGP	Colégios Politécnico e CTISM	
	Detalhes do processo	Inscrições por e-mail devido à urgência. Somente comprovação pelo PEN-SIE.			
2021	Estudantes atendidos	340	13	7	360
	Proveniência do Recurso	PNAES	PRPGP	Colégios Politécnico e CTISM	
	Detalhes do processo	Inscrições e comprovação pelo PEN-SIE após mapeamento do processo.			
2022 (até o mês de maio)	Estudantes atendidos	171	7		178
	Proveniência do Recurso	PNAES	PRPGP	Colégios Politécnico e CTISM	
	Detalhes do processo	Inscrições e comprovação pelo PEN-SIE.			
Total de estudantes atendidos em todo o período					1206

Fonte: Elaborado a partir de dados disponibilizados pelo Seção de Bolsas/PRAE (2022).

Ao analisarem-se os dados disponibilizados pela Seção de Bolsas/PRAE, é possível identificar a evolução no formato dos atendimentos prestados, de modo que, inicialmente, pela emergência na disponibilização dos auxílios, observa-se que o processo foi organizado a partir da utilização de inscrições pelo e-mail e a comprovação com o envio de documentos pelo PEN/SIE. Com recursos PNAES destinados aos estudantes da graduação, por esse sistema, foi atendido, em 2020, um total de 641 estudantes. Após mapeamento do processo, no ano de 2021, realizou-se o processo de inscrições e a comprovação integralmente pelo sistema PEN/SIE, sendo atendido na graduação com recursos PNAES um total de 340 estudantes. Em 2022, até o mês de maio, quando os dados foram computados, observa-se o atendimento de 171 estudantes. Para essa análise, prioriza-se o olhar para os estudantes atendidos pelo PNAES que são o foco da investigação, porém ressalta-se positivamente o atendimento de estudantes do Ensino Médio e da pós-



graduação por meio de outras fontes de recursos, o que também corrobora o compromisso da instituição com a inclusão social.

É importante mencionar que, nessa categoria, também foi apresentado pelos colaboradores da pesquisa (TAES e gestores) como uma iniciativa de inclusão digital a adesão da PRAE ao programa Alunos Conectados<sup>9</sup> do Governo Federal. No entanto, por não se tratar de uma ação diretamente relacionada à política institucional de AE, que é o foco do presente estudo, esta não será problematizada. A PRAE somente propiciou as condições necessárias para o funcionamento dessa iniciativa, que, segundo os participantes da pesquisa, não teve uma adesão muito expressiva.

Outro elemento importante a ser destacado sobre o contexto de implementação dos auxílios é a questão da adoção da instituição pelo SISU<sup>10</sup>, sendo que de acordo com o Guia SISU na UFSM, “Desde 2015, este é o principal processo seletivo para ingresso na graduação presencial da UFSM” (UFSM, 2022c, p. 4).

A democratização do acesso à instituição oportunizada pela adoção ao SISU modifica consideravelmente o perfil dos estudantes, principalmente no que se refere ao público-alvo da assistência estudantil. Nesse contexto, segundo a ANDIFES (2019, p. 2), identifica-se que:

A democratização do acesso ao ensino superior, resultante da ampliação do número de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), cursos e vagas, da interiorização dos campi das mesmas instituições, da maior mobilidade territorial via ENEM/SISU e da reserva de vagas para estudantes com origem em escolas públicas, por meio de cotas (Renda, PPI – pretos, pardos e indígenas - e Pessoas com Deficiência), modificou radicalmente o perfil da recente geração de discentes dos cursos de graduação das universidades federais e dos Cefets MG e RJ.

Sobre a adesão ao SISU e a destinação de 50% de suas vagas aos estudantes cotistas, o PDI (2016-2016) da UFSM reafirma o desafio de criar condições de permanência aos estudantes, sabendo-se que esta democratização trará um número cada vez maior de estudantes em situação de vulnerabilidade

---

<sup>9</sup> Alunos conectados é uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), que esteve vigente até junho de 2022 e contribuiu com o fornecimento e monitoramento de pacotes de dados móveis para estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica das IFES, empreendida para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, fora do campus, no contexto da pandemia da Covid-19 (BRASIL, 2022).

<sup>10</sup> O SISU é o sistema de seleção utilizado por instituições públicas de ensino superior para a oferta de vagas de graduação. Ele é organizado pelo Ministério da Educação (MEC) e utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) para o ranking dos(as) candidatos(as) (UFSM, 2022c).

socioeconômica. Este documento destaca o “[...] sentido de oportunizar que as classes C, D, E, historicamente alijadas do acesso à educação superior, durante décadas, tenham acesso à Universidade” (UFSM, 2016, p 43). Além disso, sinaliza que esse movimento que a UFSM passa a fazer, exigirá da instituição grande empenho e novos esforços da assistência estudantil, de modo que deverão ser desenvolvidas políticas consistentes de permanência (UFSM, 2016).

Reflexos dessa adesão podem ser comprovados na UFSM e, para além dela, no conjunto das demais IFES e estão sinalizados na pesquisa realizada em 2018 pelo FONAPRACE/ANDIFES sobre o perfil dos estudantes. A pesquisa mencionada indica que há um impacto na elevação da presença de estudantes do sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígena, cuja renda per capita familiar mensal se encontra na faixa de elegibilidade para o PNAES. Ela sinaliza ainda, que a maioria dos estudantes que integra este público, cursou o ensino médio em escolas públicas. Além disso, tal alteração comprova a necessidade e a importância da alocação de recursos orçamentários para ações de assistência estudantil e manutenção dos programas e projetos, de modo a possibilitar a permanência dos estudantes nas IFES (ANDIFES, 2019).

Retoma-se que, no que tange ao gasto público e ao orçamento da Educação, e, por conseguinte da AE, desde 2016 enfrenta-se pelas IFES um contingenciamento dos gastos que é resultado da Proposta de Emenda à Constituição nº 55 de 15 de dezembro de 2016. A PEC aprovada:

Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União [...] (BRASIL, 2016b).

Os limites impostos pelo chamado teto de gastos dificultam a atuação das universidades no cumprimento de seus objetivos institucionais. De acordo com o PDI 2016-2026 da UFSM “[...] a conjuntura econômica do Brasil e a política de contingenciamento de gastos do governo, temas emergentes, têm reduzido as estimativas de matriz OCC para os anos vindouros” (UFSM, 2016, p. 54).

Com este cenário de corte de gastos as instituições enfrentam graves limites e precisam definir estratégias para ampliação de suas capacidades em relação ao orçamento. Nesse ínterim, a UFSM estabeleceu duas metas para ampliar os

recursos disponíveis para investimento nas suas atividades-fim, sendo elas: “aumentar a participação na matriz OCC, de 2,17% em 2018 para 2,33% em 2021, e reduzir em 7%, no decorrer dos quatro anos, a relação entre encargos e custeio” (UFSM, 2019b). Com essas iniciativas espera-se que sejam atingidos mais de R\$ 22 milhões a serem aplicados nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da instituição. (UFSM, 2019b).

Pela análise dos documentos e a partir dos apontamentos nas falas dos estudantes, TAES e gestores, conclui-se que as ações que foram implementadas pela UFSM decorrem do contexto de emergência relacionado à pandemia e da verificação da grande necessidade dos estudantes por ações concretas em relação à oferta pela PRAE dos auxílios para às condições materiais (equipamentos e acesso à internet) diante da implementação do ensino remoto. Elas são fruto da demanda dos estudantes em busca de condições para a sua permanência na universidade, em um contexto emergente de crise (tanto sanitária, quanto econômica) do país e partem da observação sobre a realidade das demais IFES. Acredita-se que os auxílios implementados pela UFSM se tornaram importantes para a permanência dos estudantes, pois oportunizaram condições para o acesso ao processo de ensino. Nesse ínterim, pensa-se que devem permanecer para além do contexto do ensino remoto, considerando-se o aprofundamento da utilização das TDICs na educação e suas possíveis contribuições, por exemplo, no que diz respeito às atividades de pesquisa, que se mantém, após superada a crise relacionada à pandemia.

#### 4.4 PERCEPÇÕES SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E AS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL EM RELAÇÃO COM A AGENDA 2030 E OS SEUS ODS

O acesso e a permanência dos estudantes na educação superior pública federal têm sido construídos pela luta histórica dos movimentos sociais, tendo como seus principais protagonistas a UNE e o FONAPRACE. Pelas suas contribuições com a busca de melhores condições para a permanência dos estudantes, “O Fonaprace se constituiu como o mais importante espaço de formulação, organização e mobilização para o avanço e consolidação das políticas de democratização do acesso e permanência” (CROSARA; SILVA, 2020, p. 28).

De acordo com Perske (2020, p. 37), “[...] quando se trata da assistência estudantil na educação superior, o PNAES é referência no que tange a promover ações de permanência dos estudantes nas IFES”. Sendo uma referência assume central importância e se configura em uma política pública organizada para efetivar a permanência dos estudantes e o protagonismo em relação ao combate à evasão pelas IFES.

Müller e Silveira (2018) sinalizam que o PNAES ganha espaço na agenda política, com a sua instituição pelo Governo Federal como um Programa Nacional. Este programa encontra-se materializado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2010) e resulta de uma evolução do Plano Nacional de Assistência Estudantil, proposto pelo FONAPRACE, no ano de 2001 e, posteriormente atualizado e apresentado ao MEC, no ano de 2007, possibilitando a organização da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007 (BRASIL, 2007).

A concepção do PNAES corresponde a uma conquista para todos os segmentos da sociedade brasileira empenhados na luta pela democratização do acesso e da permanência no ensino superior público. Esta política possibilitou que as ações de AE fossem concebidas na perspectiva de um direito e não mais como caridade ou favor (ANDIFES, 2019).

Isso se consolida e é possível verificar-se, quando se reflete acerca do teor do Art. 2º do Decreto ao prever os seguintes objetivos:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão;
- e IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

A partir da observação de seus objetivos, constata-se o seu potencial de contribuição para a efetivação do direito à educação, sobretudo, no que concerne a minimizar efeitos da desigualdade social, promover a inclusão social dos sujeitos e democratizar o acesso à educação superior (BRASIL, 2010).

Este potencial apresenta-se sinalizado na fala de Gestor 2:

“Eu acho que sem dúvida alguma. A relação direta está vinculada à questão da inclusão social. Além do que a formação e a qualificação profissional também contribui para a empregabilidade, para a sustentabilidade ambiental também, porque o crescimento da qualificação implica também um acréscimo em cidadania, em participação social. Então, não há dúvida nenhuma que a inclusão social ela acaba atingindo outros fatores relacionados ao desenvolvimento, desde a empregabilidade, a sustentabilidade, o exercício da cidadania, as liberdades, os direitos humanos. Então, não há dúvida nenhuma que a assistência estudantil colabora diretamente com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável”. (Gestor 2).

Esta política propicia aos estudantes, por meio da realização de ações concretas (programas, projetos e atividades de ensino pesquisa e extensão) organizadas pelas IFES, o apoio para a sua permanência na universidade, mediante a efetivação da oferta das seguintes ações:

- I - moradia estudantil;
- II - alimentação;
- III - transporte;
- V - atenção à saúde;
- V- inclusão digital;
- VI - cultura;
- VII - esporte;
- VIII - creche;
- IX - apoio pedagógico;
- e X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010).

Na UFSM as ações previstas pelo PNAES estão garantidas pela Resolução nº 035/2015, de 08 de dezembro de 2015, que regulamenta o Programa de Benefício Socioeconômico. Entretanto, cabe sinalizar, que por meio dessa resolução somente ficam garantidas as ações concernentes à alimentação, transporte, moradia estudantil, educação infantil e a aquisição de material pedagógico, que possuem as suas especificidades estabelecidas em outras resoluções institucionais. As demais ações previstas no PNAES ainda não foram institucionalizadas (UFSM, 2015).

Para a concretização de seus objetivos institucionais, observando-se o ano de 2021, conforme dados constantes do Relatório de Gestão organizado pela Pró-Reitoria de Planejamento da UFSM, “A assistência estudantil recebeu aproximadamente R\$ 381.311, que contribuíram para a promoção de uma educação transformadora” (UFSM, 2021d, p. 49).

Do conjunto de ações que estão previstas para serem oportunizadas pelas IFES em decorrência do PNAES, sublinham-se as ações de inclusão digital, que são o objetivo central desta pesquisa.

As ações de inclusão digital, mais recentemente, com o advento da pandemia de Covid-19 e diante do movimento realizado pelas IFES no sentido de criação de oportunidades para a realização de seus processos de ensino, reorganizados com a utilização de sistemas remotos de ensino e mediante o emprego de TDICs e a utilização de plataformas digitais com acesso pela internet, encontraram grande visibilidade e se tornaram imprescindíveis diante desse contexto.

Ao analisar-se a realidade da UFSM e as ações que foram oportunizadas pela instituição, percebe-se que coadunam com as proposições da Agenda 2030 e seus ODS. Observou-se que a instituição tem adotado a AE como uma das estratégias para a concretização de seu PDI, em ações que repercutem na concretização do seu Desafio Institucional 3 - Inclusão Social.

O Desafio 3 está diretamente relacionado ao objetivo de fortalecer políticas de acesso à universidade e reforçando a assistência estudantil com foco na permanência dos estudantes, conclusão dos estudos e bom uso dos recursos. Abrange ainda objetivos voltados para disseminar uma cultura ética em relação à inclusão social e ao meio-ambiente, e preparar o corpo técnico e docente para lidar com os diferentes aspectos da inclusão social (UFSM, 2021d, p. 50).

Observando-se a realidade da instituição, suas preocupações com a AE e tendo em mente o que, em geral, as universidades podem fazer para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, segundo o que preconiza a Organização Mundial das Nações Unidas na Agenda 2030, encontra-se uma aproximação das ações realizadas pela AE da UFSM com os ODS 1 (Erradicação da Pobreza), 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 10 (Redução das Desigualdades), porém cabe destacar que existem aproximações com os demais objetivos que não estão sendo consideradas aqui (UNITED NATIONS, 2015).

Do que compete às universidades em relação aos ODS e que estão sinalizados por SDSN/Austrália Pacífico (2017), apresenta-se uma síntese na Figura 10.

Assim, observa-se que as ações organizadas pela UFSM no atendimento ao público-alvo da Assistência Estudantil se alinham às proposições de SDSN/Austrália Pacífico 2017 em relação aos ODS que estão destacados na Figura 10.

***“Transformando o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”***, pode ser considerado um importante documento, que vislumbra o

avanço coletivo das Nações e o crescimento econômico, acompanhado da inclusão social e da proteção ambiental. Fruto da mobilização e organização da sociedade civil e de lideranças mundiais em torno de objetivos comuns sobre o desenvolvimento sustentável foi firmado no ano de 2015, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas na sua sede em Nova York e pode ser tido como um dos maiores desafios globais da contemporaneidade e uma jornada bastante ambiciosa (UNITED NATIONS, 2015).

Figura 10 - ODS e exemplo de ações

ODS E EXEMPLO DE AÇÕES	
 <p><b>1</b> ERRADICAÇÃO DA POBREZA</p>	<p><i>erradicação da pobreza</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Proporcionar estruturas de apoio para estudantes que vivem na pobreza, como bolsas e pacotes de assistência;</li> </ul>
 <p><b>4</b> EDUCAÇÃO DE QUALIDADE</p>	<p><i>educação de qualidade</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoiar as pessoas vulneráveis e desfavorecidas para garantir seu acesso e participação plena na universidade, incluindo as pessoas com deficiência, os povos indígenas e as pessoas com dificuldade econômica;</li> </ul>
 <p><b>8</b> TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</p>	<p><i>trabalho decente e crescimento econômico</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer bolsas adequadamente distribuídas e apoiadas, e programas de apoio financeiro para estudantes necessitados;</li> </ul>
 <p><b>10</b> REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</p>	<p><i>redução das desigualdades</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estabelecer uma agenda de equidade e um plano que se comprometa com a igualdade de oportunidades e com a redução das desigualdades em todos os processos e atividades, especialmente no salário e proporcionar um ambiente de trabalho e aprendizagem solidário, inclusivo e seguro para pessoas com desvantagem econômica e social, de origem rural ou regional, pessoas com deficiência, mulheres no lugar de trabalho, pessoas de diversos gêneros e sexos e pessoas de comunidades com diferentes culturas e crenças religiosas.</li> </ul>

Fonte: Adaptado de SDSN Austrália/Pacífico (2017).

Esta pauta se tornou um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, englobando um plano considerado de ação global para as pessoas, o planeta e a prosperidade. O documento está estruturado em torno de 17 ODS que se desdobram em 169 metas. Tais metas centram-se em assegurar direitos humanos, alcançar a igualdade de gênero e buscam o empoderamento de mulheres e meninas. (UNITED NATIONS, 2015).

Os 17 ODS se constituem em um Guia para abordar os desafios mundiais mais imediatos: acabar com a pobreza e aumentar a prosperidade econômica, a inclusão social, a sustentabilidade ambiental, a paz e o bom governo para todos os povos até o ano de 2030, ou, ainda podem ser vistos como eixos centrais, que viabilizem aos signatários um direcionamento sobre as suas ações (SDSN AUSTRÁLIA/PACÍFICO, 2017).

A Agenda 2030 reafirma o potencial da educação para a transformação da vida, do mundo e das pessoas, sendo incontestável que, por meio da educação vislumbram-se as oportunidades para o empoderamento dos sujeitos e o pleno acesso à dignidade e à cidadania das populações. Dentre os compromissos que estão firmados, por meio de seus ODS e metas, busca-se atingir a seguinte pauta:

[...] Todas as pessoas, independentemente de sexo, idade, raça ou etnia, e pessoas com deficiência, migrantes, povos indígenas, crianças e jovens, especialmente aqueles em situação de vulnerabilidade, devem ter acesso a oportunidades de aprendizagem ao longo da vida que os ajudem a adquirir os conhecimentos e as habilidades necessários para explorar oportunidades e participar plenamente da sociedade [...] (UNITED NATIONS, 2015, p. 9).

Assim, garantir a educação de qualidade, prestada de modo inclusivo e equitativo, se torna uma questão central para os países signatários desse Acordo. O ODS 4 (UNITED NATIONS, 2015) apresenta a sugestão sobre propósitos que devem balizar os projetos nacionais de educação, podendo ser a educação um ODS considerado transversal na concretização de todos os demais Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

No contexto da Educação Superior, destaca-se a meta 4.3 da Agenda 2030, que busca especificamente “[...] assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo universidade” (UNITED NATIONS, 2015).



As universidades, pela sua natureza e responsabilidade com a produção do conhecimento, são considerados importantes lócus de difusão do conhecimento na Educação Superior. Desse modo, elas são tidas como centros de inovação, invenção e descobrimento e podem contribuir para o desenvolvimento de inovações e soluções sociais e tecnológicas para os desafios que os ODS apontam. Observa-se que elas têm contribuído para o desenvolvimento sustentável e para a proposição da maioria das tecnologias advindas do século XX (SDSN AUSTRÁLIA/PACÍFICO, 2017). Além disso, considerando-se o seu potencial para a transformação, elas devem contribuir para a transposição de um dos principais desafios que a Agenda coloca para o campo da educação, ou seja, construir formas de atuação que transformem as pessoas em agentes de mudança para o desenvolvimento sustentável.

Elas devem ainda, se constituir em um espaço que inquieta os sujeitos diante do instituído, na esperança de construir o novo, ela deve primar para que as pessoas tenham liberdade em pensar, sonhar, criar, questionar e criticar. Criticar a partir das teorias, das experiências e da análise justa da realidade. Nesse aspecto, se constitui em terreno fértil ao fomento de construções de novas formas de conhecer e se relacionar com o mundo (MARTINS; GEHRE, 2021).

Nesse sentido, em síntese, as universidades podem contribuir a partir de:

Dotar os alunos de conhecimentos, habilidades e motivação para entender e abordar os ODS. Empoderar e mobilizar a juventude. Proporcionar ampla formação acadêmica ou vocacional para implementar soluções sobre os ODS. Criar mais oportunidades para o desenvolvimento de habilidades de estudantes e profissionais de países em desenvolvimento para abordar os desafios relacionados com os ODS (SDSN AUSTRÁLIA/PACÍFICO, 2017, p. 13).

Percebeu-se que a UFSM é uma instituição que empreende iniciativas em relação ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, tendo sido inclusive premiada internacionalmente, mais de uma vez, e por diversos institutos de pesquisa.

Dentre as premiações, cita-se a sua mais recente indicação, divulgada no dia 20 de abril de 2020 pela revista britânica *Times Higher Education* (THE), que avaliou o desempenho global das instituições no cumprimento dos ODS das Nações Unidas. Nesse ranking, a UFSM figura como a 10<sup>a</sup> colocada entre as instituições brasileiras. Para a construção do ranking foram avaliadas 766 universidades em 85 países,

levando em consideração os trabalhos desenvolvidos por meio do ensino da pesquisa e da extensão universitária (UFSM, 2020f).

A UFSM também obteve o 25º lugar na classificação nacional em ranking de sustentabilidade pelo GreenMetric 2020. Este ranking avalia a sustentabilidade nas instituições de ensino a partir do conjunto de ações em seis áreas: configuração e infraestrutura, energia e mudança climática, gerenciamento do lixo, uso da água, transporte, educação e pesquisa (UFSM, 2020e).

No levantamento global, a instituição aparece na 524.º posição do GreenMetric. Esse ranking criado pela Universidade da Indonésia avaliou entre os meses de maio a outubro de 2020, seis indicadores relacionados à gestão ambiental. Essa foi a primeira participação da UFSM, onde se destacou na área de transportes, obtendo a quinta posição entre as universidades federais brasileiras e a nona entre as nacionais. (UFSM, 2020f).

Mais recentemente a instituição também obteve destaque em ações relacionadas ao combate à fome, o desenvolvimento da agricultura sustentável e o desempenho na implementação e difusão dos ODS. Por meio do “THE Impact Ranking, publicação que avalia as instituições no que se refere ao cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas” (UFSM, 2022f). O THE Impact Ranking é uma avaliação divulgada pela revista britânica *Times Higher Education* (THE), sendo que neste ano, a “melhor posição alcançada pela Universidade é no Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável, em que ocupa a 5ª colocação no Brasil” (UFSM, 2022h).

Além do ODS 2, outro destaque da UFSM é em relação ao Objetivo 17 - Parcerias para o Desenvolvimento. Nesse quesito, a UFSM passou a ocupar a 11ª posição no Brasil, tendo melhorado na pontuação de seus índices de 28,7 pontos em 2021, para 65,7 no ano de 2022. São avaliados nesse índice “atividades de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a educação e difusão dos ODS bem como o fortalecimento de parcerias e meios de implementação dos Objetivos” (UFSM, 2022h).

Entretanto, essas iniciativas tão importantes da instituição e, principalmente, a vinculação das ações de Assistência Estudantil, que são executadas pelos integrantes da PRAE, dentre elas a inclusão digital, com as proposições da Agenda 2030 acabam passando despercebidas, não sendo de conhecimento da maioria dos TAES que foram entrevistados.

No diálogo realizado com os TAES, questionou-se: *Você reconhece a vinculação entre as ações de inclusão digital oportunizadas pela UFSM com os ODS da Agenda 2030?*

Observou-se que a maioria desconhecia o conteúdo e até a existência da Agenda 2030 e de seus ODS. Por mais de uma vez, foi solicitado pelos interlocutores um melhor desenvolvimento da questão. Dessa maneira, ao abordar-se que a Agenda 2030 era um acordo mundial em prol do Desenvolvimento Sustentável das Nações, a partir da apresentação dos termos “desenvolvimento sustentável” os entrevistados conseguiram responder.

Nessa linha observaram-se as percepções de Gestor 1, que disse acreditar no potencial do investimento em ciência e tecnologia, para o retorno em ações sustentáveis e na garantia dos auxílios inclusão digital, por exemplo, como possibilidade de desenvolvimento dos sujeitos, que são os principais responsáveis pelas soluções sustentáveis:

“Com certeza! É, vai mais ou menos de acordo com o que eu acabei de te dizer. Se a gente quer, a gente precisa investir em ciência, em tecnologia para que cada vez mais a gente possa desenvolver ações sustentáveis, viver de forma sustentável, buscar soluções sustentáveis para os problemas que a gente tem no dia a dia, está tudo relacionado. Se a gente não proporcionar isso para o aluno, ele não vai conseguir desenvolver nada nesse sentido, se a gente não conseguir garantir essa igualdade de condições para todos os estudantes, até para que eles mesmos possam se desenvolver enquanto pessoas, pensar/buscar mais soluções, que muitas vezes uma pessoa que tem mais condições, não vai saber que existe [...]”. (Gestor 1).

E TAE 6 que afirma desconhecer a Agenda 2030, mas desenvolve a resposta à questão a partir do conceito de sustentabilidade, que considera complicado, considerando o atual cenário de país de capitalismo dependente:

“Então, eu não tenho conhecimento dessas exigências, dessa Agenda. É, por outro lado, a nossa noção de sustentabilidade, no contexto de um país dependente, do capitalismo dependente, é uma noção bastante complicada [...]”. (TAE 6).

Já TAE 1, disse acreditar que a Agenda 2030 é muito pouco disseminada. Para TAE 1, a PRAE acaba desenvolvendo suas ações em sintonia com o que está proposto na Agenda 2030, mesmo sem ter clareza sobre o seu conteúdo e sua importância enquanto um acordo global.

“É, acho que é muito pouco disseminado. Eu, particularmente, conheci a Agenda 2030 a partir do Mestrado, dos meus estudos e pesquisas do Mestrado. É, acho, descobri, inclusive, durante uma disciplina do Mestrado, que a UFSM tem uma série de ações para Agenda, para garantir essa, todos aqueles itens dos ODS, mas isso não tá, não é disseminado na equipe, assim, nem na gestão da assistência estudantil, assim, as pessoas não têm conhecimento sobre isso, acho que a gente caminha muito em direção a isso mesmo sem saber [...]”. (TAE 1).

TAE 3 afirmou acreditar que a Agenda 2030, tem relação com as ações oportunizadas pela Assistência Estudantil, fazendo *link* com o auxílio alimentação proporcionado aos estudantes pelo Programa de BSE e o combate à fome e uma das premiações recebidas recentemente pela instituição.

“Eu acredito que sim. Eu acredito que tem, por exemplo no combate à fome, salvo engano, tem, tem isso. Então, esse auxílio-alimentação, ele ajuda muito, principalmente nesse sentido, tanto que agora tem uma pesquisa que elencou a UFSM como uma das melhores no combate à fome. Então, eu acho que é muito alinhado a essa Agenda. Não me recordo agora de outras pautas, mas eu sei que tem várias assim que se alinham com essa Agenda”. (TAE 3).

TAE 3 reafirma o destaque da instituição em medidas que são propositivas em relação ao alcance dos ODS relacionados à Agenda 2030.

A partir desses elementos, é possível concluir que a maioria dos entrevistados não conseguiu fazer as aproximações entre a sua prática no campo da assistência estudantil e as proposições dos ODS da Agenda 2030. As assertivas dos entrevistados sobre a questão foram rasas e como foi sinalizado anteriormente somente foram sendo construídas a partir da sinalização no diálogo realizado com o pesquisador para os termos “Desenvolvimento Sustentável”. “Agenda 2030” e “ODS” demonstraram serem termos pouco conhecidos para os sujeitos da pesquisa

Igualmente, acredita-se que seriam imprescindíveis e muito bem-vindas algumas iniciativas para uma melhor publicização da Agenda 2030 e de seus ODS entre o conjunto de trabalhadores da AE e sua gestão, de modo que este importante documento pudesse alcançar certo nível de apropriação pelos sujeitos, que modificasse o seu entendimento, e, para que pudessem se tornar multiplicadores da ideia ampliada de desenvolvimento sustentável que esse documento assume em contexto mundial.

#### 4.5 REGULAMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL: A INSTITUCIONALIZAÇÃO

Esta categoria debate a questão da necessidade de regulamentação dos Auxílios de Inclusão Digital na UFSM por meio de uma Resolução aprovada nos

Conselhos Superiores da instituição e a sua garantia a partir da previsão no Orçamento da AE.

Na Administração Pública, as ações são desenvolvidas a partir de determinados princípios administrativos. Esses princípios, “[...] legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência” (BRASIL, 1988), servem para orientar a gestão no desenvolvimento das ações necessárias para a concretização de seus objetivos e fins institucionais. Nessa circunstância, a Administração Pública caminha em direção à sua função diretiva, conforme descrito em Atos Administrativos na Universidade Federal de Santa Maria:

Como são normas que indicam fins a serem alcançados, reclamam a prática de condutas que os realizem. Em razão disso, eles criam para a Administração o dever de adotar comportamentos aptos a produzirem determinados resultados. Essa é a chamada função diretiva dos princípios (UFSM, 2019a, p. 7).

Outro aspecto importante dos princípios administrativos é a chamada função limitadora. Nessa função, eles se tornam diretrizes para a verificação da validade das condutas administrativas, no caso do administrador público, nas situações em que a lei autorizar, fazer escolhas que se contraponham aos valores consagrados nos princípios administrativos. Nesses casos, essas ações poderão ser consideradas inválidas (UFSM, 2019a).

Operacionalmente, a Administração Pública é definida como “[...] o conjunto de órgãos, funcionários e procedimentos utilizados pelos três poderes que integram o Estado, para realizar suas funções econômicas e os papéis que a sociedade lhe atribuiu no momento histórico em consideração” (COSTIN, 2010, p. 28). Em sua obra, esta mesma autora lembra que “[...] a Administração Pública não se confunde com a função administrativa, uma vez que esta é mais ampla e se refere ao Estado como um todo” (COSTIN, 2010, p. 7).

A proposição desses conceitos remete à implementação dos Auxílios Inclusão digital no contexto da UFSM pela Administração Pública e a sua fragilidade no que se refere à atual normatização enquanto atos administrativos regulados somente por edital. Há que se considerar, e os dados apresentados nesse estudo corroboram o que se está afirmando, que se constituem em ações importantes para um significativo número de estudantes que dependem das iniciativas do Estado para a permanência em seus cursos e na instituição.

Editais são considerados escritos que devem ser publicizados. Numa breve pesquisa em plataformas de busca na internet, bem como nos Atos Administrativos da Universidade Federal de Santa Maria, não foram localizados elementos para a afirmação de um conceito mais aprofundado sobre o termo. No entanto, o Minidicionário Luft apresenta o conceito de edital como sendo: “s.m. Escrito oficial contendo aviso, determinação, etc., afixado em lugar público ou publicado na imprensa” (LUFT, 2000, p. 259). Já o Minidicionário Escolar Língua Portuguesa “S.m. Aviso oficial ou traslado de édito ou postura, para conhecimento de todos, afixados em lugares públicos ou publicado na imprensa” (RIOS, 1999, p. 235). Em geral, na Administração Pública encontra-se o termo bastante relacionado aos processos administrativos para aquisição/compras, ou seja, licitações.

A fragilidade em relação à garantia dos auxílios na UFSM, por meio da regulação por editais, foi sinalizada nas entrevistas com os colaboradores da pesquisa. Dentre eles, destaca-se o Gestor 2, que indica a proposição de uma Resolução como sendo o modo ideal de garanti-las:

“É, o fato é que, no momento, ele está sendo regulado unicamente por editais e o ideal é que haja uma Resolução aprovada nos Conselhos Superiores para regulamentar e institucionalizar essa política”. (Gestor 2).

Por Resolução entende-se: “[...] ato emanado de órgão colegiado registrando uma decisão ou uma ordem no âmbito de sua área de atuação. Expedidos pelas altas autoridades do executivo para regulamentar matéria exclusiva” (UFSM, 2019a, p. 14). Na instituição, o colegiado responsável pelas decisões institucionais é o Conselho da Universidade (UFSM, 2016).

Dessa forma, concorda-se com a afirmativa de Gestor 2, na medida em que os atos administrativos regulados por Resoluções são decisões tomadas de modo coletivo pelo Conselho Universitário. Este é o órgão máximo da instituição, responsável por definir as políticas institucionais, sobretudo nos aspectos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. Por meio de seu caráter deliberativo e colegiado vem atribuir às normas estabelecidas uma garantia maior de cumprimento e normatizar legalmente as decisões administrativas tomadas no âmbito da UFSM, de modo a garantir o financiamento e a institucionalização dessas ações.

De acordo com o Art. 4º do Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Maria, o Conselho Universitário (CONSU) “[...] é o órgão máximo, normativo,

deliberativo e de planejamento nos planos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar” (UFSM, 2019a).

Embasa-se a importância da Resolução para os Auxílios Inclusão Digital na UFSM, na percepção sobre a sua prerrogativa de Poder Regulamentar, uma vez que a Administração Pública tem a atribuição de organizar e editar os atos necessários para a concretização de seus objetivos institucionais. Nesse sentido, a instituição “[...] pode editar atos de caráter geral, com o objetivo de complementar ou esclarecer o conteúdo das leis que necessariamente lhe antecedem, de forma a assegurar a sua fiel execução” (UFSM, 2019a, p. 9).

Fundamenta-se também a possibilidade e a necessidade da institucionalização dos Auxílios Inclusão Digital, a partir dos diálogos com os colaboradores da pesquisa e dos estudos realizados a partir da revisão de literatura, nos quais a continuidade, ou melhor, a oportunidade de ações de inclusão digital em um caráter permanente de oferta se apresenta cada vez mais como importante.

Ao considerar-se o significativo aumento de parcelas da população oriundos de segmentos mais vulnerabilizados, bem como sugere o PDI-UFSM em seu desafio 3 referente à inclusão social, e os achados da pesquisa realizada pela ANDIFES em 2019, evidencia-se:

[...] o aumento numérico da presença de estudantes do sexo feminino, de autodeclarados pretos e pardos, de indígenas, cuja renda familiar mensal per capita encontra-se dentro da faixa de elegibilidade do PNAES, sendo que a maioria destes cursou o ensino médio em escolas públicas, o que atesta a importância da continuidade da alocação de recursos orçamentários para a manutenção dos programas e ações de assistência estudantil, com vistas à permanência destes públicos nas universidades (ANDIFES, 2019, p. 7).

Sabe-se que estas modificações no perfil dos estudantes demandam a concretização de ações em todos os eixos oportunizados pelo PNAES e a implementação de medidas que efetivamente auxiliem os estudantes a permanecer em seus cursos e na Universidade.

Nesse sentido, TAE 03 destaca que os estudantes atendidos têm muitas necessidades e que as medidas implementadas pela UFSM são importantes para que se evite a sua evasão e relevantes no que diz respeito a garantia de melhores condições para a realização e conclusão dos cursos.

“Eu acho importante porque principalmente numa época pós-pandemia, os alunos vêm com muitas necessidades de auxílio, de ajuda. Não só financeira, mas também financeira. Para se manterem, a gente vê que isso [os auxílios] efetivamente ajudam os alunos a se manterem na universidade. Sabe, esses outros auxílios, o BSE, a alimentação, são muitas coisas que são realmente necessárias para que o aluno consiga realmente se formar lá no final, não desistir do curso. Conseguir ter uma ajuda nesse sentido é de vital importância. Sim, é muito importante”. (TAE 3).

Nessa mesma direção, o Estudante 16 expõe a sua dificuldade em permanecer no curso e realizar as atividades sem o auxílio da instituição com a garantia das ações de inclusão digital que lhe foram oportunizadas. Este estudante sinaliza a importância da manutenção do auxílio para a sua permanência no curso ao referir que os valores para aquisição de internet de qualidade, compatíveis com a necessidade de seu curso, são muito caros. Ele afirma que não seria possível adquirir um plano sem que tivesse alcançado o Auxílio Inclusão Digital:

“O valor para adquirir internet de qualidade, que dê condições de utilizar plataformas de ensino, são caros, sem esse recurso da PRAE não poderei ter acesso, a não ser que utilize rede wi-fi do campus”. (Estudante 16).

Outros estudantes delimitam que:

“Sem o auxílio não consigo pagar o pacote e assim não teria como acessar os conteúdos on-line”. (Estudante 48).

“O auxílio ajuda os estudantes a manter uma vida digital. E seria ótimo mantê-lo após o início das aulas presenciais. (Estudante 59).

Com esta argumentação o sujeito valoriza o potencial dos auxílios inclusão digital para a concretização de uma “vida digital”, bem como na perspectiva apontada por Lévy (2010, p. 135) onde:

A interconexão para a interatividade é supostamente boa, quaisquer que sejam os terminais, os indivíduos, os lugares e momentos que ela coloca em contato. As comunidades virtuais parecem ser um excelente meio (entre centenas de outros) para socializar, quer suas finalidades sejam lúdicas, econômicas ou intelectuais, que seus centros de interesse sejam sérios, frívolos ou escandalosos. A inteligência coletiva, enfim, seria o modo de realização da humanidade que a rede digital universal felizmente favorece, sem que saibamos *a priori* em direção a quais resultados tendem as organizações que colocam em sinergia seus recursos intelectuais.

No mesmo sentido, Neves (2019) aponta para a estruturação da sociedade alicerçada em tecnologias de informação e comunicação, onde por meio das mais complexas redes, são potencializadas transformações profundas nas atividades em



desenvolvimento pela humanidade e impulsionadas também outras formas das pessoas se relacionarem.

Nas modificações das formas de relacionamentos inscritos nas sociedades contemporâneas, produzir, consumir e laborar configuram o cerne de um movimento fluido caracterizado pelas ações de intencionalidades colaborativas e trocas de informações constantes. Exemplo dessa estruturação pode ser observado na popularização das chamadas ferramentas *wiks*, *blogs*, *microblogs*, comunidades virtuais, dentre outras, como potencializadoras de uma interconectividade radical, do tipo comunicação “todos para todos (NEVES, 2019, p. 72).

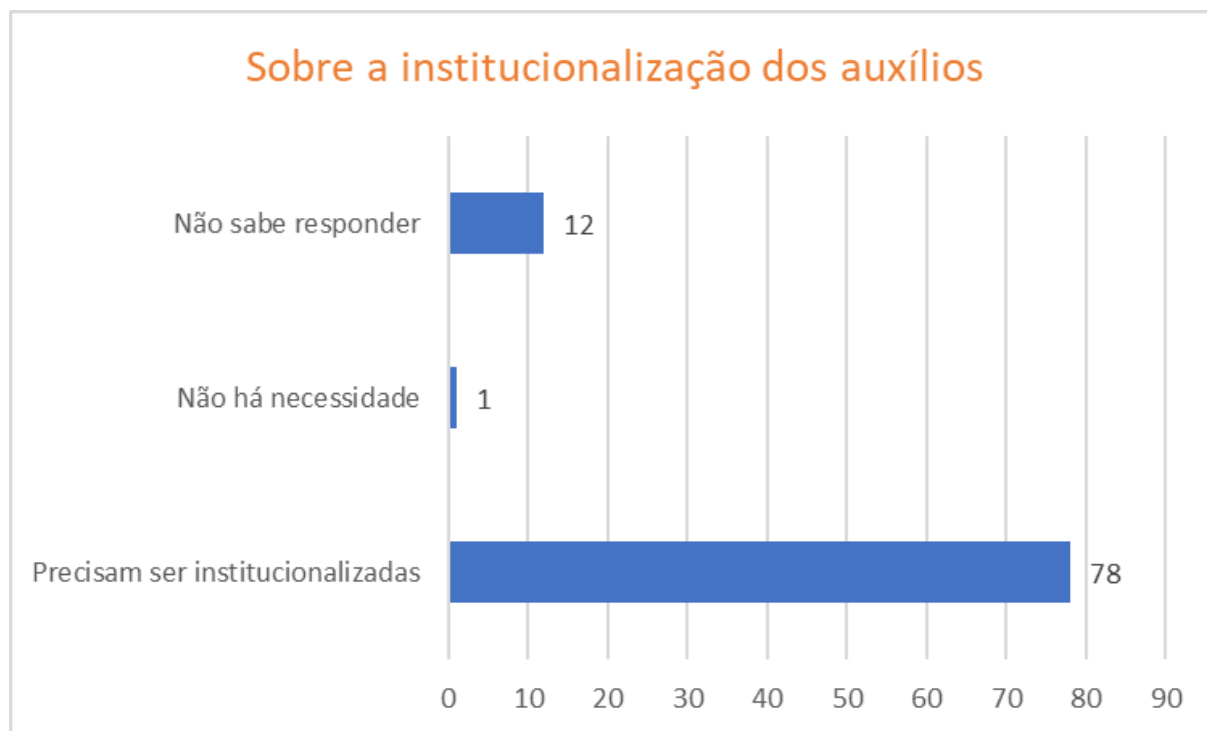
Nessa perspectiva, a interconectividade enquanto processo que viabiliza a comunicação, passa a demandar a institucionalização das ações de inclusão digital como uma política da UFSM, assumindo relevância tanto para o alinhamento estratégico da instituição, por meio das ações de AE direcionadas para o que está previsto em seu PDI em relação ao Desafio 3 - Inclusão social, quanto para com as prerrogativas da instituição relacionadas às proposições da Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que precisam ser alcançados. Contudo, principalmente, na composição dos recursos de assistência estudantil, necessários para que os estudantes consigam ter garantida a sua permanência na UFSM.

No questionário on-line, os estudantes tiveram a oportunidade de demonstrar sua percepção sobre a importância da institucionalização das ações de inclusão digital que foram oportunizadas na UFSM. Perguntou-se: Sobre a continuidade (institucionalização) dos editais para Auxílio Inclusão Digital após o término do REDE e o retorno das atividades acadêmicas presenciais, você acha correto afirmar que:\* Esta era uma pergunta obrigatória e foi possibilitado ao estudante responder:

- a) As ações precisam ser institucionalizadas, devido ao impacto que exercem na vida acadêmica dos estudantes;
- b) Não há necessidade de institucionalização, pois elas não fazem diferença para os estudantes;
- c) Não sei responder.

Acompanham-se, no Gráfico 17, como os estudantes percebem a necessidade da institucionalização da inclusão digital.

Gráfico 17 - Sobre a institucionalização dos auxílios



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Ao analisar-se o Gráfico 17, é possível perceber que os estudantes entendem como importante a continuidade (institucionalização) dos auxílios inclusão digital após o término do REDE e o retorno às atividades presenciais. Para 78 estudantes, os auxílios precisam ser institucionalizados, devido ao impacto que exercem na vida acadêmica. Somente um estudante acredita que não há necessidade de institucionalização, pois para ele os auxílios não fazem diferença na vida dos estudantes. Alguns estudantes não souberam responder à questão, sendo que nesse grupo está um total de 12 estudantes.

A importância e a necessidade da institucionalização das ações de inclusão digital podem ser percebidas a partir das falas dos sujeitos de todos os três segmentos (estudantes, TAES e gestores) que colaboraram com a pesquisa. Entre as falas que produzem significado, destacam-se as seguintes.

A estudante 71 aborda a dificuldade em conseguir as condições materiais e humanas para a inclusão digital. Dentre várias falas sobre estas dificuldades salienta-se o que refere esta estudante, que se identifica como mulher, autônoma, mãe e chefe de família. No seu questionário on-line ela afirmou nem sempre ter condições de garantir o pagamento de um plano de internet, que lhe permita acessar o seu curso. Nesse viés, acredita-se que as dificuldades enfrentadas pela estudante,

considerado o seu papel social, evidenciam e potencializam a importância da institucionalização dos auxílios inclusão digital que foram estudados.

“Minha renda é variável. Nem sempre tenho dinheiro para garantir o pagamento. Sou autônoma e mãe, chefe de família”. (Estudante 71).

TAE 3 acredita na importância das ações para agilidade do processo educacional como um todo e, principalmente, em um contexto de adoção pela universidade, de manutenção de parte das atividades relacionadas aos cursos no formato on-line. Sendo esse o cenário existe, para ele, uma tendência de continuidade da oferta dessas ações.

“Eu acho que esse auxílio digital, tudo caminha para num futuro ele ainda se manter. Algumas aulas permanecendo digitais/on-line, digamos, então, que isso veio, não só pós-pandemia, mas veio para ficar... Eu acredito que com essa necessidade de recursos on-line, são auxílios importantes até para o futuro. Assim, para agilidade do processo, de toda a universidade, das aulas, enfim”. (TAE 3).

Já para TAE 6, considerando que a instituição já obteve um avanço no campo da inclusão digital, a partir da superação da crise enfrentada em relação à pandemia da Covid-19, estes auxílios poderiam ser considerados como fundamentais e institucionalizados. Ela sugere a institucionalização articulada a estudos mais aprofundados em busca de investigar-se: Quais são as reais necessidades dos estudantes? Quais são os seus limites? O que a inclusão digital traz de avanços para o processo de formação e para a sua permanência na universidade?

“Eu acho que como a Universidade já avançou nessa possibilidade, por uma questão de necessidade, que foi o contexto da pandemia, eu acho que agora ela só tem mesmo que qualificar esse auxílio. Fazer estudos para realmente saber dessa necessidade, saber quem é esse estudante. Porque eu acho que antes de qualquer auxílio, saber, assim, quem é esse estudante? Nós temos estudantes com essas necessidades? Com esses limites? O que que isso também traz de prejuízo para o processo de formação e para a permanência desses estudantes na universidade? Então, talvez levando em conta esses indicadores, ela possa institucionalizar esse auxílio como um auxílio fundamental. Eu acho também que não tem como descolar, aí a gente traz a questão do PNAES, mas tem também o contexto das transformações tecnológicas, das formas, inclusive, de qualificação do processo de formação. Mas é também possibilidade de ampliar para essas pessoas, que às vezes não tenham acesso a ampliar suas formas, inclusive, de inserção até nos estágios, por exemplo. Hoje a gente já está sabendo, que [...] os cursos no campo das engenharias, eles têm estágios curriculares on-line, tão diferente da nossa área”. (TAE 6).

Por fim, Gestor 2 evidencia que a institucionalização, por meio de uma Resolução, oportunizando a oferta dos auxílios de forma permanente é o próximo passo a ser adotado pela instituição. Para este gestor a Resolução é um avanço no sentido de se evitar a dependência de decisões no âmbito da gestão sobre a

abertura ou não de editais e garantir-se o financiamento das ações, a partir de sua institucionalização clara, também junto aos órgãos responsáveis pela previsão orçamentária da UFSM.

“Eu acho que o próximo passo e isso tem que ser feito com a maior celeridade possível é a elaboração de uma Resolução, que inclua esses auxílios como auxílios permanentes, destinados à Assistência Estudantil de forma permanente. Senão, vai ficar na mão do Pró-reitor que estiver na gestão, naquele momento, a decisão sobre abrir os editais ou não”. (Gestor 2).

É possível afirmar, a partir da fala de Gestor 2, que se coloca como urgente a discussão entre gestão, representações estudantis e equipe técnica que estruturou as ações na UFSM, sobre a necessidade de regulamentação dos Auxílios Inclusão Digital para a garantia permanente da oferta de ações nesse sentido.

Nesse contexto, pretende-se com a pesquisa contribuir para o debate a partir da apresentação dos resultados, onde propõe-se como produto educacional uma Minuta de Resolução sobre os Auxílios Inclusão Digital, que se estabelece como ponto de partida e poderá ser melhorada coletivamente na construção com os estudantes, TAES e gestores atualmente envolvidos no processo.

Sabe-se dos desafios que envolvem a aprovação de uma Resolução e a institucionalização de novos auxílios, principalmente diante do cenário desfavorável em relação ao financiamento da Educação Superior e da política de AE e o desmonte que se presenciou nos últimos tempos. No entanto, se torna necessário renovar a esperança ao vislumbrar-se a chegada próxima de um novo governo que encara a Educação como investimento e tem a trajetória anterior de forte compromisso com a Educação. Desse modo, afirma-se como importante e urgente mobilizar-se e movimentar-se nesse sentido.

Ao concluir-se a apresentação das percepções sobre os dados de pesquisa oriundos da aplicação da Análise Textual Discursiva, encerra-se a argumentação sobre as categorias finais e apresenta-se a construção referente ao Produto Educacional resultante do processo de pesquisa.

## 5 O PRODUTO EDUCACIONAL

Neste capítulo, organiza-se a apresentação do produto educacional resultante do processo de construção da pesquisa.

Uma das características do Mestrado Profissional que o destacam como um dispositivo de qualificação profissional capaz de promover mudanças nas realidades das instituições em que estão inseridos os estudantes e importante no sentido de contribuir para a construção de processos mais qualificados de gestão educacional é a demanda do curso sobre a apresentação de um produto educacional com potencial de transformação em seus contextos de atuação.

Segundo o Projeto Político Pedagógico do Curso, o Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional está organizado no sentido de “[...] contribuir com a leitura e compreensão das políticas educacionais e que repercute na qualificação da gestão educacional nos espaços escolares e não escolares” (UFSM, 2015a, p. 16).

Assim sendo, considerando-se esta especificidade do Mestrado Profissional, o produto educacional a ser apresentado precisa contribuir para a qualificação dos processos de gestão educacional dos contextos estudados. Assim, como resultado do processo desta investigação, entende-se a proposição de uma Minuta de Resolução para os Auxílios Inclusão Digital na UFSM como significativa para a ampliação dos acessos oportunizados pela política institucional de Assistência Estudantil na UFSM. As ações de inclusão digital incorporadas às ações já oportunizadas pela Assistência Estudantil da UFSM, por meio do Programa de Benefício Socioeconômico poderão contribuir com melhores oportunidades para a permanência dos estudantes e modificar a realidade da instituição no que diz respeito à garantia da permanência dos estudantes na graduação.

De acordo com o Manual de Atos administrativos organizado pela Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN) da UFSM, o documento administrativo denominado Resolução pode ser definido como:

É o Ato pelo qual uma autoridade toma uma decisão, impõe uma ordem ou estabelece uma medida. As resoluções dizem respeito a questões de ordem administrativa ou regulamentar, sendo de competência dos Conselhos da Universidade e são constituídas pelas seguintes partes: epígrafe, ementa, preâmbulo, corpo (UFSM, 2019a, p. 16).

Conforme é possível analisar no documento organizado pela PROPLAN uma Resolução é um ato administrativo deliberado coletivamente pelos Conselhos da Universidade e publicado pela autoridade máxima da instituição. Por seu intermédio são sistematizadas as medidas administrativas mais importantes, de modo que possibilitam estabelecer a organização, os critérios, as metodologias e as especificidades de determinadas medidas administrativas que requerem regulação.

Cabe destacar que o Programa de BSE, que é o programa responsável por garantir o conjunto de ações que são oferecidas na UFSM, possui Resolução Institucional específica aprovada em 2015. Entretanto, a Resolução nº 035/2015, de 30 de dezembro de 2015, firma o compromisso somente com a oportunidade de ações relacionadas à garantia de alimentação, transporte, moradia estudantil, educação infantil e aquisição de material pedagógico e estabelece que essas ações serão regidas por Resoluções Específicas (UFSM, 2015b).

Considerada uma questão de ordem administrativa, como sugerido no referido Manual de Atos Administrativos da UFSM, se torna relevante para a normatização das ações relacionadas à Inclusão Digital dentre as ações oportunizadas pela AE da UFSM, esta seja regulamentada mediante a proposição e tramitação de uma nova Resolução sobre o tema, junto aos Conselhos da Universidade.

Dessa maneira, baseando-se na análise dos resultados da pesquisa, nos quais a importância da Institucionalização dos Auxílios Inclusão Digital, figurou como uma questão importante apresentada nos discursos dos entrevistados, no sentido de garantir a oferta permanente das ações que foram sistematizadas na UFSM para auxiliar na permanência dos estudantes durante a vigência do Regime de Exercícios Domiciliares Especiais e durante a sua transição para a retomada das atividades na presencialidade redigiu-se uma proposta de Minuta para a Resolução dos Auxílios Inclusão Digital (Apêndice D), que será submetida à apreciação dos TAES envolvidos na sistematização do Auxílio Inclusão Digital, representantes do Movimento Estudantil da UFSM e Gestão da PRAE, bem como à Coordenadoria de Planejamento Administrativo (COPLAD), que é o setor responsável pela condução de propostas de Resolução na UFSM. Esta proposta de Minuta, posteriormente será submetida à análise e aprovação dos Conselhos Superiores da UFSM para publicação pela autoridade máxima da instituição.

Com o objetivo de discutir esta proposta da Minuta de Resolução, será estabelecido um cronograma de reuniões com a gestão e integrantes da PRAE envolvidos no processo de estruturação e implementação dos Auxílios Inclusão Digital e, posteriormente, com os demais envolvidos no processo de possível institucionalização dos auxílios conforme já foi mencionado.

Cabe destacar que na condução de um processo de institucionalização das ações, de um modo mais prático, devem ser observados alguns procedimentos em relação à tramitação de uma proposta. Essas ações estão definidas no documento Atos Administrativos da UFSM, sendo que a unidade que tem a responsabilidade de conduzir e acompanhar a tramitação de atos administrativos como Resoluções, Portarias e Regulamentos é a COPLAD (UFSM, 2019a).

No processo de proposição de uma Resolução a ser realizada pela COPLAD, esta Unidade:

Elabora a proposta do ato, a partir de demanda de unidade administrativa responsável pela temática ou gestora do processo em questão, de maneira articulada com estes, procedendo à identificação das necessidades, levantamento e análise da situação organizacional. Submete proposta do ato à análise e parecer jurídico da área competente da entidade. Procede alterações à proposta do ato, conforme indicações do parecer jurídico e conhecimento da(s) unidade(s) administrativa(s) da entidade envolvida no assunto tratado. Encaminha proposta do ato ao Gabinete do Dirigente da entidade para submissão aos órgãos colegiados competentes. Ver fluxo do processo em: <http://processos.ufsm.br/> (UFSM, 2019a, p. 19).

Nessa perspectiva, é de responsabilidade da COPLAD elaborar a proposta de Resolução. O papel enquanto pesquisadores seria o de mobilizar a comunidade acadêmica para a discussão sobre a importância da inclusão digital para a permanência dos estudantes na universidade e para a percepção do seu potencial para a concretização do Desafio Institucional 3 (Inclusão Social) que está posto no PDI 2016-2026 da instituição (UFSM, 2016). No entanto, busca-se ir além, apresentando o manuscrito de uma minuta de resolução sobre os Auxílios Inclusão Digital (Apêndice D), que se constitui em um ponto de partida para o debate necessário para a institucionalização dos auxílios.

Por fim, menciona-se o quão desafiador e complexo é convencer e mobilizar politicamente os sujeitos nos Conselhos Superiores da instituição, para a necessidade da regulamentação e aprovação de uma nova política institucional que envolva a concessão de Auxílios Inclusão Digital para os estudantes, em um

contexto em que os recursos são escassos e existem limites da gestão e percepções sobre outras prioridades. Todavia, retoma-se que, a partir da experiência recente com as adversidades impostas pela pandemia, não restam dúvidas, que sendo uma nova realidade, a partir da progressiva utilização das TDICs e a necessidade de acesso a rede informacional no contexto da educação, somente a partir da garantia da implementação de políticas públicas no campo da inclusão digital, serão garantidos o acesso e a permanência dos estudantes.



## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, são apresentadas as considerações finais sobre o estudo, retomando algumas reflexões e trazendo síntese de elementos que são considerados importantes para a discussão sobre a Assistência Estudantil e a inclusão digital.

Ao adentrar-se e aprofundar-se nos estudos sobre a temática, estas reflexões são construídas, buscando responder à seguinte questão central: - ***De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política de Assistência Estudantil influenciam na permanência dos estudantes da UFSM?***

Dessa questão central, se desdobram outras questões de pesquisa, que foram igualmente problematizadas na elaboração desta dissertação: De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM têm sido implementadas? Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM? De que modo as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de AE da UFSM se vinculam aos ODS da Agenda 2030? Como institucionalizar a Inclusão Digital enquanto ação relacionada à política institucional da Assistência Estudantil no âmbito da UFSM?

A partir da revisão de literatura, considerada um movimento inicial do estudo, realizada na BDTD e no Portal de Periódicos da CAPES, observou-se que o PNAES, instituído pelo Decreto nº 7.234/2010 e organizado a partir da luta dos movimentos sociais e estudantis, se consolida na perspectiva de um direito aos estudantes em vulnerabilidade social. Esse programa tem possibilitado melhores condições para a permanência dos estudantes na educação superior pública e modificado significativamente a realidade dos estudantes em relação às desigualdades de oportunidades no acesso, permanência e conclusão dos cursos.

Dentre os principais desafios para a efetividade desse programa e, por conseguinte, para a permanência dos estudantes, sinaliza-se a necessidade de promoção de ações concretas em todas as áreas de sua atuação. Entre elas, destaca-se a inclusão digital, que é o foco deste estudo e que ganhou visibilidade no contexto de isolamento/distanciamento e do estabelecimento de sistemas remotos de ensino pelas IFES, tornando-se imprescindível para a permanência dos estudantes em seus cursos.

Na UFSM, no que diz respeito à inclusão digital, pode-se evidenciar que existiam LABINFOS, que foram desmobilizados no ano de 2019, em virtude do pouco uso pelos estudantes e do alto custo para a sua manutenção. Não diferente das demais IFES, verificou-se um apagamento das ações de inclusão digital e um modo de operar o financiamento da AE, que não constitui ações no campo da inclusão digital como prioritárias.

É perceptível que em contexto mundial e no cenário da Educação Superior brasileira, a crise enfrentada em virtude da pandemia de SARS-CoV-2 ou Covid-19, foi o verdadeiro *start* para a implementação de políticas públicas, organizadas a partir de medidas para a inclusão digital dos estudantes.

A partir da identificação da necessidade de auxílios para inclusão digital, a equipe da PRAE/UFSM se envolveu nas definições sobre a organização do processo seletivo dos estudantes. Cabe destacar que as ações de planejamento estavam mais centradas na equipe que desenvolvia o trabalho de modo presencial. Do escopo de decisões que permearam a implementação dos auxílios, salienta-se a observação sobre os muitos modos de implementar ações no campo da inclusão digital, a disponibilização de recursos que fossem suficientes para aquisição de um equipamento e plano de internet de qualidade o cenário observado em outras instituições, as pressões do movimento estudantil e os limites e as potencialidades de cada uma das possibilidades que foram pensadas. Além disso, abarcaram as definições sobre os auxílios um olhar atento sobre o contexto na UFSM, a definição de critérios, a metodologia, os aspectos legais, as questões de logística e a capacidade de organização e análise do setor de bolsas, que é o responsável pela execução dos auxílios, entre outros.

Apesar do contexto de crise vivenciado pelas instituições como um todo e a despeito do “caos” gerado pelo contexto pandêmico, observou-se que o planejamento desses auxílios envolveu um processo de discussão, a partir de uma demanda emergente, em um cenário que tinha urgência de ações concretas para o auxílio à permanência dos estudantes e ainda uma multiplicidade de definições para a sua execução. Houve um cuidado da equipe em atender da melhor forma possível o maior número de estudantes e uma sensibilização da Administração Pública no sentido de atender aos estudantes com os auxílios que foram implementados. Entretanto, essa preocupação se tornou um desafio inicial, a partir de uma conjuntura social e econômica do país - onde a instabilidade e o crescimento da

vulnerabilidade socioeconômica são uma realidade a ser superada e diante de significativos cortes orçamentários no contexto da Educação Superior a despeito do aumento da demanda por ações de assistência estudantil.

Na UFSM, foram implementadas duas modalidades de Auxílio Inclusão Digital, sendo a primeira para aquisição de equipamentos e a segunda para aquisição de planos de internet. Esses auxílios estabelecidos por meio de editais, possibilitaram as condições materiais (recursos financeiros) para oportunizar a permanência dos estudantes nos sistemas remotos de ensino que foram adotados pela instituição. Destaca-se que em um contexto de crescimento da vulnerabilidade socioeconômica diante do enfrentamento às crises pandêmica e econômica vivenciadas no país, que contribuem para o crescente aumento do desemprego, da fome, da precarização e fragilização das relações e oportunidades de trabalho estas iniciativas se tornaram relevantes para a permanência dos estudantes.

Além disso, destaca-se a relevância dos auxílios a partir da observação sobre a utilização que é dada pelos estudantes aos recursos oportunizados pela AE. Dentre os usos mencionados, apontam-se os considerados mais importantes: a possibilidade de conexão às novas tecnologias, a utilização das mais diversas plataformas digitais de comunicação, o consumo de conteúdos (vídeos, cursos e pesquisas), a utilização para tentativas de inserção no mercado de trabalho, o atendimento às múltiplas demandas dos projetos de extensão, ensino e pesquisa em que os estudantes estavam inseridos e até a mesmo o alcance a outras ações do campo da assistência estudantil como, por exemplo, o atendimento psicológico quando realizado na modalidade on-line. Ao se analisar a utilização dada pelos estudantes, reitera-se a sua importância em relação ao potencial para a inclusão social.

Nessa conjuntura, considerando-se os objetivos institucionais da UFSM, entende-se que os Auxílios Inclusão Digital são imprescindíveis, principalmente para os estudantes que ingressam na instituição pelo sistema de cotas e se tornam uma ferramenta para o alcance do Desafio Institucional 3, que é Inclusão Social e está previsto no PDI 2016-2026.

Além disso, o direito à informação e a comunicação se tornaram direitos humanos fundamentais e uma oportunidade de cidadania, que se efetiva através da convivência coletiva no espaço digital. Nesse sentido, as TDICs passaram a compor o rol de direitos na atualidade e a inclusão digital se apresenta como um dispositivo

extremamente necessário e importante, que, em conjunto com as demais ações de Assistência Estudantil, se propõe a auxiliar na permanência dos estudantes no cotidiano da educação superior pública. Então, ampliando-se a visão sobre a inclusão digital, conclui-se que ela, na contemporaneidade, se torna um elemento central para permitir a construção de processos educacionais mais qualitativos, equitativos, inclusivos e que possibilitem a emancipação dos sujeitos e, com isso, transformações sociais, políticas, econômicas, culturais e educacionais em diferentes realidades.

Ao analisar-se a realidade da UFSM e as ações oportunizadas pela instituição em termos de Assistência Estudantil, percebe-se que ela a tem adotado como estratégia para o alcance do Desafio Institucional 3 – Inclusão Social. Nesse contexto, suas ações coadunam com as proposições da Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), principalmente, em sua vinculação aos ODS 1 (Erradicação da pobreza), no que diz respeito à proporcionar estruturas de apoio a estudantes que vivem na pobreza, como bolsas e pacotes de assistência, ao ODS 4 (Educação de Qualidade) no sentido de apoiar as pessoas vulneráveis e desfavorecidas para garantir o seu acesso e participação plena na universidade, incluindo as pessoas com deficiência, os indígenas e as pessoas com dificuldade econômica), ao ODS 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), por estabelecer bolsas adequadamente distribuídas e apoiadas, e, programas de apoio financeiro para estudantes necessitados e quanto ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), por estabelecer uma agenda de equidade e um plano que se comprometa com a igualdade de oportunidades e com a redução das desigualdades em todos os processos e atividades) (SDSN AUSTRÁLIA/PACÍFICO, 2017).

Percebeu-se que a UFSM é uma instituição que empreende iniciativas em relação ao cumprimento dos ODS, tendo sido inclusive premiada internacionalmente, mais de uma vez, e por diversos institutos de pesquisa. No entanto, essas iniciativas da instituição e, principalmente, a sua vinculação das ações de Assistência Estudantil, dentre elas a inclusão digital, com as proposições da Agenda 2030 acabam passando despercebidas, não sendo de conhecimento da maioria dos TAES e gestores que foram entrevistados. Assim, acredita-se que seriam imprescindíveis algumas iniciativas para uma melhor publicização da Agenda 2030 e de seus ODS entre o conjunto de trabalhadores da AE e a sua gestão, de modo que este documento pudesse alcançar certo nível de apropriação pelos

sujeitos, que modificasse o seu entendimento, e, para que pudessem se tornar multiplicadores da ideia ampliada de desenvolvimento sustentável que esse documento assume em contexto mundial.

Por ser fruto da demanda dos estudantes em busca de condições para a sua permanência na universidade, em um contexto emergente de crise (tanto sanitária, quanto econômica) do país acredita-se que os auxílios implementados pela UFSM são importantes para a permanência dos estudantes, pois aliados aos demais subsídios oportunizados, possibilitam condições para o acesso ao processo de ensino. Nesse sentido, pensa-se que devem ser institucionalizados, ou seja, permanecer para além do contexto do ensino remoto, considerando-se o aprofundamento da utilização das TDICs na educação e suas possíveis contribuições, por exemplo, no que diz respeito às atividades de pesquisa, que se mantém, mesmo após superada a crise relacionada à pandemia.

Em um possível processo de institucionalização, reconhece-se a necessidade de atenção à sinalização dos estudantes que foram beneficiados pela política implementada. Percebe-se a partir de sua escuta, uma insatisfação em relação aos valores que estão sendo disponibilizados. Os estudantes tencionam sobre a necessidade de ampliação dos valores concedidos, na medida em que estes valores, segundo eles, não conseguem alcançar produtos de qualidade, tanto para aquisição de equipamentos, quanto para aquisição de planos de internet, considerando os preços praticados pelo mercado. No mesmo sentido, TAES e gestores que foram entrevistados demonstram entender as dificuldades em relação aos valores, entretanto descrevem os limites impostos pela questão orçamentária e o financiamento da AE como um todo.

Acredita-se na importância da regulamentação dos Auxílios Inclusão Digital em uma Resolução, devido à fragilidade atual em sua organização a partir de Editais. Os atos administrativos regulados por Resoluções são decisões tomadas de modo coletivo pelo Conselho Universitário, sendo este o órgão máximo da instituição, responsável por definir as políticas institucionais, sobretudo nos aspectos acadêmico, administrativo, financeiro, patrimonial e disciplinar. Por meio de seu caráter deliberativo e colegiado vem atribuir às normas estabelecidas uma garantia maior de cumprimento e normatizar legalmente as decisões administrativas tomadas no âmbito da UFSM, de modo a assegurar o financiamento e a institucionalização dessas ações.

Nesse sentido, apresenta-se o produto educacional resultante da pesquisa: a proposta de uma Minuta de Resolução (Apêndice D) para os Auxílios Inclusão Digital a ser amplamente debatida com a gestão, movimento estudantil e TAES que sistematizaram e executam estes auxílios na UFSM.

Ao compartilhar o que se aprendeu sobre o tema, espera-se que esse estudo possa contribuir para novas percepções sobre a importância da inclusão digital no contexto da AE, coadjuvar no sentido de mobilizar em outros pesquisadores o interesse pela temática e potencializar um avanço na discussão sobre o assunto. Além disso, sinalizar para um possível aprofundamento desta pesquisa em um futuro processo de estudos direcionados ao Doutorado, numa perspectiva de pensar a inclusão digital para além do acesso aos recursos materiais, mas para a construção de outras ações no ambiente de trabalho do pesquisador, junto à PRAE/UFSM, que possibilitem ampliar a capacidade de ação da instituição em relação à apoio pedagógico, sobretudo propiciando ações que possibilitem o alcance das capacidades necessárias para além do aspecto material, mas para o empoderamento dos sujeitos em relação ao uso apropriado das TDICs e ampliando o seu uso no processo de aprendizagem.

## REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **Relatório de atividades das Instituições Federais de Ensino Superior no ano letivo de 2020**. Brasília: ANDIFES, 2021. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2021/08/Acesse-o-Relatorio-de-Atividades-das-Instituicoes-Federais-de-Ensino-Superior-no-ano-letivo-de-2020.pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018**. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 28 set. 2021.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. *In*: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson de Luca. (Orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2, p. 23-48.

BORSTEL, Vilson Von; FIORENTIN, Mariane Jungbluth; MAYER, Leandro. Educação em tempos de pandemia: constatações da Coordenadoria Regional de Itapiranga. *In*: PALU, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. (Orgs.). **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 37-43.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 28 fev. 2021.

BRASIL. Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 194, p. 2, 09 out. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/d8539.htm). Acesso em: 19 set. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 134, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 30 jan. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 30 ago. 2012. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 153, n. 250, p. 3, 29 dez. 2016a. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13409.htm). Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria\\_pnaes.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf). Acesso em: 21 set. 2022.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição nº 55, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 2016b. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/127337>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. Sistema RNP. **Alunos Conectados**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.rnp.br/sistema-rnp>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRITO, Lilian da Silva. **Programa de Assistência Estudantil na UFRPE**: percepção dos discentes beneficiários. 2018. 125 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/33918>. Acesso em: 28 set. 2021.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Portal de Periódicos da CAPES/MEC**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/>. Acesso em: 18 jul. 2021.

CORRÁ, Daniel. Apenas metade da população LGBTQI+ se declara publicamente no país, diz pesquisa. **CNN Brasil**, São Paulo, 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/apenas-metade-da-populacao-lgbtqi-se-assume-publicamente-no-pais-diz-pesquisa/>. Acesso em: 21 nov. 2022.

COSTIN, Claudia. **Administração pública**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

CROSARA, Daniela de Melo; SILVA, Leonardo Barbosa e (Org.). **A assistência estudantil em debate**: análise dos projetos de lei em tramitação no congresso nacional brasileiro. Curitiba: Publishing, 2020.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.



DISPOSITIVO. *In*: DICIO. Dicionário Online de Português. Matosinhos: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/dispositivo/>. Acesso em: 27 set. 2021.

FLAIN, Valdirene Silveira. **A inclusão digital como direito fundamental passível de viabilizar a participação cidadã**. 2017. 150 f. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12541/DIS\\_PPGDIREITO\\_2017\\_FLAIN\\_VALDIRENE.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/12541/DIS_PPGDIREITO_2017_FLAIN_VALDIRENE.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 ago. 2021.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. 405 p.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. Brasília: UNFPA, 2010. Disponível em: [https://brasil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/direitos\\_pop\\_jovem%20%283%29.pdf](https://brasil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/direitos_pop_jovem%20%283%29.pdf). Acesso em: 01 out. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2019. 173 p.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. **V Relatório luz da sociedade civil Agenda 2030 de desenvolvimento sustentável Brasil**. Brasília: GTAgenda30, 2021. Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por\\_rl\\_2021\\_completo\\_vs\\_03\\_lowres.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/07/por_rl_2021_completo_vs_03_lowres.pdf). Acesso em: 23 set. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Pirâmide etária. **IBGE Educa Jovens**, Rio de Janeiro, 2022a. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18318-piramide-etaria.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Quantidade de homens e mulheres. **IBGE Educa Jovens**, Rio de Janeiro, 2022b. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 06 out. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>. Acesso em: 03 jul. 2021.

KOWALSKI, Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de Assistência Estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. 179 F. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/5137/1/000438212-Texto%2bCompleto-0.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2010. Título original: Cyberculture.

LIMA, Jackeline Soares. A assistência estudantil na Universidade de Brasília durante a pandemia do COVID-19. **Cadernos Cajuína**, Teresina, v. 6, n. 3, p. 228-242, 2021. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/504/438>. Acesso em: 03 jul. 2021.

LÓ NUNES, Graciela. **Proposta para Reestruturação da Assistência Estudantil dos Câmpus fora de Sede da Universidade Federal de Santa Maria**. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/20516>. Acesso em: 22 set. 2022.

LUFT, Celso Pedro. **Minidicionário Luft**. São Paulo: Ática, 2000.

MARCON, Karina. **A inclusão digital na formação inicial de educadores a distância**: estudo multicase nas universidades abertas do Brasil e de Portugal. 2015. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/117771>. Acesso em: 05 set. 2021.

MARCON, Karina; MALLAGI, Vitor. (Re)Pensar os processos educativos sob o olhar da inclusão digital. **Informática na Educação**: série de livros-texto da CEIE-SBC. Porto Alegre: SBC, CIE, 2021. Disponível em: <https://ieducacao.ceie-br.org/inclusao-digital/>. Acesso em: 29 ago. 2021.

MARTINS, Ana Paula Antunes; GEHRE, Thiago (Orgs.). **Guia de interceccionalidades na Agenda 2030**: para uma educação transformadora. Brasília: Universidade de Brasília. 2021. *E-book*. Disponível em: [https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/09/guia-da-agenda-2030\\_vf.pdf](https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2021/09/guia-da-agenda-2030_vf.pdf). Acesso em: 12 maio 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método, criatividade. Petrópolis: Vozes, 2016. 95 p.

MOCELIN, Cassia Engres. Assistência estudantil como política de proteção social: uma possibilidade de seguridade social ampliada e intersetorial. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano 22, n. 45, p. 239-260, set./dez. 2019. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=705&sid=60>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MOREIRA, Sandra Seabra. Linguagem neutra: 'todes' ganha força entre especialistas. **Revista Educação**, São Paulo, n. 281, 15 dez. 2021. Disponível em: <https://revistaeducacao.com.br/2021/12/15/linguagem-neutra-ganha-forca/>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MÜLLER, Adauton Ezequiel; SILVEIRA, Clarita Souza Baroni. Ensino Superior no Brasil: inquietações acerca do acesso e da permanência. *In*: OLIVEIRA, Tarcisio Dorn de. (Org.). **Desenvolvimento, tecnologias e educação**: diálogos multidisciplinares. Curitiba: CRV, 2018. p. 277-287.

MÜLLER, Adauton Ezequiel; SILVEIRA, Clarita Souza Baroni; PERSKE, Ketlin Elís. Uma ação na perspectiva da inclusão digital que possibilita o acesso à direitos na UFSM: relato de experiência. *In*: SEMINÁRIO (DES)FAZENDO SABERES NA FRONTEIRA, 4., 2022, São Borja. **Anais [...]**. São Borja: Universidade Federal do Pampa, 2022. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/desfazendosaberes/488611-UMA-ACAO-NA-PERSPECTIVA-DA-INCLUSAO-DIGITAL-QUE-POSSIBILITA-O-ACESSO-A-DIREITOS-NA-UFSM--RELATO-DE-EXPERIENCIA>. Acesso em: 24 set. 2022.

NEVES, Barbara Coelho. **Inclusão digital na educação**: ciborgues, hackers e políticas públicas. Curitiba: CRV, 2019.

OLIVEIRA, Eduardo Alexandre Santos de; HEUSER, Ester Maria Dreher. O dispositivo disciplinar nos estudos de Michel Foucault. **Aufklärung: revista de filosofia**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 91-106, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18012/arf.2016.32658>. Acesso em: 26 abr. 2022.

PEREIRA, Diane Costa. **Proposta de modelo de avaliação das ações vinculadas ao Programa Nacional de Assistência Estudantil**: um estudo envolvendo a percepção dos beneficiários da Universidade Federal de Santa Maria. 2022. 222 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Organizações Públicas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

PERSKE, Ketlin Elís. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal de Santa Maria**: uma análise do auxílio à aquisição de material pedagógico. 2020. 198 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2020.

PESSOTO, Ana Lucia. Língua para todes: um olhar formal sobre a expressão do gênero gramatical no Português e a demanda pela língua(gem) inclusiva. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 28, n. 1, p. 160-178, jul./dez. 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2019v28n1.41827>. Acesso em: 21 nov. 2022.

PIRES, André. A Covid-19 e a Educação Superior no Brasil: usos diferenciados das tecnologias de comunicação virtual e o enfrentamento das desigualdades educacionais. **Educación**, Lima, v. 30, n. 58, p. 83-103, 2021. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18800/educacion.202101.004>. Acesso em 03. jul. 2021.

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação**: a nova cultura da sala de aula. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

POZOBON, Luciane Leoratto. **Políticas de assistência estudantil da Universidade Federal de Santa Maria/RS**: estratégias de permanência do estudante na educação superior. 2019. 162 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19168>. Acesso em: 06 out. 2021.

RIOS, Dermival Ribeiro. **Minidicionário escolar da língua portuguesa**. São Paulo: DCL, 1999.

RODRIGUES, Lilian. **A política de assistência estudantil na Universidade Federal de Goiás - UFG**. 2019. 106 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/182457>. Acesso em: 28 set. 2021.

SAMPAIO, Helena; PIOLI, Ludmila Fávero Romani; WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle (Orgs.). **Ensino superior e Covid-19**: respostas institucionais e novos desafios. Belo Horizonte: Fino traço, 2022. *E-book*.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p. Disponível em: [http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3915/2/FPF\\_PTPF\\_01\\_0619.pdf](http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3915/2/FPF_PTPF_01_0619.pdf). Acesso em: 21 nov. 2022.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um Discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação – o desmonte da educação nacional. **Revista Exitus**, Santarém, v. 10, n. 1, p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2020v10n1ID1463>. Acesso em: 20 fev. 2022.

SDSN AUSTRÁLIA/PACÍFICO. **Getting started with the SDGs in universities**: a guide for universities, higher education institutions, and the academic sector. Australia, New Zealand and Pacific Edition. Melbourne: Sustainable Development Solutions Network – Australia/Pacific, 2017. Disponível em: <https://sdsn-amazonia.org/como-comecar-com-os-ods-nas-universidades/>. Acesso em: 23 set. 2021.

SILVA, Juliana Barreto da. **A política de assistência estudantil**: estudo sobre condicionalidades. 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica, Porto Alegre, 2016. Disponível em: [https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7069/2/DIS\\_JULIANA\\_BARRETO\\_DA\\_SILVA\\_COMPLETO.pdf](https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/7069/2/DIS_JULIANA_BARRETO_DA_SILVA_COMPLETO.pdf). Acesso em: 25 set. 2022.

SILVA, Vislene Querino Fofano da. **Política de permanência no Ensino Superior no Brasil e formação de qualidade**. 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/11590>. Acesso em: 28 set. 2021.

SILVA, Vlândia Pompeu. **Políticas públicas**: conformação e efetivação de direitos. Indaiatuba: Foco, 2022.

SILVA, Luis Alessandro da; PETRY, Zaida Jeronimo Rabelo; UGGIONI, Natalino. Desafios da educação em tempos de pandemia: como conectar professores desconectados, relato da prática do estado de Santa Catarina. *In*: PALU, Janete; SCHÜTZ, Jenerton Arlan; MAYER, Leandro. (Orgs.) **Desafios da educação em tempos de pandemia**. Cruz Alta: Ilustração, 2020. p. 19-36.

SILVEIRA, Patrícia Grasel; CARVALHO, Maria Jane Soares. Viagem ao ciberespaço: virtualização do conhecimento na educação a distância. *In*: TEIXEIRA, Adriano Canabarro; PEREIRA, Ana Maria de Oliveira; TRENTIN, Marco Antônio Sandini (Orgs.). **Inclusão digital**: tecnologias e metodologias. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo; Salvador: EDUFBA, 2013. p. 41-56.

SOUZA, Daniele Graciane de. **Acesso e Permanência na UFPR**: uma análise da política de assistência estudantil (2010-2014). 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43506>. Acesso em: 28 set. 2021.

UNITED NATIONS. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Nova York: UN, 2015. Disponível em: <https://sdgs.un.org/2030agenda>. Acesso em: 09 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Atos administrativos na Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Planejamento, 2019a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/atos-administrativo-na-universidade-federal-de-santa-maria/>. Acesso em: 25 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Cartilha Resumo/Rede**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Pós-Graduação, 2020a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/342/2020/09/Cartilha-Resumo-REDE.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Casa do Estudante**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2022a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/ceu/>. Acesso em: 07 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP)**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2021a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/cep/>. Acesso em: 26 out. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Coordenadoria de Ações Educacionais**. Santa Maria: Coordenadoria de Assuntos Educacionais; Pró-Reitoria de Graduação, 2022b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prograd/caed/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE nº 027, de 16 de junho de 2020**. Edital de acesso aos recursos financeiros para aquisição de plano de internet ou de dados móveis indicado para as atividades acadêmico-científicas em Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE). Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2020b. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2020/06/2020.06.16\\_\\_Edital-027-2020-prae\\_-Aux%C3%ADlio-Inclus%C3%A3o-Digital-1.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2020/06/2020.06.16__Edital-027-2020-prae_-Aux%C3%ADlio-Inclus%C3%A3o-Digital-1.pdf). Acesso em: 20 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE nº 035, de 28 de setembro de 2021**. Aquisição de Equipamentos – 2º Semestre de 2021. Edital de acesso à equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais). Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2021b. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivosIndexados&download=false&id=13757100>. Acesso em: 04 nov. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Guia SISU na UFSM**: informações que auxiliam você a ingressar na Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: Pró-Reitoria de Graduação, 2022c. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/501/2022/02/Guia-SISU-na-UFSM.pdf>. Acesso em: 22 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Instrução Normativa nº 003/2020, de 22 de junho de 2020**. Orienta acerca das medidas a serem adotadas com vistas à diminuição do risco de transmissão do SARS-COVID-2 no âmbito da moradia estudantil da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2020c. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2020/07/Instrucao-normativa-003-2020-1.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Labinfo**: Laboratório de informática da PRAE. Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2022d. Disponível em: <https://www.ufsm.br/laboratorios/labinfo/>. Acesso em: 24 maio 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Planejamento, 2021c. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2021/10/Organograma-PRAE\\_2021.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2021/10/Organograma-PRAE_2021.pdf). Acesso em: 21 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2016-2026)**. Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2016. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/500/2018/12/00-DocumentoPDI-TextoBaseCONSU.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Portfólio institucional**. Santa Maria: Assessoria de Comunicação do Gabinete do Reitor, 2019b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/2019/09/Portf%C3%B3lio-UFSM-2019-monol%C3%ADngue-revisoes.pdf>. Acesso em: 30 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Processo Eletrônico Nacional UFSM**. Santa Maria: Centro de Processamento de Dados, 2022e. Disponível em: <https://www.ufsm.br/orgaos-suplementares/dag/pen/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Projeto Pedagógico de Curso**. Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional. Santa Maria: Centro de Educação, 2015a. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/542/2019/04/PPC\\_MESTRADO-PROFISSIONAL\\_2015.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/542/2019/04/PPC_MESTRADO-PROFISSIONAL_2015.pdf). Acesso em: 11 jun. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório de Gestão UFSM - 2018**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Planejamento, 2018. Disponível em: [https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2020/02/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2018\\_revisado\\_16jan20.pdf](https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2020/02/Relat%C3%B3rio-de-Gest%C3%A3o-2018_revisado_16jan20.pdf). Acesso em: 07 ago. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório de Gestão UFSM - 2020**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Planejamento, 2020d. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2021/08/RelatorioGestaoUFSM2020.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Relatório de Gestão UFSM - 2021**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Planejamento, 2021d. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/344/2022/05/RelatorioGestaoUFSM2021.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 007, de 19 de maio de 2008**. Regulamenta, no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, a concessão de benefícios socioeconômicos aos alunos da pós-graduação e revoga a Resolução n. 005/06. Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2008. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2018/03/2.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 035, de 08 de dezembro de 2015**. Regulamenta o Programa de Benefício Socioeconômico no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, e revoga a Resolução n. 005/08. Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2015b. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2018/03/1.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução nº 079, de 17 de fevereiro de 2022**. Revoga o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE), estabelece diretrizes sobre o Calendário Suplementar e o retorno presencial das atividades acadêmicas na UFSM. Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2022f. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/proplan/resolucao-ufsm-n-079-2022/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Setor de Bolsas**. Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2022g. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/setor-de-bolsas/>. Acesso em: 07 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM conquista 25º lugar nacional em ranking de sustentabilidade.** Santa Maria: Agência de notícias, 2020e. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2020/12/09/green-metric/>. Acesso em: 21 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM é a 10ª instituição brasileira em ranking sobre cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.** Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2020f. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2020/04/23/ufsm-e-a-10a-instituicao-brasileira-em-ranking-sobre-cumprimento-dos-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 21 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM é destaque na erradicação da fome, de acordo com ranking THE.** Santa Maria: Agência de notícias, 2022h. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2020/12/09/green-metric/>. Acesso em: 21 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM em Números.** Santa Maria: Centro de Processamento de Dados, 2021e. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/index.html>. Acesso em: 27 fev. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM em Números:** cursos por unidade de ensino. Santa Maria: Centro de Processamento de Dados, 2022i. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html;jsessionid=3a6daaf059d2fd839da8d42f0333?categoria=102>. Acesso em: 29 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM em Números:** histórico de ingresso - por sexo. Santa Maria: Centro de Processamento de Dados, 2022j. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/ufsm-em-numeros/publico/painel.html?categoria=101>. Acesso em: 29 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **UFSM em REDE:** a resiliência torna mais forte. Santa Maria: Agência de notícias, 2022k. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2022/09/08/ufsm-em-rede-a-resiliencia-torna-mais-forte/>. Acesso em: 21 set. 2022.

WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle; MOROSINI, Marília Costa. Assistência estudantil em tempos de pandemia da Covid-19: uma análise das ações implementadas pela UNILA. *In*: SAMPAIO, Helena; PIOLI, Ludmila Fávero Romani; WOICOLESCO, Gabrielle. (Orgs.). **Ensino superior e Covid-19:** respostas institucionais e novos desafios. Belo Horizonte: Fino Traço, 2022. p. 17-36.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Tradução: Cristhian Mateus Herrera. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

YIN, Robert. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim.** Porto Alegre: Penso, 2016.



## APÊNDICE A - PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO

### ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM

Pesquisador: Aداuton Ezequiel Müller (UFSM)

Orientadora: Profa. Dr. Andréa Forgiarini Cecchin (UFSM)

Coorientadora: Profa. Dra. Vanessa dos Santos Nogueira (UFSM)

#### PROTOCOLO DO ESTUDO DE CASO

##### **Visão geral do estudo:**

Esta pesquisa intitula-se Assistência Estudantil e inclusão digital: um estudo sobre as ações na UFSM e está sendo orientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Andréa Forgiarini Cecchin e coorientada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Vanessa dos Santos Nogueira e está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Mestrado Profissional, da Universidade Federal de Santa Maria, na L1 – POLÍTICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR.

Visa “**Analisar as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição**”.

A investigação se justifica e se torna importante, na medida em que os seus resultados pretendem oportunizar modificações no que diz respeito à possível institucionalização da oferta de ações no campo da inclusão digital realizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), e com isso, potencializar as condições de permanência aos estudantes atendidos pelo Programa de Benefício Socioeconômico, que é o responsável por materializar as ações da Assistência Estudantil na UFSM.

No campo teórico o estudo se torna relevante, uma vez que se verificou a partir de revisão de literatura que inexistem estudos anteriores específicos relacionados ao campo da Assistência Estudantil e da inclusão digital, tendo a demanda obtido visibilidade a partir da emergência sanitária e dos acontecimentos

centrados no advento da pandemia da Covid-19, em março de 2020, que oportunizaram transformações significativas no contexto da educação superior pública federal, mediante a adoção transitória e emergencial de sistemas remotos de ensino.

Em linhas gerais se constitui a partir do seguinte desenho metodológico:

O estudo está organizado seguindo abordagem qualitativa e se configura em um estudo de caso. Os instrumentos para a produção dos dados são a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, os questionários on-line e as entrevistas semiestruturadas. Serão colaboradores da pesquisa os estudantes beneficiados com o auxílio inclusão digital (por editais de aquisição de dados móveis e aquisição de equipamentos eletrônicos), os servidores Técnico Administrativos em Educação (TAEs) da UFSM que operacionalizaram o referido auxílio e os gestores da PRAE no contexto de sua implantação. O tratamento dos dados será realizado mediante aplicação da Análise Textual Discursiva.

Como unidade de análise entende-se o conjunto de ações desenvolvidas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e sua equipe na composição de uma nova política de inclusão digital, cuja oferta de auxílios inclusão digital (disponibilizados por meio do auxílio com o recurso financeiro para aquisição de equipamentos e planos de dados de internet) para os estudantes atendidos pelo Programa de Benefício Socioeconômico na Universidade Federal de Santa Maria, busca viabilizar a permanência destes estudantes na instituição.

Como hipótese de pesquisa acredita-se que: O auxílio inclusão digital (mediante recursos para aquisição de equipamentos eletrônicos e/ou dados móveis) oportunizado pela Assistência Estudantil da Universidade Federal de Santa Maria se torna importante, na medida em que juntamente com os demais auxílios possibilita o acesso às tecnologias digitais necessárias para garantir a permanência dos estudantes na instituição.

#### **Procedimentos de coleta de dados:**

Realizar reunião com o Pró-reitor de Assuntos Estudantis para apresentação da proposta de pesquisa e buscar autorização institucional para o estudo;

Verificar juntamente ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFSM os procedimentos necessários para a tramitação da autorização da pesquisa;

Verificar juntamente à PRPGP autorização necessária para a aplicação do questionário on-line via Portal do Aluno e sistema de Questionários da UFSM;

Providenciar a realização dos procedimentos que forem indicados pelo CEP e pela PRPGP para a autorização institucional da pesquisa;

Submeter o projeto de pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa, por meio da Plataforma Brasil;

Definir juntamente com a Orientadora os documentos a serem analisados;

Definir juntamente com a orientação possíveis colaboradores para o estudo;

Definir juntamente com a Orientadora as questões de pesquisa para a composição do questionário on-line e para o roteiro das entrevistas semiestruturadas;

Definir com a orientadora a ferramenta a ser adotada para a realização das entrevistas semiestruturadas de modo digital;

Realizar contato com os possíveis colaboradores da pesquisa e realizar o convite à participação;

Definir com os colaboradores datas para as entrevistas semiestruturadas;

Estabelecer juntamente com a Orientadora o cronograma de realização das entrevistas e de aplicação dos questionários on-line, após definidos os colaboradores e realizado contato prévio;

Realizar contato com o Centro de Processamento de Dados da UFSM (CPD) para providenciar a sistematização do questionário on-line a ser encaminhado aos estudantes;

Observar cuidadosamente os preceitos éticos de pesquisa e as proteções quanto ao sigilo para a proteção dos participantes, de acordo com o estabelecido no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido conforme documento disponibilizado aos colaboradores da pesquisa.

Informar por ocasião das entrevistas semiestruturadas os possíveis riscos e as condições associadas à pesquisa.

### **Questões de estudo de caso**

Descreva as iniciativas de inclusão digital oportunizadas pela UFSM de acordo com o PNAES?

- Identifique quais foram as iniciativas organizadas pela UFSM para os auxílios dos estudantes e que estão de acordo com o PNAES.

- Relacione essas iniciativas apresentando como foram organizadas, seus limites, desafios, detalhes em relação ao processo.

Qual a relação dos colaboradores de pesquisa com a implementação das iniciativas na UFSM?

- Identifique a relação dos sujeitos de pesquisa com a forma como foi conduzida a implementação dos auxílios inclusão digital na UFSM para os auxílios dos estudantes e que estão de acordo com o PNAES.
- Defina qual o papel de cada um dos sujeitos em relação ao processo de construção da política de auxílios inclusão digital na UFSM.
- Apresente as principais contribuições e percepções sobre esse trabalho que foi desenvolvido.

Em que contexto foram implementadas as medidas de inclusão digital?

- Apresente os principais elementos da conjuntura em que se constituem os auxílios inclusão digital na UFSM.
- Destaque os aspectos que julga importantes sobre o planejamento e a execução dos auxílios inclusão digital.

É necessário institucionalizar os auxílios que foram implementados?

- Entenda o processo de implementação dos auxílios e sua importância para a AE.
- Construa uma argumentação sobre a necessidade ou não de institucionalizar os auxílios que foram implementados.
- Apresente um produto educacional sobre esse tópico.

Existe relação entre o PNAES, a inclusão digital e a Agenda 2030?

- Identifique as possíveis relações entre as ações de inclusão digital organizadas pela UFSM no campo da AE e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.
- Avalie o nível de conhecimento das pessoas sobre essa articulação.
- Busque apresentar elementos sobre a existência ou não de relação.

### **Guia para elaboração do relatório**

Produzir ao término da pesquisa o relatório do Estudo de Caso. Para essa construção “Os dados são muito numerosos e obtidos de formas diferentes, tornando-se necessária sua seleção e organização não apenas para fins de análise, mas também de apresentação”. (GIL, 2019, p.112). Na elaboração do relatório final,

parte-se da revisão de literatura, coleta-se dados a partir de documentos, questionários on-line e entrevistas e analisa-se o conjunto dos dados obtidos pela Análise Textual Discursiva de Moraes e Galiazzi (2016). .

Organizar os dados analisados com os achados da pesquisa e produzir um texto capaz de dar visibilidade aos seus resultados, de modo a contribuir com a produção de conhecimento sobre a temática. Este texto resultará na Dissertação de Mestrado que se configura no principal resultado do trabalho realizado.

Divulgar os resultados da pesquisa, ao longo do processo de escrita da dissertação, e posteriormente a sua elaboração final. Para isso, serão apresentados em eventos científicos e/ou publicados em periódicos nacionais e internacionais, alguns artigos produzidos, a partir de revisão bibliográfica sobre a temática do estudo e de resultados e discussões sobre a análise realizada sobre o conjunto de dados produzidos. Dentre eles cita-se a possível participação nos importantes Congresso Internacional de Educação e Tecnologias/Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias (CIET:EnPET) e o Congresso Internacional de Educação Superior a Distância (CIESUD:ESUD).

Socializar resultados parciais do estudo e recortes da pesquisa no Salão da Pós-Graduação, nas edições 2021 e 2022 da Jornada Acadêmica Integrada da UFSM (JAI). Este evento da UFSM, objetiva incentivar a iniciação dos estudantes da instituição no meio acadêmico e promover trocas de experiências, divulgando os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.



## APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO ESTUDANTES

A seguir apresenta-se o conteúdo do questionário on-line que foi disponibilizado ao estudante por intermédio do Portal do Aluno que é institucional e viabilizado Centro de Processamento de Dados da UFSM.

Prezado(a) estudante,

Este questionário faz parte do projeto de pesquisa: **“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM”**, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM e aprovada pelo Comitê de Ética. O questionário é composto por questões objetivas e dissertativas e, em média, se leva de 10 a 15 min para respondê-lo. Sua participação é de extrema importância para que a pesquisa possa se desenvolver e pedimos que seja o mais espontâneo possível em suas respostas. Importante salientar que não existe resposta certa para nenhuma das questões e o questionário é totalmente anônimo. Você poderá visualizar o TCLE no link: [https://drive.google.com/file/d/18d3QklYAkIKuncAu9GlzJ-\\_ZUw39FN2w/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/18d3QklYAkIKuncAu9GlzJ-_ZUw39FN2w/view?usp=sharing). Após a leitura deste documento, ao responder SIM para a questão “Declaro que li e aceito participar”, você se declara suficientemente informado, ficando claro que sua participação é voluntária.

(\*) Questões com preenchimento obrigatório.

Declaro que li e estou de acordo em participar:

- (  ) Sim  
(  ) Não

**SOBRE AS AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL OPORTUNIZADAS PELA PRAE, RESPONDA ÀS SEGUINTESS QUESTÕES:**

**1. Assinale, entre as ações relacionadas à Assistência Estudantil da UFSM e desenvolvidas pela PRAE, as que você reconhece ser de inclusão digital:**

- (  ) Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de plano de internet ou de dados móveis  
(  ) Auxílio Inclusão Digital – Aquisição de Equipamentos

- ( ) Acesso à rede de internet (Wi-Fi) nas Casas do Estudante Universitário (CEU)
- ( ) Outras. Justifique (\*):

---

---

---

---

---

---

---

**2. Em relação às ações de inclusão digital oportunizadas pela PRAE/UFMS, você acredita que elas foram implementadas para:**

- ( ) Somente cumprir com o que está previsto no Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), no que diz respeito à inclusão digital.
- ( ) Melhorar as condições de oferta de ações de inclusão digital pela PRAE/UFMS.
- ( ) Auxiliar os estudantes nas demandas de acesso e participação ao REDE durante a suspensão das aulas presenciais.

**3. Em relação às ações de inclusão digital oportunizadas pela PRAE/UFMS, você acha correto afirmar que:**

- ( ) As ações atendem em parte as necessidades dos estudantes.
- ( ) As ações atendem totalmente às necessidades dos estudantes.
- ( ) As ações não atendem às necessidades dos estudantes.

Justifique a sua resposta (\*):

---

---

---

---

---

---

---



**4. Você acredita que os auxílios direcionados à inclusão digital oportunizados pela PRAE/UFSM influenciam ou influenciaram na sua permanência na UFSM?**

- ( ) Sim.  
( ) Não.  
( ) Em parte.

Justifique a sua resposta (\*):

---

---

---

---

---

---

---

---

**SOBRE OS EDITAIS PARA AUXÍLIO INCLUSÃO DIGITAL, RESPONDA ÀS SEGUINTESS QUESTÕES:**

**5. Você conseguiu acessar os recursos que foram disponibilizados pela participação nos Editais da PRAE/UFSM para Auxílio Inclusão Digital?**

- ( ) Sim.  
( ) Não consegui acessar os recursos. Justifique sua resposta:

---

---

---

---

---

---

---

---

**6. Em qual dos editais referentes à Inclusão Digital você foi contemplado(a)?**

- ( ) Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de plano de internet ou de dados móveis.  
( ) Auxílio Inclusão Digital - Aquisição de Equipamentos.  
( ) Não fui contemplado em nenhum dos editais de Auxílio Inclusão Digital.  
( ) Fui contemplado em ambos os editais.

**7. Caso tenha participado do Edital para Aquisição de Equipamentos, qual dos equipamentos você adquiriu?**

- Tipo I – Computador desktop, Notebook, Netbook e Tablet
- Tipo II – modem, roteador, fones de ouvido, microfones, memória RAM, monitor, webcam, mouse, teclado, placa-mãe e outros semelhantes (peça, acessórios, periféricos...) indispensáveis para o acompanhamento das disciplinas do REDE.

**8. Sobre o processo de solicitação pelo Pen-SIE e Questionários UFSM, dos Auxílios Inclusão Digital realizados pela PRAE/UFSM, é possível dizer que:**

- Não apresenta dificuldades, é muito simples.
- Apresenta dificuldades, é muito complexo.
- Apresenta alguma dificuldade no início, mas são superadas com as explicações do Edital.
- Precisa ser melhorado para que os estudantes tenham mais acesso ao Auxílio.

---

---

---

---

---

---

---

---

**9. Sobre a continuidade (institucionalização) dos editais para Auxílio Inclusão Digital após o término do REDE e o retorno das atividades acadêmicas presenciais, você acha correto afirmar que:**

- As ações precisam ser institucionalizadas, devido ao impacto que exercem na vida acadêmica dos estudantes.
- Não há necessidade de institucionalização, pois elas não fazem diferença para os estudantes.
- Não sei responder.

SOBRE O CURSO, A IMPORTÂNCIA DE AÇÕES DE INCLUSÃO DIGITAL E AS ESTRATÉGIAS ADOTADAS POR VOCÊ, RESPONDA ÀS SEGUINTEs QUESTÕES:

**10. Na sua percepção qual a importância das ações de inclusão digital para a realização do seu curso?**

(  ) São importantes, pois possibilitam a minha participação nas atividades do curso.

(  ) Não são importantes, pois realizo minhas atividades sem contar com tais ações.

(  ) São importantes em parte, pois se somam aos recursos que já tenho para a participação nas atividades do meu curso.

(  ) Outras percepções, justifique (\*):

---

---

---

---

---

---

---

---

**11. Para permanecer no curso e garantir sua participação nas atividades acadêmicas, durante o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE), você necessitou adotar como estratégia permanecer na Casa do Estudante Universitário (CEU), em virtude da utilização da Internet (Wi-Fi)?**

(  ) Sim.

(  ) Não.

(  ) Adotei outras estratégias, justifique (\*):

---

---

---

---

---

**12. Durante as atividades do curso desenvolvidas pelo Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE), você sentiu alguma dificuldade em relação ao uso da(s) tecnologia(s) para o seu aprendizado?**

- ( ) Sim.
- ( ) Não.
- ( ) Quais dificuldades, explique (\*):

---

---

---

---

---

---

---

---

**13. Durante a permanência na UFSM para as atividades do curso, você costuma utilizar a internet? Que uso você faz?**

- ( ) Dados móveis.
- ( ) Wi-Fi disponível nos espaços da instituição.
- ( ) Mescla dados móveis com Wi-Fi onde existe o recurso disponível.

**14. Quanto ao seu uso de internet durante a permanência na UFSM para as atividades do curso. Quais atividades você costuma fazer:**

- ( ) Acesso às redes sociais.
- ( ) Acesso ao Moodle UFSM.
- ( ) Acesso à Minha Biblioteca e aos demais recursos eletrônicos disponíveis na plataforma da Biblioteca da UFSM.
- ( ) Acesso a outros meios de informação digital.
- ( ) Realizo outros acessos. Justifique sua resposta:

---

---

---

---

---

**15. Durante a permanência nas CEUs e a utilização da internet (Wi-Fi), como você avalia a qualidade do seu acesso:**

- ( ) O acesso é adequado.  
( ) O acesso é inadequado.  
( ) Não consigo avaliar, pois não utilizo o recurso.  
( ) Outra avaliação, justifique:

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

**16. Quanto à aquisição de pacotes de dados móveis. Caso não consiga dispor dos auxílios proporcionados pela PRAE, você possui dificuldade para garantir aquisição de pacote de dados e acompanhar as atividades do seu curso?**

- ( ) Sim.  
( ) Não.  
( ) Justifique sua resposta:

---

---

---

---

---

---

---

---

**PERFIL DO ESTUDANTE:**

**17. Qual o curso você realiza?**

---

---

**18. Qual a sua faixa etária?**

- 15 a 19 anos
- 20 a 24 anos
- 25 a 29 anos
- 30 a 34 anos
- 35 a 39 anos
- 40 a 44 anos
- 45 a 49 anos
- Acima de 50 anos

**19. Assinale entre as opções abaixo, com qual gênero você se identifica?**

- Masculino
- Feminino
- Transgênero
- Gênero neutro
- Não-binário
- Agênero
- Pangênero
- Genderqueer
- Two-spirit
- Terceiro gênero
- Todos
- Nenhum
- Uma combinação destes
- Prefiro não responder

**20. Assinale entre as opções abaixo, qual a cor, raça ou etnia você se declara:**

- Branca
- Preta
- Parda
- Amarela
- Indígena
- Prefiro não responder

## **APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTAS**

### **Assistência Estudantil e inclusão digital: um estudo sobre as ações na UFSM**

**Nome completo:**

**Área de Formação:**

**Cargo:**

**Tempo de atuação na UFSM:**

**Questões:**

- 1. De acordo com a proposta do PNAES, quais iniciativas em relação ao eixo da inclusão digital são disponibilizadas pela PRAE aos estudantes da UFSM?**
- 2. Como você se relacionou/relaciona com os processos de organização e implantação e/ou execução dos auxílios inclusão digital?**
- 3. Contextualize a implementação das iniciativas referentes ao eixo inclusão digital do PNAES oportunizadas pela PRAE:**
- 4. Em termos de planejamento para a melhoria de ações relacionadas à inclusão digital pela PRAE/UFSM, você tem conhecimento de iniciativas neste sentido?**
- 5. O que você tem a dizer sobre a institucionalização das ações de inclusão digital proporcionadas pela PRAE/UFSM em acréscimo às ações já oportunizadas pelo Programa de Benefício Socioeconômico – BSE?**
- 6. Você acredita que existe relação entre as ações oportunizadas pela UFSM e os ODS da Agenda 2030? Se sim, qual vinculação você percebe?**





**APÊNDICE D - PROPOSTA DE MINUTA DE RESOLUÇÃO**

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

RESOLUÇÃO N. XX/2023

**Institui e regulamenta a concessão dos Auxílios Inclusão Digital a estudantes de cursos de graduação com Benefício Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Maria.**

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e considerando,

– a necessidade de proporcionar uma modalidade de auxílio aos alunos de cursos de graduação que necessitem adquirir equipamentos eletrônicos e pacotes de dados de internet para o desempenho acadêmico, durante o tempo do Curso:

**R E S O L V E:**

Art. 1º Instituir e regulamentar a concessão dos Auxílios Inclusão Digital a alunos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria.

Art. 2º Os Auxílios Inclusão Digital integram as ações da Política de Assistência Estudantil da UFSM, tem caráter social e visam a propiciar auxílio aos alunos dos cursos de graduação da Universidade Federal de Santa Maria, com Benefício Socioeconômico.

Art. 3º Para efeitos desta Resolução configura auxílio inclusão digital as ações oportunizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, conforme segue:

I – Auxílio Inclusão Digital – Aquisição de Equipamentos

II – Auxílio Inclusão Digital – Plano de Internet

§ 1º O Auxílio Inclusão Digital – Aquisição de Equipamentos se destina aos estudantes com Benefício Socioeconômico, proporcionando aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, estratégias de acesso a equipamentos para inclusão digital voltados às atividades acadêmico-científicas.

Parágrafo único. A tipificação dos equipamentos serão definidos em edital específico organizado pela PRAE.

§ 2º O Auxílio Inclusão Digital – Planos de Internet objetiva possibilitar aos estudantes com Benefício Socioeconômico acesso aos recursos financeiros para aquisição de plano de internet, para utilização voltada às atividades acadêmico-científicas.

Art. 4º A vinculação do aluno aos Auxílios Inclusão Digital constitui-se em instrumento de democratização das condições de acesso e permanência na educação superior pública federal.

§ 1º Os auxílios destinam-se a contribuir para a aquisição de equipamentos eletrônicos e plano de internet indispensáveis ao desempenho acadêmico.

§ 2º O valor dos Auxílios Inclusão Digital serão definidos pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, através de uma Comissão formada por representantes da PRAE, Centro de Processamento de Dados e representação estudantil.

Art. 5º Os Auxílios Inclusão Digital serão gerenciados pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE.

Parágrafo único. O número de Auxílios à Inclusão Digital a serem ofertados serão definidos em edital específico conforme a disponibilidade orçamentária da UFSM.

Art. 6º Os recursos para o custeio desse Auxílio são oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

Art. 7º Para concorrer aos Auxílios Inclusão Digital os alunos deverão respeitar os seguintes critérios:

I - ser estudante brasileiro (nato ou naturalizado) ou estrangeiro, com matrícula e vínculo regular, na modalidade presencial em curso de graduação da UFSM; Fol. 2 da Resolução n. XXX/2023, de XX.XX.2023)

II - possuir situação socioeconômica do grupo familiar compatível com os parâmetros estabelecidos pelo edital do Benefício Socioeconômico da Pró-reitoria de Assuntos Estudantis/UFSM;

III - não possuir diploma de curso superior;

Art. 8º O processo seletivo para os Auxílios Inclusão Digital obedecerá à metodologia e calendário estabelecidos em edital pela PRAE.

Art. 9º Para manutenção dos Auxílios Inclusão Digital, os alunos deverão respeitar os seguintes parâmetros em relação à sua situação acadêmica:

I - aprovação mínima de 50% nas disciplinas cursadas no semestre letivo.

II - carga horária mínima de duzentas e quarenta horas em disciplinas cursadas no semestre letivo, exceto quando a carga horária exigida não for ofertada pelo Curso.

Parágrafo único. Os alunos que não cumprirem quaisquer das condições acima estabelecidas durante um semestre letivo serão desligados dos Auxílios Inclusão Digital, sendo seu reingresso sujeito à disponibilidade de recurso.

Art. 10º O prazo de duração dos Auxílios Inclusão Digital será equivalente ao tempo médio de integralização do curso frequentado pelo aluno.

§ 1º Em caso de transferência e/ou troca de curso, o aluno poderá solicitar a transferência dos Auxílios para o novo curso, sendo cancelada a concessão no curso anterior.

§ 2º O aluno que efetuar o Trancamento Total do curso ou abandonar o mesmo por qualquer motivo terá os Auxílios Inclusão Digital suspenso pelo período de trancamento, sendo que o reingresso deste aluno nos Auxílios Inclusão Digital estará sujeito à nova avaliação do setor Psicossocial da PRAE.

Art. 11º Casos omissos serão solucionados por equipe técnica responsável pelos Auxílios Inclusão Digital, que encaminhará o caso ao Pró-Reitor de Assuntos Estudantis.

Art. 12 Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições em contrário.

GABINETE DO REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA aos ---- dias do mês de ----- do ano de dois mil e vinte e três.

Reitor.



## ANEXO A - AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

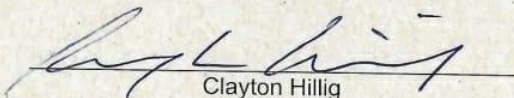


### AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Eu, CLAYTON HILLIG, abaixo assinado, responsável pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Santa Maria, autorizo a realização do estudo: ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM, projeto de pesquisa nº 055446, a ser conduzido pelos pesquisadores Adauton Ezequiel Müller, servidor Técnico-Administrativo em Educação, ocupante do cargo de Assistente Social, lotado no Núcleo de Atenção ao Estudante (NAE), da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Andréa Forgiarini Cecchin, Professor Associado 4, do Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Federal de Santa Maria.

O estudo só poderá ser realizado se aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP).

Santa Maria/RS, 05 de novembro de 2021.

  
Clayton Hillig  
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis UFSM

Clayton Hillig  
Pró-Reitor de Assuntos Estudantis



## **ANEXO B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do estudo: **“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM”**

Pesquisador responsável: Andréa Forgiarini Cecchin

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Educação (CE) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)

Telefones de contato: (55) 996284866 (pesquisador)

(55) 3220-8450 (PPPG) - Av. Roraima, 1000 – prédio 16  
(Centro de Educação), sala 3155, térreo

Eu, ANDRÉA FORGIARINI CECCHIN, responsável pela pesquisa **“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM”** juntamente com ADAUTON EZEQUIEL MÜLLER (autor), o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se “Analisar as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição”. Acreditamos que ela seja importante porque os seus resultados irão oportunizar a proposição de modificações no que diz respeito à possível institucionalização da oferta de ações no campo da inclusão digital realizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), e com isso, potencializar as condições de permanência aos estudantes atendidos pelo Programa de Benefício Socioeconômico, que é o responsável por materializar as ações da Assistência Estudantil na UFSM.

A metodologia de pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a produção dos dados são a pesquisa bibliográfica, a análise documental, os questionários on-line e as entrevistas semiestruturadas. Como sujeitos de pesquisa farão parte os estudantes beneficiados com o auxílio inclusão digital (aquisição de dados móveis e aquisição de equipamentos eletrônicos), os

TAES que operacionalizaram o auxílio e os gestores da PRAE no contexto de sua implantação. O tratamento dos dados será realizado mediante aplicação da Análise Textual Discursiva. Sua participação consistirá em responder a entrevista semiestruturada, que será gravada e transcrita.

Com relação à sua participação, informamos que não existem custos ou despesas, bem como riscos de desconforto ou danos morais em decorrência da pesquisa. Entretanto, você terá a liberdade de não aceitar participar do estudo ou de deixar de participar, caso sinta algum desconforto, ou assim desejar, sem nenhum tipo de penalidade ou prejuízo pela sua decisão.

Caso você se sinta desconfortável, poderá deixar de responder o questionário e terá a possibilidade de ser atendido pela equipe de psicologia do Setor de Atenção Integral (SATie), na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), bastando para isso acionar os pesquisadores responsáveis indicados neste termo. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

As informações obtidas serão confidenciais e utilizadas única e exclusivamente para fins de pesquisa, sendo acessadas somente pelo pesquisador e pela sua orientadora e estando sob a responsabilidade deles. Os sujeitos não serão identificados e as informações fornecidas terão sua privacidade garantida. Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em eventos científicos ou publicações, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de esclarecer suas dúvidas. Para isso, entre em contato com o pesquisador (55) 996284866 – e-mail: [adauton.muller@ufsm.br](mailto:adauton.muller@ufsm.br) ou com a sua orientadora (55) 996154649 – e-mail: [andrea.cecchin@ufsm.br](mailto:andrea.cecchin@ufsm.br) ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa (55) 3220 9362 – e-mail: [cep.ufsm@gmail.com](mailto:cep.ufsm@gmail.com).

### **Autorização**

Eu _____, CPF _____, acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito das informações sobre a pesquisa, tendo ficado claro para mim, que a participação é voluntária, quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente
---



em participar deste estudo e sei que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidade ou prejuízo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do voluntário/a

Declaramos, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para participação neste estudo.

\_\_\_\_\_  
Andréa Forgiarini Cecchin  
Orientadora

\_\_\_\_\_  
Adauton Ezequiel Müller  
Pesquisador

Santa Maria, RS, 08 de fevereiro de 2022.



## **ANEXO C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Título do estudo: **“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM”**

Pesquisador responsável: Andréa Forgiarini Cecchin

Instituição/Departamento: Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Educação (CE) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)

Telefones de contato: (55) 996284866 (pesquisador)

(55) 3220-8450 (PPPG) - Av. Roraima, 1000 – prédio 16  
(Centro de Educação), sala 3155, térreo

Eu, ANDRÉA FORGIARINI CECCHIN, responsável pela pesquisa **“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM”** juntamente com ADAUTON EZEQUIEL MÜLLER (autor), o convidamos a participar como voluntário deste nosso estudo.

Por meio desta pesquisa pretende-se “Analisar as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição”. Acreditamos que ela seja importante porque os seus resultados irão oportunizar a proposição de modificações no que diz respeito à possível institucionalização da oferta de ações no campo da inclusão digital realizadas pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), e com isso, potencializar as condições de permanência aos estudantes atendidos pelo Programa de Benefício Socioeconômico, que é o responsável por materializar as ações da Assistência Estudantil na UFSM.

A metodologia de pesquisa é qualitativa, do tipo estudo de caso. Os instrumentos para a produção dos dados são a pesquisa bibliográfica, a análise documental, os questionários on-line e as entrevistas semiestruturadas. Como sujeitos de pesquisa farão parte os estudantes beneficiados com o auxílio inclusão digital (aquisição de dados móveis e aquisição de equipamentos eletrônicos), os

TAES que operacionalizaram o auxílio e os gestores da PRAE no contexto de sua implantação. O tratamento dos dados será realizado mediante aplicação da Análise Textual Discursiva. Sua participação consistirá em responder ao questionário on-line.

Com relação à sua participação, informamos que não existem custos ou despesas, bem como baixo risco de desconforto ou danos morais em decorrência da pesquisa. Entretanto, você terá a liberdade de não aceitar participar do estudo ou de deixar de participar, caso sinta algum desconforto, ou assim desejar, sem nenhum tipo de penalidade ou prejuízo pela sua decisão.

Caso você se sinta cansado ou desconfortável, poderá deixar de responder o questionário e retomar noutro momento e terá a possibilidade de ser atendido pela equipe de psicologia do Setor de Atenção Integral (SAItE), na Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE), bastando para isso acionar os pesquisadores responsáveis indicados neste termo. Fica, também, garantido o seu direito de requerer indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa.

As informações obtidas serão confidenciais e utilizadas única e exclusivamente para fins de pesquisa, sendo acessadas somente pelo pesquisador e pela sua orientadora e estando sob a responsabilidade deles. Os sujeitos não serão identificados e as informações fornecidas terão sua privacidade garantida. Os resultados da pesquisa poderão ser apresentados em eventos científicos ou publicações, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação.

Durante todo o período da pesquisa você terá a possibilidade de esclarecer suas dúvidas. Para isso, entre em contato com o pesquisador (55) 996284866 – e-mail: [adauton.muller@ufsm.br](mailto:adauton.muller@ufsm.br) ou com a sua orientadora (55) 996154649 – e-mail: [andrea.cecchin@ufsm.br](mailto:andrea.cecchin@ufsm.br) ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa (55) 3220 9362 – e-mail: [cep.ufsm@gmail.com](mailto:cep.ufsm@gmail.com).

### **Autorização**

Eu _____, CPF _____, acredito ter sido suficientemente informado(a) a respeito das informações sobre a pesquisa, tendo ficado claro para mim, que a participação é voluntária, quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, as garantias de
--

confidencialidade e de esclarecimentos permanentes. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e sei que poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem penalidade ou prejuízo.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do voluntário/a

Declaramos, que obtivemos de forma apropriada e voluntária o consentimento livre e esclarecido deste sujeito de pesquisa ou representante legal para participação neste estudo.

\_\_\_\_\_  
Andréa Forgiarini Cecchin  
Orientadora

\_\_\_\_\_  
Aداuton Ezequiel Müller  
Pesquisador

Santa Maria, RS, 08 de fevereiro de 2022.



**ANEXO D - TERMO DE CONFIDENCIALIDADE****TERMO DE CONFIDENCIALIDADE**

Título do projeto: **“ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM”**

Pesquisador responsável: Andréa Forgiarini Cecchin

Instituição: Universidade Federal de Santa Maria – Centro de Educação (CE) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG)

Telefone para contato: (55) 996284866 (pesquisador)

(55) 3220-8450 (PPPG) - Av. Roraima, 1000 – prédio 16  
(Centro de Educação), sala 3155, térreo

Local da coleta de dados: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) UFSM.

Os responsáveis pelo presente projeto se comprometem a preservar a confidencialidade dos dados dos participantes envolvidos no trabalho, que serão coletados por meio de questionários on-line aplicados pelo Sistema de Questionários da UFSM/CPD e entrevistas semiestruturadas, que serão realizadas no decorrer do primeiro semestre de 2022, na Universidade Federal de Santa Maria.

Informam, ainda, que estas informações serão utilizadas, única e exclusivamente, no decorrer da execução do presente projeto e que elas somente serão divulgadas de forma anônima, bem como serão mantidas no seguinte local: UFSM, Avenida Roraima, 1000, prédio 16, Centro de Educação, sala 3155, 97105-900 - Santa Maria – RS, por um período de cinco anos, sob a responsabilidade de Andréa Forgiarini Cecchin. Após este período os dados serão destruídos.

Este projeto de pesquisa foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSM em ...../...../....., com o número de registro Caae .....

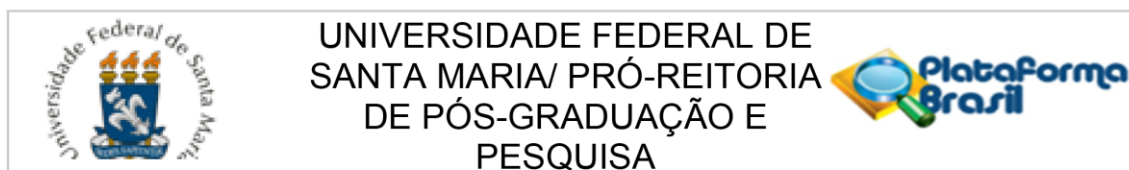
Santa Maria, 06 de dezembro de 2021.

.....  
Andréa





## ANEXO E - PARECER COMITÊ DE ÉTICA



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E INCLUSÃO DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE AS AÇÕES NA UFSM

**Pesquisador:** ANDREA FORGIARINI CECCHIN

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 56164022.7.0000.5346

**Instituição Proponente:** Programa de Pós-Graduação em Educação

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

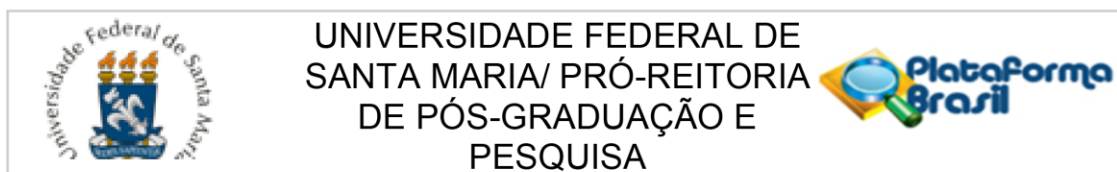
**Número do Parecer:** 5.271.612

#### Apresentação do Projeto:

O projeto se intitula "Assistência estudantil e inclusão digital: um estudo sobre as ações na UFSM" e se vincula ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional.

No projeto consta o seguinte resumo: "Este projeto de pesquisa vinculado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional - Mestrado Profissional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), debate a temática da assistência estudantil, especificamente a questão da inclusão digital, considerando-se o contexto do Ensino Superior e da política institucional da Assistência Estudantil. Objetiva analisar as ações de inclusão digital relacionadas à Assistência Estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição. Como referencial teórico apresentará os marcos teóricos e legais da construção da política de assistência estudantil e elementos importantes para o debate sobre a inclusão digital. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. Caracteriza-se como pesquisa implicada, pois envolve o contexto de atuação profissional do pesquisador. Será realizada no âmbito da UFSM com estudantes de graduação presencial atendidos pela política de assistência estudantil, os gestores desta política e os Servidores Técnico-Administrativos em Educação que operacionalizam o auxílio inclusão digital, utilizando-se das técnicas de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, questionário e

**Endereço:** Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa  
**Bairro:** Camobi **CEP:** 97.105-970  
**UF:** RS **Município:** SANTA MARIA  
**Telefone:** (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



Continuação do Parecer: 5.271.612

entrevista semiestruturada. A análise dos dados será realizada utilizando-se a Análise Textual Discursiva. A partir dos resultados da pesquisa, pretende-se propor a institucionalização da inclusão digital dentre as ações da Política de Assistência Estudantil, mediante a apresentação de uma proposta de Minuta de Resolução para o Auxílio Inclusão Digital na UFSM."

No projeto constam revisão bibliográfica, descrição da metodologia, instrumentos de coleta de dados, cronograma.

**Objetivo da Pesquisa:**

Analisar as ações de inclusão digital relacionadas à política institucional de assistência estudantil da UFSM, buscando compreender a sua importância e qual a sua influência para a permanência dos estudantes na instituição.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

Tendo em vista as características do projeto, a descrição de riscos e benefícios pode ser considerada suficiente.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Os termos de apresentação obrigatória podem ser considerados suficientes.

**Recomendações:**

.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

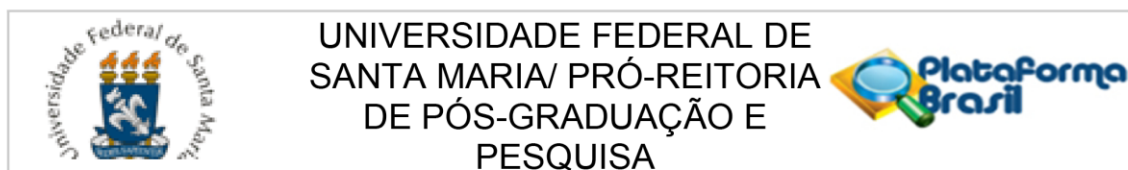
.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

**Endereço:** Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa  
**Bairro:** Camobi **CEP:** 97.105-970  
**UF:** RS **Município:** SANTA MARIA  
**Telefone:** (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE  
SANTA MARIA/ PRÓ-REITORIA  
DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA**

Continuação do Parecer: 5.271.612

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1887269.pdf	23/02/2022 14:40:16		Aceito
Folha de Rosto	folha_de_rosto_carimbada.pdf	23/02/2022 13:58:53	ANDREA FORGIARINI CECCHIN	Aceito
Outros	Declaracao_sobre_o_atendimento_aos_estudantes_assinado.pdf	22/02/2022 19:07:03	ANDREA FORGIARINI CECCHIN	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETO_CEP_versao_final.pdf	22/02/2022 18:58:54	ANDREA FORGIARINI CECCHIN	Aceito
Outros	Termo_de_confidencialidade_versao_final.pdf	22/02/2022 18:57:38	ANDREA FORGIARINI CECCHIN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Questionario_versao_final.pdf	22/02/2022 18:57:08	ANDREA FORGIARINI CECCHIN	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Entrevista_versao_final.pdf	22/02/2022 18:55:54	ANDREA FORGIARINI CECCHIN	Aceito
Outros	Relatorio_Cadastro_Projeto_UFSM.pdf	08/02/2022 16:11:13	ANDREA FORGIARINI CECCHIN	Aceito
Outros	Prae_autorizacao.pdf	08/02/2022 16:06:40	ANDREA FORGIARINI CECCHIN	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

SANTA MARIA, 03 de Março de 2022

Assinado por:  
**CLAUDEMIR DE QUADROS**  
(Coordenador(a))

**Endereço:** Avenida Roraima, 1000 - Prédio da Reitoria - 7º andar - sala 763 - Sala Comitê de Ética - 97105-900 - Santa  
**Bairro:** Camobi **CEP:** 97.105-970  
**UF:** RS **Município:** SANTA MARIA  
**Telefone:** (55)3220-9362 **E-mail:** cep.ufsm@gmail.com